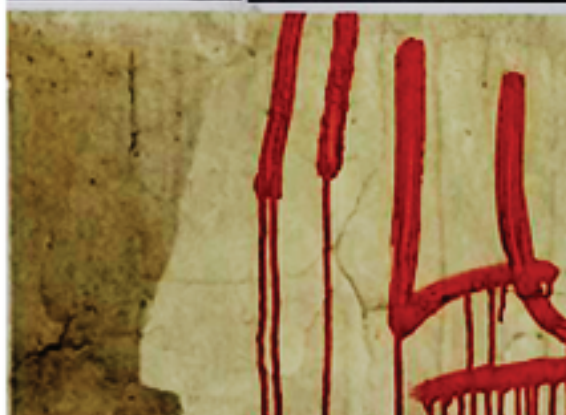




A EXPERIÊNCIA CONTEMPORÂNEA DA POLÍTICA ENTRE JOVENS BRASILEIROS

Coordenadora:
Janice Tirelli Ponte de Sousa

ED

Copyright © 2015 Janice Tirelli Ponte de Sousa

Capa

*Design: Tiago Roberto da Silva sobre imagem
do site do Coletivo Anarquista Bandeira Negra
(<http://www.cabn.libertar.org>)*

Edição e editoração eletrônica
Carmen Garcez

Catalogação na fonte pela Biblioteca Universitária
da Universidade Federal de Santa Catarina

S725e Sousa, Janice Tirelli Ponte de
 A Experiência Contemporânea da Política
 Entre Jovens Brasileiros / Janice Tirelli Ponte
 de Sousa. – Florianópolis : Em Debate / UFSC,
 2015.

382 p.: il., graf., tabs.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-68267-20-2

1. Sociologia política. 2. Juventude
Aspectos políticos. 3. Movimentos sociais.
I. Título.

CDU: 316

Todos os direitos reservados a

Editoria Em Debate

Campus Universitário da UFSC – Trindade

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Bloco anexo, sala 301 – Telefone: (48) 3721-4046

Florianópolis – SC

www.editoriaemdebate.ufsc.br / www.lastro.ufsc.br

*A pesquisa apresentada neste volume foi viabilizada por fomento do Consejo
Latinoamericano de Ciencias Sociales (Clacso) – edital de 2013/14, para
projetos de pesquisadores da América Latina e Caribe.*

*O projeto de extensão Editoria Em Debate conta com o apoio de recursos
do acordo entre Middlebury College (Vermont – USA) e UFSC.*

JANICE TIRELLI PONTE DE SOUSA

(COORDENADORA)

A EXPERIÊNCIA
CONTEMPORÂNEA DA
POLÍTICA ENTRE
JOVENS BRASILEIROS



UFSC

Florianópolis

2015

EQUIPE DE PESQUISA

Coordenação

Dra. Janice Tirelli Ponte de Sousa

Participantes

Dr. Giuliano Saneh e Dr. Leo Vinicius Liberato

Estagiária

Acadêmica Marina Marega

Aos jovens que não pedem licença
para fazer política.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. O PONTO DE PARTIDA	19
REVISÃO DA BIBLIOGRAFIA	19
SOBRE O PROTAGONISMO JUVENIL	20
SOBRE A JUVENTUDE COMO SUJEITO HISTÓRICO	27
SOCIALIZAÇÃO EM CRISE.....	31
PERCEPÇÃO E ENFOQUE SOBRE A JUVENTUDE (E A POLÍTICA)	
PÓS-ANOS DE CHUMBO	33
O VELHO E O NOVO NA EXPERIÊNCIA POLÍTICA DOS JOVENS	
CONTEMPORÂNEOS	41
PODER E FAZER DA JUVENTUDE AUTONOMISTA:	
O OLHAR MILITANTE E O OLHAR A DISTÂNCIA.....	50
AS MEDIAÇÕES SIMBÓLICAS NA EXPERIÊNCIA DA POLÍTICA	63
OS JOVENS CONTRA O MONOPÓLIO DAS COMUNICAÇÕES	67
ATIVISMO E MILITÂNCIA: AS TICs NA DISPUTA	
DA COMUNICAÇÃO DA AÇÃO POLÍTICA	74
A EXPERIÊNCIA DA POLÍTICA, EXPERIÊNCIA DA VIDA.....	80
O DIREITO À CIDADE, RELAÇÕES SOCIOEDUCATIVAS,	
PARTICIPAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO –	
O CASO DO MPL	83
2. EXPERIÊNCIA, EDUCAÇÃO E POLÍTICA.....	99
EXPERIÊNCIA E EMANCIPAÇÃO DO SUJEITO	105
O SENTIDO DA POLÍTICA.....	113
<i>Notas para a compreensão da experiência</i>	
<i>política contemporânea.....</i>	<i>118</i>

<i>O compromisso da linguagem – a palavra é a coisa</i>	121
<i>O que há de político nas ações coletivas juvenis</i>	122
<i>A política que faz sentido</i>	123
3. OBJETO E METODOLOGIA DA PESQUISA	129
A PESQUISA E A MULTIDÃO NAS RUAS EM JUNHO DE 2013.....	133
A REPERCUSSÃO AO INVESTIGAR JOVENS NA MIRA DAS “ARMAS”	134
SOBRE OS RESULTADOS ESPERADOS	136
4. O CAMPO DA PESQUISA	137
O MOVIMENTO PASSE LIVRE	137
<i>A 1ª geração do MPL</i>	137
<i>Duas gerações, um movimento</i>	157
<i>A origem nacional do MPL e os princípios comuns aos coletivos</i>	161
<i>A bandeira da Tarifa Zero e seu “princípio de realidade”</i>	167
<i>Relações com a ordem institucional</i>	178
<i>A farsa da licitação dos transportes em Florianópolis</i>	186
<i>Gênero como um dos dissensos do coletivo</i>	198
<i>É possível superar o dissenso?</i>	205
COLETIVO ANARQUISTA BANDEIRA NEGRA.....	206
<i>O Bandeira Negra e a experiência popular</i>	210
<i>Apêndice</i>	216
BRIGADAS POPULARES	218
<i>Vínculos e referências político-ideológicas: a sinopse do Manifesto</i>	228

ANEL — ASSEMBLEIA NACIONAL DOS ESTUDANTES — LIVRE.....	233
<i>Os congressos da ANEL e suas decisões</i>	241
<i>O 2º Congresso</i>	247
<i>As lutas da ANEL</i>	251
<i>As concepções que orientam a entidade</i>	252
<i>A ANEL e os partidos políticos</i>	254
<i>A ANEL e as jornadas de junho de 2013</i>	257
LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE	260
<i>Estrutura organizativa</i>	262
<i>Os “escrachos” como forma de ação política</i>	269
<i>As jornadas de junho de 2013</i>	270
BLACK BLOCS	271
<i>Os Black Blocs e as manifestações de junho</i>	277
5. ANÁLISE CONCLUSIVA	287
REFERÊNCIAS	305
LISTA DE SIGLAS	315
ANEXOS	319
I. PANORAMA DE INDICADORES DA POPULAÇÃO	
JOVEM BRASILEIRA	319
II. CRONOLOGIA DOS PROTESTOS NAS	
JORNADAS DE RUA DE 2013	343

INTRODUÇÃO

O presente volume corresponde ao relatório final da pesquisa *A experiência da política entre jovens no sul do Brasil*, contemplada como a melhor proposta no Brasil no edital de 2013/14 do concurso de projetos de pesquisa para pesquisadores da América Latina e do Caribe, na linha de estudos Juventudes e Movimentos Juvenis da América Latina e Caribe, iniciativa da CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, cujo *site* publicou a versão *on-line* do material.

Os coletivos/movimentos/organizações políticas independentes compostos por jovens foram objeto de estudo originado no conjunto das pesquisas qualitativas sobre a formação e participação política da juventude contemporânea desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos da Juventude Contemporânea (Nejuc), do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Desenvolveu-se, mais especificamente, a partir da necessidade de explicação, não esgotada, das ações coletivas juvenis contemporâneas, cujas formas de manifestação e de sociabilidade política têm um caráter volátil e dinâmico a serem acompanhadas num tempo histórico mais alargado.

O período de realização da pesquisa ocorreu na conjunção dos acontecimentos e manifestações políticas que eclodiram nas ruas das cidades brasileiras a partir de junho de 2013, cabendo lembrar que a pauta de reivindicação específica de um dos movimentos foco da investigação – o Movimento Passe Livre (MPL) – foi o estopim da revolta que se alastrou pelo país e colocou em evidência diversas organizações juvenis que até então eram desconhecidas do conjunto da população, e mesmo da academia.

Esses fatores confirmaram a pertinência da proposta desta investigação quando tomou como objeto a contestação política organizada de uma juventude insurgente contra a ordem instituída. E, ainda,

quando localizou nos acontecimentos das jornadas de luta de 2013 as hipóteses que vinham se construindo a respeito do agir político do jovem contemporâneo, que forneceram elementos para a metodologia e o planejamento da pesquisa.

A observação sistemática da sociabilidade política de jovens presentes nas organizações independentes e de resistência social foi realizada a partir da seleção de movimentos, coletivos e organizações que atuam no sul do país com uma organização de abrangência nacional. Os movimentos/coletivos/organizações analisados têm sua origem na rebeldia anticapitalista e, no caso de alguns deles, suas práticas estão muito afastadas/distantes da adesão aos pressupostos de uma oposição aceitável pelo senso comum. Correm ao largo das relações político-institucionais. São parte do campo de luta que se confronta com o poder do Estado; no geral, são contra o governo e agem sob uma agenda que não se limita a acompanhar a lógica da *realpolitik* que estabelece política, social e juridicamente como deve agir uma oposição política.

Nessa juventude e seus coletivos buscamos subsídios para a compreensão da experiência da política entre os jovens brasileiros e dos desdobramentos decorrentes das relações coletivas, quando traduzidas na atuação política além dos marcos das instituições normativas modernas, ou seja, nas ações políticas que adquirem um sentido singular, mas não menos comprometido como instrumento de uma coletividade, o que tem um valor político claro.

Dentro do objetivo central de compreender o ideário político desses jovens contestadores independentes, buscamos identificar a sua constituição e distinção como sujeito político coletivo, aprofundando o estudo teórico para a compreensão das significações comunicativas da sua linguagem contemporânea e procurando nas suas ações a tendência organizativa contemporânea da juventude contestadora. Desse modo, relacionamos a gênese dos seus vínculos, identificamos, selecionamos, registramos e analisamos as suas formas organizativas.

Tomamos como referência a perspectiva da Sociologia Crítica, no propósito de olhar a sociedade na perspectiva de jovens como sujeitos centrais diante das relações sociais mais amplas, identificando-

-lhes as especificidades da categoria social a que pertencem enquanto grupo social, os sentidos de sua preocupação com relação ao mundo adulto e do tempo histórico.

A PROBLEMÁTICA QUE ENVOLVE AS CONTESTAÇÕES JUVENIS: IGUALDADE, DEMOCRACIA E DIREITOS

A composição da população brasileira identifica que o Brasil é um país jovem, mesmo com dados apontando para o envelhecimento, com a maior parte da população na faixa entre 10 e 29 anos. De um total de 191 milhões de habitantes¹, 51 milhões são de jovens na faixa de 15 a 29 anos de idade, sobre a qual incide nossa problemática de pesquisa. Os últimos levantamentos quantitativos fizeram cair por terra a ideia de que essa juventude brasileira está alheia à participação política. Dados demonstram² que os jovens querem mudar o país, estão dispostos ao engajamento político, muito embora não tenham uma participação efetiva. Ou seja, em termos de expectativas, eles querem mudanças acenando sua preferência sobre a forma em que devem ocorrer: a maioria indica “a participação e mobilização nas ruas e ações diretas” (45%); a “atuação em associações ou coletivos, que organizam por alguma causa” (44%); “a atuação em conselhos, conferências, audiências públicas ou canais de participação desse tipo” (35%); a “atuação pela internet” (34%) e a “atuação em partidos políticos” (30%). Ainda, seis em cada sete jovens declaram que participam, já participaram ou gostariam de participar de coletivos e movimentos sociais.

A mobilização de massa nos protestos de rua em todo o Brasil desde junho de 2013 foi imprevista pelas autoridades governamentais e de poder econômico, mas não pelos movimentos sociais organizados. Com sua atenção voltada para as entranhas do poder institucional, por onde circula a vitalidade da sua manutenção, os analistas, assessor-

¹ Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010.

² Agenda Juventude Brasil: Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros, Secretaria Nacional de Juventude, 2013.

res, governantes e afins devem ter se lamentado por não prever a insatisfação da população, que vive um quadro social cotidiano carregado de problemas, sintetizado no questionamento profundo do modelo das cidades em que vivem.

Na condição de um país da periferia do capitalismo, vivendo intensas mudanças políticas e culturais, e no direcionamento da sua economia para o fortalecimento do mercado interno sob a lógica de relações com o mundo globalizado, o território brasileiro passa por grandes mudanças. E muitas delas vão deixando mais nítida a relação do desenvolvimento das cidades brasileiras com setores da elite econômica e política nesse processo.

Inúmeros programas foram criados entre os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff³, muitos deles voltados para a imediata diminuição da desigualdade flagrante e histórica no país, trazendo avanços nesse sentido. Mas, paradoxalmente, apesar de todo esse avanço institucional, com a retomada ampliada dos investimentos em habitação, consequência da derrubada do Plano Nacional de Habitação (PlanHab) e criação do programa Minha Casa, Minha Vida em 2007-2008, e no saneamento básico em 2009, as cidades se orientaram em uma direção desastrosa (Maricato, 2013; Fux, 2013).

A reforma urbana, necessária, já fora apontada pelos movimentos sociais organizados⁴. Em suas pautas de reivindicação, traziam sugestões e proposições competentes para que a reforma fundiária ocorresse dentro de modelos de equilíbrio ambiental. Porém, estas foram engolidas por um *boom* imobiliário intencional e calculado para o aumento da taxa de crescimento do setor da construção civil, investimento de capitais privados no mercado residencial. Ou seja, entrava em ação a máquina imobiliária deflagrando a especulação agora não mais como acidente episódico, mas como modelo intrínseco ao crescimento adotado na formação social brasileira, tal qual em países do primeiro mundo (Fux, 2013).

³ Bolsa Família, crédito consignado, Universidade para Todos (Prouni); fortalecimento da agricultura familiar; Luz para Todos; Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, entre outros.

⁴ Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU).

O quadro: dilatação do uso desordenado do solo nas cidades, principalmente aquelas instaladas na privilegiada zona costeira, com seus *resorts* que desalojam pescadores e populações nativas para instalar empreendimentos de luxo e exclusivos; edifícios elevadíssimos economizando palmos de terra diante do cada vez mais escasso espaço fundiário; aumento incomensurável do número de veículos particulares promovido pelo crédito que o governo estimulou para o financiamento do sonhado carro próprio, enquanto na mesma proporção decaem os serviços de transporte público em qualidade e oferta, além de elevar o seu custo desproporcionalmente à renda da população usuária desse serviço.

Ou seja, as cidades brasileiras nos últimos anos têm sido o paraíso da especulação imobiliária, que se alia à de outros setores sedentos do usufruto da oferta de serviços urbanos decorrentes da situação instalada, concepção orientada pelas necessidades mais gerais da “[...] acumulação e circulação do capital, cabendo ao planejamento (modernista) a tarefa de racionalização espacial através da competição entre cidades, em vez de regulação, negociação caso a caso” (Vainer, 2013, p. 37).

Nesse cenário, o transporte público foi o “ponto nodal” que mostrou o desastre da estrutura urbana, e Ermínia Maricato tem razão quando aponta que os protestos de rua são indissociáveis das condições das cidades. “Essa mesma cidade que é ignorada por uma esquerda que não consegue ver ali a luta de classes e por uma direita que aposta na especulação imobiliária e no assalto ao orçamento público” (Maricato, 2013, p. 19).

Os jovens investigados nesta pesquisa estiveram nas ruas em 2013. As manifestações contra o aumento da passagem de ônibus e a favor da Tarifa Zero no transporte coletivo, organizadas e articuladas pelo Movimento Passe Livre – São Paulo, foram responsáveis pelo desencadeamento da revolta popular que se instaurou tanto no estado de São Paulo como em inúmeras cidades brasileiras.

A conjuntura que levou aos protestos de junho de 2013 desencadeou uma cultura de aceitação dos mesmos, mas também de rejeição, colocando a população frente à necessidade de um posiciona-

mento diante do que as ruas estavam demandando. Uma conjuntura que, em março de 2014, mobilizou um verdadeiro aparato militar para controlar a multidão e deixou claro que manifestações são aceitas, porém nos limites de um enquadramento, cuja medida é dada pelo Estado policial que se declara protetor do restante dos cidadãos, mas age com o objetivo de proteger o *status quo*.

Os jovens que integraram a multidão nas ruas em junho de 2013 instalaram um cenário de protestos, revolta e indignação, e embora não houvesse unanimidade em relação ao que se queria, deixaram a evidência de um questionamento do modelo de desenvolvimento e o descrédito no modelo de representação política. Pode-se afirmar que a bandeira do direito à cidade sintetiza esses dois pontos. Embora os movimentos analisados não se fixem nessa única bandeira, à exceção do Movimento Passe Livre, a trajetória desta pesquisa autoriza a afirmarmos que esse pode ser um legítimo ponto de partida para pensarmos a tendência das ações coletivas juvenis hoje.

Assumindo a característica de um relatório de pesquisa, o texto que segue usa o tempo verbal correspondente às datas da sua redação, no caso, o momento da coleta e análise dos dados entre 2013 e 2014, o mesmo devendo ser considerado para a sistematização dos dados estatísticos disponíveis, ou seja, do ano de 2010, que constam no Anexo I. Iniciamos a exposição da pesquisa com uma revisão bibliográfica dos estudos sobre a participação política dos jovens, identificando o estado da arte do tema de estudos desenvolvidos sobre a atuação de jovens brasileiros. Tomamos como referência a crítica às abordagens que reduzem a participação política do jovem a um elogio do “protagonismo juvenil”, posicionado teórica e metodologicamente na perspectiva das abordagens do jovem como um dos sujeitos nas relações históricas. A seguir, desenvolvemos uma discussão sobre os conceitos de experiência e política que orientam as análises sobre o objeto da investigação, discutindo ambos os conceitos para entender o sentido da experiência política na formação das novas gerações e a sua significação para uma sociedade de democracia plena. Na sequência, explicitamos os procedimentos da pesquisa com os desdobramentos de sua aplicação. A análise do

material empírico coletado referente aos seis grupos estudados se completa com o capítulo final de análise síntese desse material, no qual são expostas as conclusões obtidas no processo de investigação. Constam dos “Anexos” os seguintes conteúdos: (1) “Panorama de indicadores da população jovem brasileira”, com a atualização de dados sobre a condição social dos jovens no Brasil conforme a busca realizada nos institutos de pesquisas oficiais; e (2) texto síntese da “Cronologia dos protestos nas Jornadas de Rua de 2013” que envolveram o Brasil naquele ano.

O PONTO DE PARTIDA

REVISÃO DA BIBLIOGRAFIA

A pesquisa *O estado da arte sobre juventude na pós-graduação Brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)*, coordenada por Marília Pontes Sposito, já deu conta de uma revisão dos estudos sobre juventude nesse período, quando produziu com abrangência e cuidado um mapa sobre diferentes temas que envolvem as discussões sobre a juventude e, entre eles, de modo mais pontual, o da interface dos jovens com a política.

Ao tomar como referência a concepção teórica de Jacques Rancière sobre a política, a autora mostra como os dissensos e os conflitos poderão ou não estar presentes nos estudos sobre os jovens brasileiros e que, se os estudos iniciais privilegiam a vida universitária juvenil, é preciso reconhecer que houve substantivas mudanças na composição social dos estudantes universitários, novas formas de ativismo, e novas vertentes de investigação surgiram com a redemocratização do país a partir de meados dos anos 1980. Esses pontos serviram de orientação metodológica para a identificação, nos trabalhos acadêmicos estudados, de vários eixos temáticos que abrangem: 1) a participação e a mobilização juvenil (secundária e universitária); 2) outras modalidades de produzir a ação coletiva nos espaços de participação; 3) a cultura e a sociabilidade política: como os jovens pensam e agem, sua relação com a democracia, sua ideologia, suas atitudes e valores de orientação; 4) os estudos da juventude na sua interseção com as políticas públicas e, ainda, 5) os estudos sobre as formas de desenvolvimento do protagonismo juvenil (Sposito, 2009, p. 176-177).

A presente revisão da literatura acadêmica, portanto, partirá da

classificação de Sposito quando analisa a interface dos jovens com a política, e pretende acrescentar ou retomar a gênese desse debate nos estudos acadêmicos na perspectiva de análise sobre esse eixo temático, considerando que: 1) o levantamento realizado por Sposito é datado; 2) o objetivo de nossa pesquisa é compreender o sentido da experiência de jovens ativistas de organizações independentes/autônomas que continuam atuando após 2006; 3) a observação dessa forma de experiência da juventude contestadora vem se revelando como uma tendência crescente do pensamento e da ação dos jovens contemporâneos que fazem política.

Antes, porém, julgamos necessário fazer algumas considerações sobre a abordagem do último eixo temático, ou seja, as formas de desenvolvimento do protagonismo juvenil, levantado por Sposito, que na sua pesquisa corroborou para a conclusão de que esse é um debate encerrado e que “[...] os estudos não evidenciaram que essa noção tenha configurado, de fato, um novo sentido para a prática política de jovens e sua inserção na sociedade” (Sposito, 2009, p. 197). Nesse sentido, há que se agregar que, apesar dos limites explicativos dessa noção, na vida prática ela tem sido usada como aporte explicativo do comportamento juvenil em intervenções sociais; das estratégias dos programas institucionais de controle do comportamento político de jovens, criando até mesmo uma falsa compreensão do seu alcance, que em muitas ocasiões pouco se distingue das ações assistencialistas. Assim é que julgamos necessário apresentar a crítica central dessa orientação para tomá-la como distinção fundamental do que, objetivamente, consideraremos o pensamento e a ação coletiva contestatória de jovens, para quem a política é um elemento de ação emancipatória da sociedade.

SOBRE O PROTAGONISMO JUVENIL

Considerado um conceito polissêmico, o termo protagonismo juvenil teve seu enunciado iniciado no discurso sobre a participação social da juventude em meados da década de 1990 (Souza, 2009). Está orientado por diferentes pressupostos que se adequam tanto à ideia de

fortalecimento da participação democrática dos jovens no cenário político nacional como a uma categoria que explica a concepção neoliberal sobre a juventude, a exemplo do seu uso recorrente para sustentar uma orientação política que desresponsabilizava o poder público da garantia de direitos para a juventude (Espindula, 2009).

Será Regina Magalhães de Souza (2009) quem situará, em um artigo, onde identifica o protagonismo juvenil como um enunciado que passa a fundamentar um discurso sobre a participação social da juventude em meados da década de 1990. Trata-se de discurso internacional, produzido e reproduzido pelo Banco Mundial, agências das Nações Unidas, organizações não governamentais e governos de diversos países europeus e americanos, entre eles o Brasil, segundo o qual devem ser formuladas e implementadas as chamadas “políticas públicas” especificamente dirigidas aos segmentos jovens das populações (Souza, 2008; Souza e Arcaro, 2008).

Souza considera que a participação dos jovens como *atores sociais* na formulação e implementação dos programas, projetos e medidas tem sido ponto central dessas políticas desde meados dos anos 1980 e que a menção a “atores sociais” pode ser encontrada na maioria dos textos que vêm sendo produzidos no campo das políticas públicas. De lá para cá, o discurso da participação da juventude foi se alterando e consta como propósito das instituições internacionais, como a Unesco, que financia consultorias, pesquisas e apoios sobre o tema a países como o Brasil, fortalecendo a noção de ator social como aquele indivíduo que realiza objetivos pessoais em um entorno constituído por outros atores (Souza, 2009, p. 15).

Para a autora, a expressão protagonismo juvenil tem sido usada tanto para designar um método, eixo ou princípio de uma pedagogia, cuja ênfase na atividade do jovem o deslocaria de uma situação de suposta passividade para a posição de “participação ativa” no próprio desenvolvimento e/ou no próprio conhecimento, como para evocar características que seriam inerentes ao indivíduo jovem, espelhado no “mito” da “geração anos 60”, especialmente a capacidade de colocar-se em posição de destaque ou de constituir-se no principal responsável por um conjunto de eventos (Souza, 2009, p. 20).

O enunciado toma como referência a “geração anos 60”, agora tornada mito, descontextualizada do tempo e da história, para analisar o comportamento da geração dos jovens que a precedem e que passam a ser interpretados como repetidores inautênticos e, portanto, isso levaria à busca das novas formas de participação da juventude:

Em outras palavras, o mito do “movimento de 68” fixou um modelo irrealizável às gerações posteriores, que se viram diante de duas alternativas: reeditar o mito, convertendo seu comportamento em simulacro e arremedo, ou desprezar o mito, incorrendo em alienação e incapacidade de consciência crítica. É possível identificar em grande parte dos textos acadêmicos produzidos no Brasil desde a década de 80 uma expectativa constante, nem sempre explicitada [...] e que pode ser assim formulada: “agora que o movimento estudantil – o mito – não mais é possível, quais seriam as novas formas de participação da juventude?” “na atual conjuntura política, econômica e cultural do país, qual seria a forma de participação juvenil?” Ou seja, é possível identificar no discurso sobre a juventude dos anos 80 e 90 a expectativa de reencontrar a política (Souza, 2008, p. 10).

Souza (2009, p. 10-11) lembra, também, do sentido da novidade dos novos movimentos sociais na década de 1970 e os seus pressupostos de autonomia em relação às representações, defesa dos direitos no âmbito das relações e práticas cotidianas, e não inseridas no processo de produção, e que atribuíram sentido a pequenos atos e manifestações que até então seriam considerados inconsequentes e desprovidos de significados que fizeram ampliar o universo da política.

Embora esse debate não tivesse como foco a reflexão geracional, dava indicações nas discussões sobre mudanças no movimento estudantil, quando da crítica da sua tradição, que desagregaria grande parte dos estudantes e levaria ao esvaziamento do movimento estudantil como recusa da sua concepção vanguardista/basista/hierarquizada de atuação coletiva.

Segundo Regina Magalhães de Souza (2009), a sua imagem é evocada imediatamente como a do jovem estudante da “geração 68”

ou “geração anos 60”, transformada em mito – que se fixa como um modelo irrealizável no presente. Diante da impossibilidade de reedição do mito, a autora indaga sobre as novas formas possíveis de participação da juventude e quais seriam elas, argumentando criticamente sobre a teoria da ação de Alain Touraine, que fundamenta o enunciado do protagonismo juvenil, para quem uma política de juventude deve incrementar nos jovens a capacidade de se comportar como atores sociais para realizar seus projetos pessoais. Ou seja, diante da falta de segurança e garantias de direitos nas instituições, na sociedade ou no Estado, a solução encontrada para o enfrentamento da ameaça de exclusão acaba sendo individual; o indivíduo deve fortalecer-se para buscar, ele próprio, a sua integração social em termos de realização de objetivos particulares.

Desta forma, as soluções coletivas e institucionais são substituídas por meios e iniciativas individualizadas e psicológicas de fortalecimento da personalidade uma vez que os jovens teriam que resistir a pressões sociais com ferramentas para isso, colocando a competitividade como elemento definidor da sua sociabilidade; estimula-se, assim, a ideia da luta do indivíduo contra as barreiras que impedem sua realização pessoal. A sociedade é agora um aglomerado de indivíduos insatisfeitos que devem entrar numa corrida de autodefesa. É compreensível então que estimular a autoestima, a autonomia, a capacidade de aprendizado para preservação da sua individualidade, o autogestionamento da própria vida, incentivar o jovem a ser sujeito da própria história serão os quase *slogans* que traduzirão objetivos de programas sociais com uma conotação política encoberta: a da formação educativa que leva jovens, tanto aqueles que vivem em situação de pobreza como aqueles que encontram no voluntariado assistencialista um sentido para a própria vida, voltarem-se para uma pressuposta emancipação social, quer dizer, nos limites adaptativos a uma sociedade que tem como base de sustentação uma desigualdade estrutural e que, sob esses mecanismos, não é alterada.

De forma crítica, Souza considera que essa atuação/participação se fundamenta na análise da teoria da ação, focada no fortalecimento do indivíduo no sentido da sua resistência orgânica e mental, na sua

integração social, na sua autoproteção visando à própria realização, e não à realização de pessoas que agem em conjunto. Tem-se, assim, o jovem formado na “capacidade de ser ator de sua própria vida”, “fazer projetos”, “escolher”, “julgar de modo positivo ou negativo”, e capaz também, mais simplesmente, de ter relações sociais, quer se trate de relações de cooperação, de consenso ou conflitivas (Souza, apud Touraine, 1998).

Assim o ator social persegue “objetivos pessoais” de agir sobre o meio ambiente, modificar o seu entorno social, ou interesses particulares, na medida em que não reconhece um propósito ou ideal comum à coletividade, a atuação social é uma (“nova”) forma de participação individual (Souza, 2009, p. 17). Na defesa dos seus “próprios interesses” e na qualidade de atores sociais, os jovens estão sendo chamados a participar da “formulação de políticas” e da adoção de decisões que lhes afetam, e pode-se supor que nos atuais processos e instâncias de consulta a organizações juvenis (conferências, conselhos, fóruns, reuniões diversas etc.) têm sido muito reduzidas as possibilidades de participação que provoquem a ruptura do preestabelecido e a radical alteração do curso dos eventos (Souza, 2008; 2010). E, ainda, o estímulo dos organismos internacionais e órgãos de governo à participação juvenil funciona mais como estratégia de construção de consenso em torno de políticas predefinidas e menos como oportunidade de reivindicação e intervenção.

Quando não remunerado, o trabalho é, por vezes, denominado “voluntário”, e sempre assume o sentido de contribuição ou contrapartida que deve o indivíduo-ator oferecer à “comunidade”, ao “meio ambiente” ou a seu “entorno social”.

E ainda:

[...] tal modelo de participação não consiste em “reinvenção da política”, como se costuma dizer, mas na sua contrafação na medida em que não é mera imitação ou falsificação, mas simulacro que assume sentido oposto ao das “novas formas” de política vislumbradas nos “novos movimentos sociais” e

manifestações estudantis das décadas de 70 e 80. As duas características básicas dos “novos movimentos sociais” da década de 70 [...] foram apropriadas e adequadamente incorporadas à noção de atuação social. A autonomia em relação ao direcionamento do partido ou do sindicato e à tutela estatal foi transformada na capacidade do indivíduo de entrar em atividade, ou fazer coisas, sozinho. [...] a atuação social é mecanismo de ajustamento e integração do indivíduo, transformado no único responsável pela manutenção da vida e pela sua inserção numa sociedade que não lhe oferece segurança e garantias (Souza, 2009, p. 18).

O jovem é aqui socializado para ser um indivíduo isolado e sem garantias, que defende interesses particulares ou objetivos pessoais perante outros indivíduos, com os quais estabelece relações de negociação, e realiza atividades em seu próprio benefício e dos outros. É essa matriz que possibilitou a produção de certos objetos de discurso, a ressignificação de várias noções e a emergência de alguns enunciados, entre eles, o protagonismo juvenil, segundo Souza (2009).

O *jovem protagonista* não faz parte da “minoría ativa” ou da “vanguarda”; não é o líder, representante, organizador, o que vai à frente. Ao contrário, todo jovem é chamado a ser protagonista. Protagonista de quê? De sua própria vida, já que nenhuma outra instância – Estado, instituições sociais, partido, sindicato, mercado – garante a existência desse indivíduo.

Elaborando uma síntese, a autora citada indica três ausências a serem destacadas no discurso do protagonismo juvenil. A primeira é a noção de luta – corporal ou verbal – travada no espaço público, encontra-se na origem do vocábulo. Para ela, nos dias de hoje, no entanto, realiza-se uma peculiar operação discursiva: uma assepsia da palavra, que mantém a noção de espaço público, despida, no entanto, da *noção de luta*. O espaço público transforma-se em cenário para a atuação social.

Uma segunda ausência é a *noção de poder*, em que a atuação social e o protagonismo não implicam participação no poder de decisão, nem implicam a contestação do poder instituído em qualquer

instância que se considere. Enquanto os movimentos de juventude dos mitológicos anos 1960 faziam um questionamento da ordem social e política, a atuação social de nossos dias promove a integração e o ajustamento. Interessante observar que, enquanto a noção de poder – como objeto de luta ou como alvo de contestação – estava presente nos movimentos de juventude das décadas passadas, a noção de protagonismo estava ausente. Nos dias de hoje, por outro lado, tanto o enunciado *protagonismo juvenil* como a noção contemporânea de juventude têm sido usados para nomear, retrospectivamente, as manifestações do passado.

A terceira ausência é a *transgressão* – no comportamento e na palavra. A palavra transgressora, essencial na política concebida como a possibilidade do novo e da mudança, está ausente no discurso que prescreve a atuação social.

Ausentes a transgressão, a luta e a contestação ao poder, a política pôde se reconciliar com a juventude, na forma da atuação social e do seu corolário, o protagonismo juvenil. Hoje toda a juventude (não mais a mesma juventude) é conclamada a “praticar” política (não mais a mesma política). Por outro lado, o passado transformado em mito talvez possa iluminar os caminhos do presente, sugerindo não a repetição, mas a possibilidade de criação de novas formas de participação que não abdicuem da transgressão, da contestação e da luta.

Nos alongamos propositalmente nesse debate porque essa perspectiva desenvolvida por Souza nos auxilia a compreender a necessária distinção do uso do conceito de ator social atribuído ao jovem contemporâneo, que elimina a reivindicação frente às desigualdades sociais e à luta política, frente às contradições estruturais da sociedade na sua atuação, porque entende a ação como atividade individual de negociação ou de realização de coisas.

Agregando outros elementos à conclusão crítica de Sposito (2009), consideramos que a leitura da participação política na perspectiva do protagonismo, como apontou Souza (2009), nos afasta do conhecimento histórico, substituindo-o por uma representação predefinida da ação política, referida numa ação política instrumental da realidade social dos jovens brasileiros. Ou seja, uma análise com essa

perspectiva não se sustenta como referência para compreender a experiência da política do jovem como sujeito social. Referir a participação política dos jovens brasileiros implica a compreensão das relações societárias que os envolvem, o que faz que ao buscar a sua forma de expressão contemporânea, temos de nos remeter aos diferentes tempos que construíram a sua narrativa.

SOBRE A JUVENTUDE COMO SUJEITO HISTÓRICO

A perda das utopias coletivas que grande parte da geração de jovens viveu nos anos 1960 e 1970 foi pautada como meta ideológica pelos ideólogos do regime militar (1964-1985), através da farsa da segurança e força de um Estado autoritário (Martins, 2004, p. 5), em todas as esferas da vida nacional. Viveu-se um controle e uma infantilização da consciência da população, uma despolitização e alienação dos indivíduos com relação aos grandes problemas nacionais em conjunção com o processo material de privatização da economia. Empurrou-se toda uma geração para uma socialização de estratégias egoístas de sobrevivência, uma mentalidade competitiva, individualismo, falta de solidariedade nas microrrelações. Semelhante ao que ocorreu nos demais países da América Latina que tiveram suas ditaduras nesse período, esse processo político no Brasil se deu em sintonia com o que Ridenti (2010) denominou de “encontro com a modernização”.

Alguns elementos devem ser registrados desse período, pois estabeleceram uma herança cultural e política como regra de formação de toda uma geração que viveu após o AI-5 e se impuseram como uma pauta conservadora para o país. O crescimento vertiginoso da urbanização das cidades que hoje pode ser analisado como precursor dos grandes problemas de infraestrutura que comprometem a qualidade de vida da população das cidades grandes e médias, levou ao crescimento urbano, desdobrou-se e formou um “nó cego de problemas”, entre eles o aumento das ocupações urbanas, o impacto demográfico e grandes desequilíbrios regionais. Fora da pauta do pensamento da esquerda política no período, os problemas urbanos são hoje motivo de intervenção e questionamento no engajamento político das juventudes contestadoras

que atuam partidária ou independentemente. Os movimentos de bairros, de comunidades e das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) dos anos 1970 foram a base da sustentação da resistência, que mais tarde, no final da década de 1990, retornam com força e são acompanhados de uma legislação que lhes dá suporte legal para atuação de pressão sobre os parlamentos municipais, estaduais e federais.

No plano econômico replica-se, no período, o apoio à privatização da economia; uma tendência crescente do assalariamento; um aumento da concentração da renda do trabalho; o aumento dos níveis de mercantilização das relações de troca e monetarização do trabalho; o avanço das grandes oportunidades educacionais; massificação da educação, que abre a oportunidades; o rejuvenescimento e a feminilização da população economicamente ativa (PEA); intensa penetração dos meios de comunicação de massa com a difusão de produtos industriais, bens que realizam os desejos de consumo da vida urbana de uma população que começa a aprender a “ser moderna”; também, a recomposição e reorientação das classes populares com a eliminação dos resquícios pré-capitalistas no campo, onde tem mais espaço o chamado sindicalismo moderno *versus* corporativismo da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); a aceleração da indústria cultural, que abafa as tradições nacionais e populares camponesas (Ridenti, 2010).

No que diz respeito diretamente à juventude do período, o trabalho passa a ser uma realidade para essa população como parte integrante e estrutural do processo social de produção. O trabalho adquire, como afirmam Madeira & Bercovitch (1986; Madeira, 1989), características de liberdade/autonomia relativa para aquisição dos bens de consumo oferecidos. Passa a ser, também, trunfo de negociação no espaço familiar e é fonte complementar para o próprio consumo, o que se reforça na década seguinte. Paulatinamente, essa que é chamada de “geração AI-5” (Martins, 2004) começa a ser apresentada à coerção, diferente e combinada, que a repressão política, em conjunção com os ideários da indústria cultural, impõem com o afastamento da contestação revolucionária da época. Promove, assim, um aprendizado produzido na passagem para uma ideologia subjetivista que colocava em jogo as transformações dos problemas sociais em conflitos individuais.

Ou seja, como argumenta o autor citado, os protestos são substituídos pela indiferença, princípio máximo do autoritarismo que, ao final e ao cabo, desdobra-se como uma das características do indivíduo com personalidade autoritária, aquele que, também, reage sob o comportamento defensivo dominado pelo medo de ser débil; tem a necessidade da aprovação do outro para aliviar sua ansiedade pessoal; considera o outro, se superior, temido e admirado, e se inferior, desprezado e humilhado; tem a valorização da autoridade como formadora da ordem social; é intolerante com a ambiguidade, por isso mesmo torna-se sensível à rigidez do poder e do conformismo

O reerguimento tímido do movimento estudantil em meados de 1970 retrata bem a incorporação do mal-estar que a ditadura trazia para o interior das organizações e as dificuldades, desdobradas em muitos aspectos: com o acirramento da ditadura, novos territórios de intervenção sociais interessavam aos estudantes, para intervenções consideradas mais consequentes e mais radicais como os movimentos populares urbanos e a guerrilha urbana e do campo, o que a distância de décadas desses fatos reconforta o pesquisador ao constatar na história as escolhas de classe de parcela dos estudantes brasileiros.

Pois bem, a sociedade havia mudado, como revelava o comportamento dos setores sociais dos quais provinham os estudantes (Ribeiro Netto, 1985). A própria universidade revelava essa mudança com suas reformas estruturais que atingiam a formação dos jovens, agora com o aprofundamento da fragmentação entre o conhecimento técnico e o humanístico. O foco passa a ser a preocupação com a administração da universidade como espaço da formação especialista e o reforço de sua representação como espaço da oportunidade de ascensão social, bandeira de exigência do próprio movimento estudantil, cujos militantes provinham em grande parte da classe média. Isso repercutiu não apenas na organização política da categoria, mas além da separação dos estudantes dentro dos campus universitários, no afastamento de parte da juventude, que se questiona sobre o sentido de o movimento estudantil estar sendo dirigido com a concepção política dos anos 1960, crítica ao discurso cindido que o orientava então, colocando em antagonismo estudantes x entidades x movimentos.

Em síntese, foi uma geração que esteve sob a influência e a vigilância da manifestação degenerada da autoridade – o autoritarismo de Estado.

Os anos 1980 começam, portanto, trazendo indecisões, discordâncias e exigindo posicionamento não só dos estudantes como do jovem brasileiro em geral, agora diante de uma recessão econômica, da elevação dos níveis de desemprego e aumento do subemprego, que repercutem como deteriorização do padrão de vida da classe trabalhadora. Assim, o quadro desse período está para os jovens numa relação que inverte a escolha pela sua liberdade e sua emancipação da família que os anos 1970 prometiam para sua vida, e passam a enfrentar a realidade de que para estudar, ou continuar estudando, precisariam trabalhar.

Motivados pela ideologia que apregoa a autonomia e as vantagens do sucesso individual, os anos 1990 traduzem as expectativas de classe média em relação à escola como meio de ascensão e entram na onda dos indicadores da elevação da participação da população no mercado de trabalho. Segundo Felicia Madeira (1989), a relação com a família é ambígua, de conflito e solidariedade.

Peralva (1997) considera que a relação da crise econômica nesse período não foi direta porque as camadas médias assalariadas ficam (ao longo dos anos 1980) mais desprotegidas ante a inflação do que as camadas pobres, que sentem menos o seu peso devido ao nível de vida já baixo. Os pobres beneficiaram-se de certo progresso no nível de escolaridade (acesso), planos de políticas compensatórias, elevação geral do nível de vida dessa população que tem a ver com os processos que levaram à generalização de um individualismo de massa e ampliação do acesso do consumo.

O trabalho na década de 1990 permanece como experiência cotidiana da juventude, mas deixa de ser elemento central. Sob um modelo econômico que planejou uma reestruturação produtiva e desregulamentação das relações de trabalho – privatização generalizada em diversos setores da economia, enxugamento da máquina pública, inserção do país no sistema financeiro internacional, novo padrão de acumulação, assunção de que o bem-estar é função de âmbito privado

(Estado Mínimo) e a descaracterização clara dos conflitos de classe. Os jovens brasileiros de qualquer classe e diferentes níveis de educação passam a viver, ainda, o desemprego compartilhado entre jovens. Para Zaluar (1997), antes os mais pobres iam para a construção civil, para o comércio, os de classe média se empregavam em bancos e indústrias, e os mais ricos entravam no mercado de trabalho depois dos 20 anos, com diploma, para cargos gerenciais. Nesse período, o resultado foi a angústia, a frustração, o desespero ante o desemprego intelectual: jovens que não encontram vaga na sua área de formação e se submetem a um emprego que exige qualificação inferior.

No intenso estudo a respeito do estado da arte sobre juventude, Sposito (2009, p. 126) constata que após os trabalhos de Forachi sobre os jovens e a ação estudantil, os esforços de investigação sobre as temáticas da juventude, seus grupos e movimentos sofreram uma visível estagnação, e o tema foi relegado a uma posição marginal nas pesquisas acadêmicas. Será somente nas décadas de 1980 e 1990, no período de redemocratização do país, que esses estudos serão retomados.

Tal como naquelas décadas, a realidade evidenciou que as instituições contam com os jovens para seus projetos políticos, integrando-os em grupos controlados por adultos, mas não anulam ou neutralizam a sua capacidade de autonomia, de contestação ao velho (Groppi, 2000) e de organizar-se politicamente. Assim, será em meados da década de 1990 que o revigoramento do tema da participação política das novas gerações direcionou-se para a explicação das novas sociabilidades históricas inter-relacionadas, e passam a ser observadas as categorias sociais, culturais, políticas (classes sociais, nacionalidade, internacionalismo, gênero, etnia, religião, filiação partidária, ideologia, associativismo, movimentos sociais e outros).

SOCIALIZAÇÃO EM CRISE

Os jovens hoje são educados hoje sob a crise de um modelo. Vivem em uma temporalidade cuja sequência de acontecimentos e conjunturas são cristalizadas na duração de cronologias, ou seja, vivem a idealização de uma trajetória de vida na qual os indivíduos devem

se formar durante a juventude, trabalhar na vida adulta e repousar na velhice, segundo Peralva (1997).

Segundo a autora, essa crise mencionada é resultante de exigências da reordenação funcional da relação entre Estado e sociedade civil, instituições sociais, movimentos sociais, atores e novas demandas, ao que acrescentaríamos, também, que têm papel fundamental as mudanças das relações econômicas, que auxiliam na identificação de quanto a juventude se ressentida das transformações mais gerais do mundo contemporâneo, que afirma a temporalidade de um presente contínuo. Hoje, as injunções de um mundo modificado e um ordenamento cultural configurativo reforçam o aprendizado das novas gerações entre os diferentes grupos etários, entre indivíduos que convivem num ritmo marcado por sua subjetividade e experiências sociais diversas que entram em contradição.

Estão postas, então, as condições para o surgimento de uma nova sociabilidade decorrente desse processo de descronologização que incide sobre a vida de cada indivíduo, que não toma como referência pautas transmitidas da experiência passada como elementos de ordenação e controle do futuro. E os jovens são os principais sujeitos dessa mudança, o que não é atributo apenas desse tempo presente, cujas consequências se revelam de modo mais perverso sobre aqueles jovens pobres, acelerando a lógica funcional e invalidando as referências do ciclo de vida, que balizam os limites entre uma idade e outra, entre uma geração e outra.

Hoje os jovens entram mais tarde no mercado de trabalho, enquanto os adultos saem mais cedo, no momento em que o ciclo de vida se alterou (a esperança de vida é maior); os significados simbólicos de atributos se alteraram: tem-se acesso ao controle do próprio tempo, ao carro, à sexualidade, à moradia independente, ainda que o desemprego obrigue a permanecerem por mais tempo na casa paterna, o que se configura tanto como um fenômeno social como cultural (Peralva, 1997).

Nesse sentido, ganha relevância a discussão dos elementos apoiados no processo de pesquisa sobre a contestação juvenil, indicando que as manifestações coletivas dos jovens são críticas a práticas políticas tradicionais e se revelam diferenciadas no cenário dos mo-

vimentos sociais. Mesmo assim persiste a influência da grande mídia alimentando o senso comum de que não existia mais a política na vida dos jovens, o que não sensibilizou a academia para verificar o contrário. Estávamos entrando nos anos 2000.

PERCEPÇÃO E ENFOQUE SOBRE A JUVENTUDE (E A POLÍTICA) PÓS ANOS DE CHUMBO

As pesquisas sobre a participação política e as ações coletivas juvenis, que constituem parte do campo da sociologia da juventude, têm constatado nos últimos anos o caráter volátil do envolvimento do jovem em causas e projetos. Recorrentemente, constata-se a discussão sobre o afastamento do jovem das instituições políticas, exposta em diversos trabalhos focados em experiências regionais ou processos participativos que envolvem os jovens.

Os pontos que se destacam nesses trabalhos, ainda que abordados analiticamente de modos diferenciados, se aproximam nos seus resultados se contextualizados no conjunto histórico das práticas institucionais em nosso país. Podemos considerar que convergem nas seguintes conclusões, mesmo que provisórias, de uma conjuntura: o desinteresse pela política; a pouca confiança nos políticos; o descrédito nas grandes transformações; alguma importância atribuída, ainda, ao voto; a despolitização generalizada no contexto da sociedade brasileira e que repercute diretamente entre os segmentos juvenis; a apatia, o distanciamento e a desconfiança entre o próprio grupo; a rejeição, e até aversão, quase generalizada em relação aos assuntos políticos, quer de participação direta ou de caráter informativo; a crise da política afasta os jovens, o que os leva à busca do reconhecimento social por meio do consumo ou de ações voluntárias de ajuda social, um engajamento produzido “fora das cores da política”, visando nele sua integração e criando novos territórios de pertencimento (Keil, 2004; Projeto Juventude, 2004); um sentimento antipolítico existente na juventude contemporânea, mesmo entre aqueles que estão expostos a experiências que envolvem a população, o que permite inferir que, apesar das organizações da sociedade civil (sindicatos, associações,

clubes de diversas naturezas), de acordo com processos internacionais, existe uma erosão das bases democráticas e políticas existentes na cultura política (Lucas, 2004, p. 204); um descompromisso com as causas sociais mais amplas (Sousa, 1999).

As ações coletivas juvenis dos últimos anos indicam que a fragmentaridade e a descontinuidade são referentes importantes que estão compondo a cultura política e a formação da consciência social das novas gerações, e sinalizam formas de contestação de uma institucionalidade que não responde a expectativas dos jovens contemporâneos (Melucci, 1997).

Assim como as pesquisas dos anos 1960 se debruçaram sobre a juventude e confirmaram a sua referência num projeto que problematizava o futuro, auxiliando-se de uma teoria da transformação social e da crítica histórica, a pesquisa social do presente vive a necessidade, e também a dificuldade, de relacionar-se multidisciplinarmente para compreender as formas que assumem a contestação e a recusa dos jovens ao estabelecido. Ou seja, como eles se insurgem contra as relações que transformam o indivíduo na negação de si próprio através da ideia de que cada um pertence a si mesmo, enquanto a coletividade manipulada é a própria negação do indivíduo (Horkheimer, 1976).

Se as pesquisas têm demonstrado a incipiência do envolvimento juvenil com as instituições de natureza política, certamente não será nesses espaços que encontraremos um “padrão” de referência da atuação juvenil, espaços que se revelem propositivos e orientados por uma teoria da ação. Ou seja, ou abrimos as perspectivas e o alcance de nosso campo de observação, ou, com grande probabilidade, podemos estar procurando o objeto do pensar e do fazer política para o jovem contemporâneo fora do lugar. Estaremos distorcendo a realidade quando percebemos a incipiência do envolvimento institucional da juventude sem nos debruçar, ao mesmo tempo, sobre o fato de a sua presença chamar atenção tanto pela dispersão como pela contundência episódica (Sousa, 2007).

Essa observação da sociabilidade política dos grupos juvenis começa a ser inscrita por intervalos, na educação e nas Ciências Sociais de meados dos anos 1980 e meados dos 1990, nas pesquisas sobre os

grupos culturais ligados à cena *underground* urbana e da periferia dos grandes centros urbanos. Os trabalhos sobre *punks* e *darks* (Caiaffa, 1986; Abramo, 1994; Diógenes, 1998; Sposito, 1994) identificaram o que até então estava encoberto: há movimentos de contestação de uma geração de jovens nascidos após o regime militar que se diferenciam e questionam o mundo adulto/a sociedade de modo próprio, original, que conjugam a influência dos movimentos culturais do exterior à nova realidade social e política do país e demarcam a condição juvenil como um ciclo de vida que constitui uma forma de ser e não de apenas passar por uma etapa de vida. O seu caráter político-educativo de classe, e de defesa racial, incentiva o aspecto reivindicatório por melhores condições de vida, numa movimentação visível do retorno do jovem como ator político – cria um território crítico de ação simbólica e cultural, descobrindo-se socialmente por meio da arte, produzindo uma identificação própria como sujeito político (Sousa, 2002).

Por exemplo, o movimento de cultura de rua promoveu mudanças de comportamento, de hábitos de consumo, de padrões estéticos (a exemplo do estilo de vida de gangues juvenis dos subúrbios dos grandes centros da América do Norte), imprimindo uma ética particular e incentivando a mudança do princípio individualista em suas vidas para o sentido coletivo. O seu caráter político-educativo está para a defesa racial e de classe, tanto quanto incentiva o aspecto reivindicatório por melhores condições de vida, numa movimentação visível do retorno do jovem como ator político – cria um território crítico de ação simbólica e cultural –, que se descobre socialmente por meio da arte, produzindo uma identificação própria como sujeito político.

Desde o final da década de 1990, o Movimento Hip-Hop no Brasil vem provocando o interesse de estudos das Ciências Sociais como movimento social (Andrade, 1999), bem como dimensionando suas intervenções e militância política no espaço público diante do afastamento das ações institucionais efetivas do Estado para o segmento social juvenil. Tem sido apresentado e analisado nas diferentes dimensões que o caracterizam: como estilo dos grupos musicais de *rappers* integrados a um movimento estético-político, construído no espaço das ruas, não se resumindo para os jovens a uma proposta estética, mas

como uma arte engajada (Silva, 1999, p. 23); como um estilo musical que tem como objeto a denúncia das desigualdades e da discriminação (Guimarães, 1999, p. 47); como uma arte integrada ao lazer e à mobilização social, que se pretende formadora de opinião (Tella, 1999, p. 63); como um movimento social dos jovens excluídos, em sua maioria negra, em torno da “cultura hip-hop” (Andrade, 1999, p. 86); como um movimento que afirma a identidade do jovem de periferia e propõe a ação, o autoaperfeiçoamento, a expressão e o autodidatismo – “uma utopia em meio a uma aridez sem precedentes no espírito mundial” (Pimentel, 1999, p. 106).

Nossa incursão pelo Movimento Hip-Hop¹ indicou uma trajetória de projetos e mudanças internas na sua organização, mostrando a confluência entre a sociabilidade política e a cultural na vida do jovem da periferia urbana.² Os dados de pesquisa revelaram que o Movimento Hip-Hop não se esgota como manifestação cultural identificada com interesses políticos que o instrumentalizam, mas confere um papel político à cultura que promove. A cultura produzida por esse movimento parece conter um sentido mais ampliado, referindo-se ao elemento político com o qual aqueles jovens tentam recuperar uma relação social sob outras referências. Reside aí a afirmação da “natureza política” do movimento.

Será preciso, então, partirmos de outros pressupostos, ou seja, percebermos o que há de político no que os jovens fazem, pois hoje não se trata de identificar nas formas da política constituída o pensamento político dos jovens, mas nas formas e expressões da cultura e da sociabilidade juvenis – portanto, materiais e simbólicas – a sua concepção e o vínculo desejado, como política.

Essa é uma inversão fundamental que nos colocou sob a mira

¹ Em dados coletados junto aos membros do movimento no Ceará, no final de 1999, 2002 e, novamente, no início de 2006.

² É contundente, nesse sentido, o depoimento de Milton Salles, articulador da velha guarda do Movimento Hip-Hop e idealizador de diversos grupos de *rap* como o Racionais MC's, em dezembro de 1998, quando afirma que “a revolução pretendida tem como arma a palavra conduzida pela música, para ganhar a força do consumo da massa de jovens”.

de outros conceitos explicativos que embasam uma teoria crítica da sociabilidade juvenil. Esta última pode nos indicar para onde aponta a participação política da juventude contemporânea, tendo em vista a medida e o sentido que os jovens vêm atribuindo às suas experiências, num contexto de individualismo e indiferença coletiva, e, ainda, elaborando o impacto das contradições sociais nas suas redes de sociabilidade e como as “devolvem” para o contexto/para a sociedade.

Na mesma década foi ficando evidente que os jovens continuavam se organizando: tanto aqueles que apostavam no alcance sistêmico através das instituições modernas e das suas leis, como os que agiam para desmistificar uma dimensão estreita da cultura política, aquela que reduz o conceito de participação política à visão parlamentar. Eram jovens que atuavam em movimentos sociais, grupos de afinidade, como os investigados por Sousa (1999), que faziam parte de grupos de defesa racial, os anarcopunks, ligados às pastorais da Igreja Católica. Os indicadores qualitativos da relação destes com a política mostravam que jovens militantes desses espaços, com expectativas diversas em relação ao trabalho organizativo, dedicavam parte do seu tempo a um grupo, permitindo que ele ocupasse um lugar de importância em sua vida.

As histórias de vida de jovens militantes em Florianópolis (SC) nesse período traziam a característica comum de buscarem afinidades em outros espaços de atuação além dos institucionais. Essa vivência comum não é suficiente para explicar o seu posicionamento e escolhas políticas, pois as situações vividas também interferiram nas mudanças que se processavam influenciando suas escolhas. Essas mudanças ocorrem de modos diversos e são assimiladas de modo singular. As relações que vão se construindo são fatores tanto de aproximação a determinadas causas e ideias como de escolhas, delimitando o universo das preocupações sociais e culturais das pessoas e determinantes nas suas decisões futuras (Sousa, 1999, p. 194).

As condições econômicas daqueles jovens influenciavam o tipo de sua participação social, mas também outras variáveis interferiam como questões práticas na luta por direitos sociais, entrecruzando-se com a necessidade gregária de busca de apoio no grupo para realizar sua disposição pessoal de doação e sentirem-se úteis. Naquele mo-

mento, os jovens: – *buscavam o reconhecimento de sua individualidade*, ou seja, fazer política, para esses jovens, não pode abafar a individualidade, o grupo era como uma referência alternativa, *o coletivo devia incorporar a forma de ser de cada um*; – traziam para dentro do grupo uma espontaneidade que permitia admitirem, entre si, os erros de sua atuação; – ser feliz na militância era o contrário da seriedade da dedicação a uma causa movida pela introspecção e o desmedido altruísmo como sentimentos desenvolvidos em práticas políticas passadas. Ao contrário, aqueles jovens não cabiam mais em tempos em que a preservação das individualidades, embora sob controle social, são aceitas como legítimas; – tinham muita consciência do momento social e político que viviam; *desacreditavam das organizações partidárias*, sendo então os seus maiores críticos à época. *O poder era criticado, e muitas vezes os partidos eram rejeitados*. Distanciam-se da militância da política institucional. O discurso sobre os problemas políticos sofria de uma ausência de análise, era fragmentado e distante de alguma orientação mais sistemática.

Alguns tinham uma visão histórica do trabalho que desenvolviam, outros não se desvencilhavam da percepção imediatista de uma atuação localizada e de horizonte indefinido. Mas, segundo a autora, certamente, sem exceção, expressavam o pensamento da sua época com respostas dentro do quadro de possibilidades de minorias atuantes: *não se submetiam a verdades inabaláveis, nem otimismo ou pessimismos indestrutíveis*. Apesar de correrem em terreno ainda muito incipiente, a ação política dessa nova geração foi uma forma tímida, e ao mesmo tempo desiludida, de fazer frente à realidade globalizada. Nesse sentido, não há contradição entre a “nova ordem global” e a ação local em que estavam engajados (Sousa, 1999).

Naqueles jovens ficava identificável um discernimento que os diferenciava e os aproximava da juventude revolucionária de três décadas antes, o que os tornava multiplicadores de uma nova ética, aquela distinta na forma de agir da sociedade, mas significativa para a possibilidade de reinvenções das utopias.

Em uma argumentação mais contundente, (1) poder-se-ia cobrar dos jovens militantes nos anos 1990, apesar de não se constituírem

como sujeitos classistas, um objetivo de emancipação humanizada na medida em que, sob a forma burguesa, o discurso da transformação não será um discurso sobre o “impossível” se não ultrapassar a forma-mercadoria (Kurz, 1991). Não chegaram a tanto. Não podemos exigir-lhes o que não podiam significar, tanto pelas condições objetivas como pelas subjetivas; (2) aqueles jovens militantes fizeram parte de uma geração individualista, que não “quer abrir mão” de seus desejos: não havia causa coletiva que os arrebatasse para uma condição que tivesse como limite rever sua autonomia individual. Eram como a expressão do contraditório de uma sociedade que veicula ideias de preservação da individualidade sob relações que só se realizam por meio da massificação. Segundo Sousa, eram o exemplo de uma individualidade que procura estar no coletivo, sem deixar-se subjugar por ele, embora dedicassem ao mundo público, e não ao privado, grande parte do seu tempo. Isso possivelmente diminui a convivência angustiada com seus conflitos e a psicologização dos problemas objetivos; (3) a “centralidade” com que os espaços organizativos movimentalistas direcionam a centralidade da juventude na proposta de ações locais pode parecer incompatível do ponto de vista da nova realidade cultural global. Porém, ao contrário, o aprofundamento das microrrelações tem resgatado a ação coletiva na defesa de necessidades sociais não resolvidas, ainda muito presentes na realidade brasileira. As microrrelações têm um apelo mais forte do que a sedução da realização individualista pura e simples. A “nova ordem global” encaminha a realização do indivíduo, deslocando-o da política para o imaginário de valores que, como vimos, pertencem a um novo modelo de dominação.

Nessa direção, um olhar atento sobre a juventude evidencia a importância da sua educação pelo seu engajamento político nos movimentos sociais de hoje, e na luta pela terra, pela moradia, pelos direitos sociais e raciais, pela preservação da vida contra a violência, pela aplicação dos direitos constituintes na condição da infância e da adolescência marginalizada etc.

Para Sousa (1999), era certo que a ação política desses movimentos sociais dos quais fazia parte essa geração de jovens oferecia limites de seu alcance social, o que era plausível num período de tran-

sição histórica, que permitiu, também, a mudança do comportamento político entre gerações. Durante essa década, período pós-ditadura, a população em geral, inclusive os jovens, assimilou as mudanças de modo gradativo e ainda não estão visíveis as consequências históricas resultantes da rebeldia que ainda permanecia sob nova forma de participação política, como a dos movimentos analisados. O novo e o velho estavam presentes na forma pela qual os jovens faziam política, para cobrir a dimensão da busca e da criação de sonhos das novas gerações, como expressão contemporânea entre a prática política de um passado recente, cujos objetivos estavam bem definidos, e da busca de outras utopias, e, quem sabe, de um novo ideal socialista, trazido pela necessidade de uma redefinição diante da vida que estavam construindo.

Engajados no movimento social, os jovens estavam se apropriando de sua juventude, em um contexto desfavorável para tal, sob a hegemonia do mundo das mercadorias.

Segundo a autora, a observação desses movimentos jovens fazia perceber quanto eram praticadas noções básicas de democracia, de ação direta, e quanto neles se realiza o possível da “liberdade efetiva de pensar” (Castoriadis apud Sousa, 1999). E se o espaço privado era refúgio da regressão e desculpa do esquecimento histórico, fora do mundo particular ainda havia espaço para as pessoas reagirem (Sousa, 1999), não ficarem estritamente entregues à ação do egoísmo e do individualismo, no contexto de uma racionalidade que está atropelando a todos, que não os instrui para serem livres e não lhes oferece um espaço público com um pensar interrogativo e criador, uma resistência à lógica da fragmentação.

Os jovens militantes são quadros políticos em formação, mas já tomam a política como parte e possibilidade da elaboração de seu projeto de vida. Vivem a tensão da racionalidade, mas consideram o grupo depositário do futuro contra a regressão. Como as gerações de jovens militantes deste século e dos anteriores, eles são o elo entre a memória e o esquecimento histórico.

Esses jovens ainda não haviam sido influenciados pela onda que vinha dos movimentos independentes no norte da América e da Europa, mas já demonstravam a tendência crescente de participação em

coletivos fora dos espaços institucional, parlamentar, nos aparelhos políticos, mas nas aspirações cotidianas ligadas ao mundo do trabalho, do lazer, nas dificuldades do dia a dia como forma de ação cujo comportamento deveria se orientar pelo exercício de valores éticos. Indicavam, também, que o tratamento analítico do segmento juvenil deveria ir além da própria juventude e referir-se à participação política contemporânea que já se encaminhava para uma atuação difusa, plural, socialmente desigual dos sujeitos políticos no cenário social.

No estudo das ações coletivas juvenis³ (Lüchmann; Sousa, 2005) encontramos uma presença política nessa outra dimensão apontada, difusa mas crescente, de jovens tanto no Brasil como em outros países da América Latina e da Europa. Nos grupos estudados salta o sentimento anticapitalista; a busca do grupo como elaborador das alternativas possíveis; as articulações e organizações autônomas independentes da ordem constituída.

Sistematizamos de forma mais detalhada essa tendência visando entender seu comportamento no quadro da emergência da forma, mais aproximada ou distante, de uma nova sociabilidade política própria do jovem contemporâneo, em que as expressões culturais, artísticas são parte composta dos protestos mostrando que a política pode tomar dimensões mais abrangentes.

O VELHO E O NOVO NA EXPERIÊNCIA POLÍTICA DOS JOVENS CONTEMPORÂNEOS

Nas décadas de 1970 e 1980, o movimento estudantil brasileiro foi objeto de pesquisa em diversas áreas do conhecimento, de que são exemplos importantes os trabalhos de Foracchi (1972; 1977), Albuquerque (1977a; 1977b), Sanfelice (1986), Martins Filho (1987;

³ Projeto “Ações Coletivas Juvenis, Formação Política e Processos Educativos” desenvolvido na Linha de Pesquisa “Sociabilidade Juvenil, Gênero e Educação”, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, que vem estudando a bibliografia contemporânea especializada sobre o assunto e coletando dados junto a movimentos de caráter cultural e político com a participação de jovens ou protagonizados por eles.

1996; 1998) e, posteriormente, Cardoso (1990; 1998).

Ao analisar os coletivos do movimento estudantil nacional, Mesquita (2001) encontra, no início da primeira década dos anos 2000, também a nova e a velha forma de atuação política entre jovens universitários, identificando múltiplos e diferenciados canais dessa experiência. Para ele, isso sinalizava a emergência de novos atores juvenis com atuação nos mais diversos campos discutindo e construindo coletivamente, por exemplo, políticas públicas para o segmento, participando de ONGs, movimentos juvenis de cunho cultural etc., o que demonstrava outras demandas juvenis, bem como suas outras formas de organização. Na pista das novas sociabilidades políticas dos coletivos jovens, perguntou como as novas sociabilidades emergentes no meio juvenil colaboravam na formação de uma nova sociabilidade militante no interior do movimento estudantil. Concentrando seu trabalho de campo nas organizações estudantis como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e acompanhando dois de seus congressos, observou que é nesse contexto que se originam grupos que se organizam para tentar implementar pautas mais diferenciadas como a da causa negra, a de gênero, da cultura, da paz, do primeiro emprego, entre outras, o que evidenciava que o movimento estudantil (ME) passava por um processo de ampliação de sua identidade e que a fragmentação e dispersão acentuadas, características dos anos 1990, ainda permaneciam expressas na sua identidade, pulverizando suas ações (Mesquita, 2003, p. 146).

Numa observação etnográfica dos encontros congressuais dos estudantes, Mesquita (2001) identificou aspectos simbólicos importantes para a compreensão de suas novas relações políticas e destacou a dimensão visual e estética, que envolve o espetáculo e a teatralização nas manifestações e protestos como elementos dessa nova sociabilidade.

A roupa, a indumentária, os painéis, as performances etc. continuam sendo, como no passado, elementos importantes para comunicar e decodificar as intenções políticas de cada grupo. A aparição de símbolos e mitos nas expressões de estilo também permanece como elemento de comunicação entre os estudantes. [...]

Porém, é preciso ressaltar que este aspecto pode ser ressignificado atualmente num contexto de uma concepção política enquanto espetáculo, como aponta Ribeiro (1994). Há uma supervalorização do aspecto estético que assume dimensões espetaculares no intuito de atrair e envolver “espectadores”. O espetáculo pode ser premeditado ou espontâneo, contar com maior ou menor infraestrutura, dirigir-se à consciência crítica ou alienada, mas é sempre performático (Mesquita, 2003, p. 144).

A teatralização do protesto, da denúncia e da proposta está cada vez mais presente nas suas manifestações políticas, que apesar da espontaneidade e de serem muitas vezes caracterizadas pela sua especificidade, são muito ricas e significativas em termos simbólicos (Mesquita, 2003, p. 163).

Assim, o autor analisa a incorporação dessas formas, que não são novas em si, nem mesmo exclusivas desses grupos como uma outra postura que difere daquela adotada pelo movimento estudantil tradicional, que foi se tornando instrumental, sob a perspectiva da tecnização da política. No caso da nova militância estudantil, segundo Marcos Mesquita ela está afastada do processo de “profissionalização da política”, servindo como técnica de convencimento, inserida que está na lógica da sociedade do espetáculo, da comunicação e do consumo.

A ressignificação do passado é também uma das características dessa nova sociabilidade. Para o autor, “[...] sabedores da importância da tradição no sentido de consolidação da experiência coletiva, os estudantes realizam práticas que, além de proporcionar coesão ao grupo, produzem símbolos e orientam novas ações” (Mesquita, 2001, p. 163). Amenizam o distanciamento de temas nunca presentes na tradição das organizações estudantis e aproximam estudantes e entidades estudantis quando criam outras instâncias de organização como, por exemplo, as executivas de curso, dos coletivos de cultura, de gênero e raça. Assim é que, segundo o autor, os ideários dos movimentos estudantis foram se modificando em sintonia com as mudanças socioeconômicas, políticas e culturais no contexto nacional. Temáticas como a luta pela paz, contra a discriminação, pela democratização da

cultura, pelo primeiro emprego, por políticas públicas de juventude institucionalizaram-se como ideário na militância e foram incorporadas na estrutura organizativa do movimento. Contemplando também as lutas mais amplas como a defesa da universidade pública e contra o neoliberalismo (Mesquita, 2001).

Em sua tese de doutorado, Mesquita aprofundou o estudo dessa tendência bipolar de assunção do retorno de um discurso tradicional sobre política e educação que, também, se adapta às novas demandas estudantis, incorporando-as como pautas ligadas aos campos da cultura e da identidade. Estudou quatro grupos que expressam o atual processo de diversificação do movimento: o movimento estudantil clássico; as executivas de curso; os coletivos de gênero e os coletivos de cultura, no processo de reconstrução de sua identidade coletiva no período de 2002 a 2005. A síntese de suas conclusões: o movimento estudantil, em seu processo de contínua transformação, é cruzado pela dimensão da cultura e da política.

O autor identificou essa relação mais diretamente expressa através dos Cucas e Bienais de Arte e Cultura, que se transformam em espaços nos quais estudantes e artistas podem (re)afirmar e fortalecer a proposta de um projeto político cultural que ainda precisa ser divulgado e assumido no interior do movimento estudantil. Valoriza a existência dessa relação, porém considera a sua fragilidade e que o diálogo e a negociação entre os mesmos serão essenciais para a continuidade desse projeto.

Para Mesquita, a linha que diferencia a arte e a política nesses movimentos é sempre tênue e a comparação com essa prática de proximidade da política e da cultura que ocorreu nos anos 1960 pode esclarecer o papel frente às demandas propriamente estudantis:

[...] se antes o foco dos movimentos de cultura no interior do movimento estudantil se dava a partir do polo *cultural-para-chegar-à-política*, hoje o acento se dá no polo *política-para-chegar-à-cultura*. Se nos anos 1960 a experiência dos CPCs se concentrava na política (“instrumentalizada” pela cultura), os Cucas se concentram hoje na cultura (“instrumentalizada” pela política) (Mesquita, 2006, p. 359, grifos do autor).

A partir dos dados empíricos de sua pesquisa, Mesquita elabora a ressalva importante de que o campo da cultura pode ser ressignificado como um espaço de atuação política, porém pode ser utilizado numa perspectiva conservadora de tecnização da política, concebida como espetáculo e esvaziando seu conteúdo. Numa sociedade em que o visual e a imagem são tomados como importantes elos na comunicação, a política se estetiza no intuito de atrair e envolver espectadores. Já o movimento estudantil se movimenta num zigue-zague que “ora realça sua identidade mais tradicional, ora realiza um movimento de incorporação de novas temáticas e pautas em seu interior” (Mesquita, 2006, p. 362).

Se o início do século XXI fornece elementos para a subjetivação política (Rancière, 1996) de uma nova geração de jovens nos espaços não institucionais, nos movimentos sociais (Sousa, 1999) e na organização do movimento estudantil (Mesquita, 2001; 2006), outras expressões políticas juvenis começam a ficar mais nítidas, por influência das manifestações anticapitalistas nos países europeus, como resistência ao processo de globalização. Essas manifestações se qualificavam como atividade política diferenciada daquela de que se ocupa a tradição dos protestos, onde a rua será o palco da rebelião, com um sentido singular, não menos comprometido como instrumento de uma coletividade, e com um valor político.

Sousa (2002), a partir de pesquisa exploratória nos primeiros Acampamentos da Juventude, promovidos pelo Fórum Social Mundial (FSM), entrevista jovens de diferentes coletivos, estuda a documentação produzida pelos mesmos e começa a acompanhar a presença de jovens contestadores independentes, que se articulavam pela rede social. Esses jovens ampliam sua visibilidade política ao fazer parte de coletivos que atuavam nos movimentos sociais, lutavam por questões orientados desde as relações políticas nacionais e internacionais até as ecológicas. Eram jovens que atendiam ao chamado de grupos de ação direta, grupos independentes ligados a entidades estudantis, coletivos anarquistas, socialistas, marxistas que acreditavam numa sociedade sem classes, mas num socialismo não ditatorial, autonomistas de várias tendências, estudantes geralmente não vinculados a siglas partidárias. Ambientalistas, sindicalistas, religiosos progressistas, cada qual

com seu motivo de protesto também, ecologistas radicais que aderem em grupo ou individualmente à ação direta como simpatizantes de causas específicas e que não pretendiam se identificar com nenhuma tendência política, mas estavam presentes em manifestações coletivas de caráter ideológico contra a ordem social.

Diferenciados entre os demais e entre si, esses grupos atuavam em rede, eram críticos à ação política tradicional e buscavam novas formas e espaços de intervenção para contestar a globalização do capital. Pensavam globalmente, porém atuavam localizadamente. No seu ideário não havia a preocupação de se tornarem um espaço organizado com identidade única, mas espaço de encontro que possibilitasse a atuação em rede de diferentes organizações, grupos, pessoas individuais que tivessem pontos mínimos de concordância, conforme a compreensão sobre a emancipação social. Manifestavam-se nas datas escolhidas para mobilizações de ações globais como resposta às questões da ordem mundial, como, por exemplo, até início de 2002, as organizadas contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e aquelas que, desde 1997, no México, seguiram-se como ações de resistência global em Washington, Seattle, Praga, Nice, Davos, Quebec e em Gênova, quando se insurgem contra os acordos de cúpula internacional do G8⁴.

A adesão a ações diretas como maneira de recusar a violência da força sistêmica do capitalismo globalizado era um ponto comum entre esses grupos, que as justificavam como ação alternativa, como forma possível de manifestação considerando-se o esgotamento de outras formas mais tradicionais a partir da compreensão de que o mundo está num momento de mudança profunda e que a política está sob um novo ciclo. Além da adesão à ação direta, outros pontos unem esses ativistas: a criatividade e a autonomia, que, articuladas, promovem a liberdade e a independência de cada sujeito agir e decidir sobre sua ação. Faziam o contraponto à naturalização das relações impostas pela economia globalizada, para deslegitimar a instituição, para deslegitimar o capital financeiro representando banqueiros e capitalistas multinacionais através das grandes instituições como a Alca, Banco

⁴ Reunião dos dirigentes dos países mais ricos do mundo mais a Rússia.

Mundial (BMU), Fundo Monetário Internacional (FMI) etc.

Todos esses grupos, alguns criados por muitos jovens autônomos ou integrados por eles, organizavam-se horizontalmente, questionavam a hierarquia, criticavam as formas tradicionais de organização política consideradas a serviço das elites de dirigentes políticos, sindicalistas, parlamentares. A horizontalidade era proposta como vínculo com a democracia direta, formação da consciência e da ação autônoma. A afinidade com o socialismo autogestionário era identificável na proposta de que ninguém deveria se submeter a nenhuma autoridade ou a nenhum órgão de direção: os indivíduos deveriam estar juntos por partilharem de ideias que os levariam ao ativismo de protesto. Assim, individualmente ou em algum grupo de afinidade, os jovens se juntavam numa espécie de rebelião aberta, mutante, definida e preparada coletivamente.

Segundo Sousa (2002), a novidade dessa forma e concepção da política, inaugurada em meados de 1990, originou-se nos chamados Dias de Ação Direta, que foram organizados com fins de protesto, ocupação do espaço público, bloqueio de algum evento ou acontecimento etc. no período. A apropriação do espaço público inspirava-se numa observação sistêmica da natureza, estendendo-se numa rede composta de relações descentralizadas, ligadas na maioria das vezes pela internet, para além das conexões intergrupos, como parte de um sistema de conexões. A ideia central era criar um movimento que envolvesse todos e permitisse um coletivo que fosse a *expressão e resultado* de uma *conjunção de interesses diversos*, uma exigência dos protestos contemporâneos (Klein, 2002, apud Sousa, 2002), ou seja, os *dedos entrelaçados* deveriam substituir a tradição dos duzentos anos de *punho fechado*⁵ para essa nova geração de jovens contestadores. A heterodoxia deveria orientar esse movimento em que a ação direta, a abertura à mudança, a não rigidez da sua estruturação em grupo, a disposição de admitir erros e aprender com eles marcariam seu comportamento político, traduzida na forma de organização: descentralizada

⁵ Depoimento de John Jordan, ativista do movimento, em palestra no Acampamento da Juventude no II Fórum Social Mundial (31 de janeiro a 5 de fevereiro de 2002, Porto Alegre).

nas decisões, ou seja, sem um centro irradiador, mas interdependente; horizontalizada; o anticapitalismo. O *internacionalismo*, tradição do movimento dos trabalhadores e do movimento revolucionário originário do século XIX, foi outro elemento importante da pauta de ação desses jovens: para eles, enquanto o capital atravessa fronteiras, livre e impunemente, em busca de maiores lucros, os povos oprimidos não podem permanecer fechados nas suas fronteiras. Esse internacionalismo estava marcado pela diferença de práticas e teorias colocadas num mesmo campo de negação das relações sociais capitalistas, e era herdeiro das lutas da classe trabalhadora nas brigadas internacionais, das Internacionais, na atuação dos jovens trabalhadores em solidariedade a muitos episódios históricos importantes, como lembra Michel Löwy (2001), a revolução espanhola, a cubana, o Maio de 1968, a luta contra a guerra do Vietnã. Neles, os jovens estiveram presentes e sempre ajudaram a construir novas realidades. As lutas globais seriam, então, o início de um caminho promissor que pode reverter um ciclo de derrotas populares em uma resistência vitoriosa com a palavra de ordem de que ela “seja tão global quanto o capital”.

A necessidade era a de superação de um modelo pré-figurativo de gerir o coletivo. A organização desses grupos durante os dias internacionais de protesto global formou um “conjunto pluricelular” que, através de reuniões diárias, discutia as atividades operacionais e administrativas relacionadas aos eventos, escolhia alojamento, abastecimento, tipos de ações, fazia consultas jurídicas, intercâmbio de informações. Seleccionavam os lugares onde realizariam certas atividades com as quais concordavam e decidiam por unanimidade; os ativistas mais extremistas podiam optar por fazer o que lhes aprouvesse (Mergier, 2001). Considerado um ícone da pós-modernidade, *esse movimento dos movimentos*, de ação no plano simbólico, influenciou ideologicamente e teve repercussão em várias partes do mundo cosmopolita.

No Brasil, do final da década de 1990, esses grupos começam a ter visibilidade em São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza e seguem uma orientação difusa, mas partilhada com os interesses globalistas dos grupos internacionais. Deles participam jovens, geralmente provindos da classe média, alguns de tendências mais à esquerda dos partidos da

esquerda tradicional. Familiarizados com a “ideia” da resistência global, em contato com grupos articuladores do Fórum Social Mundial, como o Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio ao Cidadão (ATTAC), que conseguiu agregar um núcleo jovem. Outros provêm de grupos punks, anarco-punks, anarquistas, comunistas e socialistas independentes e aqueles que não se definem ideologicamente, recusando qualquer rótulo.

Dentro dessa perspectiva organizativa sem fixidez, esses jovens na organização das ações de protesto procuraram expressar o mundo que estavam pretendendo criar no futuro, dentro do princípio de que os objetivos e os modos de organizar um movimento não devem ser diferentes, mas relacionados. O ânimo da participação parecia recompor, nesses limites, a política no seu valor de uso, num presente que se revoluciona como um cotidiano rebelde, não repetitivo e com perspectivas (Sousa, 2002).

Segundo a mesma autora, embora não se possa generalizar o Manifesto da Ação Global dos Povos (AGP) como fundador desse novo ideário, é possível tomá-lo como uma das medidas das novas narrativas políticas que vinham conduzindo milhares de jovens às manifestações de rua em cidades onde estavam instalados os centros financeiros do grande capital, do Brasil e do mundo. A AGP era, portanto, o espaço de encontro entre vários movimentos sociais, onde cada um a seu modo combatia a “destruição da humanidade e do planeta, a exploração e alienação do homem pelo sistema de produção (e consumo) de mercadorias” (Manifesto da AGP, Genebra, 1998), sem ser a única iniciativa globalizada que centralizasse as insurgências contra o grande capital.

A ideia da AGP nasceu em Barcelona, em 1997, quando reuniu entre 3 mil a 4 mil pessoas de cinquenta países no II Encontro Intergalático pela Humanidade e contra o Neoliberalismo. Muitas daquelas pessoas já haviam estado juntas um ano antes no I Encontro promovido pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), em 1996, em Chiapas (México). Esse foi o início de um longo calendário que se seguiu até 2001, quando muitas organizações e movimentos se articularam e deram impulso a manifestações anticapitalistas. Fruto da ordem tecnológica imposta pelo globalismo atual, os jovens desses movimentos

utilizam os recursos da indústria cultural e tecnológica para se articular e alimentar a rede movimentalista. Comunicam-se e coordenam-se via internet, consolidando laços, partilhando conhecimentos e recrutando novos adeptos. As listas de discussão têm permitido dimensionar a informação, a organização, o esclarecimento das ações e, principalmente, o debate dos diferentes pontos entre cada um dos membros da rede. Isso tem feito que os manifestantes estejam cada vez mais informados com relação às causas que defendem e atualizados com os métodos de que dispõem para o enfrentamento da ordem institucional e seu braço armado. Propõem-se a não agir com violência, mas não negam que ela seja necessária, muitas vezes como defesa, sendo esse debate constante entre ativistas, principalmente entre os latino-americanos, que sofrem ainda com a ação antipedagógica da estrutura das polícias repressivas herdadas dos ex-governos ditatoriais, como no Brasil⁶. Por meio dessas ações percebe-se que a política institucional se habilita na criminalização dos atuais movimentos de ação global e direta, para afirmar o monopólio do Estado na neutralização das ações contra a ordem instituída. A vigilância e a disciplinarização das organizações se repetem no presente com a mesma linguagem repressiva do passado.

Na trilha desses acontecimentos e da análise do ideário dos jovens ativistas contemporâneos, alguns trabalhos na Sociologia acompanharam esse processo de rearranjo das experiências políticas dos jovens contemporâneos.

PODER E FAZER DA JUVENTUDE AUTONOMISTA: O OLHAR MILITANTE E O OLHAR A DISTÂNCIA

Um dos primeiros textos⁷ sobre as lutas pelo Passe Livre em Florianópolis surgiu do interior do movimento, em 2005, elaborado por

⁶ A repressão explícita aos jovens ativistas autônomos em São Paulo, durante as manifestações contra a reunião do G8 em abril de 2001, evidenciou a preocupação da política institucional com as novas articulações expressas nos movimentos de ação direta que vêm surgindo também nas grandes capitais brasileiras e na América Latina.

⁷ *A guerra da tarifa 2005: uma visão de dentro do Movimento Passe Livre Floripa*, de Leo Vinicius Liberato. São Paulo: Faisca, 2005.

um militante. Com uma escrita envolvente, reflexiva e engajada, Liberato se posiciona ao mesmo tempo que analisa o Movimento Passe Livre (MPL) daquele período apresentando o movimento como “olho do furacão”, não somente por sua participação na campanha contra o aumento da tarifa de 2004 e de 2005, mas porque a revolta e a repercussão do movimento, segundo ele, não existiria sem o MPL. Ou seja, se o Movimento Passe Livre não tivesse feito o trabalho anterior, durante anos, em torno da questão do transporte coletivo na cidade.

Se ano passado eu me sentia muito à vontade para realçar a participação e a importância do Passe-Livre na constituição e condução dos acontecimentos, este ano, prefiro correr o risco de minimizar a atuação e positividade do Movimento Passe-Livre do que correr o risco, que me desgosta mais, de que o relato soe autopromocional, como fazem costumeiramente partidos e outras organizações políticas. Até porque a importância do MPL-Flóripa nesses processos já é tão destacada que mesmo a grande imprensa a aponta, para não dizer a população em geral. Por tudo isso, um espírito de autocritica se faz mais presente este ano, na construção deste texto (Liberato, 2005, p. 9).

O autor ressalta os desdobramentos das mobilizações de 2005: a difusão da ideia de municipalização dos transportes, que é um grande passo para a desmercantilização desse serviço, mesmo que com o fim das manifestações a discussão tenha saído da ordem do dia; os estudantes e a população irão cada vez mais ir para as ruas mobilizados em torno dessa questão social; aos empresários do setor só resta tentar recuperar essa luta e essa insatisfação em proveito próprio; ficou demarcado o campo de entendimento do problema com a visão anticapitalista do MPL.

Liberato problematiza a relação entre a multidão e grupos políticos organizados, a questão da direção de um movimento social, e indaga sobre o papel de um grupo que se coloca a tarefa de pensar a efetividade política (a conquista das reivindicações) das mobilizações populares. E considera a importância e a necessidade do papel da direção de um movimento com essas características na conjuntura de um

levante popular no direcionamento, articulação, propulsor e pensante, para aumentar a probabilidade de que a revolta popular se reflita no atendimento ou conquista das reivindicações.

E destaca a lição que os militantes puderam tirar daquele momento: de que não existe um modelo de direção a ser adotado para todo e qualquer levante ou movimento popular. Isso oportuniza pensar-se sobre a forma de direção possível (e desejável) em determinado levante ou movimento popular. Aquela que consegue encontrar e articular práticas diversas, aparentemente antagônicas e espontâneas que surgem da movimentação social, com práticas produzidas de forma autônoma.

Como militante, o autor fazia uma autocrítica relevante, o que mais tarde servirá como argumento em seu trabalho acadêmico de doutoramento:

Muitas vezes, durante o processo, me pareceu que o MPL-Floripa havia perdido o contato e o entendimento do modo de ser, agir e pensar da juventude. Tudo aquilo que tinha sido um dos grandes diferenciais e uma das qualidades da JRI [Juventude Revolucionária Independente] e do MPL (Liberato, 2005, p. 62).

Faz autocrítica e avaliação também da dependência que se notou em relação às “lideranças” que foram presas e o despreparo do movimento para assumir o lugar e ter respaldo dos estudantes nas concentrações e manifestações nas ruas. Faltou a experiência, a prática e o reconhecimento para organizar, falar e conduzir manifestações de rua.

A falha na comunicação/divulgação entre manifestantes e porta-vozes que se reuniam com autoridades causava desconfiança pelo receio de uma negociação em nome do movimento e o risco de o MPL ser rejeitado, como o conjunto das entidades estudantis e partidos políticos, pela juventude que tomava as ruas.

Lembrando a necessidade de o MPL ser construído acima de tudo com a população, com as pessoas comuns que vão para as ruas, mais do que com entidades e grupos políticos, Liberato aponta que houve naquele momento uma perda de capacidade de planejar uma es-

estratégia para a vitória, como no ano anterior (2004) em que se planejou e se efetivou um ultimato. O resultado da repressão acentuada sobre militantes do MPL já no primeiro dia de manifestações, fazendo que o MPL ficasse mais preocupado em descriminalizar a si próprio e ao movimento como um todo, talvez, segundo o autor, tenha dificultado a ação dos militantes nesse sentido.

Também num tom de “autocobrança”, mas com intenção pedagógica, Liberato questiona o fato de partidos e entidades se colocarem à frente e negociarem em nome do movimento quando a multidão se fez nas ruas, de forma independente e autônoma e com grande rejeição a esses dirigentes e entidades. Para ele, isso talvez se explique pelo fato de as pessoas que constituem essa multidão politicamente independente e autônoma deixarem certos espaços vazios, não criarem elas mesmas a sua direção (se autodirigirem), não se articularem o suficiente: o movimento fica à mercê daqueles que, por serem articulados e bem organizados, se apontam como líderes. Numa visão histórica da tendência organizativa da juventude, aponta que a independência e a autonomia que vêm impulsionando revoltas pelo Brasil teve no MPL, em grande medida, principalmente em 2004, a expressão de sua articulação, não deixando os vazios acima mencionados, pelo menos não a ponto de o movimento ser minado ou esvaziado.

O militante salienta que por todo o Brasil, cada vez com mais frequência, vêm se acumulando movimentos em torno do transporte coletivo.

Época em que a independência, a autonomia e a rebeldia da juventude estão sendo constituintes não só de manifestações, mas de um novo ciclo de lutas sociais urbanas, capaz, quem sabe, de mudar o panorama das lutas sociais no Brasil. Até agora, a potência política que brota dessa independência, autonomia e rebeldia constituintes, tem tido sua expressão mais elaborada no MPL. A constituição do MPL como articulação nacional dessa independência e dessa rebeldia pode, assim esperamos, abrir e produzir histórias inesperadas até poucos anos atrás, em que essas guerras da tarifa de Florianópolis sejam apenas um prelúdio... (Liberato, 2005, p. 65).

Apesar de ser um dos intelectuais orgânicos que vêm refletindo sobre a prática da juventude autonomista no Brasil, é em sua tese de doutorado que Leo Liberato elabora um trabalho de referência sobre as novas expressões da política quando se propôs a discutir a rebeldia juvenil na sua manifestação política mais contemporânea, sob uma orientação heterodoxa.

O conceito de rebeldia por ele utilizado foi resgatado em autores⁸ que o relacionam a um sentido ontológico/filosófico, a uma metáfora sobre a condição juvenil de luta pela liberdade e revolução social; a uma fase do ciclo de vida cujo desenvolvimento subjetivo dos estudantes ainda não estaria preso às articulações do poder e à autonomia relativa em relação ao capital. A juventude, vivendo uma condição transitória, possuindo uma relativa autonomia em relação às instituições a que se vincula, necessariamente, inclusive em relação ao mercado, pode identificar-se com a indeterminação histórica, em cujo trajeto acaba assumindo ou não um conteúdo de ruptura, ao contrário dos adultos, que são uma cristalização das instituições. Assim, o poder da juventude estaria na capacidade de potencializar sua condição transitória.

Esses elementos levam Liberato (2006) a considerar que o poder constituinte da juventude, ou da forma-juventude que ganha também o proletariado na sociedade de massas, viria da capacidade de potencializar sua condição transitória, fonte de sua autonomia. Para o autor, no entanto, sob o capitalismo, a revolta, a rebeldia da juventude se diluem em signos de consumo:

A juventude se torna signo da revolta e a revolta se torna signo da juventude, e ambos perdem o referente nesse jogo de signos em que um se reporta ao outro tendendo a não se reportar mais a uma realidade exterior.

A rebeldia que se manifesta através dos signos se confunde com o consumo da rebeldia. Ela ganha uma forma fetichizada no capitalismo monopolista, uma forma *espetacular* (Liberato, 2006, p. 99, grifo do autor).

⁸ Bakunin, M.; Baudrillard, J.; Camus, A.; Canclini, N.; Castoriadis, C.; Epstein, B.; Featherstone, M.; Hardt, M.; Negri, A.; Holloway, J.; Illich, I.; Margulis, M.; Ortellado; Proudhon, P.; Sousa, J. T. P.; Marcos, subcomandante da Ezln).

Estudando as grandes manifestações de rua e tentativas de bloqueio durante os encontros da Organização Mundial do Comércio (OMC), BMU, FMI, do G8, ocorridos durante a década de 1990, Liberato descreve e discute os contornos de um novo movimento que se opunha aos organismos gestores da chamada “globalização”, nos Estados Unidos e Europa. Para o autor, também no Brasil as ações coletivas antiglobalização presentes principalmente entre 1999 e 2002 foram buscadas no ressurgir do anarquismo no Brasil, ao final dos anos 1980, ciclo de manifestações antiglobalização, que em muito aqui se confundiu com o próprio movimento anarquista.

Em sua pesquisa, Liberato procurou seguir cronologicamente os eventos, mudanças e desenvolvimentos das ações, grupos e práticas, buscando no seu discurso as controvérsias, motivações e perfil dos participantes. Considera que o Centro de Cultura Social (CCS), criado por anarquistas de São Paulo em 1933, será a ponte que ligará o sindicalismo revolucionário ao movimento antiglobalização, o movimento operário libertário das primeiras décadas do século XX a um movimento de juventude libertário que inauguraria a primeira década do século XXI. Em 1933, a tendência libertária do movimento operário estava em declínio, a política corporativista e o trabalhismo minando as bases do sindicalismo autônomo, ao mesmo tempo que os comunistas (marxistas) começavam a ganhar hegemonia no movimento de massa. Cria-se um espaço para o CCS ser visto como espaço onde se concentraram os militantes que continuaram ativos mesmo após o declínio do anarcossindicalismo e do sindicalismo revolucionário (Geraldo, 1998, p. 166 apud Liberato, 2006).

Segundo Liberato (2006), o CCS, principalmente em São Paulo, acabou por consequência envolvido no processo de politização do punk, politização entendida como processo de afirmação de uma doutrina política anarquista com crescente grau de coerência e densidade política. Mas esse processo de aproximação à adoção do anarquismo como teoria política, e portanto a aproximação ao próprio CCS, é resultado também de conflitos internos entre os punks nos anos 1980. Como mostra Costa (1993), as diferenças e divergências entre os punks da *city* (São Paulo) e os punks do ABC evoluíram no sentido

de os punks da *city* buscarem afirmar um referencial ideológico e uma atitude que os afastassem da imagem de violentos e niilistas. Grosso modo, o conflito entre punks da *city* e punks do ABC deu origem na virada dos anos 1980 para os 1990 ao *anarcopunk* e aos *carecas do subúrbio*. O último adotando ideologias de cunho fascista.

O Centro de Mídia Independente (CMI), ou Indymedia, foi idealizado como uma ferramenta de mídia para os movimentos que iriam às ruas de Seattle contra a OMC em novembro de 1999. Consistia em um *site* de internet (www.indymedia.org), em que qualquer manifestante ou testemunha das manifestações poderia postar seu relato, sua reportagem e suas fotos. Mecanismo encontrado para tentar escapar da distorção e ocultamento operado pela chamada mídia corporativa na cobertura das manifestações anticapitalistas. A ideia básica era a de uma “mídia não mediada”: o próprio manifestante se torna jornalista e editor. O Indymedia colocava em prática, de forma bastante clara, o brado que Jello Biafra, ativista e líder da banda punk norte-americana Dead Kennedys, havia lançado desde o final dos anos 1980: “Se você odeia a mídia, torne-se a mídia!”. Faça-você-mesmo, e desfaça a separação entre especialista/leigo, entre produtor/público consumidor, era o que estava embutido nessa ideia, e na concepção do Indymedia (Liberato, 2006).

No Brasil seriam formados, ao longo dos cinco anos subsequentes, coletivos do CMI, em São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Fortaleza, Salvador, Goiânia, Florianópolis, Joinville, Curitiba, entre outras cidades. Tratava-se de jovens de classe média, a maioria anarquista ou críticos, na prática, a uma forma de participação política que não a partidária e institucional, em um fazer coletivo e autônomo.

No início dessa mesma década surgiram os coletivos de reivindicação do passe livre no transporte coletivo, a partir de 2004, e especificamente o Movimento Passe Livre (MPL), que a partir de 2005 se tornaram um atrativo campo de atuação política de uma juventude libertária e autonomista em diversas cidades brasileiras.

Conforme as conclusões de Liberato, com base em sua investigação e em Negri (2002) e Featherstone (1997), as ações coletivas

dessa juventude em rebeldia têm um poder constituinte que conjuga impulsos e desejos de participação política (no poder instituinte), de retomar o controle sobre a própria vida, de expressão política (contestação e posicionamento), ao lado ainda de uma pulsão gregária (de pertencimento), do desejo de experiências extraordinárias e de transformação imediata, mesmo que efêmera, da vida cotidiana, impulsionadas mais pela emoção e pela excitação do que pelas finalidades declaradas, mais pela “estética-afetiva” do presente que por projetos “racionais” futuros. Essa motivação, para o autor, são de ordem imaterial, “dando assim o aspecto de que essa ação política nasce de uma escolha e não de uma necessidade, ao mesmo tempo que se relaciona mais à *forma* do que ao *conteúdo* (tema ou bandeira)” (Liberato, 2006, p. 239, grifos do autor).

Se no capitalismo monopolista o valor-signo e a função de diferenciação que lhe corresponde viriam sobredeterminar o valor de uso – a função manifesta do objeto, com o valor de uso figurando como álibi do valor de troca-signo; por sua vez temas e bandeiras de luta que expressam a busca de um objetivo declarado – que poderíamos chamar aqui de *valor de uso* ou *função manifesta* da ação ou campanha, para facilitarmos a compreensão da homologia –, vêm a ser sobredeterminados por motivações imateriais, de participação, expressão e controle sobre a vida, entre outras, figurando como álibi destas. O tema e a bandeira de luta, o movimento ao qual se engajar, tendem a ser “escolhidos”, ou essa “escolha” ser determinada, fundamentalmente pelo conjunto de experiências que o tema e seu correspondente movimento e ação proporcionam (ou pela expectativa de tal realização que eles nutrem). Por isso, como vimos, o tema ou bandeira acolhido aparenta ter um alto grau de arbitrariedade ou idealismo, uma vez que não necessariamente se ligam a necessidades materiais mais prementes e diretas dessa juventude (Liberato, 2006, p. 240).

Liberato, ao se referir aos núcleos político-ideológicos dos coletivos que estudou, como o do MPL-Florianópolis, esclarece que este se coloca como grupo de afinidade, organização política que tem o desafio

de mobilizar e engajar a juventude em movimentos e ações políticas na perspectiva estratégica anticapitalista, considerando importante “[...] se ocupar dessas motivações emocionais, imateriais, simbólicas, subliminares, de modo a saber utilizar os recursos e estar em compasso com as subjetividades de seu tempo” (Liberato, 2006, p. 243).

Ou seja, o ponto de partida é a própria juventude, suas motivações não declaradas e vínculos sociais, que se sobrepõem ao resultado do seu engajamento, a mobilização política, bandeira, tema ou campanha, ou conteúdos reivindicatórios (conteúdo) para criar relação, engajamento e participação política. Para o autor, a experiência do Movimento Passe Livre de Florianópolis se diferenciou em relação às demais abordadas, em especial quando comparada ao movimento antiglobalização no Brasil, por ter conjugado em certo nível as necessidades imateriais que impulsionam a ação coletiva rebelde juvenil a um tema que toca e envolve diretamente e materialmente toda a população e os poderes constituídos locais.

A juventude se mostra, através do MPL e de manifestações contra aumentos de tarifa, como vanguarda; uma expressão do poder vindo das suas moratórias e da sua condição transitória. [...]

A chamada Revolta da Catraca em Florianópolis também pode ser vista como um desses momentos: as práticas, o ativismo e militância contínuos, relativos à disponibilidade biográfica e moratória social dessa juventude, confluindo com um espírito de revolta disseminado socialmente diante de uma situação cada vez mais agressiva de exploração, expulsão, exclusão. Em ambos os casos essa confluência se deu em torno de questões que tocavam diretamente a vida cotidiana da população ou da comunidade que se revoltou e resistiu. Em tais circunstâncias, esses militantes e ativistas desempenharam papel de vanguarda, e seu preparo em termos de organização e prática se mostrou fundamental para que essas lutas fossem bem-sucedidas, ou mesmo para que a revolta latente de uma população ou de uma comunidade se expressasse coletiva e publicamente (Liberato, 2006, p. 246-247).

Saraiva (2010) acompanha as preocupações e questionamentos de Liberato, desenvolvendo sua pesquisa com foco na observação de movimentos sociais juvenis urbanos que adotam uma perspectiva radical de luta social. Sua etnografia sobre o Movimento Passe Livre – DF (Distrito Federal), centrado na questão dos transportes urbanos e na concepção do direito à cidade, investigou esse movimento ampliando o foco para a Convergência dos Grupos Autônomos (CGA), por sua multimilitância e atuação em rede, discutindo aspectos de suas ações e buscando as referências políticas que inspiram seus ativistas. Observou, portanto, o “centro nervoso” das ações juvenis em Brasília, naquele período.

Adotando parte da literatura sobre a teoria dos Novos Movimentos Sociais, teorias sobre a juventude, tecnologias de informação e comunicação e, ainda, a teoria anarquista, a autora procura traçar suas principais características de pensamento e ação, seus princípios/mecanismos de funcionamento e sua concretização na prática; a forma como constitui uma perspectiva ampla a partir de suas lutas aparentemente pontuais, o que denominou de *tema globalizante*; sua relação com o Estado e forma como configuram perspectivas de políticas públicas e direitos sociais.

Como outros autores (Liberato, 2006; Sousa, 2002; Santos, 2005), recorre à história e às referências que desencadeiam uma cultura movimentalista contemporânea, desde a América Latina e Europa, datada pelo Levante Zapatista – insurgência indígena que toma de assalto seis cidades do México, simultaneamente, em luta contra o estado nacional mexicano –, tornando-se uma nova forma de pensar e fazer política que inaugura o calendário de insurgências contemporâneas.

A autora lembra a grande força simbólica agregada a esse paradigma: o poder de expressão poética e performática, utilização da ferramenta de comunicação por internet,

[...] desconstruindo velhos arquétipos da ação política ocidental como a propriedade da verdade, a liderança, a hierarquização do movimento e a superioridade dos conhecimentos (científicos) eurocêtricos e substituindo-os por

uma organização com características horizontais, baseadas no consenso e ‘no ritmo do mais lento’, na qual a visão de mundo e os conhecimentos indígenas tradicionais passam a ter grande importância” (Saraiva, 2010, p. 30).

As repercussões elencadas dessa influência, compartilhada também com o ideário político anarquista, dão conta de que as manifestações em Seattle (setembro de 1999) foram inaugurais do movimento antiglobalização (Ortellado, 2008 apud Saraiva, 2010) e que “os anos de transição entre milênios (1999-2002) representaram o ápice de movimentos sociais globais que surpreenderam por seu caráter massivo, inundando as ruas e trazendo, à cena planetária, um repertório de ações diretas com o objetivo de impedir reuniões de organizações multilaterais” (Saraiva, 2010, p. 30).

Saraiva justifica o caráter desses movimentos na reorganização das bases do capital, impulsionado pelas TICs, que romperam com os limites determinados pela orientação dos Estados nacionais; na potencialização do consumo e circulação na escala global e consequente expansão do capital; num cenário de redes, globalização de mercados, reestruturação produtiva que tem efeitos diretos na vida social, em manifestações de fragmentação social, cultural e política.

Tendo como referência empírica o Movimento Passe Livre, a autora dá ênfase no fato de as tecnologias da informação e comunicação (TICs) serem apontadas como um dos vetores essenciais que teriam contribuído para a ocorrência das transformações verificadas na ação política contemporânea e que, aliadas à questões geopolíticas desde o final de 1980, criaram condições concretas de descentralização de informações e relações daí decorrentes, fornecendo a base para novas formas de manifestação das ações coletivas. Nesse sentido, Saraiva é cautelosa na maneira como considera a importância das inovações contemporâneas, no universo das comunicações, e seus efeitos nas relações sociais no seu conjunto. Leva em conta autores que relativizam a amplitude do impacto de sua utilização na transformação radical da democracia, que consideram que a utilização da *web* ocorre como um desdobramento cotidiano por esses sujeitos; que o uso tende a benefi-

ciar grupos que atuam fora das instituições políticas ou organizações políticas tradicionais.

Os mecanismos de ação direta relativos à democracia direta ou radical (decisão por consenso e a não liderança) são construídos e aprendidos coletivamente, ao mesmo tempo que são aperfeiçoados com a prática e discussão permanente sobre seus processos e dificuldades. Constituem, assim, uma alternativa socialmente elaborada, em oposição aos procedimentos da democracia representativa e da decisão por votação. “Sintonizados com uma perspectiva anarquista, os mecanismos da democracia direta ou radical estão longe de negar o poder presente nas relações entre indivíduos e grupos. Ao contrário, teriam como principal finalidade fomentar a sua diluição no âmbito das relações/instituições sociais” (Saraiva, 2010, p. 240).

Para a autora, há consenso quanto ao fato de que a nova mídia oferece novas oportunidades para a ação coletiva internacional, mas sem uma garantia de estabilidade e durabilidade. Apoia-se em autores que observam que, “na formação de um movimento social (transnacional), o encontro pessoal (em manifestações, por exemplo) e a existência de valores compartilhados são elementos necessários para a manutenção e/ou o aprofundamento das relações estabelecidas por meio de computador” (Etzioni & Etzioni, 1999 apud Saraiva, 2010, p. 21).

Saraiva redimensiona a noção de “especificidade” das novas lutas, face à perspectiva englobante que constata na observação de sua prática política; relativiza a noção de autonomia, que varia de acordo com as inter-relações entre sujeito, coletivo e circunstâncias (locais, nacionais e globais) de opressão e privação; e considera as diversas formas de apropriação das tecnologias de informação e comunicação que adota. Afirmar a percepção de que tal movimento social não pode ser compreendido como movimento voltado para causa pontual ou identitária, pois amplia sua luta, agrega diversidade de opressões.

Reforça a ideia aqui já apresentada, através de outros autores, de que o novo e o velho estão sempre se mesclando e gerando versões de movimentos, e se pergunta se a teoria dos Novos Movimentos Sociais é suficiente para explicar os movimentos que eclodem ao final

do século XX, lembrando que estes são o resultado do cruzamento de vários elementos, que dizem muito do cenário em que se encontram, de seus objetivos e formas de conduzirem suas lutas políticas e sociais e, principalmente, da linhagem de movimentos a que se vinculam em termos de inspiração ou tradição.

Num sólido trabalho de campo, a autora identifica o que Collins (2001) denominou “energia emocional” no movimento dos jovens militantes do MPL:

[...] a energia emocional desprendida da realização continuada de ações diretas tem potencial criativo intelectual e conduz a aprendizados individuais e coletivos por meio de mecanismos rituais. Por outro lado, a elaboração do MPL, que enxergou, na própria construção teórica de sua perspectiva, constituída a partir da reflexão realizada sobre sua prática, mais uma dimensão da ação direta, teve como consequência a “complexificação” deste conceito (Saraiva, 2010, p. 236).

Para a autora, o MPL pertence aos movimentos que ainda estão na busca por alternativas que contribuam para a emancipação da sua sociedade e dos seus fins. Não é pontual, pois constitui sua perspectiva por um direito à cidade e pautou sua prática política pela inclusão e luta simultânea contra opressões como o machismo, o racismo, o especismo e a favor da proteção ao meio ambiente (Saraiva, 2010, p. 241).

A propagação de diversificadas histórias, conceitos, e perspectivas anarquistas, bem como de caráter autonomista ou zapatista, entre muitas outras às quais se tem acesso por meio da internet, constitui um exemplo de como as TICs viabilizam tal ruptura. Abrem-se, assim, para o jovem ativista contemporâneo, outras formas de pensar a atuação política, marcadas por traços descentralizados e horizontais que propiciam a formação de uma cultura autônoma, divergente daquela apresentada pela sociedade *mainstream* (Saraiva, 2010, p. 238).

Sobre o papel da internet, Saraiva analisa seu mecanismo que

possibilita a geração e fortalecimento dos laços de companheirismo/militância, contribuindo para que os ativistas se reconheçam como membros de uma comunidade ou genealogia de movimentos, e articulando, dessa forma, o espaço cibernético à dimensão presencial e vice-versa. A internet é utilizada de diferentes formas (e não uniforme), como as listas de *e-mails*, sítios de relacionamento, como a forma com que os movimentos se articulam por meio deles (tanto com relação às comunidades virtuais como à comunidade imaginada).

No caso do movimento brasileiro, as conexões e sentimentos de pertença se dão em relação a grupos/movimentos anticapitalistas espalhados pelo mundo, tanto do passado como do presente.

AS MEDIAÇÕES SIMBÓLICAS NA EXPERIÊNCIA DA POLÍTICA

O trabalho de Julia Di Giovanni (2007) deve ser lembrado nesta revisão por sua contribuição antropológica sobre o movimento anti-globalização, a partir de uma etnografia realizada com relatos, registros e análises de eventos de protestos: as manifestações de novembro de 1999 contra a OMC em Seattle, as manifestações em Praga contra a reunião do FMI e do Banco Mundial em setembro de 2000 e as manifestações contra a reunião do G8 em Gênova, de julho de 2001. Sua pesquisa foi centrada nas formas da ação de rua a partir de conceitos de performance, drama social e liminaridade. As táticas de protestos, que expressam dinâmicas de unificação e diferenciação, foram interpretadas como mediações simbólicas articuladas em relação ao problema do desgaste das formas políticas que marcaram o século passado.

Para Giovanni, os protestos de rua como práticas expressivas podem ampliar a compreensão dos fenômenos políticos contemporâneos, como produção cultural e histórica: não é uma imensa rede horizontal, não é um corpo com identidade fluida movendo-se pelo planeta como “espírito que ronda o mundo” (Bensaid, 2003, p. 11 apud Giovanni, 2007, p. 31), mas um fazer associado ao movimento que se constrói à mesma medida que se apresenta perante o mundo, onde as referências

são construídas a partir de outras associações processadas na memória coletiva e individual (Giovanni, 2007, p. 31).

O debate apresentado pela autora sobre o movimento anti/alterglobalização parte de uma lacuna semelhante, deixada pelo fim do “socialismo realmente existente” soviético, que fora, no período precedente, a fonte de um discurso capaz de galvanizar a maior parte dos discursos anticapitalistas em termos de ideologias e “visões utópicas unificadoras” (Ribeiro, 2006 apud Giovanni, 2007), considerando o momento de crise de utopia que “beira a impossibilidade de qualquer articulação de significados que aponte ‘para fora’ do horizonte cultural dado” (Giovanni, 2007, p. 33-34).

A autora evita falar desses movimentos em termos de demandas e reivindicações sociais a serem satisfeitas buscando a eloquência política de alguns grupos, e não enfatiza a estabilidade de sua estrutura e a articulação de seu discurso: “Não busco aferrar a análise a nenhum conceito ou filiação teórica particular, mas sim encontrar na antropologia das formas expressivas ferramentas adequadas para analisar os protestos à luz desse seu impulso dramático particular, pelo qual manifestam seu antagonismo à ordem estabelecida” (Giovanni, 2007, p. 35).

O tratamento analítico partiu das “aproximações notáveis entre as formulações de ativistas a respeito do que fazem e as referências e questões teóricas ligadas à antropologia das formas expressivas” (Giovanni, 2007, p. 112) e do caráter performático dos protestos como chave para compreensão de processos simbólicos “tal como se posicionam com relação a uma particular apreensão do mundo e de seus dilemas”. Foi dada “atenção às sutilezas periféricas ao discurso político tradicional, e mesmo a paradigmas tradicionais de análise, [...] sugerida pelas próprias formulações dos ativistas, interessados em evitar as dinâmicas comuns de disputa identificadas a formas ‘velhas’ de militância” (Giovanni, 2007, p. 113). O sentido da ação política se inscreve na relação crítica com as formas políticas “possíveis” de sua época. Da mesma forma, a “arte do impossível” permanece viva na noção de ação direta no contexto do movimento antiglobalização, quando as antigas formulações e práticas da política revolucionária há

muito perderam, e as novas formas da política e da revolução, para a autora, ainda estão por ser inventadas.

A autora afirma que há densidade simbólica da ação (força criativa, resistência, esperança) combinada a táticas de confronto, referências ideológicas e elementos simbólicos, a ação de rua se mostrando num espaço vivo e tenso de reforço, deslocamento e produção de significados. Os elementos comuns a outras análises sobre o tema, e que Giovanni destaca sobre os eventos observados, são: ação direta; a orquestração da ação pública entre grupos de identidade e táticas distintas; a ideia do protesto como liberação de espaços ordinariamente regulados por uma ordem definida como capitalista, opressiva e homogeneizante; movimento antiglobalização como um ciclo de lutas, sendo o período de Seattle a Gênova, marcado pelo protesto de rua, um dos pontos de maior efervescência e repercussão desse ciclo; período de pico das “contracúpulas” em termos de participação, criatividade e impacto midiático; esses deslocamentos da política foram articulados de maneira notavelmente reflexiva na medida em que eram postos em cena por meio da ação de rua; essas práticas e seus sentidos não são formulados com relação à obtenção de ganhos objetivos, mas de transformações de outro tipo – mais em termos de “tornar-se” que de “obter”.

Para a autora, o período de Seattle e Gênova ficou encerrado no tempo como uma breve erupção espontânea, como um processo “cuja própria força descentralizada e flexível fadava ao desaparecimento”. Concorda com Sidney Tarrow (2005, p. 176-177) de que essas virtudes terminam condenando as coalizões formadas em torno dos eventos de protesto a uma vida curta, em que se perde a capacidade de se desenvolverem “programas concretos”, em que a falta de líderes favorece que a criatividade tática dê lugar à violência, e a falta de regras institucionais resulte em vanguardismos poucos democráticos (Giovanni, 2007, p. 115).

Apesar de vinculadas à expressão “movimento global”, as formas de suspensão e deslocamento de sentidos, as táticas de duplicação do mundo construídas nas contracúpulas nunca correram o risco de tornar-se um modelo planetário de ação política.

A análise de Giovanni centrou-se na dimensão espetacular do protesto e na sua relevância para atores engajados na construção de um movimento e, ao mesmo tempo, em permanente tensão com as implicações dessa construção (Giovanni, 2007, p. 112). Segundo a autora, os períodos em que ocorreram, em condições específicas na Europa e Estados Unidos, deram densidade às imagens de carnavalização e da coordenação descentralizada da multiplicidade de táticas, e não constituíram um movimento mundial de movimentos capaz de mudar o mundo, apenas ofereceram “metáforas das brechas de tempo e espaço em que se pode sonhar com ele” (Giovanni, 2007, p. 110). Em concordância com Aguiton (2002, p. 94), argumenta que, mesmo assim, as metáforas não são inócuas, pois ajudam a reabilitar a ideia de que a relação de força é necessária e chamar atenção para a vitalidade dos protestos de rua, que surtiram um efeito na mudança de cenário mais eficiente do que *lobbies* e negociações conduzidas por ONGs.

A análise sobre a carnavalização feita pela autora opera na sensibilidade de perceber o sentido do protesto dramatizado por diferentes interpretações da revolta e mostra que o cara a cara dos manifestantes com a polícia opera um momento de suspensão. Suspende pelo absurdo da situação, pela “dinâmica de jogo sacrificial que ordena polícia e manifestantes, ao mesmo tempo que provoca os policiais e demais ativistas a entrar em outra dinâmica, um jogo não no sentido agonístico, mas no sentido lúdico” (Giovanni, 2007, p. 102).

O corpo fantasiado, segundo a autora, revela-se como síntese simbólica importante; compromisso de não se deixar dominar pelo medo, manter-se acima dele, num gestual que altera uma celebração festiva, dança zombeteira, que de forma inusitada conjuga a determinação pacífica à altivez desobediente. A brincadeira debochada de alta intensidade foi um confronto dos símbolos tradicionais da polícia que se diferencia entre os grupos – armaduras de papelão, música techno, balões, pistolas de água para liquidar o FMI (Bloco Amarelo de Praha); no caso do Pink Block, como uma espécie de celebração bacanal da vida que ocupa o lugar destinado às imagens de violência etc. (Giovanni, 2007, p. 103-104). A visão sarcástica a respeito da grande História, implícita na recusa daquilo que nela constituem papéis

convencionais de protagonismo, “indica que uma cultura de protesto como a dos Blocos Rosa não pode ser compreendida por meio de uma noção cumulativa da história ou de uma estratégia revolucionária nos termos tradicionais” (Giovanni, 2007, p. 107). Porém, escapar da história não significa que “essas constelações simbólicas sejam desprovidas de uma historicidade, como se os protestos e as zonas temporárias se bastassem enquanto soluções esparsos fora do tempo”.

O fato é que as ações diretas nos protestos de rua têm objetivos práticos de impedir reuniões, bloquear ruas etc., não numa lógica de “solução de problemas”, mas naquela em que imagens e ideais são usados para “constituir o ‘bem’” com relação a pessoas, relações e formas de vida. Mais do que um ponto numa lógica estratégica linear, trata-se de uma recusa das racionalizações “estratégicas”, cujo efeito é uma espécie de “contenção da experiência”, como nos diz a autora.

Portanto, a ação política na linguagem da ação direta é uma forma concreta da própria vida (conforme sua leitura de Bakhtin, 1987, p. 6), sendo “[...] uma forma política que se aproxima mais da tragédia que do cálculo pragmático”, que a autora sugere como uma relação entre o “coração da política revolucionária” e a arte dramática, no sentido de “manter unidos o que é e o que pode ser”, conforme Loureiro (2003, p. 280 apud Giovanni, 2007, p. 116).

OS JOVENS CONTRA O MONOPÓLIO DAS COMUNICAÇÕES

As pesquisas de Carlos André dos Santos (2005; 2010) auxiliam a compreensão de como essa juventude criou seus mecanismos de comunicação portadores de uma concepção contemporânea da política, que na prática se tornou, também, a própria experiência de participação através da chamada mídia radical alternativa, a partir da década de 1990. Analisando as ações coletivas de jovens ativistas no Centro de Mídia Independente – CMI Brasil, o autor demonstra sua constituição em rede (juntamente com as rádios comunitárias, rádios livres, vídeos populares, imprensa alternativa, o *software* li-

vre e outras formas de apropriação de meios de comunicação) e a necessidade social e política do livre acesso à troca de informações e produção cultural, da livre associação e, “sobretudo, de construir soluções frente ao monopólio dos meios de comunicação de massa”, na lógica dos movimentos de contestação juvenil.

André dos Santos (2010) explica que essa não é uma rede exclusivamente juvenil e que, no Brasil, a grande maioria dos seus participantes milita no campo da esquerda política, acompanhando e protagonizando formas diferenciadas das manifestações contemporâneas. Percorre a trajetória do CMI durante seus dez anos de existência buscando compreender sua história e formação em coletivos; seus vínculos; quem são seus ativistas; a relação com sindicatos, partidos e movimentos sociais; a natureza das suas ações coletivas; entra no debate da relação entre mídia digital e ativismo; os riscos da cooptação da mídia livre pelo Estado e pelo mercado após manifestações em Seattle e no Brasil; o que agrega e desagrega esses coletivos a partir da sua estrutura e organização.

A longevidade do CMI Brasil na primeira década do novo século auxiliou o autor a visualizar as mudanças das novas formas de participação política da juventude dentro de uma conjuntura, no momento em que as ações coletivas contra o neoliberalismo no Brasil estavam em refluxo e gradativamente as ações coletivas de cunho local e por direito à cidade, que tinham à frente os jovens, passam a ter visibilidade. O período corresponde também às mudanças na vida dos jovens ativistas, os quais iniciaram sua participação política em meados dos anos 2000. Anos marcados pelo forte apelo por conformidade, gerado pelas tentativas de cooptação estatal e da indústria cultural do ativismo desenvolvido por esses atores. Entrevistando ativistas de Brasília, Curitiba, Amazonas, Tefé, São Paulo e Florianópolis no ano de 2009; analisando a documentação dos coletivos, editoriais, vídeos, áudios, carta de princípios, o autor discute questões relativas à técnica, à mídia e à política na contemporaneidade, sob a ótica da Escola de Frankfurt e a relação entre técnica e autogestão. Revisa a Teoria da Mídia Radical Alternativa (Downing, 2002), o debate sobre mídia tática e a relação dos meios virtuais com

a mídia radical, e as observações de autores sobre as especificidades das mídias alternativas e de seus ativistas “quanto ao seu papel na contestação ao estabelecido, suas especificidades organizacionais e importância. Destacando que os modelos de ação coletiva não são transportados de uma época para outra nem importados de outros contextos locais sem alteração” (Santos, 2010, p. 17).

No relato de Santos, a história da rede Indymedia aparece como produto da troca entre comunidades autônomas e experiências de mídia radical, e no Brasil a rede CMI inicia suas atividades em 2000. Seu nascimento se deu no seio da comunidade ativista anticapitalista, correspondendo (1) à visibilidade das manifestações do movimento de resistência global ao capitalismo e em momentos de visibilidade e latência das ações coletivas (Melucci, 1999) das campanhas contra a Alca e as ações diretas contra o neoliberalismo, por meio da circulação de materiais audiovisuais de voluntários, dos encontros e as atividades de cobertura junto aos movimentos sociais realizadas pelos coletivos locais do CMI Brasil, e disseminou as concepções do movimento anticapitalista e tecnologia livre; (2) ao refluxo das ações coletivas do movimento de resistência global, devido ao forte processo de criminalização dos movimentos sociais, consequência direta do aparato de repressão nos países ricos depois do 11 de Setembro, sob o argumento da necessidade de mobilização contra as guerras imperiais nos países ricos e a continuidade de conflitos gerados por elites conservadoras na América Latina. Foram as ações coletivas pela reconquista da cidade (moradia, terra, transporte coletivo etc.) que passaram a agenciar novos voluntários e voluntárias e a dar visibilidade e orientar as atividades dos coletivos do CMI Brasil. Essas mudanças são produto dos laços de solidariedade entre coletivos já existentes, impulsionados, também, pelos conflitos localizados, onde os adversários podiam ser identificados. Essas mudanças acompanharam o ciclo de lutas, que segundo Santos (2010, p. 317) ocorreu com especificidades próprias de uma rede de coletivos onde as novas tecnologias de comunicação e informação são elementos do ativismo e da sua organização de composição juvenil orientada por concepções de um imaginário político heterodoxo de esquerda radical.

Para o autor, muitos dos voluntários e voluntárias do CMI se interessaram por política por meio da contracultura e, ao longo de sua trajetória, foram constituindo suas concepções pela troca de experiências com militantes de movimentos sociais e comunitários durante as atividades desenvolvidas por seus coletivos e outros grupos do qual eram membros (Santos, 2010, p. 317-318). A contracultura, portanto, é parte da formação política desses ativistas e orientadora de sua forma de participação, e marca suas vidas.

A politização do cotidiano por meio da política configurativa nos momentos de contato com outros setores movimentistas, ainda que possam causar um estranhamento, desperta a necessidade de diálogo criando espaços onde os estereótipos construídos pela manipulação da mídia convencional podem ser quebrados. Essa relação não é unilateral, pois os traços ostracistas da contracultura pelo consumo da rebeldia são questionados e obrigados a ser reavaliados por seus adeptos (Santos, 2010, p. 318).

Para o autor, conforme análise de Downing (2002), pode-se afirmar, ao mesmo tempo, que as atividades do CMI ao longo de sua trajetória garantiu que a troca de significados, o reconhecimento e solidariedades com os movimentos sociais não se perdessem em meio ao vanguardismo e ao isolamento comuns aos veículos de mídia radical, possibilitando o amadurecimento político de voluntários e voluntárias no CMI (2010, p. 318). Ao analisar o sentido da política para os ativistas, conclui que apesar de eles definirem que o papel das instituições é a manutenção do poder, que priva os indivíduos da sua autodeterminação, percebem o Estado como um espaço sobre o qual ainda se pode fazer pressão para se obterem conquistas objetivas que possibilitem uma vida mais digna para as pessoas, através de uma política baseada no valor de uso, realizada pelas pessoas a fim de construir outras relações de sociabilidade nas organizações políticas e decidirem por elas os rumos da comunidade.

Para Santos, essa nova geração de ativistas defende a democratização da mídia, reforçada nas iniciativas de cunho popular, onde os

sujeitos se apropriam dos meios de produção e distribuição da informação. Os coletivos locais e suas atividades servem como espaços de socialização política onde a produção da informação foi problematizada segundo a ideia de democracia direta e de que a produção da informação não deve estar restrita aos interesses de quem se beneficia diretamente com o monopólio dos meios de comunicação de massa, aos critérios dos especialistas, e nem do próprio CMI como se fosse um porta-voz dos movimentos sociais.

Seus ativistas não abrem mão de serem produtores da informação, quebrando o paradigma do saber especializado, participam também de outras organizações e movimentos sociais, e

[...] a relação que estabelecem com o que estão fazendo ao difundir a ideia de quebra do paradigma produtor especialista vai além do ativismo midiático, afinal qualquer pessoa hoje conectada a internet pode criar seu website e blog, se direcionando para a construção de redes sociais do ativismo na mídia radical com os movimentos populares (Santos, 2010, p. 319).

Santos afirma que entre os ativistas prepondera a ideia de que, apesar de ser importante, o CMI não é imprescindível, ou seja, para os voluntários não se trata de estar em uma organização que abrigue suas concepções, mas de estar em uma organização que aponte para sua dissolução quando se atinja ou se perca seus objetivos concretos. Ao contrário das organizações tradicionais, que ao longo do tempo perderam seus objetivos, tornando-se gestores do capitalismo, tornaram-se mecanismos de centralização do poder, renderam-se ao pragmatismo da *realpolitik*, obstruindo os processos de auto-organização das lutas sociais e tornando-se gestores da manutenção da opressão e exploração dos trabalhadores.

Ao considerar as enormes dificuldades desses coletivos em obter bases materiais para ter autonomia em relação ao Estado, Santos pondera que o mesmo acontece nos movimentos autonomistas e de mídia radical compostos por jovens ainda sem suporte material para sustentar suas atividades:

Assim como os movimentos populares têm utilizado os mandatos dos partidos de esquerda para exigir do Estado políticas públicas, muitas das atividades desenvolvidas pelos coletivos de mídia radical têm sido financiadas com doação de organizações sindicais (Santos, 2010, p. 320).

Embora os dissensos e conflitos internos tenham sido componentes dos processos descritos como problemas para a rede CMI, o pragmatismo da *realpolitik*, a necessidade de as empresas se adequarem ao capitalismo informacional e a transitoriedade inerente à condição juvenil também fizeram parte dos desafios dos jovens ativistas. No CMI a decisão por consenso, já institucionalizada nos coletivos, muito embora houvesse contradições nas relações para manutenção da democracia interna, conseguia manter, segundo depoimentos de seus membros, a capacidade de autocrítica e de diálogo, marcas do ativismo dos jovens contestadores independentes.

Santos aponta alguns elementos limitadores da capacidade de organização de coletivos juvenis da natureza do CMI Brasil: esses jovens trouxeram para o seio do debate da esquerda brasileira os princípios políticos de autogestão e horizontalidade das redes de resistência comunal e a política do cotidiano da contracultura; a composição juvenil foi um dos fatores que impuseram possibilidades e limites ao desenvolvimento desses princípios políticos e formas de participação política que orientam-se para a retomada do valor de uso da política; a existência de uma capilaridade dos jovens brasileiros do CMI com as tecnologias de comunicação, informação e moratória social que gozavam permitiram a construção de redes sociais e as ferramentas midiáticas pelas quais se pode construir um sentido de pertencimento a uma luta global dos povos do sul e do norte em busca de uma sociedade mais justa e igualitária; a mudança na política de democratização da mídia no governo Lula após 2005 provocou mudanças também nos veículos de mídia radical no Brasil, apesar de a maioria das rádios livres e do CMI terem mantido sua política de autonomia em relação ao Estado.

E Santos aponta consequências e limites no envolvimento dos jovens com os projetos governamentais. A relação do mundo do trabalho

de jovens universitários e recém-formados com a política do governo social liberal do PT possui uma ambiguidade que aproveita uma característica dos jovens em relação ao mundo do trabalho – em poucas palavras, *fazer o que gosta e receber por isso*. Ao fazer o que gosta, o jovem vai tornando-se gestor das políticas do governo, ao mesmo tempo que vai reificando as bases da exploração do seu trabalho, pois a sensação de autonomia aparente não passa de um círculo vicioso de dependência; nesse sentido, são facilmente absorvidos pelas multinacionais e empresas que dominam o setor de comunicação de massa e nichos específicos de mercado.

Entretanto,

[...] o que destacamos não é se esses grupos, institucionalizados, têm conseguido ampliar a distribuição de bens culturais na internet mais do que as corporações, mas como seu discurso pragmático, sobre a questão do financiamento dos projetos, serviu para frear os processos de duração, necessários para que a auto-organização das comunidades ativistas de mídia conecte a autogestão política à autogestão econômica, fortalecendo o processo de incorporação de técnicas alternativas pelo capital (Santos, 2010, p. 323-324).

Para o autor, houve um esvaziamento do CMI Brasil e enfraquecimento do movimento autônomo juvenil e de mídia, pela sua apropriação pelo capital, o que despertou, por sua vez, uma autocrítica acerca das relações políticas e pessoais dentro do CMI. Há um amadurecimento político de práticas que apontam para uma sociabilidade política se se percebe o conceito de política como valor de uso, aquele que dá sentido à formação e proteção da comunidade. Novas questões estão aparecendo para os jovens contestadores independentes, em que a experiência junto aos movimentos sociais amplia a possibilidade de quebrar com o paradigma emissor-receptor da informação, do produtor especialista de mídia e usuário, tendo como base a reformulação dos conceitos de comunicação tanto no CMI como nos movimentos sociais com quem vinha atuando. Considerou-se, também, que se caiu no pragmatismo de que não se pode fazer mídia alternativa sem se ligar ao Estado e a

empresas; fragmentou-se a possibilidade de construção de uma política como valor de uso que se formava entre os jovens no Brasil.

A supervalorização de um conceito de liberdade individual sobre a liberdade coletiva tipicamente neoliberal criou um círculo vicioso no qual jovens sem compromisso com a manutenção do veículo de mídia se apropriavam do trabalho desenvolvidos pelos ativistas mais ativos, sendo que estes tornavam-se reféns desse ciclo ao ficar com medo de reproduzir as práticas da esquerda tradicional dentro de suas organizações.

A permissividade desse ciclo se mostrou tão problemática quanto os processos de afastar os voluntários e voluntárias apontados como centralistas, a falta de comprometimento não apenas gerou conflitos, mas também a descontinuidade das atividades desenvolvidas pelo coletivo, comprometendo a credibilidade e a confiança conquistada com os movimentos sociais e comunitários.

Para Carlos André dos Santos, o novo desafio para os jovens contestadores do CMI está em aprofundar ainda mais seus laços com os movimentos sociais, desafio que só poderá ser respondido pelos próprios sujeitos coletivos de contestação ao estabelecido questionando como fazer frente à ideologia pragmática da eficácia baseada na racionalidade instrumental e no pragmatismo da política institucional.

ATIVISMO E MILITÂNCIA: AS TICS NA DISPUTA DA COMUNICAÇÃO DA AÇÃO POLÍTICA

Numa abordagem sociológica sobre a mídia ativista e as estratégias militantes nos movimentos de resistência global no campo da comunicação, Kelly Prudencio (2006) dialoga com a discussão antropológica realizada mais tarde por Giovanni (2007) e Santos (2010). Em seu estudo, Prudencio problematiza a relação entre mídia e movimentos sociais numa discussão normativa sobre o tema. Propõe a perspectiva de superar as análises sobre a cobertura midiática que se reduziam à performance dos ativistas e os protestos que, segundo a autora, careciam da articulação entre a busca pela visibilidade e os mo-

mentos de latência da ação coletiva. Indaga sobre a repetição da aparição espetacular como ritual em manifestações subsequentes, partindo da identificação do espetáculo como um componente comunicacional estratégico da ação coletiva, não como mero recurso de visibilidade, mas como procedimento político. Discute algumas transformações da ação coletiva num cenário permeado pelas novas tecnologias da informação e comunicação, as TICs, utilizando o conceito de “sociedade da informação” e contrapondo duas visões: as TICs como vetor de uma transformação infraestrutural na sociedade, e aquela que as concebe como partícipes de uma mudança cultural mais abrangente.

O objeto de estudo se refere à ação coletiva na sua dimensão simbólica, marcada de forma importante pelo relacionamento com a mídia, aspecto simbólico pouco valorizado nas análises, segundo a autora, mas que considera fundamental na medida em que é por ele que um problema social é percebido (Prudencio, 2006, p. 2).

A autora explora a concepção de mídia como espaço pelo qual as demandas coletivas são tornadas públicas, através da sua faculdade de relatar eventos da realidade, recortando as formas pelas quais os ativistas se expressam nos serviços de informação criados a partir das manifestações de Seattle, em 1996, “uma vez que a entrada definitiva dos atores sociais na internet, como forma de potencializar sua ação política, oferece para a teoria social um campo importante de investigação” (Prudencio, 2006, p. 3).

Tendo como fio condutor a noção de comunicação “alternativa”, a autora questiona essa definição, mostrando que a questão não é tão simples (o fato de não ser mídia corporativa não a torna automaticamente “alternativa”) e merece um tratamento mais sofisticado. A análise debruça-se sobre o processo de *framing* das informações, ou seja, como os grupos, nos *websites*, atribuem significado aos temas em questão (Prudencio, 2006, p. 4). Ou seja, a comunicação é um campo de disputa. Os fatos são a interpretação de quem os narra.

Para a autora, os movimentos por justiça global (MJG) utilizam as mesmas convenções da mídia convencional para subverter o estado de coisas e localizam nela um adversário central, por entender que é

uma reprodutora do discurso dos centros de poder. Colocam como meta forçar esse poder (das corporações, das agências multilaterais e da própria mídia) a prestar contas e tornar transparentes suas decisões. Embora na fala dos ativistas exista a crença na independência dos movimentos sociais em relação ao Estado, sua ação – competir no mercado público de discursos – mostra que ainda há a necessidade de traduzir demandas em respostas, de mediar o discurso por uma linguagem institucionalizada que já tem canais de acesso à esfera pública, influenciando assim as decisões políticas.

Outra crença dos ativistas é de que as TICs promoveriam a democratização da participação política, contribui com o aumento do fluxo de informações, muito embora precisem concorrer com todas as outras existentes, ou seja, aquelas que se constituem no espaço público precisam ainda concorrer com todas as outras. Tornar-se fonte, para Prudencio (2006), é muito importante numa estratégia midiática, considerando que são as fontes que canalizam o fluxo de informação para determinados enfoques e, conseqüentemente, vão formar o movimento da opinião pública sobre a questão em debate. Ela resulta da divergência e não do consenso.

A espetacularização das ações dos MJG, para Prudencio, é considerada um recurso pelo qual os ativistas exploram os critérios de noticiabilidade, ajustando seu *frame* ao *frame* jornalístico. Para a autora, essas estratégias vão perdendo força à medida que se tornam familiares aos meios jornalísticos, muito embora coloquem os ativistas como fonte de informação relevante toda vez que um protesto se realiza.

No seu estudo, Prudencio usa o termo “mídia ativista”, apresentada em duas formas distintas: ativismo de mídia e jornativismo.

Interessante é notar que a produção de notícias dos *websites* dos MJG se aproxima muito da forma dos seus adversários. A comunicação interna fala a linguagem dos ativistas, mas de uma maneira a “emprestar” a perícia jornalística e, por extensão, sua legitimidade.

A rede de comunicação tecida pelos ativistas mostra que essa prática informativa não configura um espaço de ideias

convergentes. Ao contrário, apresenta *frame contests* “internos”, ou seja, divisões entre os ativistas sobre seu papel na luta por justiça global, sobre o que é um serviço de contra-informação e sobre as formas de enfrentamento dos seus adversários. Isso mostra o desenho da diversidade de atores presentes na rede (Prudencio, 2006, p. 171-172).

A seguir, temos a síntese das principais conclusões da autora.

A comunicação dos movimentos sociais é estratégia política e recurso organizacional. O ativismo global se caracteriza pela comunicação de campanhas permanentes para organizar protestos e publicizar questões. As campanhas internacionais são elas mesmas organizações políticas que sustentam as redes na ausência de lideranças de organizações centrais (Prudencio, 2006, p. 174).

Há uma descentralização da produção de informação e a edição personalizada das informações pelo recurso do hipertexto, mas a mídia ativista ainda reforça a divisão entre produtores e consumidores de informação. No entanto, não se pode negar a existência de efeitos políticos do ciberativismo, suas práticas comunicativas caracterizam e organizam sua política: “[...] as redes de comunicação informam as redes sociais, ou seja, não é a internet que cria os laços entre os movimentos sociais, mas ela os recria” (Prudencio, 2006, p. 174).

Prudencio considera a cibercomunicação ideologicamente fraca, mas precisa nas ações, argumentando que as redes dos MJG não produzem uma ideologia comum e permitem que diferentes perspectivas políticas coexistam sem os conflitos que tais diferenças pudessem criar em coalizões mais centralizadas. Adversários em algumas campanhas podem tornar-se eventuais aliados em outras. Como no caso da ATTAC, que surge como organização da campanha específica pela Taxa Tobin e rapidamente acolhe outras questões, principalmente com o engajamento na rede dos MJG. Com isso, alarga o seu escopo de ação, mas perde em unidade de conteúdo (Prudencio, 2006, p. 175).

Há uma convivência democrática entre as mídias adversárias. Dessa forma, a mídia ativista se caracteriza pelo empreendimento de campanhas permanentes, amplas, de caráter pluri-identitário, e capaci-

dade de ágil comunicação, embora esteja no “limite muito tênue entre a abertura para uma participação democrática e o risco de a ação cair no vazio” (Prudencio, 2006, p. 176).

Os ativistas pressionam os poderes instituídos a se tornar visíveis, para então negociar publicamente os significados para os problemas sociais. A globalização é “lida” como causadora de prejuízos sociais e culturais até então não discutidos abertamente. Os agentes da globalização contestada como recurso de competição dos *frames* estabelecidos.

As redes de comunicação são canais de empoderamento dos movimentos sociais, diminuem a defasagem de recursos entre os adversários e abrem caminho para a inserção dos pontos de vista dos ativistas no debate público. Mas elas, as redes, não são desprovidas elas mesmas de disputa de poder, nem são absolutamente independentes das práticas que contestam. A noção de jornativismo quer justamente evidenciar que a experiência da mídia ativista é informada por práticas já estabelecidas e reconhecidas como garantia de credibilidade para as informações. Quando a mídia ativista lança mão das rotinas produtivas e das convenções de um jornalismo padrão não significa que os seus produtores tenham “cedido” a um mal necessário, mas que o trabalho de *re-frame* pressupõe um ajuste sobre um *frame* primário, sem o qual não é possível subverter o sentido anterior (Prudencio, 2006, p. 178).

Segundo Prudencio, a pesquisa mostra que os serviços de contrainformação que mais obtêm êxito em seus projetos, em termos de empoderamento, são os que se dedicam a um trabalho de edição. Com um *frame* mais preciso, mais chances tem a informação de se transformar em conhecimento útil para seu consumidor. Há um caráter político e organizativo nas práticas comunicativas dos ativistas, cujas redes de comunicação a que se integram informam as redes sociais, ou seja, não é a internet que cria os laços entre os movimentos sociais, mas os recria e caracteriza o ativismo global pela comunicação de campanhas permanentes para organizar protestos e publicizar questões.

Por isso a denominação mídia ativista é mais adequada para a comunicação dos MJG que mídia alternativa. Ou seja, para a autora a estratégia política é importante no sentido do uso de recursos semelhantes aos adversários e a aposta numa mídia que recusa as práticas já institucionalizadas “pode levar a ação ao vazio” (Prudencio, 2006, p. 180).

A autora considera que há uma certa oscilação do ativismo de mídia que ora se afasta, ora se aproxima do padrão jornalístico. Que recusa a objetividade jornalística, mas assume a parcialidade e a tendenciosidade. E embora acredite na internet como a grande chance de democratizar a comunicação, não explora suas potencialidades técnicas e, consequentemente, expressivas. No caso dos jornativistas, assumem tanto sua posição política como as convenções jornalísticas de comunicação da mensagem. “Defendem genericamente o pluralismo de vozes, especialmente facilitado pela internet, mas delimitam fronteiras entre os objetivos políticos e os projetos de contrainformação” (Prudencio, 2006, p. 181). Os coletivos, no entanto, apesar de partilharem o *frame* de referência – de esquerda, socialista e contra o neoliberalismo –, produzem diferentes estratégias.

O Indymedia não visa à produção de conhecimento, mas a difusão de notícias sobre os temas dos MJG. Ainda que “qualquer pessoa” possa “tornar-se mídia”, a veiculação de notícias nos *websites* passa necessariamente pelo crivo de uma equipe editorial, a qual define os critérios de noticiabilidade do acontecimento coberto. Funciona como uma grande agência ativista de notícias, a qual padroniza e orienta sua produção em todos os indymedia espalhados pelo mundo. Assim, para cada categorização se abrem novas distinções (Prudencio, 2006, p. 182).

Prudêncio conclui que os ativistas dos MJG revelam nos e pelos seus *websites* que a ação coletiva contemporânea, altamente midiaticizada, fala a linguagem do seu tempo. O conflito com os adversários provoca ganhos e reveses. “A mídia ativista, enfim, concorre na esfera pública para a definição do que é importante discutir. Mobilizar a opinião pública torna-se fundamental para atuar politicamente” (Prudencio, 2006, p. 185).

A EXPERIÊNCIA DA POLÍTICA, EXPERIÊNCIA DA VIDA

O conhecimento sobre a nova sociabilidade gestada através da intervenção política da nova geração no espaço público tem recebido contribuição em estudos de caso. A experiência do ativismo de contestação social em Belo Horizonte dissertada por Oliveira (2012) é um forte exemplo. O autor analisou uma movimentação social protagonizada por jovens que surgiu na capital mineira relacionada às questões urbanas e à questão do poder local. Deu ênfase aos processos constitutivos e característicos da movimentação investigada, procurando entender o movimento que surgiu, desenvolveu-se e articulou-se com as novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) ouvindo ativistas para conhecer e analisar suas definições sobre todas as relações que envolveram sua prática política.

Tratou-se, pois, de um movimento desencadeado quando, em dezembro de 2009, o então prefeito de Belo Horizonte assinou um decreto proibindo eventos de qualquer natureza na praça da Estação, localizada na região central da capital de Minas Gerais, espaço público de referência onde comumente realizam-se manifestações políticas, culturais e populares na cidade. O movimento “Praia da Estação” surge, então, como uma iniciativa coletiva de questionamento do decreto baixado pelo prefeito, bem como da ocupação política/cultural da praça. Vestidos com trajes de banho e portando pranchas de surfe, esteiras, guarda-sóis, caixas de isopor, bronzeadores, numa cidade não banhada pelo mar, os jovens trouxeram à cena pública o debate sobre o uso e apropriação dos espaços públicos da cidade e sobre os próprios rumos do desenvolvimento da urbe, ao mesmo tempo que ensejaram novas formas de ação coletiva e participação social no cenário urbano. Organizada e mobilizada em rede por meio de uma lista de discussão e um blog na internet (ambos intitulados “Praça Livre”), a Praia da Estação apresentou características específicas das formas contemporâneas de ativismo e participação social desde as movimentações do final dos anos 1990 e início dos anos 2000, que ficaram conhecidas como Movimentos Antiglobalização ou Movimentos Anticapitalistas – busca pela horizontalidade, ação direta, carnavalização do protesto,

diversificação das formas de ação, ciberativismo e uso intensivo das novas mídias, relevância do papel dos indivíduos, desvinculação das formas tradicionais de participação, como partidos, sindicatos etc. –, além de trazer à tona as problemáticas da cidade e do poder municipal com preocupações centrais (Oliveira, 2012, p. 14).

O jovem pesquisador discute a origem das mobilizações contemporâneas das movimentações, desde o chamado zapatista da EZLN contra o neoliberalismo, e observa que nesses coletivos prepondera a “[...] lógica da cooperação, colaboração, autonomia, organização em redes e contestação social, [...] novas formas de organização e recriação das ações coletivas de dissenso nas sociedade contemporâneas, formas distantes, de certo modo, das formas e instituições tradicionais” (Oliveira, 2012, p. 44-45).

A pauta movimentalista que aparece nesse estudo é ampla e está presente nas grandes cidades, constituindo parte da crítica na luta pela Reforma Urbana e aplicação do Estatuto da Cidade de 2001. Já a recorrência à compreensão do ideário anarquista, constatada por outros pesquisadores desses novos movimentos, demonstra que a contestação e dissenso são sustentados na vitalidade dessas ideias e referenciais. Isso pode levar à compreensão de que a visão política e princípios do anarquismo estão presentes na formação desses coletivos, frisando-se que eles têm reelaborado e acentuado sua capacidade de intervenção, o que tem agregado maior adesão e apoio nas manifestações massivas por demandas populares, porque são capazes de expressar os dilemas, e principalmente as utopias, da geração globalizada.

Para o autor, ser libertário hoje é assumir a reelaboração da crítica à cultura burguesa, que sustentava o ideário anarquista do passado, recolocando-a num olhar geracional – aquele que expressa desejos e dilemas de uma geração.

Oliveira faz uma distinção importante entre os ativistas a partir da constatação de que os coletivos que surgiram na cidade de Belo Horizonte na primeira década dos anos 2000 reúnem características similares àquelas do movimento antiglobalização, e compartilham um mesmo sentido histórico. Ou seja, chama atenção às especificidades dessa geração de ativistas da cidade pelos inter cruzamentos entre os

contextos global e local de contestação social e as formas que o ativismo foi assumindo ao longo de uma década. Para ele:

[...] uma distinção que poderíamos ressaltar entre um primeiro subgrupo e um segundo subgrupo – em outras palavras: entre os coletivos pertencentes ao campo que definimos como “libertários antiglobalização” e os coletivos “libertários pós-antiglobalização” – é a própria proximidade dos primeiros a eventos macropolíticos e a relativa distância dos “libertários pós-antiglobalização” a esses mesmos protestos – apesar das influências e inspirações diretas. A “curva descendente” dos protestos de rua globais e do próprio movimento antiglobalização em meados da primeira década do século XXI pode ser considerada uma, entre outras razões, que apontam para as distinções intergeracionais das quais estamos tratando: as distinções entre “libertários antiglobalização” e “libertários pós-antiglobalização” (Oliveira, 2012, p. 55).

Nos encontros realizados na capital mineira, a distinção do pensamento entre essa geração (novos e velhos ativistas) deu-se em torno da realização e organização dos dias de ação global no Brasil e comprometida com as lutas com a dimensão macro, ou seja, de questionamento do sistema de maneira geral, e os coletivos e movimentações mais recentes – que se preocupavam com questões específicas e locais, entre elas a questão da problemática urbana. Os mais velhos pontuavam que os mais novos haviam relegado a um segundo plano as lutas com bandeiras mais amplas, como a própria luta anticapitalista e de questionamento do sistema como um todo. A perda do legado de lutas da Ação Global dos Povos (AGP) e dos coletivos que organizavam os protestos anticapitalistas em algumas cidades brasileiras teria enfraquecido as lutas anticapitalistas, segundo os depoimentos obtidos pelo autor. Os mais novos pontuavam que se sentiam herdeiros diretos das lutas e movimentações anticapitalistas e de organizações dos dias de ação global protagonizadas pelos mais “velhos”, mas que “encontraram outras formas de criação da resistência e do protesto e que outras demandas e outros problemas sociais estavam colocados na ordem do dia – problemas que se referiam a questões de localidade, do urbano e

do cotidiano vivenciado” (Oliveira, 2012, p. 59).

O autor sugere um “conflito geracional entre os ativistas”, o que não procede porque não são de fato gerações distanciadas. É possível sugerir que há dificuldades decorrentes dessas lutas de resistência e crítica ao capitalismo, o que tem jogado a militância numa impaciência histórica, dada a grande complexidade que implica o confronto com o capital.

Segundo Oliveira (2012, p. 200), há toda uma solidariedade desses ativistas com outros movimentos sociais, cujo desdobramento foi a conformação de uma rede de solidariedade ativista: com as famílias sem teto desalojadas e ocupando terrenos na cidade; com o Comitê Popular dos Atingidos pela Copa que vem questionando e tornando público os impactos negativos dos desalojamentos em favor da construção de megaprojetos para abrigar a Copa do Mundo de 2014.

Suas conclusões relacionam o caso da “Praia das Alterosas” às demandas da contestação juvenil nas grandes cidades do país e do mundo, ainda que tenham conteúdos distintos – contra o sistema econômico nos países capitalistas centrais em crise, na luta por democracia e por transformações políticas, sociais e culturais no mundo árabe, nos questionamentos por parte dos estudantes dos sistemas educacionais, no desenvolvimento urbano e luta por democratização do poder municipal, por democracia “real”. Em todas as situações conjunturais e históricas, o autor considera que está presente o espírito contestatório e rebelde de cidadãos e ativistas predominantemente jovens, como sujeitos centrais dos acontecimentos.

O DIREITO À CIDADE, RELAÇÕES SOCIOEDUCATIVAS, PARTICIPAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO – O CASO DO MPL

Vários estudos de caso sobre o processo coletivo dos ativistas como formador da subjetividade trouxeram contribuições para a compreensão da sociabilidade juvenil desenvolvida no interior desses grupos. O Movimento Passe Livre (MPL) foi, assim, objeto dessas refle-

xões e muitas das interpretações feitas a seu respeito lançam uma luz sobre o movimento na luta política pelo direito à cidade que expressa os dilemas de uma juventude contestadora, conforme pode ser observado nos trabalhos que revisamos na sequência.

Voltado para a compreensão da educação política de jovens, a dissertação de Ana Elise Cardoso Inácio enfoca o Movimento Passe Livre em Santa Catarina, considerando sua formação por uma juventude diversificada, composta por estudantes tanto de escolas públicas como particulares, com variadas ideologias e que tiveram um apoio dos pais para entrar na militância política. Muitos dos pais aderiram e participaram das mobilizações juntamente com seus filhos, fato que a autora aponta como diferencial e ao qual se propõe problematizar. A contribuição desse estudo se refere, a nosso ver, à abordagem metodológica proposta, de entrevistas com pais e filhos, que ajuda a resgatar a história do movimento, bem como, em certas situações, a gênese da participação juvenil.

Um dos pontos fundamentais desse trabalho, segundo a autora, foi observar, além de outros campos, o peso da família e das relações estabelecidas dentro dela que favoreçam a atuação de jovens em movimentos sociais. Nos depoimentos recolhidos por Inácio, os pais que apoiaram, incentivaram os filhos à participação, também têm uma história de engajamento e participavam com os filhos também por convicção na causa. Não sem contradições, pois temiam pelo risco que seus filhos corriam ao estar nas manifestações de rua. Por isso, também foram com eles. O envolvimento dos pais incentiva a reflexão e participação dos filhos, beneficiados por uma relação franca e aberta com os pais.

Segundo Inácio, as experiências e trocas com pessoas e instituições acabam criando o reconhecimento e a identidade juvenil, principalmente naqueles jovens, como neste caso, na faixa de 14 a 17 anos. Experimentam vários círculos ou redes, como o familiar, de colegas, de lazer, trabalho e política que auxiliam e contribuem para sua formação.

No universo de pesquisa selecionado, a autora observou que os estudantes tiveram contato com instituições e uma rede de pessoas

que contribuíram para que entrassem no movimento. Mostraram que se envolveram no MPL por intermédio de amigos ou colegas que já tinham contato com o movimento. Segundo a pesquisadora, os jovens, tanto os que foram ponte de ligação entre entrevistados e o movimento como os próprios entrevistados, tiveram a instituição educacional, escola ou universidade, como suporte ou local próprio para que se concretizassem ainda mais suas participações dentro do MPL. Para os estudantes, portanto, pessoas e instituições foram uma ponte, uma ligação de apoio que possibilitou que se inspirassem, tivessem curiosidade e acabassem observando e participando do movimento, que até então era completamente desconhecido e novo para muitos. Também, a participação no MPL teve uma inspiração de valores que os jovens aprenderam em casa. Esse “abrir de olhos”, como citado por um dos entrevistados, remeteu à observação de que além da troca de experiência e incentivo de pessoas ou algo, a permanência no movimento requer também curiosidade e continuidade por parte dos jovens. Assim, podem existir casos de irmãos em uma mesma família que, embora tenham tido uma educação similar, acabam seguindo rumos diferentes em escolhas, como, por exemplo, em relação ao envolvimento em movimentos estudantis. Portanto, Inácio entendeu a participação como particular e singular, própria de cada jovem. A entrada em movimentos e a continuidade dependeria muito das vontades e objetivos próprios, e a militância é adquirida com a maturidade, até por questões pessoais.

A juventude hoje se apresenta envolvida por diversas redes e essas redes acabam por formá-la, segundo Inácio, contrariando estudos que remetem à falta de envolvimento de jovens com a política, o que pode ter sido concluído pela vasta possibilidade de escolhas e redes de relacionamento de que eles dispõem. No seu estudo, a autora entende que esses jovens engajados no presente são diferentes daqueles que participaram da luta contra a ditadura militar no Brasil e nem têm os mesmos valores. Para ela, “cada período da história traz consigo sua individualidade, uma época única caracterizada por seus próprios momentos históricos e suas próprias problematizações” (Inácio, 2008, p. 115). A juventude foi observada pela autora como um período além da faixa etária, uma época na qual busca-se formar uma identidade, quando entram

e saem dos grupos, experimentam diversas opções. Os jovens estudados apresentam essa heterogenia nos espaços nos quais interagem.

O contato através das entrevistas com os estudantes e os pais que participaram do movimento acabou mostrando eixos possíveis que afetam e influenciam a participação dos jovens. Desses eixos, três foram os que mais se destacaram: família, participação política e escola. Os jovens que participaram foram influenciados por uma ligação anterior com movimentos sociais da própria família, principalmente através dos pais (Inácio, 2008, p. 117). Os pais se integraram ao movimento (MPL) nas passeatas, ou com auxílio na infraestrutura das manifestações de rua, trazendo a sua própria experiência nos movimentos sociais para o MPL, o que incentivou fortemente os próprios filhos a se engajar. A educação transmitida pelo núcleo familiar confirmou a força do diálogo entre pais e filhos para a educação política dos jovens e sua influência direta ou indireta, embora não fosse a condição única ou mesmo exigência única para a participação estudantil.

Segundo Inácio, a experiência foi um outro aspecto que teve grande peso para os jovens do MPL entrevistados, dispostos ao engajamento futuro em outros movimentos sociais. Segundo os entrevistados, a experiência levou-os ao conhecimento de questões relacionadas à cidadania, política, direitos e liderança. Por outro lado, a autora constatou que a participação política é, sobretudo, particular, própria de cada jovem, em que a entrada em movimentos e a continuidade dependem muito de suas vontades e objetivos constituídos. E observou que a escola confirmou-se como local próprio para a socialização do indivíduo, constituída também pelas relações estabelecidas nesse ambiente dos jovens com o movimento, um local de referência, onde se iniciou, no caso do MPL, o primeiro contato com a política. Nas palavras da autora,

[...] muito além de o MPL ser um movimento de cunho estudantil e estar envolvido no ambiente escolar, se constituiu dentro desse ambiente, sobretudo, por ser um local qualificado para a socialização dos indivíduos e propício para as trocas de informações (Inácio, 2008, p. 119).

Através dos depoimentos, constatou-se que nos espaços escolares formou-se uma grande rede participativa; no contato nas escolas, nas ruas e no ambiente familiar foram constituindo-se, portanto, relações que levavam em direção ao movimento. A pesquisadora termina sua pesquisa num momento de refluxo do MPL, que continua suas ações na perspectiva da formação da federação do movimento no Brasil. Em 2006 e 2007, os trabalhos do movimento se restringiram no que se refere às manifestações, e o objetivo se concentrava no apoio aos militantes que estavam respondendo processos judiciais por mobilizações anteriores.

Em artigo publicado na revista *Psicologia Política*, Andrade e Maheirie (2011) procuraram na identificação dos sentidos atribuídos ao MPL, pelos seus militantes, entender a mediação da constituição da sua subjetividade, a partir da consideração de que as práticas contemporâneas da política têm se revelado cada vez mais diversas e heterogêneas. Essa observação é uma via para a construção de uma nova forma epistemológica no campo da Psicologia Social se inserir no debate das ações coletivas, práticas políticas e movimentos sociais.

As autoras se propõem a discutir as relações socioafetivas, as novas formas de (se) fazer (por meio da) política, as relações ético-estéticas no MPL. O MPL é compreendido nesse artigo como um grupo político que, possuindo uma identidade coletiva e a unificação dos sujeitos em torno de um objetivo em comum, “esbarra na questão dos direitos sociais, antagonizando as relações sociais pela/na cidade de Florianópolis, em busca de concretizar direitos materiais e simbólicos para a sociedade civil, em especial as subalternidades” (Andrade; Maheirie, 2011, p. 362)

Conforme as autoras, as mediações vivenciadas e significadas pelos militantes se caracterizam por sínteses dialéticas das relações que o sujeito vivencia com os outros e seu contexto histórico, e o contexto familiar é um dos fortes significantes como um espaço importante na construção do interesse em práticas, conforme o depoimento recolhido de diferentes militantes. Histórico familiar e lembranças de um passado aparecem como marca do seu engajamento atual.

Vivências, lembranças e pessoas do contexto familiar tornaram-se mediadores fundamentais na construção de interesses, escolhas, vontades, desejos, ou seja, da base afetivo-volitiva relacionada à participação política, que norteia a criação dos sentidos existenciais, que se concretizam nas práticas e na constituição da militância de muitos jovens do movimento analisado, confirmando que a afetividade é uma dimensão central na apropriação dos significados constituintes e constitutivos das/pelas experiências do sujeito e de criação dos seus sentidos existenciais. A condição econômica, a possibilidade de leituras e os acontecimentos históricos foram mediadores significativos para a atual mobilização política, constituindo-se em condições concretas de possibilidades de existência.

Destacam as autoras que é possível perceber que a base afetivo-volitiva foi se nutrindo por meio das tragédias humanitárias, do sofrimento de outras pessoas, que de algum modo afetaram certos jovens ativistas, que se apropriaram dessas histórias coletivas tornando-as próprias, realizando escolhas para sua vida singular, como, por exemplo, ao optar por cursos que sensibilizem essas questões. Esse sentimento é um dos alicerces da organização, cuja riqueza está na vivência de sentimentos comuns que se prolongam na consolidação de objetivos coletivos.

Andrade e Maheirie se orientam pela concepção na qual participar politicamente significa envolver-se afetivamente, pois “afeto, emoção e necessidade são questões sociais e políticas tanto quanto poder e movimentos sociais são questões subjetivas” (segundo Sawaia, 1994, p. 152). Essa autora compreende tal prática constituída também por componentes subjetivos, tornando o movimento social um espaço de amizades, conflitos, trocas, (des)encontros, (des)construções, aprendizagens, avanços e retrocessos.

Fica claro nesse estudo que para alguns militantes os laços afetivos e amizades se tornaram um dos maiores atrativos para a participação política. Para outros, há momentos em que as amizades enriquecem o movimento e a si mesmo, como também, por outro lado, podem vir a ser um empecilho para a organicidade do movimento e para o interesse em participar do grupo. Há também aqueles que apontaram o

risco de o movimento se fechar em si mesmo, por ser demasiadamente coeso, via relações sócio-afetivas, e não permitir ou acolher a entrada de novos integrantes. Há depoimentos que, ao citarem a inserção no MPL, apontam que a participação política está vinculada a uma atividade prazerosa, mediada pelas pessoas e os encontros com o movimento enquanto para outros houve um vínculo difícil, uma necessidade de esforço, de um investimento afetivo-emocional no processo de inserção grupal.

[...] percebemos que além do envolvimento político, há uma relação afetiva com o movimento, manifestada nas relações de amizades entre os militantes. As relações sócio-afetivas mostram-se como uma dimensão importante na produção de sentidos em torno da participação política no Passe Livre (Andrade; Maheirie, 2011, p. 368).

Ao considerarem que a afetividade não se caracteriza por algo natural ou instintivo e que ela é construída por meio das relações sociais do sujeito, ou seja, “o sentimento não se torna social, mas, ao contrário, torna-se pessoal [...] converte-se em pessoal sem com isto deixar de ser social”, as autoras afirmam que, dessa forma, o MPL se caracteriza por um lugar onde os sujeitos se encontram, se relacionam e constroem seus processos afetivos, marcando a inexorável relação entre a participação política e a afetividade. Essa afetividade parece se estender para a própria história do movimento, quando os jovens se sentem ativos e autores nessa criação.

O movimento de subjetivação-objetivação, portanto, constrói os sentidos que os militantes têm de sua inserção no coletivo ativista. Para eles é como uma objetivação de suas vontades, desejos, interesses, buscas, escolhas, em uma postura afetivo-reflexiva em que, ao se objetivar, se veem nessa obra objetivada, subjetivando de uma nova forma, construindo novos sentidos e possibilidades de existência.

Em síntese: o propósito da pesquisa foi investigar as relações existentes entre os sujeitos militantes e o Movimento Passe Livre, considerando-as constitutivas do/pelo sujeito em “movimentos de totalização, que se fazem sempre abertos e inacabados”. As autoras

visaram analisar os processos da constituição desse sujeito que, de alguma forma, significa a participação política como algo atrativo ou importante para sua existência, concretizando esse interesse em práticas políticas. Por outro lado, visaram estudar de que maneira a participação no movimento media a constituição desse sujeito, investigando as contribuições que possibilitam inovações subjetivas e objetivas desses militantes.

Há, ainda, o caso em que a mediação das práticas políticas foi, fundamentalmente, afetiva, marcada por um contexto em que a política se relaciona com um processo de alegria e de festa. As condições objetivas também emergiram nos discursos dos sujeitos que as significaram como importantes mediadoras na construção do interesse pela participação política. Para alguns sujeitos,

a situação econômica da família possibilitou que estudassem em boas escolas e universidades, podendo se dedicar integralmente aos estudos e permitindo que tivessem mais tempo e acesso a leituras mais críticas em relação às desigualdades sociais, aos sistemas e acontecimentos políticos, mediando novos olhares em relação ao mundo. Assim, a objetividade se mostra uma dimensão importante na análise da participação política, na medida em que desconstrói o discurso subjetivista em relação à mobilização do sujeito que se engaja em lutas coletivas. A participação política no MPL mediou novas possibilidades de existência para esses militantes (Andrade; Maheirie, 2011, p. 372).

Valéria Silva, em artigo sobre o Movimento contra o Aumento da Tarifa do Ônibus, faz uma observação sensível desse episódio datado em 2004 (conhecido como a Primeira Revolta da Catraca), que nas suas palavras foi um momento político particular da vida da cidade de Florianópolis, conferindo-lhe uma rotina ímpar e impondo-lhe uma dinâmica própria dos movimentos juvenis no contexto da modernidade.

A questão principal para a autora foi buscar a novidade de tal movimento, bem como refleti-lo no atual momento da modernidade brasileira. Considera, assim, a sua diversidade e complexidade em

vários planos como característica identitária de um país pertencente à “periferia moderna”. Para a autora, no Brasil estão presentes as marcas do multiculturalismo, a realidade virtual, a comunicação instantânea, mercados globais próprios de um desenvolvimento de economias modernas, ao mesmo tempo que se sedimenta a pobreza, o desemprego, a miséria, a fluidez política e cultural e a exaustão do ser (Silva, 2008, p. 1-2). Para Silva, essas particularidades de o país apresentar-se enquanto moderno podem ser vistas também no movimento a que se propôs analisar.

Silva considera que o movimento dos jovens, na ocasião, se aproximava em organização e expressão aos novos movimentos sociais, perguntando o que lhes era característico e novo, que relações estabelecem, que aspectos da realidade urbana moderna brasileira colocam em evidência (Silva, 2008, p. 172). Reflete sobre a forma e os sentidos dos movimentos pela experiência moderna no Brasil, “em que ideias normalmente antagônicas noutras experiências históricas entram com igual peso na configuração final da nossa experiência particular”.

Para a autora, há uma síntese nesse movimento entre o velho e o novo, o moderno e o antigo, as práticas globais e as locais, e nesse último aspecto, o destaque da expressão estético-cultural e social diversa dos manifestantes: jovens de diferentes classes sociais, pertencentes a várias “tribos” e/ou grupos de afinidade, de escolas públicas e particulares, militantes independentes e partidários etc. Descaracterizam a responsabilidade pela formação dos jovens enquanto exclusiva do núcleo familiar, mas também ao empresariado, segmento social que mais usufrui das maiores parcelas dos recursos e bens sociais disponíveis, e o próprio Estado. Outras práticas, como a autonomia das localidades/bairros que aderiram ao movimento de luta contra a tarifa, indicavam pautas diferenciadas de ação, aparentemente desconexas, mas com forte sentido em cada situação.

Além das formações coletivas de caráter socioculturais identificadas pelas autoras e apresentadas anteriormente, outros aspectos aparecem na sua análise, como o engajamento político mais tradicional do campo de luta da oposição através de militantes partidários, tendências de organizações políticas demonstrando que à época ainda havia

fôlego para a presença da tradição da esquerda comunista/socialista nos atuais espaços de embates juvenis.

Segundo Silva (2008, p. 174-175), aquele momento foi de

visibilidade política a coletivos que sobrevivem nos interstícios da sociedade, tendo sua voz e presença abafadas pela lógica de uma normalidade de vida e de um padrão juvenil hegemônico que não traduz a diversidade que encontramos na materialidade da cidade e desse segmento como um todo.

Considerou um fato inédito e novo que o movimento tenha conseguido aglutinar em torno de sua demanda principal segmentos juvenis diversificados em todos os seus aspectos. Distinguindo, embora relacionando, o movimento contra o aumento da passagem do transporte coletivo do Movimento Passe Livre, Valéria Silva vê como segundo aspecto a ser destacado no fenômeno analisado a expressão política do movimento como uma “certa cultura política consolidada pelas manifestações do Passe Livre que tornaram possível os contornos obtidos pelo Movimento contra o Aumento”.

Para a autora, a postura defendida por parte do movimento – ao cobrar essa “responsabilidade” do privado – introduz nesse campo uma característica nova em relação aos movimentos sociais juvenis de décadas atrás, que focavam apenas o Estado como interlocutor e adversário político.

Essa é uma novidade interessante que coloca o movimento numa certa aproximação com os movimentos juvenis que se organizam hoje no mundo contra o capital, que são característicos dessa fase da modernidade que experimentamos. Vejo que aí se opera uma síntese entre o novo e o velho: o enfrentamento de questões relativas à destituição – já crônicas para nós – expressa-se a partir de um novo modo introduzido no cenário moderno pelos movimentos antiglobalização. Não obstante a relação com o aparato estatal alterada no tocante à demanda em si, o Movimento conduziu-se legitimando o aparato jurídico-político do Estado, tanto enquanto possível suporte para a luta e, mormente, enquanto

árbitro e palco onde efetivamente se desenrolava e poderia se decidir a questão (Silva, 2008, p. 5).

Outro aspecto destacado pela pesquisadora foi a clara recusa à política partidária (de qualquer partido de oposição, sem exceção) durante as manifestações, perceptível nas palavras de ordem e nos discursos políticos “participantes”. O que chama a atenção é que não se excetuou nenhum partido – mesmo aqueles até recentemente identificados com os movimentos populares. Ocorreu um rompimento horizontal.

Silva também destaca a *presença da realidade digital*, que passou por todos os “participantes” e “tribos” presentes nas manifestações. Em especial o papel da internet na divulgação e articulação do movimento (conforme foi bastante detalhado anteriormente no estudo da presença do Centro de Mídia Independente – CMI no movimento).

Grupos, listas de discussão e *home pages* existiam à disposição dos participantes e de todos aqueles que desejaram interagir com as manifestações. [...] lance acessível a todos por todo o tempo e em tempo real, [...] o fato de que qualquer um podia falar do e pelo Movimento para milhares, milhões, de Florianópolis e de qualquer lugar do planeta. A ideia de direção legitimada, de porta-voz autorizado, de versão “oficial” acerca do que se veiculava ficou desprovida de sentido. Cada pessoa que escrevia na rede sobre os fatos de cada dia oferecia uma forma particular de compreender o que acontecia, deixando ao leitor a tarefa de ele também construir particularmente a sua representação do que ocorria. Na rede, o Movimento não era *oferecido* pronto ao leitor por alguém, em tese, habilitado e reconhecido para tanto, mas apareciam possibilidades várias de entendimento do mesmo. Durante as manifestações, nenhuma nota oficial dirigida à população ou algo dessa natureza mais, digamos, antiga foi emitida apresentando as opiniões formais daqueles que engrossavam as manifestações. Ali, essa prática tão comum entre a militância organizada de alguns anos atrás foi inteiramente esquecida (Silva, 2008, p. 7, grifo da autora).

O telefone celular e a câmera digital eram a garantia da intercomunicação entre os presentes nas manifestações e aqueles que estavam concentrados na divulgação das notícias. As informações corriam em tempo real, facilitando a comunicação interbairros de forma que sempre se sabia em cada lugar o que ocorria com os demais.

Segundo Silva (2004, p. 8), “[...] o Movimento revelou nos seus diversos ambientes, como relatado acima, uma acentuada independência entre as realidades de espaço e tempo e as consequências instantâneas dessa contingência. Como de resto, em todo o mundo atualmente”.

Um outro aspecto indicado por Silva diz respeito à *relação dos jovens com os adultos*. O apoio dos adultos revelou a interação entre as gerações. As reuniões, as atividades encaminhadas pelos adultos (pais, mães, representantes de movimentos, simpatizantes da causa) eram bem-vindas, embora fosse mantida a independência, por parte das novas gerações que encabeçavam o movimento, tanto para consulta como orientação sobre os acontecimentos. “Os adultos foram recebidos muito mais como aliados políticos do que possíveis orientadores ou algo semelhante. Tanto foi assim que o Movimento seguiu sendo identificado como ‘dos estudantes’, muito embora em muito tenha se ampliado com o passar dos dias” (Silva, 2004, p. 9).

A experiência adulta não teve lugar, segundo a pesquisadora, e muito menos a chamada militância histórica do movimento estudantil, do sindicalismo etc., ficando claro que havia uma rejeição muito mais em decorrência das práticas adotadas do que pela faixa etária dos participantes, parâmetro que pareceu de pouca relevância naquele contexto, “[...] sendo deslegitimado de várias maneiras enquanto critério orientador das relações intergeracionais” (Silva, 2004, p. 9).

Para Silva, o movimento analisado explicitou a dinâmica da nova realidade da sociedade no mundo de incerteza sobre quais práticas são capazes de dialogar com parâmetros globais e locais, e seus resultados apontaram para isso no nível social, econômico político ou cultural.

Em pesquisa recente, Yuri Kieling Gama estuda o ideário da juventude contestadora, a partir de um minucioso trabalho junto ao Movimento Passe Livre de Florianópolis visando compreender as re-

lações e vínculos que a juventude contestadora organizada, participante das lutas por melhorias no transporte coletivo de Florianópolis no período de 1999 até 2011, estabelece com a cidade. Com um trabalho de referência, Gama (2011) procurou caracterizar quem eram aqueles jovens protagonistas, analisando como eles definiam e davam sentido a sua participação política, identificando e analisando a concepção dos mesmos sobre o “direito à cidade”, as questões sócio-históricas e os vínculos do MPL com os setores da cidade de Florianópolis que acabaram resultando nas contínuas manifestações de protesto e contestação. Participante do movimento desde a Campanha pelo Passe Livre, na posterior fundação do MPL e, em paralelo, nos coletivos do Centro de Mídia Independente e da Rádio de Troia, Gama tem seu engajamento, segundo ele próprio, como forte motivador temático que uniu suas escolhas subjetivas para os estudos das Ciências Sociais.

O autor registrou o contexto de uma geração de jovens contestadores e propositores de mudanças práticas nas cidades, através do que ela pensa para a cidade, como ela percebe suas ações, suas relações e a visão da cidade em que vive, estudando o caso do MPL e a Frente de Luta pelo Transporte (FLTP). Esses grupos foram os responsáveis pela convocação das primeiras manifestações na cidade, seguiram convocando novas e desenvolveram um profundo questionamento e debate da cidade. O foco da pesquisa foi, a partir da história dos coletivos e das características dos seus participantes, entender o que a juventude organizada pensa sobre a cidade, o que propõe e como estabelece seus vínculos sociais. A pesquisa, desenvolvida entre 2010 e 2011, traz uma discussão mais detalhada sobre o desenvolvimento das cidades, o surgimento da urbanização através da revolução industrial, identifica as concepções de direito à cidade relacionando-os com a discussão sobre juventude e geração. Bem como levanta as representações dos militantes sobre o direito à cidade, tendo como base as análises teóricas de David Harvey e Henry Lefebvre.

Segundo Gama, a questão maior para os jovens pertencentes ao movimento, a mobilidade urbana, está sustentada na lógica individualista impulsionada pelo capitalismo, cujos fundamentos levam à orientação de projetos de locomoção urbana onde o transporte é fonte de

lucro e não encarado como um direito de a cidadania viver as relações urbanas conforme suas necessidades. Ou seja, a mobilidade não é vista como uma obrigação de o poder público garantir investimentos financeiros, políticos e técnicos para assegurar o deslocamento coletivo da população de maneira igualitária. A consequência é apontada pelos investigadores na existência de um projeto de elitização da cidade que não inclui a população de baixa renda, incita mais o uso do carro, que, contraditoriamente, acaba comprometendo o deslocamento dos próprios setores mais ricos da sociedade. É dessa forma que os militantes do movimento vão definindo a concepção de direito à cidade, antes de qualquer coisa, relacionado diretamente a um direito que garante todos os outros direitos sociais sustentados sobre quatro pilares: o direito de poder viver plenamente tudo aquilo que a cidade oferece e de acordo com os interesses coletivos da população; o direito e a liberdade de ir e vir; o direito de decidir politicamente sobre os rumos da cidade e o direito a uma cidade democrática (Gama, 2011, p. 163-164).

O autor teve acesso a um extenso arquivo histórico produzido pelos grupos e indivíduos pesquisados, necessário para contextualizarmos o momento em que se deram as lutas, para identificar e caracterizar os jovens militantes. Os materiais analisados: panfletos, comunicados, boletins, manifestos, artigos, matérias e periódicos, tanto em versão impressa como em versão digital disponível na internet; além de seu arquivo pessoal. Segundo Gama, o acesso a todo esse denso material de elementos conjunturais deveu-se, principalmente, à sua relação de proximidade com os grupos e o contexto em questão. Além de analisar os materiais produzidos coletivamente, para efeito de correlações, entrevistou militantes do MPL e da FLTP que participaram dos principais momentos de mobilização e debate contextualizados entre 2004 e 2011 e, principalmente, que durante os anos pesquisados transitaram e atuaram em mais de um grupo, além dos dois citados, formando uma rede de coletivos que também atuaram no contexto das lutas pelo transporte público. Esses militantes participaram de coletivos como a Campanha pelo Passe Livre, a Rádio de Troia, o Grêmio do Colégio Aplicação, o Diretório Central dos Estudantes da UFSC, a Juventude Revolução Independente e o Centro de Mídia Independente.

O trabalho fornece uma visão ampliada do papel do MPL em Florianópolis e seus vínculos políticos e sociais com a cidade, partindo do contexto das lutas desde 1996 até 2003, 8abarcando a história do projeto do Sistema Integrado, a Campanha pelo Passe Livre, a Revolta do Buzu em Salvador, a história da atuação política da juventude no ano de 2004 na Revolta da Catraca e que leva à aprovação da Lei do Passe Livre. Aborda a fundação do MPL, a Revolta da Catraca II e a suspensão da Lei do Passe Livre, acontecimentos que ocorreram em 2005. No período de 2006 a 2011, com a aprovação do pacote da Tarifa Única, narra o ataque de “capangas” à manifestação da Frente de Luta pelo Transporte Público e os desdobramentos da luta até o término da referida pesquisa, em 2011.

O trabalho realizado por Gama se destaca na apreensão da relação entre o jovem e a cidade de Florianópolis quando procura, a partir dos depoimentos, as correlações e comparações entre os materiais pesquisados, estabelecendo aproximações ou distanciamentos entre o material teórico trabalhado, valorizando o material orgânico produzido pela militância.

EXPERIÊNCIA, EDUCAÇÃO E POLÍTICA

Ao pensar sobre a relação da juventude com o mundo, Walter Benjamin a enxerga como uma experiência sombria, como máscara, como argumento de poder dos adultos sobre os jovens. Como crítico da cultura num cenário de grandes transformações, no início do século XX ele tomou as novas gerações como objeto para pensar a educação política, os desejos juvenis, defendendo a autonomia do indivíduo numa sociedade que se revela mais informativa do que formativa, além de utilitarista e burocrática. O autor nos mostra que a experiência é cobrada como um requisito, um passaporte para a vida, tal qual vivenciamos quando a ordem estabelecida exige um padrão de comportamento à altura da sua funcionalidade contínua e adaptadora, para considerar a capacidade que os jovens podem ter para servir ao sistema.

Inócua e vazia, a experiência é formadora e tem sido solicitada ao jovem como mantenedora do passado, “o eternamente ontem” (Benjamin, 2011, p. 22) propagado por aqueles que jamais, segundo o autor, levantam os olhos para as coisas grandiosas e plenas de sentido. A experiência tornou-se um “evangelho”, convertida na mensagem do lugar-comum da vida.

Para Benjamin, a experiência do jovem contém a condição de conteúdo de realização no ato de vivê-la, adquirido no seu espírito. Na crítica à tradição pragmática do velho como o sempre educador do jovem, pergunta-se se é necessário que o objeto da experiência do jovem seja sempre triste, se não é possível fundar a coragem e o sentido senão naquilo que não pode ser experimentado.

Pois cada uma de nossas experiências possui efetivamente conteúdo. Nós mesmos conferimos-lhe conteúdo a partir do nosso espírito. A pessoa irrefletida acomoda-se no erro.

“Nunca encontrarás a verdade”, brada ela àquele que busca e pesquisa, “eu já vivenciei isso tudo”. Para o pesquisador, contudo, o erro é apenas um novo alento para a busca da verdade (Espinosa). A experiência é carente de sentido e espírito apenas para aquele já desprovido de espírito. Talvez a experiência possa ser dolorosa para a pessoa que aspira por ela, mas dificilmente a levará ao desespero (Benjamin, 2011, p. 23).

Apatia, indiferença, a falta de crítica do jovem são decorrentes da ausência da vivência que lhe é retirada, nessa visão analítica, para a qual ele passa como um desconhecido, neutralizado sob a condição de ser o que esperam dele, aconselhado sempre. Nunca ouvido é levado a uma autocrítica destrutiva como ser social porque desqualificado na sua ação. Ele não tem uma relação transformadora com o mundo porque não lhe é reconhecida essa capacidade, é usurpado da condição de viver a experiência do conhecimento objetivo sobre a realidade onde ele é sujeito da ação. Afastado das dificuldades, não realiza no presente aquilo que plantará a generosidade quando adulto no futuro: “O jovem vivenciará o espírito, e quanto mais difícil lhe for a conquista de coisas grandiosas, tanto mais encontrará o espírito por toda parte em sua caminhada e em todos os homens” (Benjamin, 2011, p. 23).

E é nesse sentido que a experiência se torna uma máscara, porque ela encobre a relação social que a realiza como ato humano: aquela que é resultante de um processo de produção como sujeito do conhecimento, aquilo que os “velhos” consideram como vivência, que é a própria relação do indivíduo com o mundo, que se reproduz na interação com o outro e que o faz de forma acumulativa, enquanto produz a própria subjetividade.

A experiência do sujeito, como elemento histórico, incorpora essa característica, ou seja, ela muda e se produz diferenciadamente no tempo, e a modernidade contemporânea nos coloca diante de uma *experiência arruinada* e não reparadora dos prejuízos (Silva, p. 2001) que se consagraram com a ausência do processo de autorreflexão nas novas gerações. Os espaços institucionais de socialização, como a escola, considerados como fonte da formação do indivíduo, lugar da formação da experiência, da “preparação para a vida”, pa-

ra a “compreensão do seu lugar histórico”, “capacitação funcional” da pedagogia da repetição, continuam a legitimar os objetivos de conter, controlar, vigiar energias desordenadas, disciplinar a vida de jovens (Sousa; Durand, 2002).

Vivenciar “sem o espírito”, como nos diria Benjamin (2009), oblitera o que a juventude traz consigo que é a possibilidade de conhecer “uma outra experiência”. Nada mais odioso ao filisteu do que os “sonhos da sua juventude” e, quase sempre, o sentimentalismo é a camuflagem desse ódio. Transmitir a experiência como algo não pertencente ao próprio sujeito, como algo que já está inscrito como história consagrada, passível da repetição, faz parte da concepção de uma formação que leva à vivência “sem espírito”, diz o autor, algo que pode ser “confortável” para o jovem, embora “funesto” (Benjamin, 2009, p. 23-24). Descaracteriza a formação humana, trunca-lhe a experiência porque interfere no seu processo de autorreflexão.

Hoje, estamos em um cenário de crise de uma sociedade que, em plena reordenação funcional entre Estado e sociedade civil, instituições sociais e atores, movimentos sociais e outras demandas, muito pouco tem permitido o rompimento do fato de a juventude ser o segmento que mais se ressent das transformações do mundo contemporâneo (Peralva, 1997). A ausência de uma educação de resistência a esse processo, como diria Adorno (1995), foi se afirmando como *modus operandi* na proposta educacional moderna e globalizada, instalou-se como uma capacitação que exclui a autonomia do indivíduo e deixou espaço para o prolongamento de um vazio cultural no que diz respeito a sua preparação para pensar a sociedade, pensar o futuro.

Essa perda da experiência como elemento fundamental de compreensão e ação sobre o mundo é decorrente do mesmo processo que separa o sujeito do seu objeto de conhecimento, impossibilitando a autorreflexão formadora, como se o indivíduo vivesse uma experiência alheia.

Dois aspectos se desdobram dessa visão analítica que relaciona a experiência ao processo educativo na relação com a realidade prática. O primeiro enfatiza a noção de *experiência vinculada à formação*, a algum ideal formativo, dado que é a expressão de uma

historicidade que molda as experiências humanas e vice-versa, quer dizer a existência como vida histórica.

O outro aspecto é que a *experiência diz respeito à constituição do sujeito*, que sob o capitalismo tardio vem consolidando um desenvolvimento humano cada vez mais distanciado da consciência crítica e deixando as novas gerações cada vez mais vulneráveis à ideologia dominante. Ambos os aspectos exercem uma pressão intensa sobre as novas gerações, a perda do sentido prático na vida dos indivíduos, do equilíbrio que se sustenta na articulação entre meios e fins, numa época que renega a consciência verdadeira como postura frente ao mundo (Silva, 2001, p. 33).

Para Silva (2001), referenciado em Adorno (1995), é sob relações mercantis que as pessoas (no caso pensemos nos jovens) estão encorajadas a uma concordância ao que existe, como se fosse antinatural ou insensato opor-se àquilo que se impõe como realidade. São levadas unicamente a afirmar, no sentido de corroborar com ela.

É a atrofia da capacidade crítica, certamente, mas devemos compreendê-la não apenas como empobrecimento existencial e cultural, mas também do ponto de vista das condições objetivas, i.é., do clima de “consenso” naturalista que rechaça qualquer atitude de contestação e de crítica assim que elas ameaçam aparecer (Silva, 2001, p. 32).

A noção de *experiência* nos indica por meio de quais mecanismos o sujeito toma consciência de si e dos objetos do mundo. Como processo de formação do sujeito, ela se define na forma e contexto histórico, e se coloca, inevitavelmente, como conteúdo da condição humana, a ponto de o sujeito não poder ser concebido separadamente de sua própria experiência. A experiência só pode ser compreendida como o dinamismo de formação do sujeito pela via de sua autorreflexão. Também, não há nenhum modelo ideal e exterior a ela, assim como não pode existir um paradigma de constituição da subjetividade, a não ser através da referência a um horizonte regulador – a *formação realizada* – com o qual podemos confrontar, a cada momento, a experiência de subjetividade (Silva, 2001).

Ou seja, a *formação realizada* significa a subjetividade plenamente constituída na experiência decorrente, continuamente, da temporalidade histórica e que se define num processo de aprendizado e em condições sociais marcadas por mudanças, vínculos, dificuldades, conhecimentos, que levam a grandes limites na socialização das pessoas.

Toda essa determinação social da formação da experiência contemporânea, Adorno e Horkheimer definiram como semiformação (ou semicultura), uma determinada forma social da subjetividade socialmente imposta por um determinado modo de produção em todos os planos da vida, que na sociedade capitalista é caracterizada como dito a seguir.

A falsa projeção é o usurpador do reino da liberdade e da cultura; a paranoia é o sintoma do indivíduo semicultivado. Para ele, todas as palavras convertem-se num sistema alucinatório, na tentativa de tomar posse do espírito de tudo aquilo que sua experiência não alcança, de dar arbitrariamente um sentido ao mundo que torna o homem sem sentido, mas ao mesmo tempo se transformam também na tentativa de difamar o espírito e a experiência de que está excluído e de imputar-lhes a culpa que, na verdade, é da sociedade que o exclui do espírito e da experiência. Uma semicultura que, por oposição à simples incultura, hipostasia o saber limitado como verdade, não pode mais suportar a ruptura entre o interior e o exterior, o destino individual e a lei social, a manifestação e a essência (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 182).

Estamos, portanto, sob uma formação cultural convertida em mercadoria, que contém a simplificação dos elementos complexos, neutralização dos conteúdos críticos, negativos e emancipadores, destituindo-os de suas características transcendentais ou de qualquer conteúdo espiritual. A sociedade administrada (Adorno; Horkheimer, 1985) se espelha num esquematismo planejado que a indústria cultural se encarrega de tornar presente em todas as esferas da vida do indivíduo. Nela materializou-se uma semiformação que é o modo de consciência dos indivíduos, agora orientados pela força da comunicação massificada que vai destituindo de sentido qualquer contradição que penetre nas relações entre eles, que passam a ser meramente con-

sumidores dos bens culturais simbólicos ou materiais produzidos por qualquer veículo de comunicação.

Em síntese: a semiformação seria a forma social da subjetividade determinada nos termos do capital (Maar, 2003). É um meio para o capital e simultaneamente, como expressão de uma contradição, sujeito gerador e transformador do capital.

As reflexões de Benjamin (2009), portanto, são pertinentes e contemporâneas, pois prenunciam na experiência de um jovem daquele momento (seus escritos foram produzidos entre 1913 e 1932) a condição deste presente, que transmutou-se na necessidade da reprodução social como dominação entre as gerações com o mesmo sentido de tratamento, agora ampliada como controle social capilarizado na cultura do mundo das mercadorias. Um controle que assume uma forma de intervenção gigantesca na vida das novas gerações, como coerção, com o objetivo de contê-las, discipliná-las, definir suas energias para socializá-las, geralmente, com fins de adaptação social, sejam quais forem os meios necessários para contê-las, inclusive com a criminalização da sua conduta social, conforme a conjuntura histórica.

Os jovens são marcados pela vulnerabilidade das condições impostas por uma realidade já estabelecida, repetitiva, resultante daquilo que as gerações passadas legaram como verdade para aqueles que seguem no decurso da vida social. Tomada desse modo, a experiência pode ser interpretada como condutora de um mero ajustamento sem crítica sobre a realidade e sob a atrofia da capacidade de realização autônoma diante dos fatos e conflitos com que os indivíduos se deparam na relação com o mundo, segundo Silva (2001, p. 31). Nas palavras do autor:

[...] somos seres históricos e não naturais, somos consciências e [...] consciência significa antecipação de si mesmo, então podemos exercer a liberdade de negar a realidade presente, o que deveria ser um momento dialético de nossa relação histórica com o mundo. Essa negação, enquanto recusa de *adaptação*, não substitui a ordem do existente, mas pode suspender criticamente o processo de ajustamento derivado do realismo exacerbado. Negar a realidade presente não significa a pretensão de anular o mundo [...], mas apenas com-

preender que a experiência inclui uma relação transformadora com o objeto, o que vem a ser também uma transformação do próprio sujeito (Silva, 2001, p. 31, grifo do autor).

EXPERIÊNCIA E EMANCIPAÇÃO DO SUJEITO

Seria a educação elemento condutor do resgate da experiência na vida dos jovens/novas gerações nos termos do debate e sobre as possibilidades da emancipação pela via necessária da ousadia de negar e de propor um outro modo de viver sob as relações reificadas?

O desenvolvimento educacional está fundamentalmente vinculado a uma dada formação social, daí porque não há que se manter a ilusão de que esta última não se sobreponha a soluções racionais que proponham mudanças na sociedade. Tanto a crise da formação e como a da educação são a expressão mais desenvolvida da crise da sociedade moderna no quadro avassalador instalado pela forma do capitalismo tardio “[...] embaralhando os referenciais da razão nos termos de uma racionalidade produtivista pela qual o sentido ético dos processos formativos e educacionais vaga à mercê das marés econômicas” (Adorno, 1995, p. 16).

Assim, pensar-se a educação meramente como formação da consciência em si, o “aperfeiçoamento da moral”, a “conscientização”, pode conduzir à armadilha de um enfoque “subjetivista” da subjetividade na sociedade capitalista burguesa. A experiência tornada experiência objetiva deve ser apreendida sob a referência da relação social, no âmbito do trabalho social, como produção da sociedade, gerada pelos indivíduos sob relações históricas. Para Maar, Adorno não coloca desse modo a educação para fins da emancipação, finalista, no contexto sociocultural. Para sua efetivação, diz, é crítica da semiformação real, resistência na sociedade material presente aos limites que nesta se impõem à vida no “plano” de sua produção efetiva. E Maar (2003, p. 473) continua:

Neste sentido, é preciso aplicar toda energia para que “a educação seja uma *educação para a contradição e para*

a resistência” no existente, para se contradizer e resistir como modo de ir além do plano de reconstrução cultural e da vigência da semiformação, referindo-se ao plano da vida real efetiva. Por exemplo [...] “mostrando-se aos alunos as falsidades” presentes na vida da sociedade culturalmente construída e “despertando a consciência quanto a que os homens são enganados de modo permanente (Adorno, 1995, p. 181-183).

Sem a ilusão da ausência de contradições no processo educativo que fundamenta a própria vida em sociedade, Adorno lembra que a realidade sempre é simultaneamente uma comprovação dela mesma, e esta envolve continuamente um movimento de adaptação, por isso a educação seria impotente e ideológica se ignorasse o objetivo de adaptação e não preparasse os homens para se orientar no mundo. Seria questionável, também, se se limitasse a isso, produzindo pessoas ajustadas – “desde o início existe no conceito de educação para a consciência e para a racionalidade uma ambiguidade. Talvez não seja possível superá-la no existente, mas certamente não podemos nos desviar dela” (Adorno, 1995, p. 144).

Seria efetivamente idealista no sentido ideológico se quiséssemos combater o conceito de emancipação sem levar em conta o peso imensurável do obscurecimento da consciência pelo existente. [...] De certo modo, emancipação significa o mesmo que conscientização, racionalidade (Adorno, 1995, p. 143).

Em que termos haverá a possibilidade da emancipação, como resgate da experiência que é o próprio conhecimento objetivo da realidade, que descobre os enganos e distorções a que os indivíduos estão sujeitos sob o mundo das mercadorias, segundo esses pressupostos teóricos elencados acima? A resistência como o centro nevrálgico de uma atuação sobre o mundo abre o caminho para pensarmos a educação política das novas gerações como a portadora dessa possibilidade como uma “pedagogia democrática”. “[...] onde a educação política é levada a sério e não simplesmente obrigação inoportuna, ela provoca

um bem maior do que normalmente se supõe” (Adorno, 1995, p. 45). O resgate do passado, a educação dos educadores, a problematização da mera adaptação dentro do “princípio de realidade”, na crítica do estágio de atraso civilizatório em que a sociedade moderna se encontra com relação ao seu desenvolvimento tecnológico etc.

Ser jovem implica viver uma condição ambígua que, contemporaneamente, dos anos 1990 para cá, é classificada sob a faixa etária entre os 14 e 30 anos, quando ocorrem modificações não apenas no conteúdo da experiência que vive, mas no seu ajuste mental e espiritual como novo participante no processo da cultura. A mudança de atitude ocorre de modo diverso, fazendo que a atitude em relação à herança transmitida por seus predecessores seja, ainda que possa parecer um paradoxo, completamente nova (Mannheim, 1982, p. 75), dado que se realiza sempre a partir da singularidade do sujeito, não se separando dela, mas também, como afirma Silva (2001), definida na forma e contexto histórico.

Na “partilha do sensível”, em que a política é forma da experiência dada no recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, da palavra e do ruído que define ao mesmo tempo o lugar e o que está em jogo, ou seja, ela “ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer” (Rancière, 2009, p. 16-17). Isso faz que os jovens, inevitavelmente, sintam o peso e a ambiguidade¹ de não terem como absorver, voluntária e completamente, o conjunto de conteúdos acumulados de

¹ Toquemos nas ambiguidades. Elas dimensionam-se individualmente e sob a influência de aspectos psicossociais, num percurso de (in)definições: busca identitária, tendência de estar em grupo, deslocamento constante de situações e vínculos, atitude de contestação e insatisfação sociais, intelectualização dos fatos, mudanças de humor, separação do universo familiar, questionamento de valores sociais, fatores que se desenvolvem em pleno vigor da adolescência. A continuidade das (in)definições se mantém como crise e conflitualidades provocadas na debilidade dos rituais de passagem, no descrédito dos lugares institucionais tradicionais que tornam mais difíceis as escolhas e definições dos jovens diante das responsabilidades a serem assumidas para manterem o seu projeto de vida; diante das desigualdades sociais e das violências que para muitos está presente em suas próprias vidas; nas dificuldades do ingresso no mercado de trabalho, o que para efeito de políticas sociais vem sendo ampliado o alcance da própria faixa etária juvenil.

sua cultura. Levam, segundo Mannheim (1982), a vantagem de poder avaliar o “inventário cultural” disponível, que pode tanto ajudar a esquecer o que já não é mais útil como desejar o que ainda não foi conquistado. Nesse sentido, podemos considerar que são os fatores educativos, sociais e históricos que definem essas possibilidades, e pelo que foi dito acima, quando aproximado do que seria uma formação realizada da experiência.

Relembrando, a memória social é absorvida pelas novas gerações como experiência vivida, acrescentando-se que tal ocorre na primeira pessoa do singular, ao mesmo tempo que está se realizando o contínuo desaparecimento de prévios participantes no processo da cultura (as gerações mais velhas). Ou seja, há uma dialética entre as gerações, quando o presente interage com o passado a um só tempo, preparando o “necessário” objetivo social de capacitar-nos ao esquecimento, tendo em vista que “[...] para a sociedade continuar a existir, a recordação social é tão importante quanto o esquecimento e a ação a partir do zero” (Mannheim, 1982, p. 78).

Vê-se então que a experiência é um elemento único e fundamental a balizar o processo de socialização dos jovens e da própria sociedade, como expressão atribuída pelos grupos sociais que dela fazem parte. Considerar esse aspecto implica, portanto, compreender, sem preconceitos, os valores e as formas de expressão das novas gerações. Implica, também, a superação daquilo que Mannheim considera inibidor dos importantes contatos originais com a cultura, isto é, a prevalência unilateral dos modos culturais das gerações anteriores. Para o autor, os contatos originais são centrais no processo de individuação e movimentam a dinâmica societária.

[...] que a experiência dependa da idade é, de muitas maneiras, uma vantagem. Que, por outro lado, falte experiência aos jovens significa um alívio do fardo para os jovens; pois facilita a vida deles num mundo em transformação. [...] Na juventude, por outro lado onde a vida é nova, as forças formativas estão começando a existir, e as atitudes básicas em processo de desenvolvimento podem aproveitar o poder modelador de situações novas. Assim, uma

raça humana vivendo eternamente teria que aprender a esquecer para compensar a inexistência de gerações novas (Mannheim, 1982, p. 78).

A experiência dos jovens é tomada por esse autor como fator propulsor da dinâmica da sociedade, e muitas vezes constitui-se no canal de introdução de mudanças, o que faz que a qualificação do termo seja imprescindível quando estamos tratando de uma realidade complexa, onde as experiências acontecem de forma diversa e estratificada, entre os membros de qualquer uma das gerações. Para Mannheim (1982, p. 81), as gerações participam, antes de tudo, somente de uma seção temporalmente limitada do processo histórico no qual estão “similarmente situados”, na medida em que todos estão expostos à mesma fase do processo coletivo, partilham das mesmas formas de manifestação. O fato de as pessoas nascerem ao mesmo tempo, ou seja, estarem vivendo sua juventude, maturidade e velhice, não quer dizer que partilham por si só uma similaridade de situação. O que cria uma situação comum é elas estarem numa posição para experienciar os mesmos acontecimentos e dados etc.

Não é difícil perceber por que uma mesma contemporaneidade cronológica não pode, por si própria, produzir uma situação de geração comum. [...] Somente onde os contemporâneos estão definitivamente em posição de partilharem, como um grupo integrado, de certas experiências comuns podemos falar corretamente de similaridade de situação de uma geração. A mera contemporaneidade torna-se significativa sociologicamente apenas quando envolve também a participação nas mesmas circunstâncias históricas e sociais (Mannheim, 1982, p. 80).

O que temos observado é que, mesmo sob as condições impostas pela força socializadora do consumo apelativo que absorve, inclusive, suas contestações, os jovens se aproximam do campo da política e encontram formas de viver a experiência objetiva, a partir de uma determinada concepção de mundo que corre ao largo do mundo concebido na centralidade das mercadorias, preparando-se,

tendencialmente, para a resistência como dissidentes, insurgentes, desobedientes contra a ordem instituída.

Durante a última década, vimos pesquisando a relação que envolve a juventude, a política e a educação procurando destacar pontos que identifiquem a possibilidade de a experiência estar presente como elemento constitutivo da sociabilidade política entre as organizações políticas juvenis a partir da crítica democrática e da autonomia.

1) Tem-se no professor crítico a condição mais direta e efetiva para a formação de alunos críticos. O professor, nesses termos, torna-se um instrumento que alavanca a experiência relacionada entre a teoria e a prática, e permite que, quando o jovem já está envolvido no espaço autônomo de organização, ao contrário de se inibir, se desenvolve. O primeiro passo, quase condicional para o estabelecimento dessa relação, é que a política seja assumida como condição humana, como conduta que cria o espaço, permita que ele se constitua mesmo na divergência, empodere-se, reconheça-se na luta por suas ideias. A questão central consiste em opor-se ao seu isolamento e convívio restrito com o caráter público da vida imposto pelo consumo da lógica da indústria cultural.

O formalismo do aprendizado é revisto quando estende-se o lugar tradicional de transmissão do saber, que passa a ser transmitido para um outro lugar como a rua, as assembleias, as manifestações coletivas etc. A sala de aula torna-se um espaço incompleto no exercício da “função do aprender e ensinar” que tradicionalmente define a relação entre professor e aluno. O professor, quando se assume como educador, tem na ação política um instrumento socializador de potencialização do interesse dos jovens, que se desdobra num empoderamento do jovem, legitima o professor e influencia a conjuntura do próprio aprendizado mesmo entre aqueles que não estão convencidos da sua importância. As disciplinas podem relacionar a reflexão e a prática. O tempo, auxiliado pela memória histórica, se mostra para o aluno como passado e presente de modo sincrônico, superando a dicotomia do aprendizado de que as coisas mudam, outras permanecem, outras se reformam ou revolucionam, mas que os

alunos também mudam, participam das mudanças e, principalmente, influenciam-nas (Sousa, 2008, p. 148).

Esse processo não ocorre, porém, sem contradições, porque a sala de aula, como a praça pública, é um local de conflito, e assim há jovens que vão para as manifestações e se inserem em movimentos, e não assumem suas obrigações escolares; outros ficam na sala, querem matéria, prova etc. e fazem parte dos silenciosos cujo pensamento passa a ser impenetrável. Essas são as condições concretas em que a experiência se estabelece pelo aprendizado de viver as circunstâncias de suas escolhas mais imediatas, e que pode formar jovens de ambos os sexos que estão na oitava série [nono ano do Ensino Fundamental] e já são lideranças no movimento, enfrentam a polícia com maturidade, e outros jovens que não gostam de participar dos processos coletivos acham que a polícia tem que bater, as manifestações são “bagunça mesmo”, e se filiam ao argumento de que aquele que está na rua não o faz conscientemente, mas para “fugir da sala de aula, matar aula” (Sousa, 2008, p. 149).

Entre os professores que têm poder decisório em determinadas instâncias do processo de ensino, o conflito ganha uma feição estrutural porque quando se estabelece numa discordância ideológica, tem implicações na escolaridade formal dos alunos.

A experiência da política pode adquirir um caráter preventivo na formação psíquica dos jovens, evitando problemas sérios e comuns como a depressão. A política é o canal de ligação do jovem com o futuro através do grupo que inverte a relação de prazer solitário e meramente hedonista com a droga, por exemplo, e coloca o jovem na condição de produtor de uma sociabilidade criada na sua conjunção com o grupo e com a sociedade. Aqui, não é o discurso moralista que faz o corte com a ruína da drogadição, mas uma razão objetiva produzida na própria relação social.

A experiência da política é, também, a via de constituição do elemento político como “resposta humana” na contestação juvenil que se contrapõe ao universo da prática, que tem como limite o próprio poder, e atualmente tem sido colocada como componente curricular na acepção ampla do termo. Significa o reencontro da capa-

cidade de mudança de uma geração que, diante das “brechas” para se autogovernar, vem imprimindo um caráter contrainstitucional às suas ações que se revela como uma luta, contra a política como tecnologia e poder. Por outro lado, do ponto de vista pedagógico do processo formativo, é necessário considerar o forte componente do convencimento sobre o simbólico que representa cada luta em que os jovens se envolvem.

2) A aprendizagem pelo estímulo da capacidade do indivíduo de autogovernar-se, de definir suas próprias leis, no coletivo, implica a consideração necessária do outro. O autogoverno, no seu sentido estrito. Formar para a autonomia, segundo Adorno (1995), remete a um aprendizado para o poder do indivíduo no coletivo sem que isso implique o fortalecimento de um e a anulação do outro. A experiência de ações coletivas contemporâneas vem indicando, no acompanhamento de jovens militantes, que as concepções constituintes da organização do movimento, a autonomia e a horizontalidade tornaram-se elementos importantes na educação política de jovens contestadores (Sousa, 2008).

Vimos, pois, que esses dois pontos levantados – formação para a crítica e formação para a autonomia – contribuem com a recuperação da perda da unidade dos dois polos, o teórico e o prático, que não apenas dividiu a consciência, como levou a uma dissolução da dimensão prática, ética e ativa da subjetividade em que o homem poderia reconhecer a autonomia de suas ações e o próprio teor humano, individual e comunitário com as possibilidades de produzir as verdadeiras histórias que preencheriam a sua existência com um sentido efetivo.

Portanto, o princípio da autonomia realizado na experiência, analisado na perspectiva do cotidiano, do fazer a política no coletivo, aplica-se também ao comportamento do formador, o professor, que ao proceder da mesma forma na sua prática profissional, torna-se uma exceção e precisa estar alerta para manter suas convicções (Sousa, 2008).

O SENTIDO DA POLÍTICA

Nos últimos anos vimos tratando, na observação da prática política juvenil, de quais elementos caracterizam o entendimento das suas ações coletivas organizadas do ponto de vista histórico. Cremos ser possível apontar tendências que indiquem uma direção para onde caminha o ideário que as orienta, auxiliados ao mesmo tempo por um conceito que dê conta do seu sentido histórico. E ainda, o que esses jovens pensam sobre o Estado e como atuam frente a ele, suas relações institucionais, concepções sobre as formas de organização, suas ideias sobre democracia, liberdade e futuro.

As formas de organização que dão base à tradição da relação política com o Estado dão materialidade aos pensamentos liberal, socialista e anarquista na Europa no século XVIII. As mesmas surgiram tanto com objetivos que visam opor ou substituir o poder institucional, conforme a extensão e grau de adesão que adquirem desde as suas gêneses e que poderiam ser apresentadas em dois eixos de atuação: em partidos no sentido leninista de organização ou em organizações independentes.

Os partidos, no sentido leninista, possuem uma estrutura organizativa que garanta a continuidade das políticas, com poder decisivo pelo centralismo democrático, o que pressupõe estruturalmente a existência de uma direção e bases, ou seja, um quadro de militantes de base intermediário e direção, organização por células nos espaços urbanos e rurais, civis e militares. Propondo-se a conquistar o poder do Estado, visam através dele a implantação de suas políticas gestadas na sua orientação programática, inclusive através do instituto eleitoral.

Tanto os liberais como os socialistas, antagônicos ideologicamente, quando organizados partidariamente visam ao poder do Estado no sentido apresentado. Ainda que controversa, essa discussão entre os liberais passou ao longo da constituição do seu pensamento, tanto a resistência a aceitar o Estado como uma necessidade como a defesa do seu papel positivo no desempenho ativo de promover as individualidades e as virtudes cívicas genuínas (Vincent, 1995, p. 58).

No caso dos socialistas, também não se pode afirmar uma visão

unilateral sobre o estatismo ou prática estatista que demarque as questões de entendimento sobre o papel do Estado, pois muitos socialistas consideram a viabilização do socialismo organizado pelo Estado, em contraposição àqueles que partilham do pensamento socialista libertário e pluralista. Ou seja,

[...] o coletivismo não é somente um método que transcende o socialismo, mas também implica várias estratégias potenciais diferentes, e tem sido repudiado por muitos socialistas. Além disso, apesar do fato de o marxismo ser frequentemente considerado uma doutrina profundamente estatista e convencionalmente tomado como o arquétipo do Estado socialista centralizado, é em vão que se examina o corpo de escritos de Marx e Engels na busca de alguma teoria positiva do Estado (Vincent, 1995, p. 112).

As organizações de ativistas não se enquadram no conceito de partido, diferindo quanto à organizabilidade, e em algumas o processo decisório se faz pela horizontalidade, decisões consensualizadas e militância “não obrigatória”, e sim voluntária. Em que a manutenção dos seus propósitos, da sua “pauta” de objetivos políticos, se faz na continuidade para um sentido de compromisso e não pela disciplina assemelhada a uma obediência burocrática e dirigida.

Essas organizações não são contrainstituintes, necessariamente, e partilham das políticas públicas quando o Estado está assinalando convergências ou avanços em relação a seus objetivos.

Diferentes, do ponto de vista conceitual, são as organizações anarquistas e/ou autonomistas, que se caracterizam não só pelo coletivismo decisório, mas por uma prática não institucional. Portanto, ao proporem a participação e ação direta, o Estado lhes falta. Não necessitam do Estado para organizar a sociedade, ao contrário da primeira forma organizativa apresentada, que sob o pensamento liberal ou socialista o tem como foco e objetivo. Esses aspectos levantados conduzem nossa atenção para a busca de um conceito de política que dê conta do sentido atribuído à ação coletiva juvenil contemporânea que se constitui na forma como esta geração está se manifestando co-

letivamente. Vimos refletindo a política em relação à sociedade (ou a setores dela) como elemento conceitual importante para a compreensão dos jovens contemporâneos, bem como as formas e os sentidos que têm atribuído às suas ações coletivas.

Segundo Maar (1992), o conceito de política desfocado da ótica institucional, desenvolvido nos espaços da experiência social, que instaura outra dimensão constituída na sociabilidade e na contestação, é mais impreciso e vago por oposição ao conceito de política na ótica institucional, que se realiza a partir de ações de interferência no âmbito do poder institucional, formal, medido pela maior ou menor relevância das instituições sociais e políticas. A delimitação rígida da política constitui, portanto, um produto da história. É o principal motivo pelo qual “não basta se ater a um significado geral da política, que apagaria todas as figuras com que se apresentou em sua gênese”. Essa expressão do agir político na esfera independente da institucionalidade gera uma consequente politização da sociedade em geral, por ser exigido dela um posicionamento diário frente ao poder. Ao mesmo tempo, porém, ela traz consigo a imposição de normas com que balizar a aplicação da palavra *política*, procurando determinar o que é e o que não é “política” (Maar, 1992, p. 11).

Ao nos determos nos vínculos de sociabilidade dos jovens e na cultura política deles decorrente (Sousa, 1999b; 2002; 2004; 2008), deparamo-nos com o fato de que, embora há alguns anos os jovens tenham uma participação mais difusa, mais recentemente têm configurado uma presença política contestadora, com formas de aglutinação e organizações mais definidas e com objetivos mais precisos. Aparecem, assim, como uma geração que age através de um processo de negação não apenas da institucionalidade política dominante, mas também de qualquer rigidez organizacional de suas lutas e manifestações.

Socialmente, esses jovens vinham se manifestando num movimento de contestação antissistêmica, que se estabelece num outro terreno – o terreno da recusa a uma cooptação e busca de uma outra linguagem política, estabelecida, até mesmo, através de uma outra estética. Movimentos apresentados como “expressões da contestação”, pelo forte caráter simbólico que assumiam suas ações, os movimentos

juvenis de inspiração libertária ou simplesmente sem vínculos partidários/doutrinários trouxeram para seus coletivos conteúdos que, mesmo considerados novos, estiveram presentes no projeto político libertário de Maio de 68, em forma e em concepção de organização política: nem partido, nem vanguarda, nem líderes que anunciem um projeto político oficial; convidavam à revolução do cotidiano, com ações contrainstitucionais e de caráter anticapitalista, revelando a resignificação que faziam de um passado recente. A novidade dessa forma de agrupar-se estava, no nosso entendimento (Sousa, 2008), na concepção política que ia sendo definida conforme as estratégias criadas para ocupar o espaço político. No Brasil do fim da década de 1990, uma certa visibilidade organizativa naqueles termos era a tendência de grupos juvenis, em diversas capitais do país.

A feição de insurgência dessas ações (Sousa, 1999b; 2002) estavam fora do controle centrista e territorial das organizações políticas institucionalizadas, e transitavam alheias à tomada da estrutura do poder, numa multiplicidade de iniciativas incorporadas por pequenas redes difusas e informais de organização. Ao fazerem a síntese da insatisfação popular, mostravam como a política transmuta sua concepção de disputa para um manifesto e ação contestatória pela insatisfação percebida na vida cotidiana.

Ao recusar os vínculos e métodos de ação tradicional, e ao praticar a espontaneidade consciente e carregada de radicalidade, os jovens já apontavam claramente para o baixo poder convocatório daqueles que optavam pela forma política institucional, que a exemplo da própria constituição do sentido da política moderna se desenvolvia na lógica da divisão social do trabalho estreitamente ligada ao conceito de poder, como meio de domínio. Colocavam-na em questão. Exploravam de forma muito própria o potencial do exercício político, quando se ocupavam de questões cotidianas e as expunham, dialogicamente, na dimensão do espaço público. Se, em determinadas ocasiões, a política institucional utilizou a sua condição de falar *por e para*, no movimento os jovens falavam por si, passavam de dominados e dirigidos a dominantes e dirigentes. Outro aspecto é que o espaço institucional, ao se distanciar da realização de suas questões,

aumentava suas insatisfações e permitia o crescimento e a adesão de mais jovens aos movimentos, onde encontravam um porto seguro de sociabilidade agregadora e identitária, “num coletivo que se realiza na realização de cada um”.

Reafirmam-se aqui considerações anteriores de que os movimentos juvenis (tomando-se como referência do final dos anos 1990 em diante), tanto no âmbito da política como no da cultura, aparecem sempre pela incontestável característica histórica dos sujeitos que empreendem as ações, da geração a que pertencem, indicando que estar jovem num contexto movimentalista é constituir-se como sujeito, favorecendo-se pela forma transitória que potencializa suas possibilidades. E, num outro aspecto, trazem para a relação o caráter experimental do “contato original” por meio do qual dimensionam o seu aprendizado da vida social.

É nesse sentido que se pode reafirmar como atual que a ação juvenil autônoma com relação às instituições, ou o acolhimento institucional da crítica dos seus membros mais novos, permite que a conflituosidade emergja como experiência. Possibilita, ainda, a confirmação de que a absorção da cultura em todas as suas dimensões tem nos mais novos a única geração capaz de começar “a vida do zero”, “que pode rejuvenescer a sociedade” porque permite o surgimento de um “novo quadro de antecipações” (Sousa, 2008).

Essas noções apresentadas nos ajudam a pensar por dentro a sociabilidade desenvolvida nas culturas juvenis, evidenciar suas distinções e propriedades e considerar que é na condição relacional vivida pelos jovens que os atributos levantados anteriormente se realizam. Relacional quando interagem com o grupo de pertencimento e quando interagem com os demais segmentos sociais mediados pelas estruturas e respectivas instituições que lhes conferem identidade. Esse caráter se torna visível quando recorremos à história e observamos aquelas juventudes que marcaram sua presença social de forma contestatória, em períodos bem definidos.

Notas para a compreensão da experiência política contemporânea

A configuração que a participação política juvenil foi adquirindo na última década no Brasil obriga a atenção do pesquisador sobre os elementos que constituem o agir político na modernidade, para qualificarmos o debate a respeito do que os jovens querem, o que pretendem e de que modo agem para mudar uma sociedade que se estrutura com a modernidade. Esta apreendeu o conceito de política como uma atribuição profissional que ocorre no espaço institucional, como uma administração própria e que legitima a representação da cidadania nas chamadas sociedades democráticas. Desenvolvida na lógica da divisão social do trabalho, a política foi consagrada ao longo dos tempos como uma conquista pelo seu campo de conhecimento da sociedade e pelos seus efeitos práticos de proteção. Sua definição, como forma de atividade ou *praxis* humana, está estreitamente ligada ao conceito de poder – como meio de domínio entre os homens – e o elemento político, dessa forma, colocado como um ramo da administração no qual os indivíduos agem como autoridade e dinamizam instituições².

Assim vemos que a evolução do conceito de política na trajetória da modernidade vai resultar num saber técnico, no como conseguir a estabilidade e se transformar em instrumento para ajudar a ampliação do poder e sempre associado ao surgimento da burguesia e da produção capitalista. Será, portanto, no conjunto das relações sociais que as diferentes formas políticas assumem relações de con-

² A compreensão do elemento específico do poder, para Bobbio (2000, p. 162-165), aparece quando se busca o critério de classificação das suas várias formas fundadas sobre os meios dos quais se serve o sujeito ativo da relação para condicionar o comportamento do sujeito passivo. Essas formas se explicitam no poder econômico – quando um sujeito econômico se vale da posse de certos bens necessários, ou de uma situação de escassez, para induzir aqueles que não possuem a ter uma determinada conduta. Assim é que a posse dos meios de produção, por exemplo, é uma fonte enorme de poder para seu proprietário. Igualmente, o poder ideológico, fundado nas ideias “formuladas de um determinado modo” em uma “determinada circunstância” e “difundidas por determinados meios”, se exercido por uma pessoa investida de alguma autoridade, influencia a conduta dos outros. O poder político, por sua vez, fundado na posse de instrumentos através dos quais é exercida a força física, institui e mantém junto com as demais formas a sociedade desigual dividida entre ricos e pobres, sapientes e ignorantes, fortes e fracos, superiores e inferiores.

teúdos que vão se estabelecendo e ao mesmo tempo se reduzindo a regras de conquista de poder e da manutenção do poder (Negt; Kluge, 1999, p. 57 apud Sousa, 2002).

A ausência da preocupação com a comunidade resulta, no entanto, na falta de medidas desses conteúdos porque o elemento político, como ato livre, torna-se cativo de uma relação reduzida à troca. Arendt (1999) considera que a política, que está ligada nos tempos recentes à ideia de liberdade, não resguarda sua positividade quando os meios utilizados para proteger o seu espaço, ou mesmo para fundá-la ou ampliá-la, como a *pressão e violência*, passam a significá-la, quando são na realidade “fenômenos marginais” pertencentes ao fenômeno da *coisa política*, mas “não são ela” (Negt; Kluge, 1999, p. 61 apud Sousa, 2002).

A possibilidade da ressignificação do sentido da política na recuperação do seu *valor de uso* só pode ocorrer quando apontar além dos limites técnicos a que ela se reduziu e o esclarecimento do lugar social para onde ela tem se transferido. Para os autores, isso permite, por um lado, dar vida à sua “matéria-prima”, que está presente em alguma coisa oculta, esporádica, passiva, cotidiana, numa constelação de sentimentos cotidianos que conseguem ter expressão política pública, numa relação que começa a ter uma duração ou a engendrar um processo produtivo de reafirmação de uma vontade própria. Fritschy afirma que o agir político em sua forma elementar não é o polo oposto da intimidade ou da privacidade, nem tampouco da substância social encontrada ou daquilo que é excluído. Tudo isso pode se politizar (Negt & Kluge, 1999 apud Sousa, 2002).

As “matérias-primas” da política seriam, então, os sentimentos, os interesses, os protestos, desejos que podem assumir intensidades muito elevadas. Podem ser expressas e repetidas publicamente e associam a liberdade individual à força social associativa, forçando a necessidade individual a se expressar na busca dos direitos, negando o isolamento e a sujeição ao elemento político no sentido tradicional.

[...] não basta ter necessidades. É preciso expressá-las verbalmente a fim de que a simples carência se transforme em

direitos [...]. Trata-se de contribuições e de exigências fracas que partem de fontes individuais e entram na produção: partem das famílias, da produção industrial, do mundo da esfera pública. São fracas enquanto atos isolados, medidos pelo volume de uma circunstância administrativa, de um estado federativo, de toda a república, de uma capital (Negt; Kluge, 1999, p. 54).

No decorrer da história houve, portanto, o afastamento entre as fontes do elemento político e os resultados da política quando as energias foram ofuscadas ao longo da passagem para a política do Estado e se perderam nesse intercâmbio. Ou seja, as respostas políticas são respostas humanas, que quando absorvidas pelas instituições, tradições do poder do Estado, *realpolitik* (Negt; Kluge, 1999), são assaltadas no seu princípio de realidade, provando a inutilidade da política que não produz o durável, não produz a comunidade.

Esses aspectos tornam-se visíveis quando organizações fortes surgem como um contrapoder, a partir de agregações de um segmento da população com o mesmo interesse, criadas fora das normas e contribuições do Estado, da sociedade civil “originalmente fraca”, e estabelecem outras relações de medida, de contrapoder.

As institucionalidades que surgem daí indicam que a política deve ser refletida em relações de medida sob as quais ela se produz e os elementos, que fazem que se estabeleçam, compõem a duração necessária, vontade própria e autonomia subjetiva que se unem para formar a coletividade, a capacidade de expressão e de discernimento que mantêm pública a experiência essencial da vida, a produção de liberdade (Negt; Kluge, 1999).

Segundo esses autores, é complexo o processo que transforma em elemento político o encontro e a sobreposição de linhas sociais, embora seja possível afirmar que ele se revela quando o seu valor de uso decorre da formação da comunidade, quando serve à proteção dessa comunidade e incentiva suas possibilidades.

A forma como a ação política toma como medida a categoria *comunidade* aparece hoje nas demonstrações da vida prática que

identificam quanto ela subsumiu o seu valor de uso no seu valor de troca, e se realiza numa tecnologia eficaz, que procura e acha talentos políticos não entre os que agem por convicção, e sim entre os peritos do ramo, os pragmáticos. Transformada num saber técnico, a política se orienta agora para a obtenção exclusiva da estabilidade do domínio e criação de instrumentos que auxiliem na ampliação de poderes (de indivíduos ou de grupos).

O compromisso da linguagem – a palavra é a coisa

É possível refletir, com os autores frankfurtianos citados, que a modernidade, portanto, criou um modelo de política que os indivíduos aprendem com base numa linguagem e numa ação que buscam o poder seja para a sua conquista, para sua manutenção ou sua divisão. Como desdobramentos, no decorrer dos últimos séculos modernos o agir político, originado no sentido emancipador, firmou-se na tecnologia de ações e linguagens que se tornaram responsáveis pela perda da capacidade transformadora do elemento político.

Ou seja, hoje as palavras e conceitos na discussão política estão sujeitos a se separarem do seu significante, o que torna necessário restabelecermos seus conteúdos semânticos cunhados historicamente, nos quais foram sedimentados a vontade própria, a coragem e os sofrimentos dos homens, como uma espécie de direito natural.

A crítica linguística é, por isso, um elemento fundamental da ação política que tem como motivo propulsor a ampliação da riqueza interior das relações de uma comunidade [...]. Hoje em dia, para surtirem efeito, as revoluções têm de se apoderar de conceitos, e não de funcionários dos telégrafos e de estações de trem (Negt; Kluge, 1999, p. 63-64).

Portanto, a linguagem política, na sua polifonia e múltipla expressão, é decisiva para a identidade de movimentos de emancipação, e os mecanismos de sua identificação estão na evidência da deturpação ou empobrecimento dos conceitos, no crescimento esmagador da realidade, na privação do reconhecimento público.

É importante assinalar, nos limites desta investigação, que historicamente a política perdeu seu elemento político, seu sentido emancipador, devido a um processo que superdimensiona a importância de certas questões que se medem pela tecnologia criada pelo *habitus* da vida moderna, que como vimos em Benjamin (2009) rouba do indivíduo a experiência objetiva substituindo-a com seus conteúdos inócuos. Ou seja, perde-se o vínculo entre a política e a capacidade de discernimento – capacidade de distinguir entre uma prática que leva à emancipação, à organização racional da sociedade e à libertação individual e outra que é indiferente a ela, quando muito a política profissional.

Em síntese, para resgatar seu valor de uso, é preciso que a política reapropriar-se dos conceitos, transforme os significados, para transformar a vida e a linguagem, recuperar a sua dimensão pública para deixar de contribuir para a cristalização das estruturas sociais de privilégios e passe a tirar todo o seu conteúdo do movimento de emancipação das necessidades e interesses das pessoas (Negt; Kluge, 1999, p. 60).

O que há de político nas ações coletivas juvenis

Nessa direção analítica, ao procurarmos demarcar, durante o longo período de nossa trajetória de pesquisa sobre a juventude, uma distinção necessária na qualificação do debate sobre o comportamento político dos jovens, distinguimos, portanto, o conceito de política na dimensão da esfera institucional – onde ela (a política) se realiza, a partir de ações de interferência no âmbito do poder institucional, formal – daquele desenvolvido nos espaços da experiência social, que instaura outra dimensão constituída na sociabilidade e na contestação. Fomos concluindo que os jovens estão gestando novos modos de organização da vida cotidiana de negação institucional, novas formas sociais de enfrentamento da ordem, em que a matéria da política revela-se como uma luta contra a política como tecnologia e poder cada vez mais afastada da experiência emancipatória.

Desse modo, qualificamos as manifestações juvenis contemporâneas analisadas como uma atividade política diferenciada daquela de

que se ocupa a esfera institucional, com um sentido singular, não menos comprometida como instrumento de uma coletividade. Problematicamos a atuação política juvenil no quadro social atual, discutindo o que havia de político nos seus movimentos, ou onde é possível identificar a transferência do elemento político como “resposta humana” do jovem, uma vez que a política, pensada apenas no universo da disputa, limita a sua expressão contestatória. A indagação central orientou-se para o entendimento das ações de uma parte dos jovens contestadores contemporâneos como o reavivamento do valor de uso da política, o reencontro da convicção sobre a ação, o exercício do discernimento. Nos jovens estaria o reencontro da política na política, a expressão das aspirações e dilemas cotidianos, da sua arte, do seu trabalho, do seu lazer, dos seus prazeres, da sua sobrevivência, enfim? Sua forma de agir permite a interiorização subjetiva de questões e passaria a ser o próprio exercício de uma resistência plena para a conquista plena da democracia, como valor ético a orientar o comportamento dos indivíduos, como visão de mundo, dando sentido à afirmação de que tudo é política quando ela se cotidianiza?

A política que faz sentido

Comunistas, libertários, autonomistas, anarquistas. Não se pode dizer que grupos inspirados nessas correntes do pensamento político têm grande apreço pelo papel do Estado, porém o Estado aí está. Mais precisamente, um modelo de Estado moderno com sua democracia parlamentar e partidos políticos como forma de representação do povo.

A princípio, Estado e democracia são indissociáveis, como reforça Badiou (1998) em provocação característica – democracia “é o Estado” – e assim se constrói o consenso sobre o que é ou deixa de ser “democrático”, incluindo no sentido democrático sempre o papel e o interesse do Estado que, convém lembrar, na visão crítica marxista (além de outras), é um Estado submisso aos interesses da economia, ao capital privado, grandes grupos financeiros, portanto, muitas vezes um Estado adversário da vontade popular, o que Badiou (2012) chama de “capital-parlamentarismo”.

Autonomistas, anarquistas, libertários, estes são também os referenciais ditos na constituição e formas de ação de alguns dos movimentos juvenis desta pesquisa. Mas antes de vincular os grupos juvenis imediatamente ao rótulo empregado por parte da grande imprensa (à direita e à esquerda) de “antidemocráticos”, é preciso reposicionar o conceito de democracia na lógica comum de seu uso como mecanismo de manutenção política do Estado moderno que inibe (com impaciência e violência dignas do mais tradicional autoritarismo) os que propõem novas formas de agir no campo político.

La palabra democracia pertenece a lo que llamaré la opinión autoritaria. Está de cierta forma prohibido no ser demócrata. Con mayor precisión: se da por sentado que la humanidad aspire a la democracia, y toda subjetividad que se suponga no demócrata es considerada patológica (Badiou, 1998).

Em *A ideologia alemã* (2007), Marx aponta a habilidade dos donos dos meios de produção em universalizar (ideologicamente) suas ideias e interesses como de todos e para todos, ocultando (ou nem tanto) os favoritismos e privilégios das posições de classe. Tendo como ponto de referência analítico essa visão crítica de uma “democracia” restrita, conforme Badiou (1998), podemos entender melhor algumas formas de manifestações dos grupos juvenis na sua tentativa de (re) apropriação dos espaços públicos que, democraticamente, permanecem interditados a grande parte da população.

Tal como a palavra liberdade é invocada para justificar politicamente a opressão, o termo democracia é empregado, na forma de política institucional, no seu contrário: o poder sem povo. Essa democracia é, nos termos de Badiou, uma “forma mutilada”, que esvazia toda possibilidade da crítica radical ao seu funcionamento, na medida em que cerceia formas de participação direta da população, como, por exemplo, o (não) uso de plebiscitos para referendar políticas de Estado. A defesa acrítica dessa forma mutilada de democracia contra qualquer movimento que esbarre nas bordas do que se define como limites da participação popular – o que ficou evidente nos grandes protestos de 2013 no Brasil – recai na lógica da semiformação sinali-

zada por Adorno e outros frankfurtianos, ou a aceitação do que aí está e o conformismo com a democracia restrita aos cidadãos no direito de votar a cada dois anos.

Mas democracia não se trata de um “caso perdido”, de, como diria Hannah Arendt, jogar a criança junto com a água suja do banho, muito menos uma proposta de opção autoritária, mas algo a mais, uma necessária situação de reversão das perspectivas, uma democracia que não “seja Estado”, como pede Badiou, que seja parte dos processos de formação das políticas dos sujeitos e das comunidades e não seu inimigo repressor.

¿Puede ser entonces “democracia” una categoría pertinente? Sí, diremos que puede serlo si “democracia” se toma en un sentido distinto a una forma de Estado. Si la política en este sentido es a sí misma su propio fin, en la distancia que es capaz de establecer frente al consenso estatal, podrá eventualmente ser llamada democrática (Badiou, 1998, p. 95).

A reversão de perspectiva é, no caso, uma ruptura com o consenso posto e defendido pelos que querem que pouco mude – o que pode soar herético para quem enfrentou longos períodos autoritários, mas a acomodação aos limites da democracia da forma como está posta implica necessariamente a aceitação dos fatores que impedem a emancipação dos sujeitos, que limitam seu processo formativo às escolhas permitidas pelo poder econômico. Um modelo que olhe mais o lado das reivindicações populares do que exclusivamente os limites ditados pelo mercado.

Democracia no remitiría ni a la figura del Estado ni a la figura de la actividad política de masas, sino de forma orgánica a la prescripción política, bajo la hipótesis – la cual seguiremos – de que la prescripción política no está subordinada al Estado, o al buen Estado, no es programática. “Democracia” estaría ligada orgánicamente a la universalidad de la prescripción política, o a su capacidad de universalidad, y habría un lazo entre la palabra “democracia” y la política como tal. Política, una vez más, en el sentido en el que ella

es otra cosa que un programa de Estado. Habría una caracterización intrínsecamente democrática de la política en la medida, por supuesto, en que la política se autodetermine como espacio de emancipación sustraído a las figuras consensuales del Estado (Badiou, 1998, p. 98).

A política democrática faz sentido então não como norma do Estado, mas como emancipação do sujeito (definição menos abstrata), conjugando a subjetividade com os interesses coletivos, liberada, pelo menos na medida do possível, dos interesses dos partidos no poder.

Se podría definir entonces la democracia como aquello que autoriza una ubicación de lo particular bajo la ley de la universalidad de la voluntad política. “Democracia”, de algún modo, nombra las figuras políticas de la conjunción entre las situaciones particulares y una política. En este caso y sólo entonces, “democracia” puede ser retomada como categoría filosófica, en tanto que designará en lo sucesivo aquello que puede llamarse la efectividad de la política, es decir, la política en su coyuntura con problemas particulares, la política obviamente entendida en un sentido que la libera de su ordenamiento al Estado (Badiou, 1998, p. 99).

Não por acaso, em seus ensaios sobre o Maio de 68 e sobre a Comuna de Paris, Badiou diz que houve ali uma ruptura com as instituições da política institucional, uma ruptura também com a esquerda, entendida aqui como a esquerda partidária. Essa ruptura, de certa forma, seria um ponto de análise na intensidade dos debates durante e após as jornadas de junho no Brasil, com analistas à direita e à esquerda condenando e tentando imputar um viés da política tradicional em grupos que, de certa medida, colocam em questão justamente os limites dessa democracia parlamentar e sua representatividade além dos interesses econômicos dos grupos no poder.

Também é um ponto importante sustentar que essa ruptura é sempre ruptura com a esquerda, no sentido formal que dei a esse termo. Hoje, isso também significa ruptura com a forma representativa da política ou, se quisermos ir mais

longe na provocação legítima, ruptura com a “democracia” (Badiou, 2012, p. 103).

Um parêntese sem adiantar as análises dos protestos de junho: ainda que muito tenha sido visto na tentativa de grupos conservadores cooptarem os jovens e seu momento até então de espontânea revolta, seria improdutivo reduzir muitos dos grupos com uma história de lutas ligadas aos movimentos sociais às tentativas de manipulação tanto de conservadores como de partidos ligados à esquerda, como diz uma manifestante, especificamente sobre os protestos em relação ao gasto de verbas públicas direcionadas à Copa do Mundo de Futebol no Brasil em 2014: “Se alguém na esquerda mudou de ideia quanto a usar toneladas de dinheiro público da população para colocar não em escolas, transporte ou educação, mas no caixa de grandes construtoras numa Copa que ninguém aqui pediu, quem mudou não fui eu”³.

Em síntese, seguindo Badiou, “política é fazer ser a política, para que o Estado não seja mais”, algo aparentemente caro aos grupos pesquisados, mesmo que internamente essas sejam questões em processo de construção, de disputa interna e contradições típicas não apenas da juventude, mas de todo processo de formação política e da prática política.

Em termos de ideias, o que dá alguma medida do afastamento da política formal de parte grande da população é sua rendição ao dever histórico (à esquerda) da conquista da justiça social, categoria tanto abstrata como recheada de exemplos concretos da pobreza extrema lado a lado com a riqueza sem medidas.

O que é decisivo, em primeiro lugar, é manter a hipótese de um mundo livre da lei do lucro e do interesse privado. Enquanto estivermos sujeitos, na ordem das representações intelectuais, à convicção de que não poderemos acabar com isso, que essa lei é a lei do mundo, nenhuma política de emancipação será possível (Badiou, 2012, p. 36).

³ Depoimento ouvido na manifestação do dia 18 de junho de 2013 nas ruas de Florianópolis.

Para reforçar, não se trata da negação pura e simples do termo democracia e do modelo de representação democrática, mas de ir além do conforto do que está estabelecido, com a provocação e o questionamento típicos da ousadia juvenil ou o que se espera de uma juventude crítica. Especificamente no caso brasileiro, e mais de duas décadas de regime democrático pós golpe de 64, permanecem questões urgentes de profunda injustiça social que, neste modelo de democracia parlamentar, não são sequer postas em pauta. Colocar essa pauta como prioritária enriquece a democracia, não é seu inimigo. Se grupos e ideias conservadoras tentam se aproveitar de protestos populares para novamente sequestrar nossa frágil democracia, o problema posto é justamente as razões dessa fragilidade, como a desconexão entre representação formal do povo, o Estado, a Justiça, os partidos e as necessidades urgentes da população.

Como se poderá observar, os dados obtidos na investigação revelam um conjunto de demandas populares, e particularmente juvenis, que vêm sendo formadas ao longo da história desses grupos. Tais demandas, no fundo, são uma recuperação do sentido de justiça social que nesses coletivos, com unanimidade, é considerado perdido na forma de democracia institucional em vigor. Como diz Badiou (1998, p. 100): “En el fondo, una vieja palabra, una palabra usada, designa filosoficamente las políticas que emergen victoriosas de tal prueba: es la palabra ‘justicia’”.

OBJETO E METODOLOGIA DA PESQUISA

Na perspectiva da Sociologia da Juventude contemporânea, tomamos como objeto central as organizações/coletivos/movimentos aos quais os jovens contestadores estão vinculados. Com o objetivo de compreender o ideário político das suas ações coletivas, procuramos identificar na sua constituição e distinção como sujeito político as significações comunicativas das linguagens políticas contemporâneas.

Considerada nos limites dos estudos da juventude, a reflexão sobre o segmento juvenil implicou uma abordagem analítico-explicativa das possíveis similaridades entre as organizações, das diferenças políticas que existem entre elas e o seu significado sociológico. Especialmente, buscamos apontar as tendências para onde apontam as práticas políticas juvenis para a compreensão das relações que envolvem a sua sociabilidade política hoje.

A metodologia da pesquisa implicou os seguintes procedimentos: (1) revisão da literatura sobre o tema proposto com vistas à identificação do lugar de nossa proposta de estudo no conjunto das pesquisas e trabalhos voltados para o interesse sobre o segmento juvenil, o que vem constituindo o campo de estudos da Sociologia da Juventude; (2) discussão teórica do sentido da política, da experiência contemporânea e como estão presentes na formação educativa dos jovens; (3) coleta de dados com vistas ao aprofundamento do conhecimento de seis organizações políticas de jovens selecionadas por serem consideradas representativas das formas organizativas e/ou grupos de ação direta que atuam no atual quadro político nacional; (4) atualização do perfil do jovem brasileiro a partir dos dados de pesquisas disponíveis em institutos oficiais de pesquisas sobre a situação socioeconômica,

escolaridade, saúde, violência, trabalho, renda, emprego da juventude brasileira, no panorama nacional e com especificidades na Região Sul; (5) elaboração de uma cronologia das Jornadas de Luta de junho de 2013; (6) acompanhamento e registro visual de manifestações políticas juvenis com vistas à constituição de um banco de dados para uso, inicialmente, do Núcleo de Estudos da Juventude Contemporânea (Nejuc) e (7) atualização da *home page* do mesmo núcleo, onde será disponibilizada parte do material visual e documental produzido no processo de investigação após sua avaliação.

A diversidade dos coletivos investigados exigiram diferentes procedimentos de coleta de dados:

1. entrevistas qualitativas e com questões abertas, baseadas em roteiro, com aproximadamente duas horas de gravação cada uma, num total de dezoito horas gravadas (incluindo seis horas de reuniões variadas) nos locais em que os coletivos se reuniam ou previamente combinadas entre pesquisador e pesquisados;
2. acompanhamento das listas de discussões de coletivos;
3. consulta periódica aos sítios que se tornaram, com o tempo, um recurso imprescindível para o aprofundamento de temas levantados pelos grupos analisados;
4. observação participante nos encontros locais e nacionais, reuniões;
5. consulta documental disponível de diferentes naturezas (jornais, fanzines, publicações internas, textos, correspondências via internet, letras musicais, vídeos etc.).

No plano teórico, o material analisado identifica as tendências das ações coletivas juvenis à luz da Sociologia Crítica contemporânea, pela compreensão das novas linguagens sociais juvenis como novos comportamentos políticos que exigem novas categorias explicativas.

Foram selecionados para análise os seguintes coletivos existentes no Sul do país, mas com abrangência organizativa nacional, com exceção de um deles: Movimento Passe Livre de Florianópolis (Bra-

sil e estado de Santa Catarina), no momento em que se rearticulava junto à Frente de Luta pelo Transporte Coletivo e reestruturava seu coletivo a partir de julho de 2013, considerando a sua história de luta que já tem mais de dez anos; o Coletivo Anarquista Bandeira Negra (estado de Santa Catarina), o único que atua somente nesse estado, porém mantém vínculos com o movimento anarquista ligado ao Fórum do Anarquismo Organizado e à Federação Anarquista Uruguaia; a Associação Nacional dos Estudantes Livres – Anel (Brasil e estado de Santa Catarina), formada por estudantes independentes que se organizam fora da União Nacional dos Estudantes (UNE), constituindo mais recentemente uma proposta programática de aproximação democrática com as bases estudantis; o Levante Popular (Brasil e estado do Paraná), movimento que adquire visibilidade e reconhecimento pela sua ação direta de “escrachos”, chamando atenção para a questão da Memória Histórica, diante da expectativa da instalação da Comissão da Verdade, e que foi referência para analisarmos a experiência coletiva de jovens contestadores em Curitiba; o Coletivo Brigada Popular (Brasil e estado de Santa Catarina), que vem construindo um trabalho de base de inserção popular e se destaca na sua atuação nas ocupações urbanas; e a tática de ação direta Black Bloc (com presença marcante no Rio de Janeiro, presença em São Paulo e presença episódica em Florianópolis/SC), com sua atuação de forte interferência nos protestos e alvo central na discussão sobre a violência que se dissemina nos confrontos de rua e que foi abordada no âmbito de sua característica fluida e não permanente, com informações coletadas em *sites*, entrevistas com simpatizantes, artigos de periódicos, análises acadêmicas e de imprensa.

As questões centrais exploradas neste relatório estiveram presentes a partir da observação dos seguintes elementos: (1) construção da relação coletiva pelo grupo: seus símbolos, rituais, formas de reunião, construção da identidade; (2) seus processos para a tomada de decisão, projetos, utopia e ideologia orientadoras, objetivos e metas, intervenções concretas na realidade, resolução de questões internas de dissidências, apresentação como coletivo, organização e estruturação; (3) as suas formas de reprodução do grupo (novos

membros, continuidade de projetos, como realizam seus objetivos e metas); (4) relação indivíduo/grupo (expectativas individuais, sentido de pertencimento, individuação, como o grupo é representado pelo indivíduo).

O relato analítico dos coletivos implicou a atenção mais detalhista sobre a sociabilidade que envolve a experiência política individual e coletiva dos militantes, tendo em vista a compreensão dos seus tentáculos relacionais, vínculos, compromissos, fragilidades, forças e poderes assumidos diante das lutas pela hegemonia nos processos, a capacidade do grupo diante da condição histórica em que se encontra.

Foi, portanto, necessário analisar a prática dos coletivos juvenis na conjunção dos acontecimentos e manifestações políticas que eclodiram nas ruas em junho de 2013. Primeiro porque, sem dúvida, essas manifestações foram desencadeadas por uma pauta de reivindicação específica de um movimento juvenil – o Movimento Passe Livre de São Paulo – e segundo, o movimento se revitalizou e permitiu a reorganização desse e de outros movimentos sociais e políticos de jovens, permitindo uma maior visibilidade da prática política de uma juventude contestadora no Brasil.

Esses fatos definiram a trajetória metodológica e o planejamento da pesquisa. Passamos a percorrer uma direção de investigação que se iniciou com uma imersão sobre os acontecimentos diários durante todo o segundo semestre de 2013, na sua profusão de informações, intencionalmente coletadas e sistematizadas. Antecipava-se, assim, o que Thiollent (1981) denominou de contaminação necessária do pesquisador com os dados da pesquisa, após o trabalho de campo, com vistas à maior clareza da análise.

Esse quadro colocou, apesar da oportunidade temporal da investigação, algumas contingências que envolviam os sujeitos da pesquisa durante todo o período: desde a coleta dos dados até o momento da síntese analítica, quando o relatório impunha clareza e evidência sobre os acontecimentos. Destacamos:

A PESQUISA E A MULTIDÃO NAS RUAS EM JUNHO DE 2013

Uma vez que o período da investigação ocorreu durante acontecimentos conjunturais de protestos de rua, foi necessário um esforço para um distanciamento no tempo, fator fundamental para uma compreensão objetiva da realidade colocada. Mesmo considerando os limites para a inferência, num “voo” analítico e histórico, não foi possível – e nem era essa a intenção – ignorar a dinâmica e as implicações da realidade histórica conjuntural que envolveu o fenômeno estudado. E o motivo era forte porque o sujeito político da pesquisa, os jovens contestadores, estavam sendo os responsáveis pelos acontecimentos políticos que iniciaram as “Jornadas de junho de 2013”, “Protestos de junho”, “As revoltas de junho de 2013”, denominações que lhes foram atribuídas.

Esse processo, que teve seu pico entre uma segunda-feira, dia 17 de junho, e 20 de junho, desencadeou o surgimento do turbilhão de manifestações, protestos, ocupações de rua ocorridas em grandes, médias e mesmo pequenas cidades do Brasil, já citadas anteriormente. Para se ter uma visão da amplitude desse processo, de 16 de junho de 2013 até o momento foram realizadas 1.786.375 manifestações e protestos na internet (Instituto Causa Brasil – www.causabrasil.com). Isso levou analistas a compararem os acontecimentos a um dos mais significativos da história de protestos no país, superando até mesmo o movimento de 1992 pelo *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Melo.

É importante assinalar que a investigação acompanhou tais protestos desde o seu início, mas a jornada de lutas de junho de 2013 não foi o foco central da pesquisa. Ou seja, mantivemos a proposta de problematização da experiência da política entre jovens contestadores a partir do seu engajamento coletivo, para perceber-lhes a fragmentariedade e continuidade no contexto das mudanças ocorridas na estrutura da sociedade brasileira reprodutora de relações históricas de profunda desigualdade social, e a jornada de lutas foi compreendida como decorrente desse contexto.

A conjuntura política e as ações coletivas dos jovens, e da popu-

lação em geral, foram nosso parâmetro porque portadoras de inúmeras demandas e auxiliaram a percepção, problematização e análise durante um período em que parte dos grupos estudados se redefinia, reorganizava-se, retomava suas atividades motivada pelo momento histórico em várias cidades, enquanto outros grupos ganhavam visibilidade, mobilizando nossa observação.

Esses encaminhamentos metodológicos foram centrais para a coleta contínua e ininterrupta de dados através do acompanhamento dos grupos de jovens organizados que estiveram envolvidos no processo; nos veículos de comunicação impressa e virtual; na mídia oficial e alternativa, tendo em vista o caráter do momento histórico ímpar que não poderia ser ignorado pela pesquisa social. Mais que isso, permitiram a compreensão, a nosso ver, do papel que os jovens tiveram para evidenciar o significado histórico das manifestações de rua naquela conjuntura histórica.

É importante frisar que os coletivos analisados têm uma presença local na região de estudo, mas estão organizados nacionalmente em inúmeras cidades do país, ganhando a configuração de organizações nacionais. Do ponto de vista metodológico, diante desse quadro toda a problematização por nós realizada partiu das referências locais, do sul do Brasil, mas abordadas na abrangência mais ampla, ou seja, como organizações de âmbito nacional, uma vez que todas estavam articuladas nacionalmente entre si e com a mesma pauta, estrutura, objetivos e formas de ação.

A REPERCUSSÃO AO INVESTIGAR JOVENS NA MIRA DAS “ARMAS”

Creemos que do ponto de vista sociológico conseguimos identificar a questão central junto aos militantes, qual seja, o seu ideário. O fato de os jovens não se colocarem na posição de objeto, mas de sujeito do conhecimento, nos auxiliou na abordagem teórica adotada de compreensão da ação coletiva juvenil independente, distante de alguma análise explicativa como natureza protagonista.

Essa escolha teórica e metodológica colocou para os jovens militantes os limites da sua exposição, individual e coletiva, diante de questionamentos da própria pesquisa, o que se deve em grande parte à conjuntura política que envolveu o período de realização da pesquisa. Assim, a questão da segurança dos militantes apareceu, e apresentou-se muito mais pela insegurança que provocou dúvidas com relação à interpretação política e os possíveis desdobramentos decorrentes de uma suposta divulgação dos dados que estavam sendo coletados. Para nós, essa atitude foi compreensível: como parte da geração que nasceu num período pós-ditadura militar, sob as chamadas “liberdades democráticas” e sem as influências e predisposições que foram incorporadas nos momentos de autoritarismo de Estado em nossa história, os jovens contestadores do presente foram para as ruas e se depararam com o mesmo aparato armado que recebeu a geração de jovens que viveram naquele passado recente. Abriu-se o círculo da desconfiança com relação à revelação de informações detalhadas de sua organização, principalmente aquelas que se referiam à questão numérica e identitária da militância e estratégias de segurança diante da criminalização que estavam sofrendo.

Na investigação estávamos considerando que esse procedimento meramente empírico daria suporte para a passagem analítica do plano individual para o plano coletivo, e poderia nos auxiliar na problematização das questões que envolviam os grupos, e para a carga interpretativa necessária para definir atitudes e experiências dos sujeitos da pesquisa, a partir de certas posições, quando precisam ser explicadas pelo social (Thiollent, 1981, p. 44-47).

Porém, o que parecia um simples instrumento metodológico de conhecimento empírico foi entendido pelos militantes como comprometedor da segurança por alguns coletivos, e não foi aberta a possibilidade de sua divulgação pelo Movimento Passe Livre de alguns estados e pelo Coletivo Bandeira Negra. Com relação aos demais coletivos, outras foram as dificuldades nesse tema: as Brigadas Populares e a Anel abriram espaços em seus congressos, porém ficaram de consultar seus coletivos e não houve retorno em tempo hábil para a sistematização e análise dos dados antes do fechamento da última versão deste

relatório, de março de 2014. Diante dessa dificuldade, que consideramos importante registrar como conduta relacionada e influenciada por fatores históricos e conjunturais, nossa decisão metodológica foi a do compromisso ético da pesquisa com os coletivos e a não aplicação de algum instrumento que pudesse comprometer algum dos grupos; nos contentamos com um breve levantamento informal sobre os participantes do IV Encontro Nacional do Passe Livre, em novembro de 2013, condicionado à concordância individual do respondente.

SOBRE OS RESULTADOS ESPERADOS

A presente pesquisa foi desenvolvida no âmbito dos estudos da juventude como categoria sociológica que se constitui nas condições de uma realidade sócio-histórica de relações contraditórias. Sua reflexão implica a abordagem teórico-explicativa das possíveis similaridades entre grupos/movimentos e/ou organizações de jovens contestadores, bem como das diferenças políticas que existem entre eles. Pretendeu, ainda, contribuir para apontar as tendências e as relações que envolvem a sua sociabilidade política hoje. Acompanhando as novas formas de expressão e manifestações como linguagem social, o estudo identifica como novos comportamentos políticos de uma juventude contestadora e inquieta exigem novas categorias explicativas, e mostra a partir de uma seleção do quadro movimentalista do segmento jovem como esses são espaços produtores de uma nova cultura política.

Nesse sentido, os resultados obtidos possibilitam contribuir para que (1) o conhecimento analítico do campo da Sociologia da Juventude se confirme, como tem ocorrido nos últimos anos, como um eixo temático importante a indicar elementos para a intervenção/ação nas políticas de juventude; (2) o reconhecimento da importância do pensamento político dos jovens brasileiros nas mudanças voltadas para o aperfeiçoamento da democracia e suas opiniões e expectativas se façam presentes nas políticas públicas; (3) as políticas públicas de juventude incorporem a perspectiva da educação política das novas gerações como elemento fundamental na sua formação cidadã.

O CAMPO DA PESQUISA

O MOVIMENTO PASSE LIVRE



A 1ª Geração do MPL

As primeiras movimentações que resultaram no coletivo hoje conhecido como Movimento do Passe Livre (MPL) foram acompanhadas pelo Núcleo de Estudos da Juventude Contemporânea (Nejuc) e resultaram desde então em investigações de jovens, também militantes, que elaboraram trabalhos, artigos, dissertações e teses defendidas no âmbito acadêmico.

A primeira tese elaborada sobre o tema é também o relato em primeira mão sobre os passos iniciais do movimento na cidade de Florianópolis, que resultaria na criação do MPL nacional, em Porto Alegre, no ano de 2005.

Os primeiros encontros, a elaboração de campanhas como estratégias para defesa do passe livre (na época para estudantes), os confrontos com o aparelho repressor do Estado, enfim, todo processo da formação do que chamamos uma primeira geração do MPL teve seu núcleo de participantes que se orientavam na proposta de organização pautada no autonomismo e seus princípios (como a horizontalidade nas decisões) e, até hoje, mesmo com as mudanças características de uma juventude que rapidamente cede espaço para novos militantes, ainda ajudam a moldar a face desse MPL, o mesmo que chamou os primeiros protestos de rua contra o aumento das tarifas na jornada de lutas em 2013.

Entre os diversos pontos destacados em entrevistas, livros e depoimentos envolvendo participantes do que podemos chamar uma primeira geração do Movimento Passe Livre ou pessoas que acompanharam com proximidade essa história, em comum, destaca-se a importância dos movimentos de resistência ao neoliberalismo nos anos 1990 para a formação política (e as táticas de ação) do que viria a ser o MPL. O Passe Livre no transporte coletivo, a partir de 2004, e especificamente o Movimento Passe Livre (MPL) a partir de 2005, se tornaram um atrativo campo de atuação política de uma juventude libertária e autonomista¹ em diversas cidades brasileiras.

Autonomia e horizontalidade, termos e conceitos caros aos libertários, foram também, de certa forma, combustíveis dos grandes eventos de resistência à globalização neoliberal. De Chiapas no México, passando por Seattle, Gênova, Genebra, Londres, aos protestos, já no início dos anos 2000, dos grupos ligados à Ação Global dos Povos contra o BID ocorridos na cidade de São Paulo – todos enfrentando fortíssima repressão pelos aparelhos do Estado –, as correntes autonomistas foram construindo a experiência – sucessos e derrotas² – que serviram, pelos depoimentos, de estímulo à ação para vários

¹ Por “juventude libertária e autonomista” entendemos uma juventude que possui afinidades ideológicas ou práticas com o anticapitalismo e antiestatismo que caracterizaram o anarquismo histórico e/ou que possuem uma prática política autonomista, no sentido dado à autonomia por Castoriadis (1982): a regulação ou legislação por si mesmo, em oposição à heteronomia, a legislação e a regulação pelo outro; em suma, autonomia seria a capacidade de autogoverno (Liberato, 2006 apud Sousa, 2007, p. 84).

² “Quando demos o nome de anticapitalismo no final dos anos 1990, é curioso, tinha uma acepção diferente, porque não era econômica. Era a ideia de que o capitalismo era a soma de todas essas formas de dominação e exploração, e que o anticapitalismo era a federação de todas essas lutas em uma luta comum, a luta contra o neoliberalismo. Foi realmente uma tentativa. [...] Essa ideia foi lançada e a primeira vez que aconteceu globalmente de fato foi no J18, 18 de junho de 1998, em dezenas de cidades. Aí em seguida teve Seattle, que foi 30 de novembro de 1999, e depois 26 de setembro de 2000. E em 2000 a gente já estava completamente articulado globalmente, foi quando a coisa atingiu centenas de cidades. Em Seattle tinha dado muito certo, porque conseguiram barrar fisicamente a reunião da OMC [Organização Mundial do Comércio], da rodada do milênio”. Disponível em: <<http://coletivodar.org/2013/09/pablo-ortellado-experiencia-do-mpl-e-aprendizado-para-o-movimento-autonomo-nao-so-do-brasil-como-do-mundo/>>. Acesso em: 22 jan. 2014.

grupos de jovens que contribuíram decisivamente para a ocupação das ruas das cidades brasileiras em junho de 2013. Pablo Ortellado recupera parte dessa história:

A ideia da AGP nasceu num encontro zapatista, em Barcelona. Nasceu a ideia aí e o primeiro encontro fundador da AGP foi em Genebra em 1998. Todos exatos eu não lembro de cabeça, mas eram os princípios da autonomia, da horizontalidade, a ideia de não ser uma organização. A AGP não era uma organização, era uma espécie de rede de solidariedade e luta. A ideia da diversidade de estratégias de luta, de não termos uma linha única que fosse imposta, de rejeição dos modelos já estabelecidos de luta, e uma crítica muito forte a todas as formas de opressão. O que não era algo necessariamente novo, mas levávamos muito sério. Incorporamos essas lutas do feminismo, do movimento negro, de forma muito forte. Na verdade a gente via o processo de globalização como uma oportunidade para federar as lutas que tinham se fragmentado nos anos 1960, era nossa leitura. Antes dos anos 1960 era o movimento operário que conduzia a luta social, depois se fragmentou no movimento feminista, movimento ecológico, movimento negro, e assim por diante. E nossa ideia era que o processo de globalização econômica permitia federar essas lutas porque afetava as mulheres que estavam trabalhando num workshop no México, afetava o problema do desmatamento porque suspendia as regulações ambientais para gerar competitividade entre os países, então o movimento ambiental podia se somar, o movimento trabalhista porque suspendia também a proteção aos direitos trabalhistas para flexibilizar a mão de obra etc.³

Delineava-se, nas formas de organização e nas estratégias de ação, os modelos que seriam vistos nos enfrentamentos contra abusos nos preços das tarifas no transporte coletivo das cidades brasileiras.

³ A entrevista do professor Pablo Ortellado pode ser lida na íntegra em <<http://coletivodar.org/2013/09/pablo-ortellado-experiencia-do-mpl-e-aprendizado-para-o-movimento-autonomo-nao-so-do-brasil-como-do-mundo/>>. Acesso em: 22 jan. 2014.

A estratégia era pegar um mapa, o lugar do encontro, barrar todos os acessos por meio de bloqueio de ruas. Atrasou os delegados, os sindicatos estavam fazendo uma megamanifestação, o Clinton estava na parede porque tinha eleição próxima, isso gerou um caos. E a rodada do milênio que era um projeto extremamente ambicioso de desregulamentação econômica em âmbito mundial, falhou miseravelmente. Isso virou um espécie de paradigma do movimento antiglobalização: fazemos grandes manifestações tentando bloquear ou invadir os eventos, e centenas de protestos pelo mundo para aumentar a pressão. Fizemos isso inclusive aqui, teve o encontro do BID [Banco Interamericano de Desenvolvimento] em 2002. Mas esse modelo começou a se esgotar, porque ficávamos correndo atrás, começou um sentimento de que a gente estava girando em falso, que a experiência de Seattle nunca mais ia acontecer. Teve o 11 de setembro que endureceu nos EUA e em outros países a maneira como o Estado combatia esse movimento ameaçando aplicar leis antiterroristas por um lado e, por outro, a ameaça de uma guerra a nível global fez com que a gente fosse mudando gradativamente para o movimento antiguerra. Acho que essas duas questões foram levando esse modelo para o esgotamento, além dos aspectos internos, a sensação de que não estávamos caminhando para nenhum lugar. Houve um movimento natural de ir voltando para os coletivos locais. O pessoal da Argentina, por exemplo, foram em peso para o Movimento Piquetero, alguns para o movimento de assembleias. Aqui, teve uma galera que foi para o Movimento Passe Livre (MPL).⁴

A ideia original eram os “carnavais contra o capitalismo”, inspirados no movimento “Reclaim the streets” de Londres, com festas de rua que bloqueavam estradas e davam um ar de contracultura aos protestos. Juntamente com a popularização da internet na última década do século passado, parte dos jovens engajados na luta an-

⁴ Disponível em: <<http://coletivodar.org/2013/09/pablo-ortellado-experiencia-do-mpl-e-aprendizado-para-o-movimento-autonomo-nao-so-do-brasil-como-do-mundo/>>. Acesso em: 22 jan. 2014.

tiglobalização formou o Centro de Mídia Independente⁵, que seria de grande importância, num primeiro momento, como espaço para organização e divulgação dos grupos envolvidos nos protestos anticapitalistas e, num segundo momento, já no contexto brasileiro, o CMI se torna fundamental também como espaço de organização e divulgação das revoltas como a do Buzu e da Catraca – eventos precursores da criação do MPL.

O CMI era praticamente a expressão midiática do movimento antiglobalização. E o CMI era organizado, tinham vários grupos locais que se reuniam. Sempre funcionou como uma espécie de esqueleto da AGP, mais claramente organizado porque tinha coletivos, endereços, comunicação global, um site de referência. Foi muito importante para o movimento antiglobalização como um todo. E serviu como meio de difusão do MPL. Tanto é que acho que quase todos os primeiros MPLs em 2005 vieram de coletivos do CMI. O CMI é um entendimento de que a gente devia usar as possibilidades da Internet, que era um veículo bidirecional, em que se falava e recebia, e subverter essa tentativa de transformá-la

⁵ O Centro de Mídia Independente, ou Inydmmedia, foi idealizado como uma ferramenta de mídia para os movimentos que iriam às ruas de Seattle contra a OMC em novembro de 1999. Consistia em um *site* de internet, <www.indymedia.org>, onde qualquer manifestante ou testemunha das manifestações poderia postar seu relato, sua reportagem e suas fotos. Mecanismo encontrado para tentar escapar da distorção e ocultamento operado pela chamada mídia corporativa na cobertura das manifestações anticapitalistas. A ideia básica era a de uma “mídia não mediada”: o próprio manifestante se torna jornalista e editor. O Indymedia colocava em prática, de forma bastante clara, o brado que Jello Biafra, ativista e líder da banda punk norte-americana Dead Kennedys, havia lançado desde o final dos anos 1980: “se você odeia a mídia, torne-se a mídia!”. Faça-você-mesmo, e desfça a separação entre especialista/leigo, entre produtor/público consumidor, era o que estava embutido nessa ideia, e na concepção do Indymedia. Após Seattle, o Indymedia se espalhou por todos os continentes, se dobrando em dezenas de sites locais. Em novembro de 2000 já eram 38 sites: 20 nos Estados Unidos, 6 na Europa, 4 no Canadá, 2 na Austrália, 3 na América Latina, 1 na África e 1 na Ásia. O CMI ganharia continuidade para além dos Dias de Ação Global e da visibilidade de um movimento antiglobalização nas ruas. Tornaria-se um veículo de mídia alternativa permanente através, principalmente, do fazer contínuo de manutenção técnica, difusão, redação etc., de coletivos que formariam parte da rede dos CMIs em cada país e globalmente.

numa grande televisão ou numa grande revista e fazer uma forma de comunicação interativa, baseada nas experiências das rádios livres, das TVs comunitárias, dos fanzines, nessa tradição de comunicação alternativa. E foi assim que foi desenhado. O CMI era um site de publicação aberta, quando não existia nem blog. Quem inventou o conceito de blog foi o CMI, não tinha blog, as pessoas não faziam isso, elas faziam sites. Uma ideia de um blog, que seja um negócio fácil de escrever e que possa ser atualizado rapidamente não existia, o CMI é pré-blog, é *pré-creative commons*. E não é à toa que do CMI saíram muitas das empresas de redes sociais: Twitter, Youtube, Flickr e Craigslist. Todas foram fundadas por pessoas que vieram do CMI. Foi um duplo movimento, o CMI servindo como exemplo de que se pode fazer comunicação de outro jeito e gente do CMI que quando ele se exaure vai tentar viver de outra forma. Isso tem a ver também com a forma de organização da esquerda liberal americana que permite essas passagens do movimento social pro mercado de uma maneira que a gente consideraria bizarra – mas que no contexto americano não é tão bizarra.⁶

Uma das figuras do então embrionário movimento pelo passe livre, Lucas de Oliveira, concorda com a importância do CMI na divulgação e organização de ação dos movimentos como a Revolta do Buzu (2003 em Salvador), a Revolta da Catraca (2004 em Florianópolis):

Todos os dias, durante a revolta, tinha um CMI na rua novo (CMI na Rua). Então, a partir do CMI, formou-se toda uma articulação de grupos autônomos em torno da questão do passe livre. Toda uma juventude, na qual eu me incluo inclusive, se aproximou da demanda do transporte e do passe livre a partir de conhecê-la pelo Centro de Mídia Independente.⁷

⁶ Pablo Ortellado. Disponível em: <<http://coletivodar.org/2013/09/pablo-ortellado-experiencia-do-mpl-e-aprendizado-para-o-movimento-autonomo-nao-so-do-brasil-como-do-mundo/>>. Acesso em: 22 jan. 2014.

⁷ Disponível em: <www.revistafevereiro.com/pag.php?r=06&t=10>. Acesso em: 17 jan. 2014.

No caldeirão das lutas dos movimentos autonomistas, foi se configurando a formação do MPL composta de uma juventude partidária dissidente, do anarquismo clássico e a experiência autonomista do CMI, o que atribuiu uma característica particular ao movimento. Juventudes de várias origens ideológicas no campo da esquerda permitiram que o movimento tivesse uma característica de autonomismo forte e, ao mesmo tempo, uma perspectiva de diálogo institucional, proposição de leis, como exige a própria reivindicação do passe livre e da tarifa zero.⁸

Em agosto de 2003 milhares de estudantes tomaram as ruas de Salvador, por mais de três semanas, contra o aumento das tarifas de ônibus. O episódio, que ficou conhecido como Revolta do Buzu, foi caracterizado pela independência dos estudantes em relação a partidos políticos e entidades estudantis. As manifestações não conseguiram reverter o aumento da tarifa, mas a Revolta do Buzu inspiraria a Campanha pelo Passe Livre de Florianópolis e seria o marco inicial de uma série de revoltas contra aumentos de tarifas que ocorreriam em várias cidades brasileiras nos anos seguintes. A Revolta do Buzu ocorreu no primeiro ano do governo Lula e justamente durante a campanha nacional contra a Reforma da Previdência. Tratava-se, portanto, de um contexto político específico, marcado já pela presença do Partido dos Trabalhadores no governo.

Na Revolta de Salvador, organizações estudantis vinculadas a partidos políticos, como a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) e a UMES de Salvador, em determinado momento assumem uma postura de lideranças da revolta, criando uma comissão e negociando com o poder público uma série de pautas em nome do movimento. Numa atitude muito criticada, considerada de “sequestro da sigla do MPL”, as entidades deram por concluídas as negociações sem que o aumento fosse revogado, contribuindo para desmobilizar os jovens que protestavam. Tais eventos foram detalhados no documentário de Carlos Pronzato A Revolta do Buzu. Tanto o documentário como as ações dos grupos vinculados à política institucional – e a

⁸ Disponível em: <<http://www.revistafevereiro.com/pag.php?r=06&t=10>>. Acesso em: 17 jan. 2014.

desconfiança do papel de liderança – serviram de importante insumo para a Revolta da Catraca, ocorrida em Florianópolis em 2004. Antes de tratar da Revolta da Catraca, convém recuperar a movimentação em torno do passe livre estudantil em Florianópolis.

A luta pelo Passe Livre na cidade de Florianópolis tem sua data importante no ano de 2000, quando 20 mil assinaturas foram recolhidas para respaldar um projeto de lei municipal pelo passe livre. Quatro jovens, todos com menos de 20 anos, tiveram papel importante nessa campanha e sua militância remonta ao Partido dos Trabalhadores. Essa era a bandeira de luta escolhida pela corrente O Trabalho, uma corrente trotskista que integra o PT, para ser levantada pela Juventude Revolução de Florianópolis, a organização de juventude ligada à corrente O Trabalho (OT). A Juventude Revolução (JR) seria assim a principal impulsionadora da campanha pelo passe livre estudantil na cidade. Rejeitado o projeto na Câmara, através da sua Comissão de Constituição e Justiça, o movimento procurou alternativas de fontes de financiamento do passe livre, voltado para o convencimento de sua viabilidade econômica. Com esse estudo passa a tramitar na Câmara, através do apoio de um vereador da oposição, um projeto de lei que trilhou um longo caminho no legislativo. E foi a originalidade organizativa da JR (MPL), respaldada na democracia direta e no trabalho em rede, que permitiu o acompanhamento dos fatos que se desenrolaram desde então contra as instituições públicas que apoiaram a política de transporte coletivo, juntando uma disciplina militante, nos moldes antigos, com práticas de democracia direta, discursos revolucionários e um pragmatismo realista.

Marcelo Pomar, militante da época, relembrou esse momento de formação do MPL em debate recente sobre os protestos de 2013:

Nos não inventamos o passe livre, o movimento não inventou o passe livre vocês sabem muito bem disso. O passe livre é uma bandeira histórica do movimento de estudantil secundarista em especial do movimento no final dos anos 80 como movimento importante que inclusive cercou a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e que pressionou o governador Brizola a garantir esses direitos a luta

dos estudantes do RJ, a luta que começamos a travar aqui em especial em Florianópolis que começamos a partir de 2000 com a campanha do passe livre era só na realidade empunhar uma bandeira que já fazia parte do horizonte político do movimento estudantil secundarista do Brasil naquela época. Nós trabalhamos com abaixo assinado pelo Passe Livre para os estudantes e um abaixo assinado pra desvincular o direito a meia entrada com a carteirinha de estudante, eu acho que até pelo fato desse segundo abaixo assinado ser um pouquinho mais complicado com um viés, uma disputa política interna mais acentuada, acabou dando certo o abaixo assinado do passe livre. Esse abaixo assinado foi importante por ser um instrumento de fazer mobilização em escolas, sobretudo em escolas secundaristas e nos conseguimos um número considerável de assinaturas para Florianópolis em um universo de habitantes. Conseguimos umas 30 mil assinaturas e nós éramos estudantes universitários, alguns secundaristas, portanto nós tínhamos muito tempo e podíamos passar nas escolas e fazer debates e fazer parte da construção política que aquele grupo ligado a campanha do Passe Livre queria fazer. A campanha do Passe Livre em si era uma campanha de frente ampla, eu me recordo de fazer reuniões no Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público, o SINTESP e nós tínhamos de tudo, a juventude do PT do PC do B, do PSTU, nós tínhamos inclusive um movimento na época que chegou a fazer parte de uma reunião que depois se retirou, que era um movimento chamado Reagir, não sei se o pessoal aqui chegou a conhecer, um movimento mais à direita ligado ao PSDB e depois como a campanha para o Passe Livre adotou também uma história de fora FHC e tal no ano de 2000, o pessoal do Reagir (juventude ligada ao PSDB) acabou não topando participar.⁹

Leo Vinicius Liberato fala do momento:

⁹ Palestra de Marcelo Pomar no dia 19 de junho de 2013 na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

A Campanha pelo Passe Livre pretendia ser uma frente que reunisse em torno dessa bandeira todos os indivíduos e grupos políticos que se identificassem com ela. Chegou a reunir, por exemplo, desde militantes do PSTU a militantes do PSDB. Mas as dificuldades internas apareciam quando militantes de partido buscavam fazer da campanha uma correia de transmissão dos propósitos e bandeiras do partido¹⁰. Diante disso, os militantes mais envolvidos na campanha, aqueles que tinham passagem pela JR, resolveram apostar nos indivíduos e setores independentes da juventude (isto é, não filiados a partidos políticos). Segundo eles, foi a partir de então que a campanha deu um salto significativo (Liberato, 2006, p. 220).

Essa aposta na independência era feita dentro da própria Juventude Revolução de Florianópolis, cujos conflitos internos são acirrados quando os militantes mais jovens ousavam a autodeterminação nas suas ideias, o que não era bem-visto pelos dirigentes mais velhos. O afastamento, então, foi inevitável (Liberato, 2006, p. 220). Por parte dos jovens, envolvia uma recusa de abrir mão da autodeterminação; uma defesa da autonomia do pensamento da juventude frente aos “vícios” da política institucional. Em 2002, ao “JR” seria acrescentado um “I” de “Independente”, formalizando o surgimento uma organização política de juventude bastante singular, a Juventude Revolução Independente. Mais do que uma mudança de nome, significa um afastamento de fato da corrente O Trabalho e do PT, sem aproximação com outro partido.

A distinção entre a Campanha pelo Passe Livre e a JRI seria quase sempre pouco nítida ou quase inexistente. Como a JRI não possuía filiação formal e sua única atuação era na Campanha pelo Passe Livre, não tendo outra organização a mesma participação que ela na campanha, os membros mais ativos da campanha tendiam a ser membros da JRI.

¹⁰ Por exemplo, militantes do PSTU queriam colocar “Fora FHC e FMI!” no panfleto pelo Passe Livre, o que evidentemente criava desacordo e brigas com militantes do PSDB.

Mas não se tratava de angariar quadros ou construir a organização política através do movimento social. A JRI não era um fim, mas sim uma impulsionadora do movimento, injetando até dinheiro seu na campanha quando necessário (Liberato, 2006, p. 221).

Uma resistência ativa aos aumentos das tarifas já era planejada e, no sentido mais amplo, a estatização do transporte era um objetivo da JRI, levado também pela Campanha pelo Passe Livre. Mas à medida que a própria JRI e a Campanha pelo Passe Livre afirmavam, na prática, posturas apartidárias e próximas às libertárias, ela iria atrair alguns indivíduos de ideologia anarquista. E a presença destes faria com que, nos anos seguintes, o discurso pela estatização do transporte fosse alterado pelo de municipalização do transporte, e o de controle pelo Estado pelo de controle pelo poder público, de modo a incluir nele posições antiestatistas típicas de anarquistas. Então, em 2004, a prefeitura elevou abruptamente as tarifas de ônibus em Florianópolis.

Em Florianópolis a situação relativa ao transporte urbano poderia ser encarada como especialmente explosiva. Em 1999 a prefeitura concedeu, irregularmente para muitos, mais vinte anos de exploração do transporte coletivo na cidade para as empresas que já operavam no setor. A prorrogação se consumou em uma tumultuada sessão na Câmara de Vereadores, na qual um vereador do PT perdeu a visão de um dos olhos por um estilhaço de bomba de efeito moral atirada pela polícia contra manifestantes que tentavam impedir a entrada dos vereadores na casa. Em agosto de 2003 um novo sistema de transporte seria inaugurado em Florianópolis, com grande desaprovação por parte dos usuários desde o momento inicial de seu funcionamento. Com o novo sistema vieram novas tarifas, mais altas (Liberato, 2006, p. 223).

A revolta de 2004 extravasou um acúmulo que se dera principalmente a partir da insatisfação com o novo sistema e com o aumento ocorrido na sua inauguração. Com o anúncio da elevação das tarifas em junho de 2004, o Passe Livre, contando com o apoio de parte da

população de Florianópolis, iniciou uma série de protestos que provocaria, ao final, a revogação do aumento. A repressão policial foi truculenta nos primeiros dias de manifestação e, por uma sequência de circunstâncias políticas entre governo municipal e governo do estado, bem como por circunstâncias conjunturais que envolvem sua repercussão na imprensa, foi neutralizada nos dias que se seguiram.

No começo, em Florianópolis, a sede era uma sala alugada, onde faziam reuniões e estavam sempre sob a vigilância e repressão. Com a implementação do aumento da tarifa única, os militantes sofriram ataques da polícia nos terminais, lideranças importantes foram presas, sofreram com o desencadeamento de vários processos criminais. Procuravam ter procedimentos sistemáticos em suas reuniões para fazer análise da conjuntura, sempre tentando avaliar as questões nacionalmente e regionalmente, fazendo sempre uma distinção de todos os elementos da estrutura municipal. Por consenso, tiravam estratégias para suas ações, distribuíam tarefas, davam entrevistas, panfletavam a cidade.

Em resumo, a “primeira geração do MPL”, portanto, no Brasil, e no caso do Sul – Florianópolis, se constituiu na participação de pessoas independentes, autonomistas e libertárias, as juventudes do PT, do PC do B do PSTU, de um movimento chamado Reagir (um movimento ligado ao PSDB), enfim, pessoas que trabalharam, mobilizaram, passaram em escolas, fizeram discursos, com suas dificuldades, com seus problemas, junto com pessoas que acreditavam e faziam agitação política dessa bandeira. Jovens estudantes universitários, alguns secundaristas, tinham tempo disponível para fazer agitação, mobilização e a construção política de um coletivo com a bandeira do transporte. Há que se separar os momentos do movimento (1) que se cria na manifestação de rua, que ganha a adesão de milhares de jovens que passam a considerar-se “do movimento” e a adesão da população em geral, no apoio às ações diretas, e (2) o momento da organização que conta com um número pequeno de militantes que refletem e encaminham os processos, sob a democracia direta.

A entrada no movimento à época dá-se, pelo exemplo de Florianópolis, para muitos jovens secundaristas na sua maioria, pela necessidade

e interesse: atraídos pela bandeira, influenciados pela presença de partidos na escola, e presença no movimento de rua. Em 2005, ano de sua articulação nacional de formação como movimento no âmbito nacional, mas ainda incipiente, motivava estar num movimento novo e apartidário que permitia pessoas filiadas a partidos participarem fora de uma linha de condução partidária, o que atraiu muito os olhares, uma vez que muitas pessoas estavam cansadas dessas estruturas, como relata S.:

[...] não me sentia perdida sem espaço de formação, sem uma estrutura, sem um aparato, me sentia totalmente segura com condição de estudar a bandeira, dominar o tema, construir uma organização que não fosse nos moldes tradicionais, leninistas...que fosse organização mais com condições de dar voz a essa bandeira aos transportes que a gente via desde naquela época e a gente não tinha dúvidas que em algum momento...alarmar não só os trabalhadores e até ao capital, [...] a gente tinha isso desde há muito pelo M., o A. que tinham isso bem claro e a gente compartilhava disso. Sabia que era uma bandeira estratégica e sabia que em poucos anos isso ia se tornar a pauta principal da cidade, não tinha dúvida disso não (S. em depoimento de 13 de julho 2013).

A pauta do MPL, como pode ser acompanhado na sua história, foi construída com pesquisa e embasamento nas necessidades da vida cotidiana da classe trabalhadora, e num trabalho de base nas escolas fazendo debates e inserindo-se na Campanha do Passe Livre, que em si era uma campanha de frente ampla. O número de militantes variava conforme o momento, ou seja, em situações de decisão e expectativas como a de uma votação, aumentava o número de participantes nas reuniões, mas sempre com um núcleo central que tocava o processo.

Havia, portanto, no período de 2006-2007, um trabalho de formação, organização de seminários (como o da UFSC em 2007), discussão com outros setores da esquerda na cidade para a ampliação da bandeira. Havia um contato com a equipe idealizadora da Tarifa Zero, coordenada por Lucio Gregori, abrindo a argumentação sobre a própria bandeira do Passe Livre estudantil, que atinge os trabalhadores assalariados e o estudante. Estes últimos, no mundo do trabalho, segundo o

movimento, são atingidos pela mesma necessidade como mão de obra em formação com o direito de ir e vir na perspectiva de reprodução da força de trabalho, entendida como ir ao teatro, se alimentar etc., “o capital não é uma opção de entender, não, ele tem que ser onerado por ele obrigar que as pessoas vivam nesse espaço e permitir que as pessoas que lá vivem tenham acesso a todos os espaços e não fiquem restritas a um pedaço do espaço urbano” (segundo militante do MPL-Floripa). Na ocasião criou-se um fórum dos transportes que formou-se com organizações que discutiam permanentemente a pauta, que construíram na ocasião um debate sobre a mobilidade urbana, cada um a sua maneira, inclusive com divergências. Esse fórum, posteriormente, constitui-se como frente de luta pelo transporte coletivo com a participação do Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Urbanos – o SINTRATURB. Esta foi uma geração que ficou conhecida entre os militantes como a “geração das revoltas, esse pessoal que seguramente marcou nossas vidas e que tem um dedo muito importante, muito legal no que está acontecendo no Brasil hoje” (Marcelo Pomar, em palestra realizada na UFSC no dia 19 de junho de 2013).

Fato pouco usual em manifestações que inicialmente possuem um caráter de reivindicação estudantil, em Florianópolis os moradores dos morros da cidade (loais de situação muitas vezes precárias em termos de condições de infraestrutura) também aderiram às manifestações de 2004. Desde a implantação do Sistema Integrado de Transporte, houve muitas reuniões nesses locais, contra a diminuição do número de ônibus, contra o aumento das passagens e devido à dificuldade causada no dia a dia da vida de cada cidadão. O protesto contra o aumento das tarifas do transporte coletivo na cidade era pauta no movimento dos bairros; já existia quer de forma espontânea, quer de forma organizada pelos movimentos comunitários, associativos ou específicos, que, em diversas ocasiões, atuaram nos diversos fechamentos de terminais do Norte ao Sul da Ilha.

No seu relato, Liberato (2005) analisa que se os jovens dos morros, negros ou brancos, que sofrem a violência econômica e social no dia a dia, apareceram, foi devido à sua percepção de que o movimento de rua era um espaço para expressão, também, da sua indignação e protesto.

Certamente não é interessante que alguém preparado para enfrentar a polícia, ou com intuito de quebrar algo, ponha em risco os outros manifestantes que estão ali despreparados para se proteger da reação policial. Certamente pode não ser inteligente ou estratégico deixar a entender publicamente que se compactua com a “violência” de alguns manifestantes ou de parte deles. Mas condenar, dentro do próprio movimento essas formas de expressar a revolta e o protesto com base em preconceitos moralistas também não faz sentido. Primeiro porque isso tende a alijar uma camada da população das manifestações, tendendo a que elas se restrinjam unicamente a uma classe média – o ideal é que haja espaço para todas as formas de expressão de revolta, sem que se comprometam entre si (Liberato, 2005, p. 58).

Esse é um debate importante, que estabelece relações limítrofes entre o caráter sistêmico e antissistêmico do MPL. A revolta foi fruto de condições objetivas unidas à preparação e ao trabalho feito pela Campanha pelo Passe Livre para que ela ocorresse com base numa análise de conjuntura e dessas condições. As condições objetivas para revoltas e formação de movimentos populares em torno do transporte urbano não eram um privilégio de Florianópolis. A própria Revolta do Buzu e as manifestações ocorridas em várias cidades brasileiras em 2004 e 2005, como em Uberlândia, Campinas, Recife e Vitória (onde o movimento conseguiu também retroceder o aumento), para citar algumas, indicam uma situação mais ou menos comum quanto ao acesso da população ao transporte urbano.

Escrevendo ainda no calor da revolta, Leo Vinicius diz:

De Salvador a Florianópolis. De Vitória a Uberlândia. De Campinas a Vitória da Conquista. Por todo o Brasil se acumulam com cada vez maior frequência movimentos e revoltas em torno da questão do transporte coletivo. Um grande rechaço aos partidos políticos, às instituições, às entidades constituídas, às hierarquias, é a marca da composição juvenil que protagoniza essas manifestações. Época em que a independência, a autonomia e a rebeldia da juventude es-

tão sendo constituintes não só de manifestações, mas de um novo ciclo de lutas sociais urbanas, capaz, quem sabe, de mudar o panorama das lutas sociais no Brasil. Até agora, a potência política que brota dessa independência, autonomia e rebeldia constituintes, tem tido sua expressão mais elaborada no MPL. A constituição do MPL como articulação nacional dessa independência e dessa rebeldia pode, assim esperamos, abrir e produzir histórias inesperadas até poucos anos atrás, em que essas guerras da tarifa de Florianópolis sejam apenas um prelúdio (Liberato, 2005, p. 65).

No dia em que o aumento da tarifa de ônibus começou a vigorar – 28 de junho de 2004 – e nos dez dias subsequentes de manifestações pela redução da tarifa, a cidade de Florianópolis foi “virada de ponta-cabeça” pelos estudantes e moradores das comunidades. Os depoimentos, descrições, testemunhos de uma semana inédita na cidade dificilmente darão conta da efervescência daquele momento, a exemplo de outros momentos históricos nas mobilizações de jovens.

A palavra de ordem “catraca livre” era a senha para os estudantes pularem as catracas e abrirem as portas traseiras dos ônibus, para liberar as tarifas para o resto da população, e foi o estopim de uma série de ações diretas: fechamentos de terminais do norte ao sul da Ilha de Santa Catarina e da parte continental; obstrução da ponte que liga a Ilha ao Continente; tentativas de invasão da prefeitura municipal; intensas manifestações em frente à Câmara Municipal de Florianópolis; passeatas várias vezes ao dia; assembleias na rua com tomadas de decisões no local das manifestações e realizadas por quem estivesse presente e concordasse em participar. Nestas reuniões em pleno asfalto, não havia líderes estabelecidos de fora do movimento e nem no seu interior. Num processo inverso de articulação política, a partir da referência personalista e carismática, os jovens centravam suas ações nos objetivos estabelecidos coletivamente, mesmo que tenha sido inevitável o destaque de alguns militantes por sua capacidade e compreensão estratégica do processo. E o que aparentou, por diversas vezes, desorganização, sig-

nificou na realidade a expressão de uma prática totalmente nova e reflexiva de agir político fora dos limites e convenções institucionais (Liberato, 2005, p. 10).

Ainda em 2004 seria aprovado na Câmara de Vereadores o Projeto de Lei do Passe Livre, e a prefeitura de Florianópolis sancionaria tacitamente a lei.

No V Fórum Social Mundial em Porto Alegre, em 2005, a Campanha pelo Passe Livre de Florianópolis resolveu convocar uma Plenária Nacional do Passe Livre na tentativa de ampliar nacionalmente ainda mais o movimento. Oliveira fala sobre o evento:

Então, depois da vitória que Florianópolis teve em 2004, eles chamaram uma plenária dos comitês do Passe Livre em 2005, em Porto Alegre, no Caracol Intergaláctico, que era um espaço autônomo dentro do Fórum Social Mundial, organizado a partir de experiências zapatistas, experiências piqueteiras. Então o Comitê pelo Passe Livre de Florianópolis chamou três dias de plenária no Caracol. Foram três dias de plenárias discutindo princípios e contando experiências, até chegar a uma plenária final na qual se decidiu os princípios [organizativos] do movimento. Se decidiu a horizontalidade, a autonomia, o apartidarismo e a independência. Porque a ideia é: somos todos iguais, ninguém representa ninguém dentro do movimento. Nós pensamos com a nossa própria cabeça, somos autônomos, portanto. Somos independentes, ou seja, nenhuma instituição financia o nosso movimento. E somos apartidários, isto é, nós não somos braço de nenhum partido, mas as pessoas de partido podem participar do movimento. Então, em 2005, a gente tira esse consenso da plenária, e a carta de deliberação volta para os comitês locais que aderem ou não ao Movimento Passe Livre. O comitê de São Paulo aderiu ao movimento, ou seja, concordou com os princípios organizativos e aderiu ao Movimento Passe Livre em 2005 mesmo.¹¹

¹¹ Disponível em: <www.revistafevereiro.com/pag.php?r=06&t=10>. Acesso em: 17 jan. 2014.

A Plenária foi realizada durante a manhã e a tarde do dia 29 de janeiro (2005). Participaram cerca de 250 pessoas, a imensa maioria jovens estudantes. Representaram 29 cidades, de 16 estados das cinco regiões do país, sendo mais representativa do que o I Encontro ocorrido em Florianópolis.

A Plenária transcorreu sem problemas até que uma delegação do Rio de Janeiro, ligada a Conlute (Comando Nacional de Lutas Estudantis) e mais alguns indivíduos ligados à mesma entidade, fizeram questão de que fosse aprovada uma resolução de repúdio à UNE. Havia pessoas ligadas à UNE presentes na Plenária, e uma resolução pró ou contra qualquer uma das duas entidades estudantis evidentemente não alcançaria o consenso (Liberato, 2006, p. 228).

A maioria da Plenária, o que incluía também indivíduos vinculados a partidos políticos, se posicionava a favor de uma resolução que afirmasse a autonomia do movimento em relação a entidades de qualquer tipo e a partidos políticos. A delegação da Conlute não abria mão de uma resolução afirmando que “a UNE não nos representa”.

A afirmação da autonomia era por si só uma afirmação de que nem a UNE, nem Conlute e nem qualquer outra organização ou entidade representava o movimento. Sem conseguir o que queriam os estudantes ligados a Conlute se retiraram da Plenária sob os gritos de “Passe Livre já” do resto da Plenária, querendo dizer com isso que estavam ali pela luta e pela bandeira do Passe Livre, e não deixariam que esse foco fosse corrompido por disputas entre partidos, organizações e entidades. As resoluções da Plenária de Porto Alegre expressaram o caráter independente, apartidário e autonomista marcante na maioria das manifestações juvenis contra aumentos de tarifa e pelo Passe Livre que surgiram em diversas cidades brasileiras nos anos anteriores. Elas foram o primeiro e grande passo na estruturação de um movimento pelo Passe Livre a nível nacional (Liberato, 2006, p. 228).

Nascia assim o MPL. Ainda em 2005 ele passaria a ser designado

simplesmente “Movimento Passe Livre” (sem o “pelo”). O seu caráter federativo e autonomista iria ficar mais nítido, mais estruturado e nesse sentido mais avançado, no II Encontro Nacional do MPL, que seria realizado de 22 a 24 de julho na cidade de Campinas, mais precisamente na Unicamp.

Neste encontro o MPL reafirmou seu caráter horizontal e independente, e apesar de ainda não haver resoluções oficiais do Encontro além do referendo dos princípios de Porto Alegre, alguns passos em termos de estruturação e organização do movimento foram dados: os princípios só podem ser alterados por consenso, o qual deve também ser buscado em todas as outras questões, e na sua impossibilidade, votação; além disso, foi formalizado que o MPL se constitui nacionalmente através de um pacto federativo, nesses próprios termos (Liberato, 2006, p. 230).

Uma militante do MPL-Florianópolis, na ocasião com 17 anos, estudante do ensino médio, iria escrever um relato pessoal do Encontro de Campinas. No depoimento a seguir, capturado da pesquisa de Liberato (2006, p. 228), podemos apreender a perspectiva e visão sobre o MPL vindas de uma militante secundarista que não teve uma formação política anterior e não fez parte de nenhuma organização política, perfil comum nas mobilizações relacionadas ao Passe Livre e aos aumentos de tarifa:

Se nota também que o MPL nasce com uma incrível força mobilizadora de jovens que “não gostam de política”. Ou melhor, de jovens que não tem saco para politicagem, que estão cansados dos longos discursos da esquerda que pouco faz, e há tempos não acreditam mais em poses e beijinhos distribuídos para as crianças. O MPL tem essa capacidade de mobilização exatamente por seu caráter apartidário, autônomo e horizontal. A maior parte da base do Movimento do Passe Livre (os secundaristas) quer fazer acontecer, ainda que somente por aquele instante na manifestação. Eles e elas rechaçam partidos e quase nenhum tem uma ideologia política. Mas a semente foi plantada [...], vejo isso no meu

colégio. Lá está se criando uma cultura de assembleias e manifestações. O que antes era julgado como única e exclusivamente responsabilidade do grêmio, é assumido pelo coletivo, deixando para o grêmio apenas a responsabilidade dos encaminhamentos, isso quando necessário. Talvez isso possa se transferir para outros planos, torço que a partir de agora esse colegas em qualquer eleição votem sem esperar uma mudança vertical das coisas e tenham cada vez mais vontade de participar.¹²

A capacidade de mobilização do MPL é vista como tendo base no seu apartidarismo, autonomia e horizontalidade, atraindo os jovens que não gostam de política eleitoral e partidária mas que querem fazer algo, mesmo que seja algo efêmero como o momento da manifestação. Ao mesmo tempo essas práticas autonomistas, isto é, participativas, do MPL, são vistas por ela no seu aspecto educativo, no sentido de introduzir nesses jovens o hábito e uma nova perspectiva de participação política, que assim possa se difundir a outros locais e esferas em que esses jovens vivem e atuam. O MPL também estaria sendo um aprendizado através da prática. No entanto, ela vê a necessidade de os mais jovens, como ela, se instruírem, de modo que não se formem hierarquias no movimento a partir do saber:

Nós temos a oportunidade de aprender fazendo, logo corremos menos riscos de nos tornarmos um pseudorrevolucionário doutrinado por alguma corrente ou partido, incapaz de lidar com a realidade. Porém não devemos ignorar a importância da teoria, de saber o que já foi feito, como foi feito e em que contexto foi feito. A nossa ingenuidade (ou ignorância) é a primeira coisa que temos que vencer para conquistarmos nossa autonomia e independência.¹³

Em 16 de novembro de 2005 a Lei do Passe Livre de Florianópolis foi suspensa por decisão dos desembargadores do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Um reflexo também da pouca capacidade de

¹² Enviado à lista de discussão do MPL-Florianópolis em 30 de julho de 2005.

¹³ Enviado à lista de discussão do MPL-Florianópolis em 30/07/2005.

mobilização do MPL-Florianópolis no segundo semestre de 2005. Em autocritica desse momento do MPL, Leo Vinicius trata do distanciamento entre os grupos que compunham o movimento então e o modo de agir e pensar a juventude.

Lembro por exemplo de um camarada, dirigente local do PT, que em reuniões expôs uma análise do movimento muito mais libertária e sensata do que nós do MPL-Floripa em geral estávamos tendo, compreendendo muito melhor a dinâmica e as características da composição juvenil do movimento (Liberato, 2005, p. 62).

Duas gerações, um movimento

Hoje (2013-14) o MPL vive um novo processo, está sob nova conjuntura em que seus coletivos estão se reorganizando, muitos deles contando com a contribuição de jovens que fizeram parte da fundação do movimento e que estiveram nas frentes de luta em várias capitais, como SP, DF, SA, Natal, Florianópolis, cidades onde a luta pelo transporte coletivo e redução do preço da passagem tiveram grande repercussão.

Alguns pontos definem a nova “fase” do MPL o que permite que lhe seja atribuída qualidade de um movimento social de juventude e que resgata o elemento político na ação anti-institucional como uma luta contra a política exercida como tecnologia e busca do poder. Ou seja, o movimento construiu sua experiência política numa *maleabilidade* que permitiu momentos de maior ou menor presença e visibilidade pública com aproximação calculada com os agentes do poder, conforme necessidade e circunstâncias ditadas pelas bandeira do passe livre; manteve e ativou, no esforço de unidade de seus coletivos, o exercício da *capacidade de mudança* procurando adaptar-se aos diferentes movimentos da conjuntura, incluindo a adaptação nas formas escolhidas como recusa das instituições (no caso de poder, com quem se confrontam) (Loureau, 2005). Deram vida a experiências tênues de autogestão procurando, sempre que possível, o afastamento do aparato institucional, utilizando criticamente o recurso jurídico-político da

ordem institucional que orienta a lógica do convívio social moderno.

Mantiveram-se, assim, insurgentes, gestando novas formas de viver a experiência política na organização da vida cotidiana pela negação institucional com manifestações que acontecem todos os anos pelo Passe Livre. Manifestações pequenas, médias, umas menores outras menores ainda, mas uma luta contínua sempre presente. Vários fatores fizeram que essas condições ocorressem, a destacar: a criação do movimento em 2005 em moldes federativos; o aprofundamento do conhecimento técnico e científico pelos militantes sobre a questão do transporte público e mobilidade urbana, o controle social do movimento sobre experiências de implantação do passe livre que ocorreram no país para maior embasamento; e, ainda, o convívio com agentes responsáveis pela viabilização técnica e politicamente pela criação da proposta da Tarifa Zero¹⁴. Esses fatores foram gestados no convívio do que convenciamos chamar da presença de duas gerações no MPL que passaram a conviver e trocar o conhecimento e experiência do passado e do presente: a “geração da revolta” que protagonizou os acontecimentos até meados dos anos 2000 considerada hoje “ex-jovem”, que hoje são profissionais de várias áreas (alguns historiadores, outros advogados, outros engenheiros, outros economistas, etc.), mas que continuaram presentes no movimento e acumulando conhecimento sobre as questões urbanas, que procuraram dar significado aos acontecimentos que protagonizaram no início da década de 2000; e os militantes atuais, “a geração pós revolta” (2010 em diante) que vem reeditando o significado da luta a partir dos mesmos princípios acordados naquele período inicial. O encontro das duas gerações ocorre em 2010.

A segunda geração do MPL é organizada pela mesma pauta do transporte coletivo, que é diversa, mas revelada num amadurecimento no campo da esquerda, com recorte de classe definido, de crítica ao governo federal pela sua indefinição de campo político pela esquerda e alianças conservadoras.

¹⁴ Foi fundamental a aproximação com técnicos e intelectuais, como o engenheiro responsável pela proposta de Tarifa Zero no governo de Luisa Erundina em São Paulo, que passou a dar consistência teórica ao que, posteriormente, transformou-se na proposta de lutar pela Tarifa Zero.

Após dez anos das primeiras revoltas, o MPL está formado muito mais por trabalhadores do que estudantes. Ou seja, os estudantes do passado agora trabalhadores do presente. Hoje seus membros antigos e novos acumulam um conhecimento pelo maior uso de informações e dados sobre a questão urbana; consultam e utilizam nas suas argumentações de pesquisa em sites, tanto institucionais quanto de outras organizações e movimentos; têm domínio da pauta do Ministério das Cidades, o que lhes dá condições de maior compreensão da problemática da mobilidade urbana e estabelece um diálogo mais competente, mais radical politicamente, na cobrança da responsabilidade e posicionamentos do governo e seus ministérios. Considera-se parte do movimento, como no passado recente, aqueles que o experienciam no espaço da rua, uma grande maioria de jovens e estudantes que estão envolvidos com a causa dos transportes, que é uma pauta que atinge a cidade inteira; e, também, aqueles que se organizam junto ao núcleo horizontalizado que se reuni, que toca as atividades e as tarefas.

Hoje, o Movimento Passe Livre, mantém uma composição política heterogênea, com militantes secundaristas, jovens que pertencem a coletivos de tendências políticas e ideológicas diversas, com análises, também diferenciadas sobre a realidade social. Anarquistas que com suas convicções sobre a linha de ação direta; os marxistas que se organizam de forma planejada e procuram a coerência desta na sua prática. De um modo geral, pelos depoimentos obtidos, percebe-se uma convivência equilibrada entre coletivos, grupos, partidos, movimento estudantil que ficam no entorno de suas lutas, principalmente, aqueles que fazem parte da Frente de Lutas pelos Transporte, como o Coletivo Resistência Popular, o Coletivo Ruptura Popular, pessoal do Coletivo Anarquista Bandeira Negra; a Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre, o Juventude Avançando de tendência prestista; partidos com o PSTU, cada qual com sua forma de análise, numa participação comum ao coletivo. A credibilidade que mantém pelos espaços políticos institucionais varia entre estes grupos políticos tendo em vista que alguns estão no âmbito de uma prática partidária.

Os militantes do MPL surpreendem pelo preparo intelectual, capacidade e domínio argumentativo sobre sua pauta política da mobili-

dade urbana. Isto os torna atuantes no debate, produtores de materiais, educadores políticos importantes na disseminação de ideias e propostas sobre o transporte e temas mais amplos. Segundo depoimentos, apesar de nunca terem deliberado uma estratégia comum dentro de um entendimento de que não é papel do movimento social materializar um projeto de lei, atuaram cobrando esta ação do parlamento, como espaço político voltado para solucionar questões institucionais com a aprovação de leis que regulamentam.

Em Florianópolis, e pelo que pudemos detectar, em outras capitais, entendem os coletivos do MPL que o diálogo com os governos são resultantes de circunstâncias conjunturais, e evidentemente, conforme o discernimento sobre a capacidade ou não das siglas partidárias absorverem uma compreensão e encaminhamento de suas demandas. No caso da relação com o PT, reconhecem que ele acumula o debate sobre a Tarifa Zero, mas adota uma política econômica que vai à contramão dessa possibilidade. Assim o tratamento e pressão dos coletivos sobre o poder público ocorrem conforme os contatos que tem localmente e auxiliam na definição de estratégias, sem compromissos outros que envolva apoio ou práticas similares.

[...] porque o PT detém o debate sobre a Tarifa Zero desde a década de 1990, montou o Ministério das Cidades em 2003 e montou o Conselhos das Cidades, a Secretaria de Mobilidade Urbana, todos os intelectuais do PT estão enfiados nessa estrutura de alguma forma colaborando com esse debate os caras produzem pesquisas gigantescas com dados, um monte de coisas que inclusive a gente aproveita e não conseguem implementar nada, como não bastasse o governo atrelado a uma estrutura econômica que ele não supera por uma vontade política e mesmo não acho que tenha vontade pra isso, não só consegue mudar a prioridade sobre o transporte coletivo sobre o individual da cidade como ele aprofunda, reduzindo IPI em favorecendo de empresas, industrias automobilísticas, que a gente vê que tem aí uma decisão política e uma estrutura política da qual ele não se desvincula por vontade alguma (depoimento de S., entrevistada em 15 de julho de 2013).

A origem nacional do MPL e os princípios comuns aos coletivos

O Movimento Passe Livre desde a sua criação em 2005, numa Plenária Nacional pelo Passe Livre, no V Fórum Social Mundial, em 28 de janeiro de 2005, em Porto Alegre, realizou 3 Encontros Nacionais que confirmaram o pacto federativo como forma de organização nacional e definiram princípios resultantes dos consensos políticos entre os diversos coletivos existentes em todo o país.

O II Encontro [Nacional referendou as decisões da Plenária de Porto Alegre, que estão presentes nas resoluções e princípios numa Carta de Princípios, documento que estabelece os pontos de unidade dos coletivos federados nacionalmente ao MPL. Ela foi redigida e aprovada na referida plenária de janeiro de 2005 e embutidas no texto com as resoluções do II Encontro, em Campinas, em julho de 2005. Esta carta foi alterada no III Encontro Nacional do Movimento Passe Livre, realizado em Guararema – SP, no dia 30 de julho de 2007 e no IV ENMPL entre 13-17 de Novembro de 2013 em. Este, portanto, é um diferencial a distinguir a compreensão política da atuação coletivo e, segundo observação, a carta de princípios referencia e baliza o exercício da autonomia de cada coletivo.

Seguem os princípios que foram referendados e com acréscimos (ainda em redação final) no IV Encontro de Brasília, no qual ficou consensualizado que a luta estaria doravante focada na proposta de Tarifa Zero, que é resultantes do aprofundamento do conhecimento coletivo sobre a discussão da democratização do transporte urbano e a permanência do nome Movimento Passe Livre como lastro político do movimento. Doravante o movimento assume de forma unitária a luta pelo direito à cidade!

O movimento Passe Livre é um movimento horizontal, autônomo, independente e apartidário, mas não antipartidário. A independência do MPL se faz não somente em relação a partidos, mas também a ONGs, instituições religiosas, financeiras etc.

Nossa disposição é de Frente Única, mas com os setores reconhecidamente dispostos à luta pelo Passe Livre estu-

dantes e pelas nossas perspectivas estratégicas. Os documentos assinados pelo movimento devem conter o nome Movimento Passe Livre, evitando, assim, as disputas de projeção de partidos, entidades e organizações.

A via parlamentar não deve ser o sustentáculo do MPL, ao contrário, a força deve vir das ruas. Os princípios constitutivos do MPL serão definidos somente pelo método do consenso. Nas deliberações não referentes a princípios, deve-se buscar propostas consensuais, na impossibilidade, deve-se ter previsto o recurso à votação.

O MPL se constitui através de um pacto federativo, isto é, uma aliança em que as partes têm responsabilidades recíprocas e iguais e na qual os movimentos nas cidades mantêm a sua autonomia diante do movimento em nível federal, ou seja, um pacto no qual é respeitada a autonomia local de organização.

As unidades locais devem seguir os princípios federais do movimento. Ressaltase que o princípio da Frente Única deve ser respeitado, estando acima de questões ideológicas.

2. Da conjuntura, tática e estratégia:

2.1. O norte final da nossa atuação deverá ser construído a partir de pautas que envolvam um amplo conjunto de transformações em diferentes estruturas. A perspectiva é avançar rumo à concreta autogestão social dos transportes e da sociedade. Para que alcancemos esse objetivo de longo prazo, com possibilidade de intervenção direta de todos e todas agentes envolvidos no processo da organização dos transportes desde sua raiz, precisamos, necessariamente, de uma ruptura com as estruturas sociais vigentes. A perspectiva de longo prazo é, então, revolucionária.

2.2. O MPL pautará a luta pelo passe livre universal, o passe livre para desempregados e desempregadas e um transporte livre da iniciativa privada, com controle público.

2.3. Deve também ampliar o debate da mobilidade urbana para além do acesso à educação e ao trabalho, considerando também o acesso à cultura e ao lazer, além de fomentar o debate sobre questões ambientais.

2.4. O MPL deve ter como perspectiva a consolidação de sua organização nacional. Para isso deve buscar maior unidade possível entre bandeiras e táticas locais, devendo prever essas discussões nos próximos encontros.

2.5. Indicativo: Que os MPLs locais possam defender uma campanha que valide e estimule a organização popular para além do voto e para além da via institucional.

3. Das alianças:

3.1. Construir o debate sobre a concepção de transporte público de verdade com os diversos setores da sociedade: estudantes secundaristas, estudantes universitários/as, professores/as, motoristas, cobradores/as, população em geral, militantes etc.

3.2. Que o MPL busque se aproximar dos movimentos urbanos e rurais que possuam uma crítica anticapitalista. O movimento deve buscar articulação com movimentos de juventude da periferia urbana, e ampliar aliança com movimentos culturais, tais como escolas de samba, movimento Hip Hop, entre outros.

3.3. Indicativo: Que o MPL participe do Felco (Festival Latinoamericano de la Classe Obrera), enviando filmes e organizando sessões temáticas sobre a luta por transporte público e passe livre.

4. Da organização interna:

4.1 Da estrutura do Grupo de Trabalho:

O MPL em nível nacional é constituído pela união federativa entre os MPLs locais e se organiza nacionalmente através de um Grupo de Trabalho.

4.2. Criação de grupos de trabalho (GTs) específicos: o Movimento Passe Livre ampliará seu número de GTs a partir das propostas elaboradas no encontro nacional (GT Apoio Jurídico, GT Comunicação e GT Organização, que inclui Processo de adesão). O GT Nacional é responsável por encaminhar a formação desses diferentes GTs em nível nacional.

4.3. Sobre tarefas de organização: avisar sobre prazos e tarefas relativas a organização nacional. Processo de adesão.

4.4. Sobre tarefas de comunicação: Elaboração e diagramação de materiais impressos nacionais, com as propostas e argumentos sobre passe livre e transporte público. Criação de identidade visual do site e de outros materiais nacionais, além de cuidar da própria manutenção e melhoria do site. Elaboração de oficinas de capacitação de produção de mídia e diagramação. Formação de um arquivo nacional com fotos, textos, panfletos e notícias. Relacionamento e aproximação com a mídia dissidente.

4.5. Sobre assuntos jurídicos: Estabelecer articulação com advogados/as ligados/as aos movimentos sociais e a causas populares. Socialização entre os coletivos de procedimentos sobre como lidar com as questões jurídicas e questões de repressão. Campanha nacional de anistia dos membros do MPL, que já estejam sendo processados/as.

4.6. Criação de um grupo nacional de estudos, que se articule através de uma lista específica, para estudar as informações relativas ao transporte público. O grupo não terá caráter deliberativo e deverá ser formado por pessoas de todos os MPLs, sendo aberta a participação de todas e todos que queiram participar. Mais do que produzir conhecimento, o objetivo deste grupo é facilitar a todos/as militantes o acesso à informação (livros, pesquisas, matérias de jornais etc.). As pessoas das diversas localidades compartilhariam as informações levantadas em suas cidades e levariam as informações das outras para suas reuniões locais. Elas devem também, como forma de disseminar e produzir conhecimento, produzir informativos periódicos sobre o que for discutido no grupo. Publicar orientações sobre onde encontrar dados para o estudo do transporte.

Indicativo: Organização de seminários de formação locais. Indicativo: Estudar não apenas a questão dos transportes, mas também questões raciais, de gênero, meio ambiente, com o objetivo de formação política.

4.7. Sobre o processo de adesão: Ratificamos o atual Processo de Adesão, com o adendo do estabelecimento do prazo de duas reuniões do GT responsável (pelo processo de adesão) para que as cartas sejam aprovadas, reprovadas ou

se façam pedidos de esclarecimentos pelos MPLs locais. Considerando vencido este prazo, não havendo manifestação contrária ou pedido e esclarecimento, a adesão é feita. É necessário o acompanhamento por um MPL.

4.7.2. Sobre o acompanhamento: Para novas adesões, o grupo interessado deve enviar um email para o GT responsável por tal processo e para a lista nacional. A partir disto, um MPL local fará o seu acompanhamento, fazendo uma ponte entre o novo grupo e o MPL nacional antes deste encaminhar a carta de adesão para os grupos locais. Os grupos locais recém integrados ao MPL também devem passar por um processo de acompanhamento por um MPL. O acompanhamento significa participar de reuniões do grupo interessado e apresentar os documentos e materiais do MPL (resoluções de encontros, vídeos, jornais etc.). Em caso de inviabilidade e acompanhamento físico do novo grupo, será admitido como recurso último o acompanhamento virtual.

4.8. Sobre o papel de delegadas e delegados nas deliberações nacionais: A permanência das pessoas na função de delegada é rotativa, de acordo com a vontade de cada MPL local.

5. Do financiamento:

5.1. Comprometimento coletivo para o financiamento de atividades e materiais nacionais, tais como encontros, jornais e outras necessidades decididas nacionalmente, sem perder de vista as especificidades/dificuldades regionais.

Independentes, autonomistas, anarquistas ou vinculados à tradição marxista os jovens vinculados ao MPL, originam-se de experiências políticas muito diversas. Guardam em comum a afinidade ao chamado da ação direta, acreditam numa sociedade sem classes, num socialismo não ditatorial, afirmam a importância de discussões sobre temas amplos que estabelecem a medida do cotidiano dos indivíduos no que diz respeito ao meio ambiente, às questões de gênero, étnicas, também, e estão vinculados ao MPL no que compreendem ser o seu papel revolucionário.

A adesão a ações diretas é um elemento importante entre esses coletivos, que as justificam como ação alternativa, como forma necessária de manifestação quando outras formas se esgotam, quando os direitos sociais e legais são restringidos pela mercantilização da vida. Daí a necessidade da insurgência como contraponto à naturalização das relações impostas pela economia globalizada, para deslegitimar a instituição, para deslegitimar o capital financeiro representando banqueiros e capitalistas multinacionais através das grandes instituições.

Autonomia, Independência, horizontalidade, apartidarismo, federalismo são os princípios que orientam a organização do MPL nacional e localmente.

Organizam-se horizontalmente, questionam a hierarquia, criticam as formas tradicionais de organização política consideradas a serviço das elites de dirigentes políticos, sindicalistas, parlamentares. A horizontalidade é proposta como vínculo com a democracia direta, formação da consciência e da ação autônoma. A afinidade com o socialismo autogestionário pode ser identificada no engajamento em que ninguém se submete a qualquer autoridade ou a algum órgão de direção: os indivíduos estão juntos por partilharem de ideias que os levam ao ativismo de protesto. Assim, individualmente ou em algum grupo de afinidade, os jovens se juntam numa espécie de rebelião aberta, mutante, definida e preparada coletivamente. A horizontalidade proposta pelo MPL coloca as pessoas envolvidas com mesmo poder de decisão, o mesmo direito à voz e a liderança nata. “[...] um movimento onde todos e todas são líderes, ou onde esses líderes não existem. [...] todos e todas tem os mesmos direitos e deveres, não há cargos instituídos, [...] todos e todas devem ter o acesso a todas as informações [...]”, (www.tarifazero.org) onde a rotatividade da responsabilidade pelas tarefas tem uma finalidade pedagógica, para que todos(as) possam aprender com o exercício das diversas funções que assumem.

Autonomia segundo o MPL se refere à autogestão de recursos do movimento pela própria organização, independente de doações de empresas, ONGs, partidos políticos e outras organizações. A ideia de independência tem aqui o seu desdobramento em outros dois sentidos, seja em termos de ação local de cada coletivo do MPL desde que

respeitem os princípios organizativos nacionais e de ação orientadora independente de partidos políticos, ONGs, governos, ideologias e de unidades teóricas. “O MPL depende apenas das pessoas que o constituem” (www.tarifazero.org).

O apartidarismo característico do MPL, que os militantes se esforcem em distanciar do antipartidarismo, isto é pessoas vinculadas a partidos podem participar desde que aceitem os princípios e objetivos do MPL, “sem utilizá-lo como fator de projeção política”. Tem como estabelecido que o MPL não deva apoiar candidatos a cargos eletivos, mesmo que o candidato em questão participe do movimento.

O federalismo coloca, ainda, o MPL como um movimento nacional que se organiza através de um Pacto Federativo, que consiste na adoção dos princípios citados acima articulados por nos processos de decisão por consenso e federalismo.

A bandeira da Tarifa Zero e seu “princípio de realidade”

Está na hora da gente avançar na pauta e dizer que o problema não é o aumento de tarifa, o problema é a tarifa! (Pomar, 2013)

A bandeira da Tarifa Zero, foi referendada como objeto central do MPL a partir do seu último IV Encontro Nacional em novembro de 2013, em Brasília. Sua absorção pelo movimento que se inicia nos idos de 2000, em Florianópolis com a Campanha pelo Passe Livre como apresentado anteriormente, deve-se a todo um processo de esclarecimento experienciado pelos coletivos sobre as implicações da luta pelo transporte no contexto da reforma urbana. Estudos, debates, pesquisas, diálogos e aproximações com o mentor da proposta, o então secretário dos transportes no governo da ex-prefeita Luiza Erundina (início da década de 1990), foram fundamentais para os desdobramentos e decisões políticas do movimento.

Simples e ao mesmo tempo de difícil aceitação cultural e de di-

reito pela população, a ideia da Tarifa Zero parte da constatação de que o pagamento das passagens dos transportes coletivos nas cidades, pelo trabalhador, é injusta porque onera aos que menos tem condições de arcar com seu custo, levando muitos cidadãos a irem à pé para o trabalho.

O transporte coletivo estrutura a vida nas cidades de médio e grande porte, é fundamental para a organização da vida e a sua ausência desestruturaria a vida do próprio trabalhador urbano cuja necessidade de locomoção implica a sua própria sobrevivência. O sistema ocupa centralidade funcionamento da cidade, é pelo transporte que os cidadãos acessam outros direitos sociais, porém, e sua importância tem sido a medida para estabelecer o grau efetivo democratização dos serviços públicos na vida do brasileiro. Importante para acessar outros direitos. No Brasil, desde início da década de 1990 tem sido constatada a relação profunda de mobilidade propiciada pelo transporte coletivo quando se levantam os problemas causados pelo sistema de transporte vigente no cotidiano dos brasileiros.

Os relatórios de pesquisa elaborados pelo Ipea sobre o tema da Mobilidade Urbana, órgão que fornece subsídios para as ações e políticas públicas elaboradas pelo governo federal, mostram a necessidade de uma profunda mudança na sua política com relação ao transporte público. A justificativa tem como base os próprios dados históricos em que o instituto se baseia. Ou seja, considera-se a grande transformação na mobilidade urbana das pessoas nas cidades brasileiras que se inicia em 1950 e se desenvolve pelas décadas subsequentes devido ao processo de urbanização, as políticas de prioridade ao investimento na indústria automobilística (leia-se alto incentivo ao setor privado da economia). A consequência vai ser sentida diretamente pela população que vê a oferta desse serviço essencial e responsabilidade pública misturar-se com o setor empresarial privado: a queda do uso do transporte público de 1977 a 2005 cai de 68% para 51% e o aumento do uso do automóvel sobre de 32% para 49% nas regiões metropolitanas (Ipea, Mobilidade Urbana no Brasil, Comunicado n. 94, Série Eixos do desenvolvimento brasileiro).

A simples rotina do usuário mostra que os serviços de transporte estão distribuídos desigualmente. A população em seu deslocamento

diário tem que se adaptar a uma circulação do transporte coletivo que contrasta em oferta e qualidade entre a região periférica e a região central dos grandes centros urbanos que promove uma segregação espacial e, por consequência, classista. Os moradores da periferia das grandes cidades enfrentam a péssima qualidade dos veículos, atrasos, superlotação, custo elevado das passagens, horários sem flexibilidade, desconforto da frota que o penaliza ainda mais com a lentidão causada pelos congestionamentos. Ao mesmo tempo, é de se considerar que a maioria das pessoas, independentemente de suas escolaridade (desde a as séries iniciais ao nível superior) revela que seu deslocamento é principalmente motivado pelo trabalho, mas que são os cidadãos de menor escolaridade que dependem do transporte público (49,9), versus os de escolaridade superior que possuem transporte próprio (58,3%) (Pesquisa por Domicílio sobre a Percepção da Mobilidade Urbana, Ipea, janeiro 2011).

Outro fator de observação, diz respeito ao impacto do custo do transporte no orçamento das famílias. Dados também do Ipea, confirmam que 29% da população urbana nas grandes cidades deixam de usar os transportes coletivos por falta de dinheiro. São 38% entre os que ganham de 1 a 3 salários mínimos e 0%, entre os que ganham mais de 10 salários mínimos (Ipea, Pesquisa Domiciliar – Mobilidade Urbana, 2ª edição, janeiro 2012).

A Pesquisa sobre a percepção da população sobre a oferta de serviços públicos, no caso o de Transporte Público mostra que 48% dos entrevistados que vivem em cidades com mais de 100 mil pessoas discordam de que há facilidade nesta oferta. 36% quase sempre não procuram este serviço por falta de condições de atendimento e 29% nunca procuraram pelos mesmos motivos. Para 47% consideram que o tratamento do sistema de transporte em suas cidades não é igual para todos os cidadãos e 50% consideram muito difícil encaminhar reclamações a respeito de sua insatisfação (Pesquisa por Domicílio, janeiro de 2012)¹⁵. Nesse sentido, o Ipea conclui nessa investigação

¹⁵ Pesquisa do Ipea sobre “Mobilidade Urbana” – análise preliminar dos dados coletados em 2011, 2ª edição. Pesquisa por Domicílio, 20/01/2012. Entrevistados 3.775 domicílios, num total de 212 municípios em todas as unidades da federação.

que a percepção geral da população sobre a mobilidade é negativa; falta acesso a informação para o exercício do direito e escolha do meio de transporte dos cidadãos; o poder público deveria entender esta percepção para tornar os serviços efetivos.

Gregori, em seu artigo “Tarifa nos transportes coletivos urbanos: uma iniquidade” (In: Cartilha: Tarifa Zero MPL-Florianópolis) identifica que ao longo da história pode-se perceber que as políticas públicas vão aos poucos desresponsabilizando o Estado da responsabilidade da oferta desse serviço público, que por unanimidade, é considerado essencial e mostra como os dados estatísticos demonstram claramente que as políticas sociais no setor estão apontando para a solução individual em detrimento da pública. Com o incentivo fiscal estimulado pelo último governo, de acesso transporte individual, a previsão que o índice de uso do transporte coletivo caia ainda mais passando a 65% contra 35% o que tende a piorar o trânsito caótico já estabelecido nas grandes capitais.

Na explicação de Gregori percebe-se o caráter histórico desse fenômeno que ocorreu na divisão da fatia da acumulação capitalista na cidade e a responsabilidade do serviço à população passa para o poder público, que o transforma em “negócio”, em que a concessão insere-se no sistema de concorrência, barganha política etc., expedientes comuns entre elites governantes. E sendo um serviço, o usuário vai incorporar, nesse processo, a necessidade da sua cobrança e a sua responsabilidade de pagá-lo:

Como responsabilidade de governo, os transportes coletivos têm na tarifa um preço público [...] A tarifa se torna, na prática, um “fetiche”. A história dos reajustes de tarifas de transportes urbanos mostra isso claramente, através de variadas manipulações. Ora a depressão do preço, ora os aumentos, sempre em função do momento político, de eleições etc. O início ocorre com a necessidade do não transporte, quando o ideal para o capital era ter o trabalhador junto ao local do trabalho, caso das vilas industriais ou mesmo das colônias nas fazendas. Se do lado do capital o transporte coletivo é encarado como “negócio”, os usuários, através do aparato ideológico, também introjetam esse mesmo

conceito. O usuário entende que o transporte é um serviço que deve ser pago, e que o seu deslocamento (mobilidade) é de sua inteira responsabilidade. Com isso, esfuma-se que o transporte é, primordialmente, de interesse do produtor, do prestador de serviço, do comércio – do empregador, de forma geral. O usuário não entende o transporte como direito social a ser pago indiretamente, como entende a saúde pública, a segurança pública, a educação pública (Gregori, ano 6, em <[www.http://mplfloripa.org.br](http://mplfloripa.org.br)>).

Se do lado do capital o transporte coletivo é encarado como “negócio”, os usuários, através do aparato ideológico, também introjetam esse mesmo conceito. O usuário entende que o transporte é um serviço que deve ser pago, e que o seu deslocamento (mobilidade) é de sua inteira responsabilidade. Com isso, esfuma-se que o transporte é, primordialmente, de interesse do produtor, do prestador de serviço, do comércio – do empregador, de forma geral. O usuário não entende o transporte como direito social a ser pago indiretamente, como entende a saúde pública, a segurança pública, a educação pública. O Movimento Passe Livre ataca frontalmente esta lógica e desmistifica a ilusão da sua eficácia:

O transporte coletivo deve ser retirado das mãos da iniciativa privada, como fator fundamental para superar a pauta da lucratividade, que é a questão essência que exclui milhões de pessoas do transporte. O transporte deve ser gerido pelo poder público, municipalizado, voltado para os interesses da coletividade, e pautado numa outra forma de financiamento. Ou seja, é preciso pensar numa nova forma de tributação que onere os setores que verdadeiramente se beneficiam do funcionamento diário do transporte coletivo, e não os usuários. Os setores que se beneficiam são os grandes industriais, as grandes empresas de comércio, os detentores dos grandes meios de produção e de circulação de mercadorias. A inversão da lógica “do paga quem usa, para o paga quem se beneficia” é um instrumento importante de democratização do acesso ao transporte coletivo (Pomar, Cartilha Tarifa Zero, ano 10, em <[www.http://mplfloripa.org.br](http://mplfloripa.org.br)>).

A ideia de que esse serviço público seja oferecido pela iniciativa privada, conforme o movimento, só pode ser tolerada como uma mera execução de uma política definida e gerida pelo poder público e vigiada pela população, o que é perfeitamente justificável, pois é um setor essencial responsável pelo deslocamento de milhões de cidadãos, diariamente, em todo o país, e movimenta, pelos cofres empresariais, mais de R\$ 25 bilhões por ano como consta no documento do NTU – Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos¹⁶, entidade empresarial que utiliza a defesa da desoneração do sistema de transporte público a benefício corporativo:

[...] influenciando diretamente no desempenho de outros setores econômicos, por constituir em um insumo básico nos processos de produção e consumo de bens e serviços, além de ser um elemento estruturador das atividades urbanas, com forte reflexo na qualidade de vida da população das cidades [...]. Dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Economia Aplicada) confirmam que mais de 37 milhões de brasileiros não podem utilizar o transporte público de forma regular, por absoluta impossibilidade de pagar a tarifa, o que vem afrontar os direitos básicos da Cartas Magna, ou seja, o direito de ir e vir (NTU, abril de 2009).

Na outra ponta dessa disputa, o esforço das empresas tem sido, com fins de redução dos custos das empresariais que, dar-se-ia como redução no preço dos combustíveis, na cobrança do ICMs, dos tributos diretos, dos encargos sociais, com a gratuidade da passagem para idosos (o que já é lei), meia passagem para estudantes (sustentada pelo poder público via orçamento), e por aí vai¹⁷.

Os fundamentos para a criação da Tarifa Zero na cidade de São Paulo, segundo Gregori (Cartilha, em <[www.http://mplfloripa.org.br](http://mplfloripa.org.br)>), são os seguintes: o sistema propunha o pagamento indireto do serviço de transporte coletivo, através de impostos e taxas do mu-

¹⁶ Documento intitulado “Desoneração dos custos das tarifas do transporte público urbano e de característica urbana” de abril de 2009.

¹⁷ Idem.

nício, como no caso dos serviços de educação, saúde, segurança pública, coleta e destinação final do lixo. O nome Tarifa Zero era, na verdade, de fantasia. A previsão era de que a adoção aumentasse o número de passageiros transportados com aqueles que não eram ainda usuários por não poderem pagar várias tarifas por dia, e com os migrantes do transporte individual. Aumentar-se-ia a frota, separar-se-ia o custo do serviço da tarifa paga pelo usuário, acabar-se-iam as concessões de serviço, os serviços seriam contratados como todos os demais serviços públicos municipais, com o pagamento de cobertura dos custos através dos impostos e taxas municipais, mas sem cobrar do usuário no ato de utilização. Essa modalidade de contratação, no caso dos ônibus, seria denominada “municipalização”. Para tal seria necessário uma reforma tributária fortemente progressiva dentro da qual pagaria mais quem tem mais, menos quem tem menos e não pagaria quem não tem, e constituir-se-ia um fundo para financiar a gratuidade. Grandes estabelecimentos, bancos, residências de luxo pagariam mais, e assim por diante.

Segundo Gregori, o projeto não pôde ser implantado, a Câmara paulistana nem sequer apreciou o projeto e revelou-se um conjunto de preconceitos escondidos numa questão de fundo político e social mais profundo:

Nos debates e reuniões de que participei pude perceber a resistência que se tem em propiciar um sistema mais racional e justo para a mobilidade de todos, independentemente de classe social. A pouca mobilidade física dos usuários de transporte coletivo se traduz, também, em menor mobilidade social. O preconceito aparecia sob a forma de ditos como: “se é ruim pagando, pior se for de graça”, ou “os ônibus vão estar lotados de bêbados e desocupados” ou ainda, “se for de graça haverá vandalismo etc. etc. (Gregori, Cartilha, Tarifa Zero, em <[www.http://mplfloripa.org.br](http://mplfloripa.org.br)>).

O mesmo preconceito daqueles anos, está presente explícita ou subliminarmente anos depois, no presente, evidenciando o quanto a cobrança de uma tarifa para se locomover na cidade, passando a ca-

traca, é a realização de um, tem o sentido de um controle social das pessoas na sua locomoção, além do próprio valor pago pela passagem.

Quando do encaminhamento para a aprovação municipal da proposta da Tarifa Zero foram paradigmáticos os preconceitos que surgiram, para o enfrentamento do problema, conduzindo a sua discussão para o âmbito as questões inerentes à vida urbana, e por consequência o de viver a cidade como direito. Também influenciada, mais adiante pela aprovação em 2001, embora sem regulamentação à época, do Estatuto da Cidade, este foi um fator, sem dúvida, que abriu a compreensão do MPL com elementos importantes para a necessidade da elaboração no seu interior além de política, técnica, sobre transporte público.

Os militantes rebatem os argumentos sobre a mudança do sistema afirmando que ela não é uma proposta revolucionária do ponto de vista econômico, porque a isenção do preço da tarifa, acompanhada da reorganização da tributação do município, fazem com que as pessoas economizem o dinheiro deste item no seu orçamento, valor que poderá ser canalizado para ser gasto, inclusive no comércio, nas empresas, criando uma dinâmica de aquecimento no mercado pela cidade porque a tarifa é livre, a catraca é livre. “O que faz a Tarifa Zero ser uma proposta revolucionária no ponto de vista social, é que nós estamos falando em libertar a cidade, estamos construindo a seguinte convicção, que foi a que a Tarifa Zero abriu os olhos da gente para o ser caráter de serviço essencial” (Pomar, 19/06/2013, UFSC).

O depoimento mais detalhado do militante K. vai para a mesma direção e acrescenta:

[...] a discussão do movimento começou muito na estrada, era o PL estudantil como uma forma de ampliar o acesso a educação do jovem, aí o PL estudantil possibilitou que a gente abrisse um pouco a margem, não tem que ser todos os dias, porque o processo de formação do jovem não é só ir até a escola, transitar pela cidade e pro parque, pro cinema. Depois ela abre para a discussão do transporte como um todo e se a educação não é só ir pra escola, é você ter acesso a outros direitos. Aí abriu a discussão da TZ da mobilidade

urbana de uma forma mais ampla da Tarifa Zero e do direito a cidade. Eu penso que essa discussão do direito a cidade está mais presente a partir do momento que a gente começa a ser aceito, porque antes falar de TZ você era maluco, a pessoa não era minimamente levada a sério, você falar que era possível falar em Tarifa Zero. Aí a gente foi estudando, melhorando os argumentos, demonstrando, enfim, hoje já é algo que é tratado como uma possibilidade viável, tinham um discurso contra mais é viável, mas quando a gente abre, libera as catracas da cidade, a discussão do direito da cidade vai... o contato entre as classes mais contínuo... umas das coisas que me perguntam: “Acho legal.. mas como é que vai se fazer com um mendigo, ta fudido dentro do ônibus, sentando do teu lado, as pessoas perguntar meio envergonhadas... porque o movimento tem que pensar nisso senão não vai ter o apoio da classe média...” Então as contradições vão ficar mais evidentes, aí a pauta do direito a cidade, a contradição fundamental que é da propriedade, do território vai ficar mexido, você pode transitar, a especulação imobiliária vai estar atuando ainda, o M PL vai ter que ter outras lutas, mas não acredito que: “a conquistamos a TZ e vamos parar por aqui”, temos questões pela frente... (Depoimento militante K. em 16 de julho de 2013).

Como em inúmeras discussões já realizadas pela militância, Pomar afirma (em <[www.http://mplfloripa.org.br](http://mplfloripa.org.br)>) que a solução para a implantação dessa proposta dependerá de uma combinação bem-sucedida de fatores: mobilização popular, concepção estratégica de um modelo de sistema de transportes, e direção/determinação política em aplicá-lo. Pensar o transporte como serviço público essencial, gerido pelo poder público, municipalizado, retirado das mãos da iniciativa privada, pensado numa outra forma de financiamento, como fator fundamental para superar a pauta da lucratividade e garantir que seja voltado para os interesses da coletividade, e pautado numa outra forma de financiamento.

Ou seja, é preciso pensar numa nova forma de tributação que onere os setores que verdadeiramente se beneficiam do fun-

cionamento diário do transporte coletivo, e não os usuários. Os setores que se beneficiam são os grandes industriais, as grandes empresas de comércio, os detentores dos grandes meios de produção e de circulação de mercadorias. A inversão da lógica do “paga quem usa, para o paga quem se beneficia” é um instrumento importante de democratização do acesso ao transporte coletivo (Pomar, em <[www.http://mpl-floripa.org.br](http://mpl-floripa.org.br)> – “Tarifa Zero! A realidade possível”, p. 10).

A democratização do transporte coletivo, portanto, é uma das pontas/ eixos que orientam o movimento no que diz respeito ao direito à cidade dentro de uma lógica que envolve a responsabilidade do Estado nessa garantia e a partir de um enfoque humano e não mercadológico. Militantes entrevistados em 2011 (Gama, 2011, p. 159-188) têm claro o quanto a mobilidade urbana nas cidades brasileiras está orientada pelo individualismo capitalista e que a concepção de direito compreende, necessariamente, a garantia de todos os demais direitos sociais em cada um dos seus desdobramento internos: o direito de poder viver plenamente tudo o que a cidade oferece; o direito e a liberdade de ir e vir; o direito de decidir politicamente sobre os rumos da cidade e o direito à cidade democrática. Assim, pode-se considerar como é revelado ao autor, que o movimento toma como base o direito num sentido filosófico que entra e, contradição com a forma do Estado capitalista, na sua essência, antidemocrática versus a concepção socialista que implica nas formas de participação coletiva e decisões sobre os rumos no planejamento urbano referenciados em assembleias populares, capacitação técnica, outras formas de participação política (Breda apud Gama, 2011, p. 170).

Pela análise de Guimarães (2010) e partilhada pelo movimento, há que se reforçar

A conclusão, repetitiva, mas importante, é que a) o sistema de transporte coletivo deveria garantir o direito de ir e vir da população nas cidades brasileiras, mas não cumpre este objetivo pela existência do pagamento direto através da tarifa, b) serve na prática para fazer funcionar a economia, beneficiando a classe patronal que, no entanto, não contribui

adequadamente para o custeio deste serviço, c) os empresários do sistema, se reclamam da queda do número de passageiros e admitem que o sistema de transporte é um direito essencial, deveriam humildemente se ausentar do ramo ou ser retirados pelo poder público ou população e d) há uma franca disputa dentro do próprio empresariado em torno do tema mobilidade. De um lado os empresários do transporte individual (um dos pilares da produção industrial, receptora de infindáveis afagos do governo que deveria beneficiar a classe trabalhadora, maioria do povo) e, do outro, os empresários do transporte coletivo que encontraram na Copa de 2014 uma oportunidade de ampliar seus negócios, vendendo soluções tecnológicas (por exemplo, os veículos leves sobre trilho) e exigindo a redução de todo tipo de empecilho financeiro que signifique um obstáculo para seus negócios. Esta disputa pode ser resumida em um trecho do documento em que a NTU cita que as “perdas anuais com congestionamentos urbanos nos centros ultrapassam R\$ 500 milhões anuais, considerando gasto adicional de combustível e a perda de tempo dos trabalhadores nos seus deslocamentos”. Aí está uma brecha para o movimento social atuar, na contradição deles (em <www.tarifa.zero.org> “Destarificação do transporte coletivo urbano”, 8 setembro de 2010).

Para Lucas de Oliveira, militante do MPL-SP o que está em pauta, agora, que é o modelo de cidade.

O MPL tem um modelo claro: uma cidade em que as pessoas possam circular livremente, uma cidade em que as pessoas participem das decisões políticas, uma cidade voltada para os seus trabalhadores. É esse o nosso modelo. É esse modelo que estamos pautando nas nossas organizações. E, recentemente, com a intenção do Brasil abrigar megaeventos, a política de reordenamento urbano colocada nas cidades é uma política contrária a isso, uma política que vai no sentido frontalmente contrário a esse modelo ideal. Então, é fundamental disputar isso politicamente, e é politicamente que se disputa e é isso que estamos fazendo (Entrevista em <<http://www.revistafevereiro.com/pag.php?r=06&t=10>>).

Relações com a ordem institucional

Desde a sua origem em Florianópolis, no início da década de 2000, à época ainda como uma Campanha pelo o Passe Livre, o Movimento Passe Livre traz na visão política e ideológica de seus membros a prática política da ação direta de crítica às instituições e anticapitalista. Em São Paulo, o Passe Livre e o MPL, alguns anos depois, se com põe com as mesmas características quando aparecem num momento de declínio das ações antiglobalização¹⁸. Escolha compreensível entre os jovens libertários e autonomistas, mas diferenciada naqueles que tiveram sua socialização política nos partidos de esquerda (PT, PSTU etc.) que também estavam lá presente, e que apesar das suas diferentes posições/visões conseguiram organizar e manter um espaço público de atuação e discussão política coletiva sob princípios que corriam ao largo da tradição política da esquerda. A experiência de decidir coletivamente por consenso, praticar a democracia direta, se autodeterminarem orientados pela horizontalidade na condução do processo de luta em todos os seus momentos e manterem a independência na reflexão e posicionamento sobre os temas que lhes vinculavam e incentivavam a construir um movimento, foram, portanto, um trajeto e desenhou uma nova sociabilidade de manifestação e organização política que partia da crítica radical às instituições e, foi construindo uma nova via de possibilidade para o agir político.

Na prática, por parte dos jovens organizados significou uma recusa de abrir mão da autodeterminação; uma rebeldia contra uma supressão da criatividade, contra a conformação e, conseqüentemente,

¹⁸ O movimento antiglobalização é, em si, um efeito midiático e espetacular, resultante dos chamados Dias de Ação Global, dos quais o bloqueio do encontro ministerial da OMC em 30 de novembro de 1999 em Seattle foi o mais conhecido. No entanto, os movimentos sociais, coalizões, grupos, coletivos e redes que produziram esses eventos possuíam vida para além dos efeitos que causavam. Mais do que isso, a ideia de movimento global ou antiglobalização está ligada à reação da mídia do Norte global, à ação de alguns movimentos do Norte global (os epicentros dos Dias de Ação Global estiveram no Norte: Londres, Seattle, Praga etc.), tendo sido adotada depois pelos movimentos do Norte para se referir aos movimentos do mundo, como bem sublinha Kipper.

pela defesa da autonomia do pensamento, da capacidade política e do poder constituinte da rebeldia da juventude (Liberato, 2006).

O Movimento, porém, não recusou a esfera institucional como instrumento de luta nas cidades onde atuou e atua, e usou o aparelho do Estado como via de alcance de suas reivindicações conforme os tramites exigiam. Foi assim no encaminhamento de projetos de lei com a coleta de assinaturas para respaldar a tramitação, através do apoio de vereadores, deputados da oposição, etc. Esta tem sido, no entanto, uma atuação sem a ilusão sobre a capacidade de alcance do modelo representativo, uma vez que este não é o modelo que pauta o movimento. Uma atuação instrumental, usando o direito democrático de intervir nas questões públicas (Oliveira, em <www.revistafevereiro.com/pag.php?r=06&t=10>).

Sempre com a originalidade organizativa do MPL – Movimento pelo Passe Livre –, respaldada na democracia direta e no trabalho de base com a população nos bairros, nas escolas, que permitia o acompanhamento dos fatos que se desenrolaram desde então contra as instituições públicas que apoiaram a política de transporte coletivo.

Adotando o diálogo com os partidos e demais interlocutores institucionais, o MPL não se negou às negociações:

Por que se deveria ter repugnância em conversar com essa gente, uma vez que o Passe Livre estava sendo reivindicado aceitando-se a mediação do Estado, ou seja, através de um projeto de lei, dentro da institucionalidade estatal? Nesse sentido seria infantil e sem sentido se recusar a dialogar com legisladores, enfim, com políticos em geral. Praticamente a totalidade dos militantes demonstrava nas reuniões da CPL a repugnância, essa sim, em fazer qualquer tipo de campanha, mesmo indireta, a qualquer candidato que fosse fazendo com que mesmo a possibilidade levantada de que alguma figura expressiva da CPL fizesse campanha enquanto indivíduo para o candidato do PP (Partido Progressista), em troca de uma aprovação do Passe Livre, fosse descartada” (Liberato, 2005, p. 17).

Dessa forma, o MPL se coloca, no passado e ainda no presente, dentro da lógica institucional: seus membros dialogam com representantes institucionais via partidos ou outras entidades, mas não estão envolvidos com eles. Vão ao legislativo, mas não se limitam à obediência a ele. Quando fazem suas reivindicações às autoridades, não aceitam delas outra decisão que não a sua conquista. Ou seja, subordinam a autoridade (no caso, uma Câmara de Vereadores, uma prefeitura) à autoridade do movimento nas ruas. Fazem uma ação polifônica que inclui, caso não sejam atendidos, o desrespeito frontal à autoridade, deslegitimando-a e cobrando dela uma responsabilidade ética acima da responsabilidade burocrática da política, o que significa o próprio questionamento do princípio jurídico e político da ordem institucional moderna.

Segundo depoimento de militante¹⁹, a questão da relação com o Estado não encontra unanimidade e pode estar sofrendo a influência da diferença geracional entre a militância, que está menos relacionada com a idade dos militantes e mais com o tempo de experiência no movimento. Os que estão há mais tempo no movimento aprenderam, querendo ou não, que era preciso dialogar de alguma forma com Estado, não sendo isso uma questão de escolha, mas uma situação que a própria conjuntura impõe. Alinhados a esse posicionamento estão tanto os jovens que pertencem a partidos políticos quanto os que vêm da formação anarquista libertária. Os militantes que entraram mais recentemente no movimento veem essa posição com muita desconfiança apostando no foco da manifestação de rua, são mais impacientes com relação ao diálogo com autoridades, não fazendo distinção entre os seus projetos vínculos a suas siglas partidárias, como o fazem os que tem mais tempo no movimento. Entra nisso o aspecto histórico que lhes trouxe um acúmulo e compreensão ampliada das implicações que envolvem cada momento de luta que lhes exige posicionamentos pontuais muitas vezes e tolerância em explorar contradições ao longo do processo.

Em tese, parece que este posicionamento ganha a concordância

¹⁹ Segundo depoimento da militante C., que faz parte da primeira geração do MPL.

da militância que se vincula ao princípio autonomista do movimento, porém, na prática das lutas, como no exemplo da implantação do passe livre o uso dos tramites legais gera um debate mais complexo na medida em que parte da própria militância um questionamento da eficácia da centralidade da opção pela ação direta, cuja estratégia já está escaneada pela repressão policial e que não tem fôlego para atingir o nó da questão se não for amparada por outros encaminhamentos políticos, e também, técnicos e jurídicos.

1 – O caso do ajuizamento pelo Ministério Público, da ADIn (de Ação Direta de Inconstitucionalidade) contra o Passe Livre (Lei Municipal 1.137/2004) é apenas um exemplo das contradições que o debate da relação do movimento social com o aparelho do Estado pode provocar no conjunto da militância e seus encaminhamentos políticos.

A ADIn contra a referida lei municipal de Florianópolis recebe o alerta de um militante, pela rede, ao dizer que esta era uma brecha que deveria ser vista com mais cuidado tanto pelo MPL como por qualquer outro movimento popular quando da manutenção na hora de institucionalizar suas conquistas na forma da lei, porque o MP e o poder público executivo municipal podem estar juntos.

Para o militante MN, a intervenção do MP-SC na luta pelo passe livre facilitou o debate técnico-jurídico sobre o passe livre universal, quando o debate entra na arena política por conta dos argumentos contrários ao próprio benefício, pois, deixaram o campo das especulações dos operadores do direito ligados aos movimentos populares que lutam pelo passe livre.²⁰ Quando nos comentários do artigo aparece o

²⁰ Segundo o autor, o que move o artigo: "... a certeza historicamente comprovável de que novos direitos não surgem da boa vontade de qualquer governante, mas da mobilização consciente e organizada do povo explorado, em especial dos trabalhadores [...] a observação – já feita há décadas por Eduardo Novoa Monreal (1), Roberto Lyra Filho (2) [...] de que a inserção num sistema de normas destes novos direitos vindos do povo organizado não poucas vezes entre em conflito com diversas normas anteriores deste mesmo sistema, que gozam de preferência frente às novas normas graças à formação conservadora dos operadores do Direito. [...] a consciência do dever de qualquer pessoa com determinado saber assumindo a perspectiva de colocá-lo a serviço dos movimentos populares reivindicativos" (Artigo Manolo: *Passe Livre Universal: constitucional, inconstitucional ou justo?* 14/10/2005, p. 1, disponível em: <www.passapalavra.org>).

questionamento sobre o uso do aparato legal “[...] pedem a implantação do Passe Livre usando os trâmites legais (projetos de lei e apoio aos vereadores) e depois reclamam quando o mesmo sistema vai contra o que querem. Estão sendo mortos pelo monstro que ajudam a criar” as argumentações contrárias, e críticas surgem para mostrar que a ação do MP é era uma farsa, que o movimento estava sabendo como lidar com o episódio e que as ações do movimento não deveriam se restringir às ações diretas e fazendo uma cobrança generalizada: “militante do teclado vermelho é um troço foda, não tem noção mesmo de como agir em condições concretas para conquistar coisas concretas”.

Não é de agora que um movimento se questiona na relação com o Estado, e o MPL, desde sua projeção nacional como o responsável pela pauta em defesa do Transporte Coletivo Público reflete no seu ambiente interno as dúvidas, questionamentos e posicionamentos que o próprio pensamento da esquerda revolucionária debate: 1) movimento deve eleger estratégias para além da luta institucional, ou se adaptar se quiser travar a luta unicamente pela via do instituído; 2) a todo momento fazer análise de conjuntura dada a complexidade dos processos; 3) para fazer a revolução, abandonar o vanguardismo é preciso ir à formação de base, à propaganda, à luta autonomista para que se abra uma fissura na conjuntura e possamos construir a revolução (Sera, em comentários do www.passapalavra.org, 15/10/2005).

A experiência política adquirida em mais de uma década de movimento, somada a uma convicção sobre a pauta de luta, atuação de base e autonomia no encaminhamento concreto das lutas locais²¹ tiraram o foco sobre um risco com preocupação da interlocução institucional para o MPL. A partir de Junho de 2013 ficou muito mais claro ao mostrar que a esfera institucional não é o espaço de atuação do MPL. A rua, a mobilização de base, a mobilização autônoma, sim. Na prática o dissenso sobre a questão se relativizou pela necessidade prática.

Então, sempre que a gente vai conversar com a esfera institucional é importante ter claro que essa não é a nossa seara.

²¹ Sobre os encaminhamentos das lutas pelos diferentes coletivos nestes anos todos de 2007 para cá.

Não é a nossa seara. A nossa seara é a rua, é a mobilização de base, a mobilização autônoma. Então, é uma articulação que é muito delicada. Eu acho que esse ano em São Paulo, a gente acertou muito nesse ponto. Porque a gente pautou que queria negociação, mas deixou claro qual era o objetivo específico dessa negociação. Depois, de novo, quando a gente foi convocado... Convocado, não... convidado pela Presidência da República, eu acho que conseguimos isso também. A gente lançou uma carta antes, pautando essa reunião, o que nos permitiu que tivéssemos um diálogo claro, do tipo “olha, é isso que a gente vai falar”. Porque assim você não fica com uma característica de ser um movimento anti-institucional. Não! O movimento vai dialogar, mas vai dialogar com esses pontos específicos. Você deixa isso claro para quem está se mobilizando (Lucas de Oliveira, entrevista em <www.revistafevereiro.com/pag.php?r=06&t=10>).

2 – Pode ser considerado apenas um episódio quando Mayara, militante do MPL-SP, ficou conhecida nas Jornada de Luta em junho de 2013, na reunião do colégio de líderes da Câmara de Vereadores de São Paulo, como uma das duas pessoas, além dos vereadores, que receberam aval para discursar. “Primeiro gostaria de dizer que não gosto de políticos. Eu gosto de Ramones”. Inscrevia-se naquele momento a visibilidade política de um movimento juvenil que está formando uma geração de contestadores indiferentes aos espaços sociais onde o poder político e econômico resulta do prestígio e do status dos cargos de exercício da representação. A identidade política do MPL, ainda que a análise rasteira da imprensa tenha direcionado o episódio como expressão de uma personalidade, revelou-se na crítica mordaz ao sentido da política contemporânea; um comportamento decorrente de uma forma de ser, sim, mas adquirido na experiência coletiva que, naquele momento, contava com o grande movimento popular de massa que apoiou a juventude, responsável pelo seu desencadeamento inicial.²² Ou seja, considera-se a institu-

²² Sobre a possibilidade de deixar a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para depois do recesso, ela lembrou aos vereadores presentes que essa era uma “decisão política” e que “protesto não tem recesso”, podendo inclusive ser feito na praia, caso

cionalidade como um instrumento das demandas populares, com a clareza dos seus limites e possibilidades. O movimento trabalha para a organização da sociedade, para a sua transformação. Nele e junto com eles, outras organizações são importantes, como um movimento pelo transporte, com uma visão global do seu sentido no contexto da cidade suas preocupações estão focadas no trabalho de base.

Segundo o militante Legume, o movimento está preocupado em discutir transporte, em criar organizações e possibilidades para a participação direta da população, e não discutir uma reforma estrutural do país. “Não é esse o nosso objetivo. O objetivo é que a população, por meio da ação direta, tome a política nas mãos e participe mais ativamente da decisão e da ação política. É isso que fazemos quando atuamos nas diferentes regiões da cidade”.²³

3 – Outra aproximação institucional do MPL pode ser exemplificada quando da participação em São Paulo, nas campanhas contra o aumento de 2006, 2010 e 2011, ano em que começou uma coleta de assinaturas para apresentação do Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Tarifa Zero. A proposta, que precisava de 500 mil assinaturas para ser levada à Câmara, defendia a gratuidade do transporte público através da criação de um Fundo dos Transportes, alimentado por repasse de valores arrecadados por meio de impostos de forma progressiva. Pelo projeto seria criado o Conselho Municipal de Transportes, que teria representantes da Secretaria Municipal de Transportes (SMT) e da sociedade civil, que ficariam responsáveis pela gestão do sistema.

No dia 25 de junho de 2013, período em que ocorreram gran-

os vereadores decidissem descer ao Litoral em vez de permanecer na capital trabalhando. A reunião acabou sem resultado porque os vereadores decidiram não definir a pauta naquele dia, e a aprovação de uma CPI só foi conseguida na sessão no plenário. Em suas declarações à imprensa, a militante porta-voz do MPL defendeu a investigação do transporte municipal da forma “mais clara e rápida possível”, inclusive se houver necessidade de os vereadores trabalharem em julho. “O Brasil está parado e eles querem tirar férias”. E deixou claro, mais uma vez, o caráter apartidário do Movimento Passe Livre. “Alguns políticos apoiam a gente, mas nós não apoiamos nenhum político.”

²³ Entrevista de Lucas de Oliveria (Legume) ao jornal *Le Monde Diplomatique*, ano 7, n. 79, p. 7, 2013.

des manifestações que tomaram o país, foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara de Deputados a Proposta de Emenda à Constituição nº 90/11 (PEC 90/11), de autoria da Deputada Federal pelo PSC-SP, Luíza Erundina, que contou com apoio do Movimento Passe Livre.

A proposição à Câmara Federal da foi em Audiência Pública, em 5 de setembro de 2013 para debater políticas tarifárias para os transportes coletivos urbanos e metropolitanos, Marcelo Pomar, apresentado como um dos fundadores do Movimento Passe Livre, participou como convidado, juntamente com autoridades²⁴. Esta participação foi questionada no interior do movimento revelando que não há consenso sobre a via do diálogo institucional o que provoca o dissenso entre os coletivos.

A PEC 90 propõe que o transporte público seja entendido como um direito social – aqueles que têm por finalidade garantir que a população tenha acesso aos serviços que garantam uma mínima qualidade de vida – definidos no Artigo 6º da Constituição Brasileira. Como um direito, o Estado e os Governos seriam obrigados a tratar o transporte público como tal e criar políticas públicas para solucionar seus problemas. O entendimento dos apoiadores do projeto é que a sua aprovação, contando com o apoio da população daria um impulso ao projeto da Tarifa Zero no país. O mesmo projeto foi apresentada pela deputada Erundina ao prefeito de Florianópolis, em fevereiro de 2014 que ficou de apreciar com seriedade a proposta depois de ouvir a argumentação da autora. A deferência do prefeito foi um gesto vazio do prefeito, pois, já estava encaminhado o processo de Licitação do Transporte Municipal na capital de Santa Catarina que, naquele momento aguardava a data para abertura dos envelopes da concorrência aberta e que se daria na primeira quinzena de fevereiro de 2014. A participação do MPL de Florianópolis nesta questão, também, serve de indicador de como o Movimento lida com

²⁴ Prefeito do Campus da Universidade de Brasília (UNB); o Engenheiro pela Universidade de São Paulo (USP) e ex-secretário de Transporte do município de São Paulo; ministro dos Transportes; prefeito de Agudos – SP; e um representante da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU).

a institucionalidade. Com um envolvimento instrumental e com foco definido conforme será relatado a seguir.

A PEC 90/11 ainda tem um caminho a percorrer até ser totalmente aprovada. Após passar pelo CCJC, ela deverá ser analisada por uma comissão especial e seguirá para votação em dois turnos no plenário da Câmara. Se aprovada, seguirá para o Senado, onde passará por mais duas votações. A PEC 90 seria apenas o primeiro passo para que o transporte público seja visto como realmente é, um direito de todos os cidadãos.

A PEC 90 foi um dos temas abordados na pauta de discussão no IV ENMPL e não contaminou o interesse dos militantes naquele momento.

A farsa da licitação dos transportes em Florianópolis

4 – A representação judicial, interposta, em Florianópolis, pela Frente de Luta pelo Transporte Público – FLTP da qual o MPL local faz parte é exemplar para a compreensão das formas que o movimento assume na luta pela democratização do transporte público. Conjuga a atuação no sistema jurídico com as suas ações direta, manifestações de rua e intimidações dos gestores dos órgãos públicos.

Em 18 de julho de 2013, o movimento entra na justiça, junto ao Ministério Público de Santa Catarina-MPSC requerendo abertura de inquérito, com base nos artigos 129, III da Constituição Federal e art. 6º da Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347-85), pela apuração de irregularidade como a cobrança de preços abusivos das tarifas de ônibus em Florianópolis; a falta de gestão democrática, transparência e controle social; as irregularidades na concessão e gestão do Sistema Integrado de Transporte Público Municipal que, segundo os movimento atentam contra as políticas públicas de direito à cidade e a economia popular. Argumentavam a favor da ação de que desde agosto de 2003, quando da implantação do Sistema Integrado de Transporte no município, a oferta desse serviço público foi tumultuada, e que a Prefeitura, na contramão das promessas feitas com relação ao barateamento da tarifa com a implantação do sistema, concedeu um aumento de 24,5% no preço da tarifa que foi contestado judicialmente pelo Ministério

Público Estadual e pelo Procon/SC, definindo o Poder Judiciário um aumento de 15,25% para início das atividades do SIT. Filas, atrasos, falta de ônibus e de informações nos terminais revoltaram logo no início a população e manifestações se sucederam contra o novo sistema nos terminais de ônibus de bairros e do centro da cidade. Reajuste pretendidos nos anos seguintes (2004, 2005) provocaram o revoltas que ficaram conhecida no Brasil inteiro (Revoltas da Catraca) e inaugurara a atuação do MPL no município com grande apoio da população insatisfeita com os aumentos o que gerou um abaixo assinado de mais de quarenta mil assinaturas coletadas, em junho de 2005 para instauração na Câmara de Vereadores uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI para “investigar os fatos relacionados com o Sistema Integrado de Transporte Coletivo de Florianópolis”.

A chamada CPI dos Transportes questionava a licitação realizada, o custo do sistema, o financiamento, as concessões dos terminais e o preço da tarifas e teve seus trabalhos concluídos em outubro do mesmo ano. Nessa representação, bem instrumentada, o movimento toma como fundamento a revolta popular contra o transporte público e a própria história do MPL, sua capacidade de adesão e importância da sua bandeira de luta para o avanço do debate sobre a Política Nacional de Mobilidade Urbana, questionando a falta de participação popular na definição dos rumos do setor e o privilegiamento da elite patronal no Conselho Municipal Transporte Público: “O esvaziamento do CMT e a falta de outros recursos de fiscalização e participação democrática eficientes são absolutamente incompatíveis com o interesse social e caráter público e essencial do serviço de transporte e abrem espaço à inócua preponderância do interesse privado das empresas concessionárias” (Ação de Judicial Representação, 2013, p. 4).

A ação toma um caráter de denúncia sobre a administração do setor no município e mostra, como indicamos, resumidamente, que:

– as empresas que atualmente operam o transporte coletivo de passageiros são as mesmas que formam o Consórcio que opera a COTISA, responsável pela administração dos Terminais de Integração. Isso significa dizer que, além de lucrarem com a cobrança das passagens dos usuários, as

concessionárias também auferem receitas de lojas, bares e publicidades nos terminais de integração, bem como da Tarifa de Utilização (TU) dos Terminais de Integração, cobrada delas mesmas enquanto concessionárias distintas;

– em junho de 2005 foi instaurada Comissão Parlamentar de Inquérito constituída para “investigar os fatos relacionados com o Sistema Integrado de Transporte Coletivo de Florianópolis”, sendo que a resolução nº 1.046 de 2005 aprovou o seu relatório final. O mesmo, (...), apontou uma série de inconsistências que, não tendo sido devidamente encaminhadas, ainda hoje perduram no sistema integrado de transporte público coletivo municipal;

– instâncias como o Conselho Municipal de Transporte existente são hoje ineficientes para garantir um controle probo, moral e impessoal da gestão do transporte público municipal. Com efeito, o controle social é negado pela atual composição, caráter e objetivos do Conselho Municipal de Transporte, de tal forma que o quadro de desinformação agravou-se ainda mais nos últimos anos na prefeitura e as possíveis irregularidades não encontram instâncias de efetiva fiscalização;

– na mesma esteira dos problemas de transparência encontrados com a publicidade encontra-se a situação da remuneração das diretorias das empresas. Tal qual define o próprio Manual do Cálculo Tarifário disponível no site da Prefeitura de Florianópolis, “A remuneração de diretoria corresponde às retiradas mensais dos proprietários que efetivamente exercem cargos de direção na operadora, o pro labore, que também não sofre influência dos encargos sociais ou horas extras”. Vez que tais cargos podem ser ocupados por executivos contratados, há a implicação em salários, encargos e benefícios;

– na lista de incorporação de rendas das concessionárias, também estão as recentes isenções do PIS e Cofins promovidas pelo Governo Federal por meio da Medida Provisória nº 617/13”; a mesma falta de retorno adequado para a diminuição do valor da tarifa ocorre em relação ao Sistema Seletivo de Transporte (os chamados “amarelinhos”);

- ficou demonstrado pelos depoimentos colhidos na CPI dos Transportes que houve erro na concepção da Integração via Terminais de Transbordo, bem como nas suas localizações e na falta de planejamento integrado da região conurbada e metropolitana para o transporte coletivo;
- as declarações do Secretário Municipal.... em audiência com os representantes da Frente de Luta Pelo Transporte (25 de junho de 2013) –.... atestam a falta de quadros técnicos, administradores, economistas e engenheiros, inclusive de fiscais, na Secretaria Municipal de Transporte;
- a realização de nova licitação, anunciada pela Prefeitura... é preocupante e demanda medidas urgentes sobretudo pela forma não participativa com que está sendo elaborado o Termo de Referência e o Edital do procedimento licitatório... em reuniões à portas fechadas, sem transparência e, sobretudo, sem participação popular.

O que o movimento requeria concretamente:

- cópia dos contratos administrativos referentes às concessões de transporte coletivo e de administração dos Terminais de Integração, bem como do contrato realizado entre o Município de Florianópolis e o BNDS e BRDE para implantação do SIT, para fins de verificação de eventuais descumprimentos contratuais; a investigação dos mecanismos de fiscalização e da falta de gestão democrática do sistema de transporte, garantindo, como defensor dos interesses coletivos, a transparência, o controle e a participação social no processo de elaboração do Termo de Referência, Objetivos e Edital da Nova Licitação através de medidas tais quais:
 - a) Abertura de prazo para entrega de contribuições das entidades e representações da sociedade civil;
 - b) Realização de Audiências Públicas a serem promovidas nas regiões de abrangência dos Terminais de Integração;
 - c) Participação popular na Comissão Especial de elaboração do Termo de Referência e do Edital de licitação, especialmente dos movimentos sociais que historicamente representam a população nos debates sobre o transporte;
 - d) Revisão do atual Conse-

lho Municipal de Gestão da Política Pública de Transporte, verificando suas atuais atividades e exigindo a sua efetividade como órgão coletivo e de deliberação coletiva... a perícia dos itens da planilha de custos que atualmente justificam o cálculo tarifário, para que os mesmos sirvam de parâmetros para a redefinição das tarifas, bem como a auditoria das empresas concessionárias, considerando a possibilidade de quebra de sigilos fiscais e bancários; [...] EM CARÁTER DE URGÊNCIA, a formatação de nova planilha e índices que sirvam de apoio ao Termo de Referência e Objetivos da Nova Licitação para a concessão pública dos serviços do Sistema Integrado de Transporte Público Municipal, anunciada pelo Prefeito Municipal, CESAR SOUZA Jr, para o segundo semestre de 2013 [...] a abertura imediata de estudos estratégicos de planejamento da mobilidade urbana, com base em estudos científicos das demandas reais dos destinos e origens dos deslocamentos, para o estabelecimento dos itinerários, horários e frota necessária (Ação Judicial de Representação, 2013, p. 4).

Dois integrantes do Movimento Passe Livre, com dois representantes de entidades pertencentes à FLTC, assinam o documento e serve de referência do envolvimento do movimento por esta via de luta. Do momento deste encaminhamento em diante, foram feitas algumas reuniões com os representantes da prefeitura que demonstravam um certo receio diante do clima das manifestações de rua que ocorriam em todo o país e por pressão da própria FLTP em participar do processo.

Ainda em julho de 2012 a Frente de Luta pelo Transporte Público (da qual o MPL é parte) participa de uma reunião com a Secretaria de Transporte, que negou veemente a possibilidade de participação popular no processo de construção do edital, assim como negou pedido do movimento de que fosse disponibilizado o edital em construção para a consulta pública.

Quando o edital ficou pronto, a prefeitura convocou uma audiência pública para uma segunda-feira às 8 horas da manhã, horário em que os trabalhadores da cidade não poderiam participar. O texto

do edital não foi apresentado, as falas de alguns militantes do movimento foram interrompidas e a audiência acabou sem as respostas das autoridades para as perguntas dos que estavam presentes.

Em setembro do mesmo ano, por pressão política, a população organizada, através de vereadores comprometidos com o mandato popular leve à votação, na Câmara de Vereadores, uma proposta que defendia a realização de outra Audiência Pública – com condições de participação da população, ou seja, fora do horário comercial e no Largo da Alfândega – para que a população pudesse conhecer o edital e propor mudanças no documento. A proposta foi negada tendo em vista que a maioria dos vereadores é base de apoio político do prefeito.

Em 31 de outubro, ocorre uma audiência no Plenarinho da Câmara de Vereadores e o MPL participa novamente. Nela o secretário de Transporte se negou a responder qualquer pergunta feita pelos presentes afirmando que o edital será aprovado “quer a gente queira ou não” e, em seguida, abandona o local da audiência. No manifesto distribuído para a população o MPL conclama-a para se informarem sobre as consequências futuras da aprovação do novo edital e que vai continuar convocando as assembleias populares nos bairros e passa a desqualificar as ações do Prefeito. Promove aulões no centro da cidade, explicando criticamente como ocorre o funcionamento do sistema e sua gestão e partem para protesto simbólico para chamar a atenção para a questão.

No dia 7 de novembro de 2013, uma semana antes da realização do IV Encontro Nacional do Passe Livre, o MPL faz uma ação direta nas escadarias da Prefeitura Municipal e denuncia:

A CAGADA DO CÉSAR

Nessa quinta feira (07.11.2013) o Movimento Passe Livre fez uma ação simbólica em frente ao gabinete do Prefeito César Souza Júnior para contestar o processo de licitação do transporte coletivo. Segue a nota do movimento, fotos e o registro em vídeo da ação. #merdadelicitacao #naovaipassar.

A quem interessar nos ouvir:

As fezes que se encontram aqui hoje não são nossas. Elas são de propriedade da prefeitura.

Nós viemos aqui hoje apenas para devolvê-las.

A prefeitura está cagando para o sistema de transporte da cidade. O novo edital de licitação não prevê nenhuma mudança estrutural para o sistema. Disfarçado com um discurso de inovação tecnológica, essa licitação não vai resolver, e sim piorar os problemas de mobilidade da cidade. Se essa licitação acontecer, continuaremos por mais 20 anos com as mesmas empresas de ônibus e com os mesmos preços abusivos de tarifa.

A prefeitura está cagando para os trabalhadores e trabalhadoras do transporte. O novo edital de licitação não garante seus direitos e caminha rumo à precarização do serviço e das condições de trabalho.

A prefeitura está cagando para os usuários do transporte coletivo. O novo edital não prevê integração com a região metropolitana e ainda garante um reajuste nas tarifas todos os anos. Não se enganem! O prefeito diz que a tarifa vai baixar agora, mas permite que ela aumente todos os anos seguintes.

A prefeitura está cagando e andando pro Movimento Passe Livre e para todos aqueles que realmente se importam com o futuro do transporte na grande Florianópolis. A Secretaria de Transporte e a maioria dos vereadores da cidade se negaram a realizar uma audiência verdadeiramente pública sobre o edital. Eles não querem que a população interfira na decisão que irá comprometer o futuro do sistema de transporte coletivo.

Se a prefeitura realizar essa licitação, estará cometendo uma cagada muito maior que o tempo de mandato do prefeito César Souza Júnior, que é apenas de 4 anos. Essa licitação terá duração de duas décadas, e a população é quem irá sofrer as consequências.

O Prefeito é um cagão, porque não tem coragem de enfrentar os empresários do transporte para defender nossos direitos.

As fezes que depositamos aqui hoje são meramente simbólicas e completamente inofensivas se comparadas com aquilo que a prefeitura está fazendo com a nossa cidade. Eles não querem nos ouvir, mas nós nos faremos escutar.



A questão da Licitação do Transporte, não findada até o momento da elaboração desse relatório, após a abertura dos envelopes no início do mês de fevereiro de 2014, ainda está na pauta dos protestos do MPL que continua participando de reuniões com os agentes públicos, mesmo constatado um certo afastamento da Frente de Luta dos Transporte Públicos da questão e promete desdobramento. O caso está contando com uma assessoria jurídica voluntária e de apoio técnico e profissional na área por parte de professores da Universidade Federal de Santa Catarina. Apesar do descaso com as questões trazidas pelo movimento da parte da administração política municipal (prefeito, secretário dos transportes), órgãos como o TCE – Tribunal de Contas do Estado reconhece a capacidade política do MPL que mantém com o setor uma interlocução horizontal.

Pontos a destacar dessa prática coletiva são a preparação técnica e política para enfrentarem a discussão e o compromisso coletivo

no acompanhamento e disposição nas ações efetivas dos membros do movimento na realização das pautas de luta que analisam e definem em conjunto conforme a conjuntura. Todas as reuniões que são realizadas com os agentes públicos são relatadas ou em encontro previamente marcados, mas principalmente, via lista de discussão interna online. Alguns vão aos eventos como porta-vozes, mas todos ficam informados sobre processo antes, durante e depois, ponto fundamental para uma motivação de participação ativa e que, ao contrário de uma prática burocrática, caracteriza um registro sistemático e disponível para reflexão individual e coletiva. As questões ficam assim, sempre atualizadas entre os membros do coletivo que participam dos processos bem informados e ao mesmo tempo organizam suas atividades particulares mediadas pelo compromisso com o grupo.

A história de mais de uma década do MPL mostra que as dificuldades e acertos que envolvem a militância no MPL são resultados da experiência acumulada de um trabalho coletivo se afirmando como possibilidade de permanecer como uma alternativa de engajamento político. A postura diante do poder institucional quando a presidência da república convidou o movimento para uma reunião em Brasília, são reveladoras do discernimento que os jovens militantes tem sobre o momento político que vive o Brasil e de que forma se posicionam diante dele. Nela os jovens apresentam seus princípios, sua forma de organização, se solidarizam com os demais segmentos da população que foram às ruas em junho de 2013 e demonstram sua disposição militante, independente, crítica inclusive à atuação do governo federal e, principalmente, como uma geração (des)iludida que na sua intervenção organizada para reivindicar sua pauta específica e as mais gerais que dizem respeito aos grandes problemas nacionais. Segue a transcrição da Carta aberta do MPL-SP à presidenta.

À Presidenta Dilma Rousseff,

Ficamos surpresos com o convite para esta reunião. Imaginamos que também esteja surpresa com o que vem acontecendo no país nas últimas semanas. Esse gesto de diálogo que parte do governo federal destoa do tratamento aos mo-

vimentos sociais que tem marcado a política desta gestão. Parece que as revoltas que se espalham pelas cidades do Brasil desde o dia seis de junho tem quebrado velhas catracas e aberto novos caminhos.

O Movimento Passe Livre, desde o começo, foi parte desse processo. Somos um movimento social autônomo, horizontal e apartidário, que jamais pretendeu representar o conjunto de manifestantes que tomou as ruas do país. Nossa palavra é mais uma dentre aquelas gritadas nas ruas, erguidas em cartazes, pixadas nos muros. Em São Paulo, convocamos as manifestações com uma reivindicação clara e concreta: revogar o aumento. Se antes isso parecia impossível, provamos que não era e avançamos na luta por aquela que é e sempre foi a nossa bandeira, um transporte verdadeiramente público. É nesse sentido que viemos até Brasília.

O transporte só pode ser público de verdade se for acessível a todas e todos, ou seja, entendido como um direito universal. A injustiça da tarifa fica mais evidente a cada aumento, a cada vez que mais gente deixa de ter dinheiro para pagar a passagem. Questionar os aumentos é questionar a própria lógica da política tarifária, que submete o transporte ao lucro dos empresários, e não às necessidades da população. Pagar pela circulação na cidade significa tratar a mobilidade não como direito, mas como mercadoria. Isso coloca todos os outros direitos em xeque: ir até a escola, até o hospital, até o parque passa a ter um preço que nem todos podem pagar. O transporte fica limitado ao ir e vir do trabalho, fechando as portas da cidade para seus moradores. É para abri-las que defendemos a tarifa zero.

Nesse sentido gostaríamos de conhecer o posicionamento da presidenta sobre a tarifa zero no transporte público e sobre a PEC 90/11, que inclui o transporte no rol dos direitos sociais do artigo 60 da Constituição Federal. É por entender que o transporte deveria ser tratado como um direito social, amplo e irrestrito, que acreditamos ser necessário ir além de qualquer política limitada a um determinado segmento da sociedade, como os estudantes, no caso do passe livre estudantil. Defendemos o passe livre para todas e todos!

Embora priorizar o transporte coletivo esteja no discurso de todos os governos, na prática o Brasil investe onze vezes mais no transporte individual, por meio de obras viárias e políticas de crédito para o consumo de carros (IPEA, 2011). O dinheiro público deve ser investido em transporte público! Gostaríamos de saber por que a presidenta vetou o inciso V do 16º artigo da Política Nacional de Mobilidade Urbana (lei nº 12.587/12) que responsabilizava a União por dar apoio financeiro aos municípios que adotassem políticas de priorização do transporte público. Como deixa claro seu artigo 9º, esta lei prioriza um modelo de gestão privada baseado na tarifa, adotando o ponto de vista das empresas e não o dos usuários. O governo federal precisa tomar a frente no processo de construção de um transporte público de verdade. A municipalização da CIDE, e sua destinação integral e exclusiva ao transporte público, representaria um passo nesse caminho em direção à tarifa zero.

A desoneração de impostos, medida historicamente defendida pelas empresas de transporte, vai no sentido oposto. Abrir mão de tributos significa perder o poder sobre o dinheiro público, liberando verbas às cegas para as máfias dos transportes, sem qualquer transparência e controle. Para atender as demandas populares pelo transporte, é necessário construir instrumentos que coloquem no centro da decisão quem realmente deve ter suas necessidades atendidas: os usuários e trabalhadores do sistema.

Essa reunião com a presidenta foi arrancada pela força das ruas, que avançou sobre bombas, balas e prisões. Os movimentos sociais no Brasil sempre sofreram com a repressão e a criminalização. Até agora, 2013 não foi diferente: no Mato Grosso do Sul, vem ocorrendo um massacre de indígenas e a Força Nacional assassinou, no mês passado, uma liderança Terena durante uma reintegração de posse; no Distrito Federal, cinco militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) foram presos há poucas semanas em meio às mobilizações contra os impactos da Copa do Mundo da FIFA. A resposta da polícia aos protestos iniciados em junho não destoa do conjunto: bombas de gás foram jogadas dentro de hospitais e faculdades; manifestantes foram perseguidos

e espancados pela Polícia Militar; outros foram baleados; centenas de pessoas foram presas arbitrariamente; algumas estão sendo acusadas de formação de quadrilha e incitação ao crime; um homem perdeu a visão; uma garota foi violentada sexualmente por policiais; uma mulher morreu asfixiada pelo gás lacrimogêneo. A verdadeira violência que assistimos neste junho veio do Estado – em todas as suas esferas.

A desmilitarização da polícia, defendida até pela ONU, e uma política nacional de regulamentação do armamento menos letal, proibido em diversos países e condenado por organismos internacionais, são urgentes. Ao oferecer a Força Nacional de Segurança para conter as manifestações, o Ministro da Justiça mostrou que o governo federal insiste em tratar os movimentos sociais como assunto de polícia. As notícias sobre o monitoramento de militantes feito pela Polícia Federal e pela ABIN vão na mesma direção: criminalização da luta popular.

Esperamos que essa reunião marque uma mudança de postura do governo federal que se estenda às outras lutas sociais: aos povos indígenas, que, a exemplo dos Kaiowá-Guarani e dos Munduruku, tem sofrido diversos ataques por parte de latifundiários e do poder público; às comunidades atingidas por remoções; aos sem-teto; aos sem-terra e às mães que tiveram os filhos assassinados pela polícia nas periferias. Que a mesma postura se estenda também a todas as cidades que lutam contra o aumento de tarifas e por outro modelo de transporte: São José dos Campos, Florianópolis, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, Goiânia, entre muitas outras.

Mais do que sentar à mesa e conversar, o que importa é atender às demandas claras que já estão colocadas pelos movimentos sociais de todo o país. Contra todos os aumentos do transporte público, contra a tarifa, continuaremos nas ruas! Tarifa zero já! Toda força aos que lutam por uma vida sem catracas!

Movimento Passe Livre São Paulo

24 de junho de 2013”

(Carta aberta à presidenta Dilma Rousseff)

Gênero como um dos dissensos do coletivo

Gênero no MPL ainda é um tema de dissenso. Discussão difícil porque permite vários pontos de partidas, ou melhor, fatos e acontecimentos, sempre datados em seminários realizados no campo da esquerda, encontros internos do movimento, textos postados como referencial teórico para um suposto avanço das discussões, etc. É uma questão não resolvida no coletivo e, pelo que pudemos acompanhar está, ainda, longe de ser resolvida. Vale lembrar, aqui nesta análise, o cuidado, tomado como regra, para evitar a inferência descompromissada com o grupo porque cada coletivo, e isso é parte dos seus princípios, é autônomo, tem vínculos e práticas próprias nas suas localidades, e embora tomem como base os princípios comuns definidos nos Encontros Nacionais do movimento, ao partirem para a ação o fazem, também, por interpretação, ainda que coletiva.²⁵

A narrativa que segue, como a de outras em diferentes momentos deste relatório, pode ser considerada como uma aproximação. Tem o objetivo de ampliar o conhecimento de um grupo novo, seu campo de luta, constituído por uma geração de jovens militantes que tem como ideário a transformação social sem concessões à ordem estabelecida e, também, à tradição política da esquerda brasileira. Mais ainda, porque a novidade da experiência política trazidas por essa juventude contestadora repercute em possibilidade para a sociedade brasileira: em organização, crítica e reflexão sobre o sentido da política na vida moderna.

Historicamente, pelo que pudemos localizar, as questões de gênero aparecem como um dos temas da resolução no II ENMPL, em Campinas, realizado em 2005: “O MPL se coloca contra todo tipo de preconceito (racial, sexual, gênero, etc.)”, e da forma transversal como aparece demonstra o quanto o debate já criou um fôlego maior de debate, principalmente, com a existência do MPL-Mulheres, grupo de

²⁵ Nossas inferências tomam como referencia um conhecimento obtido de entrevistas, observações de campo (grupos focal realizado no III ENMPL em Guarapuava-SP em 2006; grupo focal com militantes do MPL-Flóripa em 2008 em Florianópolis; conversas informais com militantes mulheres e homens do MPL no IV ENMPL; leitura de textos publicizados online para discussão de interessados), e discussão como membro do MPL Mulheres.

discussão online criado em 2008 e reativado em 2013 entre as mulheres dos diferentes coletivos, ao contrário da cobrança de escassez de acúmulo sobre o tema, como aparece atualmente nos debates online. Quando ele aparece novamente no Encontro de 2013 vem com o suporte de referencial teórico que os militantes socializaram ao longo dos anos, estudos, seminários (como os dois Seminários realizados em São Paulo junto com outros coletivos independentes sob o título “Há machismo na esquerda?”), e a polêmica discussão publicizada pelo site.

Essa interlocução coletiva serviu de base principal para situarmos o rumo que este debate vem tomando no movimento conforme segue abaixo.

Em Carta Aberta enviada on-line para o sítio Passa Palavra, o coletivo paulistano deixa clara a importância do debate no interior da organização, na perspectiva de um tratamento político no qual as relações entre gêneros partam do mesmo patamar das relações de igualdade. Numa análise autocrítica questiona a contaminação da perspectiva pessoal para a solução do conflito de machismo, a exemplo da experiência marcante para o movimento no então MPL de Curitiba, em detrimento da política: “Dessa forma foi adotado um ponto de vista muito mais voltado para a situação do agressor do que para a da agredida” (Carta aberta sobre a discussão de gênero do MPL-SP, 2 de setembro de 2013, www.passa-palavra.info).

Além da defesa do tratamento da questão na esfera pública o texto defende a existência de um espaço auto-organizado de mulheres como meio facilitador da participação das mulheres nos debates públicos para o seu empoderamento e consequente superação da questão na esfera política.

A carta se posiciona sobre questões que vão se desdobrar numa discussão intensa online, onde entendidos e de sentidos do assunto, membros ou não do MPL vão se manifestar e deixar evidenciado que a gênero no MPL tem sido um debate polêmico na condução de um consenso entre os jovens militantes que enfrentam: (1) a dificuldade de pautar o tema como questão de tratamento específico, nos termos que parte de mulheres e de homens entendem e (2) a da criação de

espaços auto-organizados no interior do coletivo ampliado do MPL, como condição da realização da horizontalidade.

Estes são pontos nevrálgicos sob os quais o grupo de mulheres feministas, no interior do coletivo se posiciona. Há que se considerar que o tema esbarra hoje na dificuldade da admissão de uma necessidade real de mulheres que querem se auto-organizar, como forma de politizar o debate e levar ao discernimento os demais militantes. Uma necessidade que se origina da condição que as mulheres do movimento enfrentam na vida cotidiana, na experiência junto ao trabalho com outras mulheres de situações e condições sociais distintas das suas. Porém, no movimento não encontram, ainda, eco e esta demanda vem se confundindo com o tema, também, mais amplo que é a da própria viabilização de espaços autônomos dentro do movimento autônomo.

Apoiadas em situações limite como um episódio de violência machista sofrida por uma jovem militante do MPL de Curitiba e que resultou, mesmo sem a unanimidade dos militantes da federação, na expulsão do agressor a carta afirma que “[...] buscamos caminhos livres de machismo ou qualquer sectarismo que tolha o avanço sincero dos militantes, do movimento e da luta de forma geral... não precisamos saber de onde virão as próximas agressões para saber que elas virão”.

Embora haja reconhecimento explícito do coletivo de um grupo feminista no movimento ele existe e vem se posicionando, paulatinamente, de modo a se afirmar politicamente numa disputa hegemônica sobre o debate que parte do posicionamento de SP, mas que tem a concordância de militantes de outros coletivos.

Na rede a discussão posterior à carta de São Paulo expõe as dificuldades apontadas anteriormente e traz elementos ricos para a reflexão do grupo. E uma síntese do seu conteúdo pode, como interpretação das interpretações, ser apresentada como um debate que discute pouco a questão de gênero, ou melhor, secundariza a questão do gênero por uma certa afirmação de posições visando a superação de intolerâncias, para depois chegar ao ponto que motiva o debate.

O interessante desse episódio é que o desencadeamento de toda a discussão da carta de São Paulo foi feito por uma mulher que crítica o

documento principalmente pelo fato de que ele é atemporal, na medida em que como participantes do Seminário realizado em 2001 e 2012, os(as) autores(as) de esqueceram do sentido histórico acumulado no debate, ignorando uma trajetória que eles(as) próprios (as) ajudaram a construir. A cobrança mais dura da autora se refere ao por que do documento e à crítica ao solto, fora do contexto.

Percebe-se que muitas outras argumentações conseguem compor um quadro de antagonismo nas posições que só na prática política poderão ser superadas devido as ideias de desqualificação dos argumentos apresentados entre os debatedores online: de que a ênfase no tema não significa o silenciamento de outros; de que a desqualificação do outro não é diferente do que faz o Estado; crítica à falta da política no debate, crítica ao academicismo que reduz a qualidade dos textos, textos que não ajudam a superar o problema; equívocos assentado sobre exemplos mal interpretados sobre a opressão feminina e que confundem (e atenuam) a atitude machista como expressões do multiculturalismo; que deve-se encarar que há machismo na esquerda e o entendimento de que são comportamentos que podem ser explicados pelo multiculturalismo neutraliza as contradições que devem ser resolvidas.

É no transcorrer da discussão que perdura, de três a quatro dias no mês de setembro de 2013, que o debate entra no foco que já havia sido provocado como motivo verdadeiro do debate, para além da questão de gênero, ou seja, o debate sob divergências na existência de espaço específico para a discussão de gênero entre as mulheres.

Assim é que os lados a favor e contra a existência de espaços auto-organizados autônomos aparecem. Tratando da concordância que o feminismo protagonize (sem eliminar os demais temas que poderiam gerar novos grupos de afinidade) a criação de espaços autônomos no interior do MPL os argumentos aparecem:

- defendendo com argumentos que vão desde o pedido de respeito e humildade para tratar os temas,
- criticando a contundência nas respostas como provocativas e sem base na prática política como tem sido levada por coletivos

como o do Distrito Federal, Curitiba e São Paulo;

- na necessidade de se poder politizar a dor como intrínseca à militância feminina, de forma não egocêntrica;
- na priorização da questão de gênero que não se faz em detrimento das questões sociais e econômicas, ou em detrimento de uma luta mais ampla, anticapitalista;
- na pergunta de que sectarismo se trata quando se cria um espaço próprio sem se opor aos espaços mistos e lutas ampliadas..;
- na validade de qualquer grupo minoritário se juntar para se empoderar e entender e compartilhar o que só pode ser entendido entre quem sente o que é ser parte de um grupo desprivilegiado...;
- na liberdade de não ser estereotipado como “separatistas e pró-escrachadores” por quererem discutir a partir de afinidades em espaços que não são, necessariamente, definitivos, permanentes únicos de militância.

No contraponto, entram argumentos de que o debate está relacionado à crítica includente X feminismo com catraca (excludentista e punitivista). Consideram aqueles que colocam o debate como:

- o debate não faz uma discussão de gênero; – o texto apresentado não ajuda a superar o problema que coloca; – há que se considerar o aspecto multicultural do debate levantado; – há um feminismo autoritário presente nos argumentos apresentados; – querem criar uma catraca que não exclui por falta de dinheiro, mas por aquilo que as pessoas possuem nos meios das pernas; – o debate que aparece na carta não parece vir de quem protagonizou junho da luta nas ruas e que uniu gente de todo tipo; – o debate é feito por moças acadêmicas de esquerda que deveriam ter contado com a “minas da quebrada”; – ignorou-se as proposições que surgiram no seminário realizado em São Paulo; – não se trata de um debate, a estratégia é a estigmatização e posterior criminali-

zação de todo o gênero masculino para promover estratégia de poder para algumas mulheres; – homens também sofrem violência; – trata-se de proposições entre dois modelos de organização antagônicos: o do seminário sobre machismo em que homens e mulheres juntos são postos a debater e combater o machismo e outro, um espaço com catraca, segregador do qual os homens não pode participar, que parte de uma estigmatização e criminalização *a priori*.

O fato é que a própria discussão, entre concordantes e divergentes ensaja a admissão de que há uma demanda das mulheres do MPL, seja qual for o seu caráter, entendida como uma relação socialmente construída de opressão mais ampla que repercute como problema entre militantes ou meramente como uma relação de poder. O fato é que as discussões se cruzam e se confundem, muito embora possamos ser levados pela percepção de que o que prevalece naqueles que defendem o Coletivo MPL-Mulheres, neste debate que consideramos exemplar, não é a criação ou não do espaço autônomo, mas o interesse explícito da realização de uma necessidade entre mulheres deste coletivo de haver um espaço auto-organizado das mulheres do MPL e que este não faz sentido sem a cumplicidade política da Federação: “Nós falamos por nós mesmas, e isso não é problema algum [...] pessoas que estão tentando avançar na luta, sem esconder as contradições, dissensos [...] e a possibilidade de errar e acertar e superar indefinidas vezes [...]” são ideias que aparecem... (resposta ao questionamento da carta por uma das autoras)

Toda essa polêmica interferiu nos ânimos dos militantes durante o IV ENMPL. Nele o debate de gênero toma visibilidade como expectativa existente no interior dos coletivos, ganha espaço político e lugar na programação organizada para os três longos dias de discussão. Diga-se com tensão, mesmo entre as mulheres presentes na oficina realizada. Com trinta mulheres presentes, as coordenadoras da reunião explicam a convocação como um espaço informal, oportunidade, no Encontro Nacional, de construir-se a discussão com o grupo de afinidade. Contribuições foram enviadas para isso, online, e tiveram o

caráter de alavancar a conversa e identificar o que seria possível construir a respeito. O questionamento inicia o que vai se configurar como uma divergência já neste ponto da “cena” política que teve meses de organização prévia: a de que este não poderia ser chamado de 1º Encontro, dado que o tema já aparece na lista de discussão desde 2008; de que a forma da convocação havia sido feita inadequadamente, com elaboração prévia, sem socialização da decisão de elaboração de uma cartilha e com o questionamento sobre o caráter exclusivista da convocação das mulheres para discutir gênero. As réplicas explicativas defenderam na ocasião a iniciativa, argumentadas com o excesso de importância atribuído à forma da convocação e que mesmo que merecesse uma autocritica da parte das mulheres que tomaram a iniciativa o fato material estar pronto, e sujeito a críticas, não havia intenções de exclusão, mas de puxar a resolução de uma demanda que é concreta no movimento, como questão que o movimento deveria incorporar, de fato, na sua pauta. A existência do exclusivismo foi questionada com o fato de a maioria de inscrições, nos debates feitos, serem de homens, demonstrando a questão cultural sob a qual as mulheres se colocam na posição secundária. A lista MPL-Mulheres, cremos, se mantém, uma vez que estamos diante de um movimento horizontalizado que deve permitir a liberdade de expressão individual e coletiva versus a centralidade determinista das necessidades do coletivo. Após o encontro ficou certa sensação de que é possível supor que se resolvesse a situação pela contradição que ele contém e continuar como dissenso.

Em fevereiro de 2014, uma nota do CTZ – SSA (Salvador) informando a Federação de dois casos de assédio sexual vividos por duas militantes desse coletivo durante o IV ENMPL, no final de 2013, recoloca a demanda dos grupos num outro patamar, na medida em que apresenta o fato e o acompanha com uma deliberação dos militantes locais. A suposição de um impasse na resolução da contradição é substituída pelo discernimento de um grupo que se recusa a conviver sob um dissenso. Segundo o CTL-SSA, o fato ocorrido exige um posicionamento do Coletivo do DF e merece uma discussão no conjunto dos demais coletivos para permitir o avanço do próprio movimento. Para os militantes não se trata de casos isolados que possam ser reduzidos

a uma situação pontual de comportamento de dois agressores. Sem pretender uma retaliação, ou perseguição, o grupo é firme em cobrar que os indivíduos responsáveis pelo assédio sofram as consequências pelos atos que cometeram.

É possível superar o dissenso?

Junto com a notificação, o CTA-SSA se manifesta a favor da existência do grupo exclusivo existente na Federação do MPL chamado “MPL-Mulheres” assim como não se opõe à criação de novos grupos exclusivos desse ou de outro tema que surja. Seus argumentos levantam bons elementos para uma decisão reflexiva do conjunto dos coletivos tomando como base a carta de princípios do MPL: a de que estes grupos exclusivos não devem ser espaço de representação e nem de deliberação na Federação; têm o direito de realizar recomendações não vinculantes à Federação e aos coletivos. Não devem ser denominados “autogeridos” porque esta expressão é critérios de organização para qualquer espaço existente no MPL. A distinção desses grupos deve ser a de que “[...] são exclusivos para determinado segmento e trata temas específicos transversais a toda Federação”. Não devem usar a sigla MPL, não devem ter o monopólio do tema e devem evitar posicionamentos que não passem pela deliberação da Federação que tem como orientação comum a carta de princípios: “[...] reconhecemos a necessidade de se tratar de temas que apontam em direção ao mundo que queremos e que estão presentes na nossa carta de princípios”.

Não cabem inferências conclusivas. O debate continua no interior do coletivo.



COLETIVO ANARQUISTA BANDEIRA NEGRA

Na definição exibida logo na capa de seu sítio da internet:

O Coletivo Anarquista Bandeira Negra é uma organização específica anarquista catarinense que defende o anarquismo social, em contato direto com as lutas populares. A bandeira negra, símbolo histórico do anarquismo, representa a negação a bandeiras de pátrias e partidos eleitorais. Nada disso nos une, senão a verdadeira solidariedade humana, na luta contra a exploração e a dominação, em busca do socialismo libertário.²⁶

O CABN mantém resguardo sobre informações que podem expor seus participantes publicamente – em diversos fóruns os membros do CABN participam como representante do coletivo, contudo, para entrevistas e outras formas de publicidade o Bandeira adota certo nível de discrição quanto ao que é dito e a forma de divulgação, desta forma, para delinear os objetivos do grupo e suas atividades recorreremos ao seu sítio na internet e, principalmente, ao depoimento de P., membro do coletivo desde seu início.

O Coletivo Anarquista Bandeira Negra foi criado na cidade de Florianópolis no ano de 2009 a partir de contatos nas universidades públicas da cidade, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC). No início o grupo reuniu-se para divulgar carta aberta de apoio a FARJ – Federação Anarquista do Rio de Janeiro, além de debates internos sobre estatuto de princípios anarquistas, como trabalhar no meio social e as formas de ingresso no coletivo. O passo seguinte foi a organização de colóquio realizado no SINDESC, que contou com representantes

²⁶ Disponível em: <www.cabn.libertar.org/>. Acesso em: 15 jan. 2014.

da Federação Anarquista Gaúcha (FAG). Solidificou-se a opção de fundar um coletivo.

O CABN, segundo seus textos disponibilizados na internet:

Defende um anarquismo em contato direto com as lutas populares, no seio da classe trabalhadora. Desde o início, participa dos movimentos sociais urbanos, especialmente nas lutas pelo transporte coletivo, tanto em Florianópolis quanto em Joinville, além de atuar em grupos de mídia independente noticiando as lutas sociais. Em Florianópolis, estamos iniciando trabalhos na frente comunitária e com a perspectiva de iniciar uma tendência libertária no movimento estudantil, onde já atuamos em algumas pautas como a construção do EIV-SC, estágio com os movimentos sociais do campo.²⁷

Como movimento anarquista, o Bandeira lida com a interpretação (teórica e prática) das correntes historicamente identificadas com o libertarismo.

O militante do CABN, P, abordou a relação anarquismo/libertarismo para o coletivo:

Posso fazer uma rápida análise do movimento anarquista, mas antes de fazer isso, a gente tem que entender que existe anarquismo e anarquismo. Nos não acreditamos que uma (corrente) é melhor que a outra, que esta é correta e outra errada, pelo contrario, são táticas diferentes, estratégias diferentes e com fins talvez não muito fechados entre si.²⁸

O movimento libertário funciona como uma espécie de “guarda chuva”, atraindo diversas organizações e correntes anarquistas, e é assim desde a consolidação no século XIX e XX do movimento operário e a simultânea afirmação das organizações de caráter libertário que atuavam junto aos trabalhadores. Uma das correntes do libertarismo

²⁷ Disponível em: <www.cabn.libertar.org/>. Acesso em: 15 jan. 2014.

²⁸ Depoimento do militante P., entrevistado em 7 de agosto de 2013.

dizia que não era possível emancipar o trabalhador dentro de uma estrutura formal de um partido de classe, tinha que atuar no cotidiano do trabalhador, não bastava apenas um intelectual aparecer vez ou outra no espaço de fábrica, ditando normas. “O (movimento) libertário sempre trabalhou pra dar autonomia, horizontalidade da ação direta, trabalho ombro a ombro, com o povo e não pelo povo, tem que ter essa diferenciação”²⁹.

No primeiro sindicalismo, continua P, houve uma grande polémica que o sindicato deveria ser o espaço revolucionário, que levaria a revolução pra toda sociedade. Para outras correntes não, o sindicato é um espaço de disputa pra levar a consciência ao trabalhador. Mais “ele é um meio e não um fim, isto foi uma questão no anarquismo muito discutida”. O Anarquismo nasceu numa luta específica dentro da classe trabalhadora, tem um sujeito, uma história própria e depois teve uma ramificação, dessa ramificação surgiram varias tendências:

as mais esquisitas como anarcoprimitivismo, que prega a destruição total da sociedade industrial para o retorno pra o que nós éramos antes da industrialização. [...] respeitamos, mas não há como fazer aliança, aproximação de trabalho. Existe um anarquismo individualista em algumas partes da história nós não reconhecemos nem como anarquismo, é o individualismo burguês mesmo, liberalismo clássico.

Na década de 1970 ganhou impulso em meios ligados à academia uma vertente anarquista chamada de “comportamental”, um “estilo de vida”, para P. Um anarquismo que está voltado a questões mais estéticas, grupos de afinidade, grupos culturais (“é o mais ligado ao culturalismo”).

Este anarquismo, que a gente chama de comportamental é ligado ao individuo, faça você mesmo, mude sua cabeça pra mudar o mundo, teve um alcance global dos movimentos globais também, teve uma mescla de varias coisas nesse caldeirão, foi preponderante justamente por tentar politizar

²⁹ Depoimento do militante P., entrevistado em 7 de agosto de 2013.

os grupos ligados à cultura que estavam vazios, esse foi o ponto positivo, onde antes havia uma massificação cultural, uma industrialização [...] foi uma ruptura necessária, só que (se) para o ponto de vista cultural foi ótimo, não teve alteração no status do povo. Os mesmos grupos que se intitulavam anarquistas não iam pra periferia, não tinham um trabalho de base, alguns argumentavam que panfletagem e propaganda ainda eram (?) e fechavam em si mesmos, não tinham programa, não tinham uma intervenção, [...] é feito pra eles mesmos, uma cultura própria, fechada a si mesmo, então abriu muita margem, e a visão dela muito negativa (depoimento de P. em 7 de agosto de 2013).

No “velho anarquismo” (o anarquismo comportamental se definia como “novo”), podemos falar de teatros, de baile, teatro de fabrica, de musica, de literatura anarquista, tantas outras coisas que foram se perdendo no tempo. O movimento libertário ele é muito amplo e abrange muitas fases do anarquismo, mas para P. pode ser dividido em três modelos: o anarquismo social organizado; o anarquismo comportamental (estilo de vida) e o anarquismo insurrecionalista (espontâneo) que teve uma posição de destaque nos protestos antiglobalização (capitalista) do fim do século XX, como a AGP e os confrontos de Seattle e Gênova.

O Bandeira faz parte dessa corrente insurrecionalista, que é o anarquismo social organizado, assim como cada estado tem sua própria organização. O Bandeira surge da necessidade de alguns anarquistas daqui de SC de se organizarem quanto o coletivo politico e trazem consigo essa necessidade de formar um programa finalista, mínimo e ter ações diretas na transformação da sociedade, dentro dos movimentos sociais, organizando movimentos sociais, neste sentido, então ele é recente porque tem um histórico meio pantanoso na área da esquerda, como costuma ser (depoimento de P. em 7 de agosto de 2013).

Especificamente sobre a origem do Bandeira, as manifestações do Passe Livre (que deram origem ao MPL) em 2004 e 2005 (na cidade de Florianópolis) provocaram uma união do campo libertário,

estimulando a formação de coletivos entre indivíduos que até então trabalhavam de forma isolada.

O Bandeira Negra e a experiência popular

Para P. é preciso evitar o que chama “ideologizar o movimento”, ou pautar os movimentos sociais “de cima”. A pauta inicial do MPL era a tarifa, conseguiram ampliar esse debate para a sociedade discutindo a mobilidade urbana. A mobilidade urbana é um tema transversal que passa outras questões sociais, acesso a saúde, a escolas. Porém outras questões que estão fora da pauta do MPL precisam encontrar um “teto”.

O anarquismo faz jogar o fermento pra que crie os princípios de autonomia social, horizontalidade, ação direta apoio mútuo, solidariedade, esses princípios tem que estar no movimento social, são princípios construídos historicamente pelos trabalhadores, mesmo internacional. Ate porque a tendência dos partidos dos burocratas é ideologizar o movimento, é fazer com que o movimento seja de uma bandeira x e se apodere daquilo, então as pessoas passam a pautar as questões do partido e não mais do movimento, ate nas questões de comunidades, isso faz com que empobreça a politica, que deveria ser pautada em questões concretas, vinda debaixo. [...] A gente não tenta anarquizar o cara. A ideia é que ele trabalhe por conta própria, que ele garanta da sua luta, se mais tarde ele tiver interesse de ser anarquista, aí é uma outra (“), um passo adiante, mas o princípios básico é garantir esses princípios (depoimento de P. em 7 de agosto de 2013).

O Bandeira Negra iniciou seus trabalhos inicialmente no setor sindical, depois dentro do movimento estudantil, mas, segundo P, ainda é tudo muito novo, está em processo de formação. Uma das experiências do Bandeira foi em 2011 na Escola Rosinha Campos (bairro do Abraão, Florianópolis), onde, depois de “abandono do poder público”, a população espontaneamente assumiu a gestão da escola. Lá o Bandeira realizou oficinas de autogestão. Depois de alguns meses as

Forças políticas foram pra lá e se apropriaram do espaço e tomaram conta e transformaram algumas pessoas em lideranças, e algumas delas já são candidatas na próxima eleição, fez com que a escola entrasse num processo antropofágico e murcharam todos os trabalhos autônomos, escolinha, oficina cultural... uma horta comunitária, muitas coisas que tinham sido feito lá, e as coisas foram degradingando (depoimento de P. em 7 de agosto de 2013).

Sobre o isolacionismo, crítica constante feita aos grupos anarquistas, P. argumenta que o Bandeira sabe que é preciso interagir com outras forças, no entanto, como a proposta do Bandeira é justamente não perder de vista o poder popular, isso afasta, em certa medida, a ação do grupo de outras organizações com estruturas mais tradicionais de política – vertical, centralizada, dependente de verbas públicas.

O poder popular enquadra como poder do povo organizado ou autônomo, [...] poder popular de um partido popular de um partido de esquerda (é) diferente da nossa, bem diferente, então a gente diferencia isso, o povo e governo debaixo e decima sempre faz isso, e esse jogo de palavras a gente coloca... pra diferenciar. Nosso objetivo final é ver vocês se auto organizar nesse trabalho é isso, se auto definir, não precisam da gente, criar com suas próprias pernas, suas próprias forças, combate o estado, combate o capital, esse é o nosso principal objetivo aqui (depoimento de P. em 7 de agosto de 2013).

Sobre a estrutura do Bandeira, P. lembra que o apesar da proximidade com outros coletivos anarquistas no Paraná (Luta de Classes) e Rio Grande do Sul (Federação Anarquista Gaúcha – FAG), o Bandeira só existe em Santa Catarina.

Eu não posso falar em números por uma questão interna mesmo, mas estamos organizados no Brasil... não é um grande número, mas também não é pouco... temos uma pratica pela própria formação interna política de sempre aprimorar constantemente nossa participação nos espaços públicos, nas falas

e não conquistar é diferente, mas aproximar as pessoas, explicar, fazer entender, mostrar como a gente trabalha o que a gente defende (depoimento de P. em 7 de agosto de 2013).

O processo para que uma pessoa faça parte do CABN envolve essencialmente a participação nas frentes de que o coletivo atua: A Frente Sindical, Frente do Grupo da Moradia, Frente do Grupo do Transporte (há uma perspectiva de criar um coletivo de mídia) e frente de Direitos Humanos (em Joinville). Em síntese, para fazer parte do Bandeira “não há disputa acadêmica, tem fazer parte de um movimento social”. O candidato é avaliado pela atuação nessas frentes, além, claro, da adoção dos princípios do grupo. “quem não atua na frente, há um desligamento automático”.

Sobre a ação do Bandeira em outros municípios do estado de Santa Catarina, de acordo com informações do sítio do CABN:

Na cidade de Joinville, o CABN atua também junto ao Centro de Direitos Humanos (CDH) e em Chapecó possui atuação sindical, presente no SINASEFE-SC (cuja base de trabalhadores do Instituto Federal/SC) e na construção de uma seção sindical do ANDES para os trabalhadores da Universidade Federal da Fronteira Sul. Além dessas frentes de atuação, o CABN organiza o Círculo de Estudos Libertários em Florianópolis, que vem agregando pessoas e incentivando debates sob a perspectiva libertária, além de outros eventos como o realizado no 1º de Maio, reivindicando um Dia do Trabalhador classista e combativo, frente ao esquecimento da data. Em Joinville, o CABN também constrói o Grupo de Estudos das Ideias e Práticas Anarquistas (GEIPA – Revista da Coordenação Anarquista Brasileira, Nº 1, junho de 2012: 27).

O CABN tem como espaços para publicizar suas ações um sítio na internet, página no Facebook, um jornal, o Palavra de Luta (encontrado no próprio site e, quando é feita a edição, distribui-se gratuitamente).

A perspectiva de uma revolução nos moldes anarquistas é, para P, dentro do Bandeira, “um debate contínuo e necessário, a própria

existência de uma... anarquista faz com que a gente lute por esse ideal, senão a gente estaria no campo petista”. Mas ao mesmo tempo reconhece que não tem (o Bandeira) um “programa finalista e a gente atua com que está acontecendo no momento, tentar alcançar o objetivo final”. Como a gente se conforma dentro desse tipo de organização, é porque a gente tem um programa e tem metas a atingir, então claro é um trabalho formiguinha porque a gente sabe que em conjunturas atuais a força do capital, o Estado são nações-capitais, cada vez mais tem enrijecido, enfraquecido as lutas.

No seu depoimento o militante P. parte do diagnóstico de que a chegada ao poder dos partidos de esquerda fez com que demandas populares não sejam mais prioridades, isso não apenas no Brasil, mas em outros países em que partidos de esquerda e centro esquerda ocupam o governo. Essa distância (ou ruptura) entre a perspectiva da esquerda no poder e a realidade de governos pragmáticos (ou mesmo conservadores) uma vez empossados tem mobilizados grupos juvenis para retomar as pautas até aqui colocadas de lado pelo poder público.

Essas questões não surgem do nada, foram pautas que sempre existiram e propostas que há anos batalhamos por elas, de saúde, trabalho, educação, sabe do sacrifício das pessoas que estavam organizando, sabe da sacanagem com eles, no transporte o MPL não é novo, já tem uma idade pra ser uma criança...a questão da tarifa é um problema serio social, não é só, saiu da questão do suplemente, Passe Livre um problema de todo mundo, da cidade inteira, um debate que tem que ser ampliado, que tem que ir pro bairro, que prega unidade, não ficar só na frente do TCEM tem entrar nos bairros, tem que ser socializado, ampliado. Então estas demandas vem de longa data e manifestações que ocorreram em Porto Alegre e Salvador depois em São Paulo. [...] [Obtiveram] resultado positivos, baixar as tarifas, abertura pra dialogo, a Tarifa Zero passou a ser visibilizada, maior passo dado, internacionalmente inclusive....antes a tarifa Zero ninguém queria saber...hoje ta na boca das pessoas, então foi o maior ganho, ninguém imaginava isso num ano a proporção que isso tomaria (depoimento de P. em 7 de agosto de 2013).

Contudo, ressalta P., parte da direita “tentou “surfar” em cima das manifestações, se organizaram (a “maçonaria, a extrema direita mais próxima a nós no sentido de combate que são os integralistas, os fascistas, nazistas estavam nas ruas”), formou-se, em reação ao movimento da direita nas ruas, uma espécie de bloco (autônomo) entre os movimentos de esquerda (dentro dos protestos) para o enfrentamento com os grupos de direita que tentavam monopolizar a pauta.

Os anarquistas eram a bucha dos canhões da esquerda, isso foi tirado da reunião da Frente para o Transporte Público, foi uma estratégia adotada nos lugares, não no Black Bloc. A tensão na ruas estava muito alta, muita gente do nosso bloco principalmente... de militância do PT... são visadas por esses grupos da direita constantemente. Alguns de nós já são ameaçados há algum tempo, sabemos da presença (destes grupos de direita) na USFC nas redondezas etc. E tem o famoso professor Matemática, do Movimento Integralista. [...] Nós anarquistas somos mais visados, então fazer o quê, uma questão de autossegurança delas, segurança do bloco e segurança de frente, e teve enfrentamento sim em alguns momentos onde os P2 estavam infiltrados, tentavam provocar, tentavam intimidar e a gente foi meio que preparado, com paus grandes mas esse tipo de coisa a gente tem bem claro que a agressão da direita pra nossa sorte não foi tão bem feita, porque na segunda manifestação que a gente fez foi só coxinha (direita de almofadinha de internet) a segunda da 5ª feira que foi gigante que ocuparam as duas pontas, naquele exato momento a gente teve... porque a tensão era alta, o grupo da esquerda deveria conformar umas 2 mil pessoas e o restante e o restante eram 100 mil defendendo a bandeira do Brasil, fora partido... e na passagem da ponte fizeram um corredor pra gente, e a polícia não estava presente (depoimento de P. em 7 de agosto de 2013).

Em determinado momento, P. diz que sentiu um clima de golpe militar entre a direita que ocupava as ruas juntamente com os grupos de esquerda.

No Rio de Janeiro a periferia desceu do morro... lá foi fantástico e não era Black Bloc, era pessoas do povo, do morro mesmo pra jogar suas demandas, a guerra contra a polícia, contra o Estado e foi lá que fez o enfrentamento, Salvador a mesma coisa, São Paulo também, aí que a gente observa agora mais distante, mais friamente, muitos falavam em golpe militar, a gente percebeu que em algumas intenções algumas mobilizações de cunho militar ocorreram, de fato houve algum incentivo mas... poderia ter um golpe militar, mas se você perceber bem como anda a política hoje, pra mim é muito claro um golpe assim já está dado bancado por ruralista, bancada evangélica, então a formação do Congresso Nacional por exemplo.

O Partido dos Trabalhadores, no governo, deixou “tão frouxa” as articulações com os movimentos sociais (com seu “pacto pela governabilidade”) que deixou a porta “escancarada para a direita”.

É só o começo porque ainda tem Copa do Mundo e Olimpíadas, é só o começo, então a gente tem que... é priorizar a organização popular, na medida que as coisas se assinem pra uma futura cultura as forças populares tem que estar organizadas, sem isso vai virar um Egito aqui. O Egito teve milhões de pessoas na praça, e não tinha uma força de esquerda lá, lá não tinha nada, na França a mesma história, o povo na rua... eu tô indignado, isso que... tá muito caro e tal, to sem trabalho, 20% da população desempregada chegou, que hoje ocupa o cargo, é um da esquerda extrema... não a gente cobrar as instituições... é a gente trabalhar pra quem mais sofre, mais oprimido, é isso pra fazer pressão pra esquerda... vou ser bem claro... PT, PSDB, PTB centro esquerda já abandonaram o projeto social... muito tempo, só os partidos que ficaram ali o PSOL fica meio termo, PCB e PSTU são os sobraram pra trás os outros partiram a corda esticou e o balão subiu ficaram aqui... quem se encontram uma força libertaria crescendo uma crescente a trancos e barrancos, é claro, a mídia julgando a todo momentos que são os anarquistas, a coisa imediata sensacionalista, mas o fato, no trabalho social tá bem crescente (depoimento de P. em 7 de agosto de 2013).

Apêndice

A bandeira negra e seu simbolismo – a política feita a partir da negação da política institucional – é, de certa forma, um abre alas para o debate aqui desenvolvido sobre as diversas formas de agir político identificadas nas manifestações de junho. Desta forma, antes de tratar propriamente do CABN, convém abordar a importância da bandeira negra para o anarquismo.

Em texto publicado em sítio do CMI – Centro de Mídia Independente por Jason Wehling, a origem da bandeira negra como símbolo anarquista é recuperada, com historiadores do anarquismo apontando alguns momentos que delinearam esta relação:

[...] Há muitos exemplos do uso da bandeira negra por anarquistas. Provavelmente o mais famoso, foi Nestor Makhno e seus companheiros guerrilheiros durante a revolução Rússia. Embaixo da bandeira negra, seu exercito derrotou milhares de outros e manteve uma grande porção da Ucrânia livre de poder concentrado durante um bom tempo. Mais recentemente, estudantes de Paris carregaram a negra (e vermelha) bandeira durante o massivo Ataque Geral de 1968.

Mas a bandeira negra anarquista se originou muito antes disso. O primeiro caso de fato é desconhecido. Parece que o crédito é reservado a Louise Michel, famoso participante na Comuna de Paris de 1871. De acordo com o historiador Anarquista George Wood Cock, Michel ergueu a bandeira negra em 9 de março, 1883, durante uma passeata de desempregados em Paris, na França. A passeata contava com 500 pessoas e Michel como líder, gritando: “Pão, trabalho ou comando!”, eles roubaram três padarias antes da polícia vir intervir. Nenhum aparecimento mais antigo pode ser encontrado da bandeira negra.

[...] Em julho de 1881, a Internacional Negra se encontrou em Londres. Isso foi uma tentativa de reorganizar a parte anarquista da recém-dissolvida Primeira Internacional. Similarmente houve a Banda Preta na França (1882) e a Mano Negra (Mão Negra) Andaluzia, Espanha (1883). Essas datas

são imediatamente prévias às da passeata de Michel (1883) e as bandeiras negras de Chicago (1884).

Solidificando ainda mais esse período (começo de 1880), foi o nascimento do nome da publicação francesa anarquista de pequeno período de vida: “Le Drapeau Noir” (A Bandeira Negra). De acordo com Roderick Kedward, esse jornal anarquista existiu por alguns anos antes de outubro de 1882, quando uma bomba foi lançada numa lanchonete em Lyons (Kedward, 35). Reforçando essa teoria, Avrich diz que em 1884, a bandeira negra era o “novo emblema anarquista” (Avrich, *The Haymarket Tragedy*, 144). [...] Naquele tempo, anarquistas usavam a bandeira negra largamente. [...]

Howard Ehrlich tem uma passagem no seu livro *Reinventing Anarchy* (Reinventando Anarquia): “Por que a nossa bandeira é preta? Preto é a sombra da negação. A bandeira preta é a negação de todas as bandeiras. É a negação da nação, que bota a raça humana contra ela mesma e recusa a união de toda a humanidade. Preto é o humor da raiva e ódio a todos os crimes contra a humanidade feitos no nome de um estado ou outro. É raiva e ódio ao insulto à inteligência humana feitos em pretensas, hipocrisias e baratas caridades dos governos. Preto é também a cor da tristeza; a bandeira preta que cancela a nação também chora pelas vítimas incontáveis assassinadas em guerras, externas e internas, para a glória eterna e estabilidade de algum estado sanguinário. Ela chora por aqueles cujo trabalho é roubado (taxado) para pagar a carnificina e opressão de outros seres humanos. Não lamenta só a morte do corpo mas o aleijamento do espírito a baixo de autoritários e hierarquizados sistemas, lamenta os milhões de células cerebrais desativadas sem chance de acordar ao mundo. É uma cor de tristeza inconsolável. Mas preto também é lindo. É uma cor de determinação, de resolução, de força, a cor pela qual todos são esclarecidos e definidos. Preto é o cerco misterioso de germinação, fertilidade, a terra de crescimento para o que sempre evolui, renova, refresca, e reproduz na escuridão. A semente escondida na terra, a estranha jornada do espermatozoide, o secreto crescimento

do óvulo no útero, toda essa escuridão cerca e protege. Então preto é negação, é raiva, é ódio, é lamentação, é beleza, é esperança, é o nascimento de novas formas de vida e o relacionamento com a mãe terra. A bandeira negra significa tudo isso, estamos orgulhosos de carrega-las, e olhar para o dia em que esse símbolo não vai mais ser necessário³⁰.



BRIGADAS POPULARES

As Brigadas Populares são coletivos de jovens revolucionários que se articulam junto aos movimentos revolucionários afinados com os Círculos Bolivarianos. Surgiram em 2005, em Belo Horizonte com a dissolução do Núcleo de Estudos Marxistas, voltado para o estudo de pensadores revolucionários. Esta estrutura que não dava conta das necessidades que foram surgindo dos trabalhos realizados nas comunidades periféricas da cidade, motivou a consolidação da prática brigadista como um traço característico da organização que se formou. Hoje elas contam, na sua maioria com a participação de jovens militantes em São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro e Santa Catarina.

As Brigadas Populares hoje estão presentes aqui em Santa Catarina, Rio de Janeiro, Bahia, Belo Horizonte que existe há dez anos (2005) e onde é maior, mais forte, segundo depoimento do militante J. Enquanto organização, por ser nova no sul do país, no caso no Estado de Santa Catarina, não tem condição e nem há interesse dos militantes que seja centralizada por uma questão de coerência e procuram manter a autonomia dos grupos de atuação, por mais que se tenha uma estratégia nacional.

As Brigadas Populares têm uma composição fortemente juvenil.

³⁰ Disponível em: <www.midiaindependente.org/pt/green/2003/01/46033.shtml>. Acesso em: 15 jan. 2014.

Em Santa Catarina, praticamente 100% são jovens até 30 anos. No Brasil calcula-se que o índice é de 80%.

Para os seus militantes a organização brigadista tem um sentido *novo*, de recuperar elementos nas organizações anteriores que já existiram. Para eles não há objetivos que não estão presentes e que os diferenciam: autonomia, democracia de massa, do poder popular, decisões por assembleia.

Eu atuo numa ocupação urbana chamada ocupação contestado, por ex. esforços para garantir espaço de protagonismo popular, que a pessoas consigam tomar suas decisões coletivamente, independentemente de violência entre si e, principalmente, das pressões partidárias, isso é central na nossa atuação – o protagonismo popular, criar germes de poder popular (entrevista com brigadista em dezembro de 2013).

Tendo em vista a forte ênfase colocada pelos brigadista sobre o caráter autônomo das suas ações, procuramos explorar o ponto de vista dos militantes na sua atuação local. Para eles a própria ideia de brigada, traz a relação com a ação direta e não abrem desse aspecto na prática política. Para o militante J, na luta urbana é uma das coisas mais centrais em termos táticos, como no caso das ocupações onde tem centralidade no enfrentamento e questionamento de um modelo de sociedade muito radical, questionamento a propriedade, a conquista de um território a ocupação. Algo rico em possibilidades de auto sustentação, de produção de alimento, cooperativas de trabalho, de colocar ao território todos os aspectos da vida social (a questão do lazer, educação etc.) e o próprio MST tem muito a contribuir com esses conhecimentos.

No horizonte estratégico as Brigadas Populares em Santa Catarina, como nos demais locais de atuação nacional é uma organização revolucionária, se define como socialista visando a refundação de uma sociedade em outras bases. Propõe o nacionalismo revolucionário como o resgate e motor e da tarefa da revolução brasileira cujas tarefas apontam para: a reforma agrária, reforma urbana, luta anti-imperialista, e principalmente colocada no campo popular diante do que consideram a ligação da burguesia local com o imperialismo.

Estrategicamente as Brigadas Populares atuam como um instrumento revolucionário no contexto do que consideram uma unidade aberta por uma nova maioria, conforme descreveremos mais adiante. Essa unidade se faz necessária para a construção de uma nova maioria política no país, que não existe e que vai se formar de muitas iniciativas, muitas organizações, por isso a necessidade de uma frente que aglutine todas estas organizações políticas para confirmar uma nova maioria e deslocar a hegemonia burguesa.

Numa prática política que definem “em construção” a centralidade organizativa se define como necessidade de consolidação de um caminho na formação do militante, (pessoas organizadamente vinculadas por suas instancias de base) popular (o projeto de um bloco popular que represente o interesse do povo brasileiro) e de massa (como uma organização que não seja pequena, e não uma organização de quadros), conforme depoimento de J. Ao falar abertamente sobre a sua organização, embora cuidando para evitar uma exposição de sua organização em aspectos que envolvam a segurança, faz autocrítica da necessidade de um maior cuidado com a questão da segurança. Os brigadista estão conscientes de que a repressão existe, faz um monitoramento continuo dos militantes, não apenas da sua organização, e por passarem por situações de perseguição e estarem expostos à mídia com perfil fascista dentro da capital Florianópolis³¹, possuem um aparato interno para enfrentar estas situações. Ainda que coloquem em discussão interna o tema da segurança, consideram deveriam sistematizar uma política de segurança para a organização, dado o clima instaurado no país, como um todo, de criminalização dos movimentos sociais, principalmente depois das jornadas de junho de 2013.

Como pode ser visto na cronologia dos acontecimentos de 2013 (em anexo), Belo Horizonte e Rio de Janeiro, locais que tem uma forte presença das Brigadas Populares, passam concretamente por esta vigilância do aparato repressivo do Estado. Na ausência do encontro de uma situação ideal para a questão, consideram que a sua segurança está na sua visibilidade pública.

³¹ Foram criminalizados em matéria do jornal *Ilha Capital*, n. 107, 29 ago. 2013.

Em Florianópolis-SC, a Frente pela Reforma Urbana é uma das frentes onde os Brigadistas atuam e a ação direta é umas das formas de intervenção contra a propriedade privada, como a prática das ocupações em áreas da cidade, a partir da demanda enorme da falta de planejamento no setor de habitação nas cidades.

Também a formação de territórios brigadistas ocorre como resultante de um trabalho de base desde os Encontros de Comunidades de Resistência – ECRs, que reúnem as ocupações urbanas. Um exemplo dessa atuação ocorreu em Belo Horizonte, quando o problema das famílias com parentes encarcerados foi uma questão importante nos debates, e confirmou que a questão da situação dos presídios no Brasil tem um peso grande no setor popular. Nesse contexto, um dos grupos brigadistas começou a trabalhar com grupo de amigos e familiares de encarcerados e formou-se a Frente Antiprisional. Em Belo Horizonte e em Santa Catarina, Florianópolis, no começo de 2013 começou-se o trabalho por uma análise e esforço teórico sobre o papel prisional, propondo-se outras iniciativas de trabalho nos presídios, chamando reuniões com familiares inclusive outras alternativas de encarceramento, como transição penal.

Explica um Brigadista (depoimento de J. em entrevista) que a dinâmica do lado de fora dos presídios está pautada pelas visitas e é onde circula muita gente. Isto levou-os a fazer um trabalho em filas de espera dos familiares e as pessoas começaram a se aproximar; fizeram reuniões, levantaram as demandas e construíram o trabalho a partir disso. Nestes espaços surgiu a questão dos processos dos presos, do direito ao acesso ao advogado e, especificamente em BH a disponibilização de advogados para os envolvidos e a criação de uma assessoria de amigos pelo conhecimento que se abria das grandes injustiças. Trabalhou-se em campanhas sobre situações graves: torturas, a revista vexatória dos familiares onde a consigna “ser familiar não é crime!” teve a força central.

Em Santa Catarina a Brigada esteve ativa como Frente Antiprisional desde o final de dezembro de 2011. Com o slogan “Nenhuma Vaga a Mais! Por uma sociedade sem prisões!” a sua principal atividade foi coordenar o Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas

em Privação de Liberdade, organizando reivindicações coletivas dos parentes de presos da Penitenciária de São Pedro de Alcântara. Nesta penitenciária estavam aprisionados os líderes do PGC – Primeiro Grupo Catarinense (PGC) acusados do assassinato da esposa do diretor do presídio que impunha regime severo no cumprimento das penas. A agente prisional foi fuzilada quando chegava a casa dirigindo o carro do marido, na cidade de São José, próxima a Florianópolis, capital do estado, em outubro de 2012. A aplicação ainda mais rigorosa das regras na prisão, depois da morte da agente, foi o estopim para duas ondas de violência dentro da prisão. Os principais acusados foram transferidos para uma penitenciária de segurança máxima, em Mossoró, no Rio Grande do Norte.

Nesta conjuntura abriu-se a temporada de forte repressão e vigilância o que implicou numa descontinuidade do trabalho político dos brigadistas que atuavam nesta frente.

As Brigadas Territoriais em SC se desenvolvem ainda no campo de atuação da luta pela Reforma Urbana, e tem envolvimento com projetos de extensão da universidade voltados para o campo popular. Enquanto uma organização política, as Brigadas Populares atuam em diversos espaços dentro da ideia de que deve atuar em conjunto com as organizações, coletivos e demais grupos no campo da esquerda revolucionária. Em Santa Catarina as ocupações urbanas são conjuntas, dentro do princípio de busca da “unidade por uma nova maioria política no Brasil”, junto com o Coletivo Anarquista Bandeira Negra, mesmo com todas as dificuldades da diferença de entendimento de método de atuação e influências teóricas diferentes. As iniciativas estão encaminhadas para conformação de uma frente de luta pela cidade, um bloco na cidade que conte com o campo popular. Esta é uma visão aplicada e continua que conta com a adesão e articulação com os sindicatos de luta (bancários, transportes, saúde, etc.), mandatos populares de vereadores, o Movimento dos Sem Terra como referência, e pessoas independentes, que se desligaram do Partido dos Trabalhadores, mas não saíram da luta, segundo depoimento do brigadista J.

De forma geral, a estrutura brigadista, segundo seus militantes, não se propõe fechada, como um modelo rígido, uma vez que está a

“serviço da transformação social”, portanto, responde “as necessidades reais da classe trabalhadora que está sempre em movimento”. O aperfeiçoamento de sua proposta organizativa deu-se com o tempo, com o surgimento de novas instancias internas como o Secretariado, as Brigadas Especiais (de Comunicação, por ex.), o espaço da Assembleia Brigadista, instância máxima de deliberação política, e espaços do Encontro de Comunidades de Resistência e o Círculo Brigadista.

As Brigadas Populares atuam para elevar a um patamar político as pautas imediatas e específicas dos territórios onde atuam e garantir a formação permanente e recrutamento político de lideranças das Brigadas Territoriais. Este é um trabalho político apoiado nas Assembleias Populares consideradas como um dos espaços democráticos em que se discutem os problemas do território de atuação sempre referenciado nas formas organizativas locais e/ou comunitárias onde atuam.

A formação de uma Brigada Territorial se origina numa articulação prévia com alguma entidade ou liderança da área, ou do contato feito por alguma instituição/organização externa, como é o caso das Defensorias Públicas (do Estado e da União), entidades comunitárias, etc. Os militantes que atuam nas Brigadas Territoriais geralmente estão vinculados a alguma Frente e estão atentos para as demandas compreendidas pelas Frentes de Trabalho sem fechar os olhos, é claro, para outras demandas que possam surgir do território.

Informações da Home Page da Brigadas, que está sem atualização há um ano (2012) registram que estão organizadas as seguintes Brigadas Territoriais: Brigada da Serra, Brigada Novo Lajedo, Brigada Ocupação Camilo Torres, Brigada Ocupação Dandara, Brigada Vila da Luz, Brigada Acaba Mundo. As Brigadas Especiais, diferentemente da Brigadas Territoriais, não estão vinculadas a um território. Elas abrangem temas específicos que cumprem um importante papel dentro da linha política das Brigadas Populares. Como exemplo de áreas de atuação: o trabalho com cultura (Brigada Nossa América) e a defesa jurisdicional (Brigada Jurídica).

Já as Frentes de Trabalho Brigadista são agrupamentos de militantes voltados para demandas específicas unidas pelo projeto político

das Brigadas Populares que está para além de demandas e estão vinculadas ao Planejamento e à linha política das Brigadas Populares. Têm como objetivos principais fortalecer a organização e a luta popular a partir da mobilização em torno de determinadas demandas concretas, chamar a atenção da sociedade para determinadas questões que afetam a vida dos(as) trabalhadores(as) construindo hegemonia nesses campos, dinamizar o trabalho das Brigadas Populares permitindo nossa inserção em múltiplos setores etc.

Estas Frentes de Trabalho não são rígidas, e as que constam na home Page das Brigadas Populares, confirmadas em entrevista com um militante, são: a Antiprisional, a de Comunicação e Cultura, a de Formação; a de Juventude e a de Reforma Urbana. Os Núcleos Brigadistas são espaços organizados por militantes para ampliar a inserção das Brigadas e permitir que mais pessoas se aproximem da organização através de interesses temáticos (comunidades, ocupações, presídios, universidade, escolas). Embora não sejam vinculados às deliberações das Brigadas Populares, se diferem das Brigadas Territoriais. Neste desenho organizativo, que segundo os militantes não é hierárquico porque não se sobrepõe em autoridade uns dos outros, mas constituem níveis de trabalho diverso, os Núcleos Brigadistas devem ter como perspectiva de avançar para a constituição de Brigadas Territoriais.

O Secretariado das BPs é composto por secretários nomeados pelas instancias da estrutura ou seja, pelas Brigadas Territoriais e Especiais, as Frentes de Trabalho e os Núcleos Brigadistas, e tem um caráter político, organizativo e financeiro, com mandatos sujeitos a revogação. Não está em posição hierárquica superior às outras estruturas sendo um espaço operativo que permite a interconexão entre as outras estruturas (Brigadas, Frentes e Núcleos).

Segundo a home page da organização (disponível em: <www.brigadaspopulares.org.br>; acesso em: 21 jan. 2014), as decisões políticas que repercutem em toda organização não podem ser tomadas no espaço do Secretariado, exceto nos casos emergenciais em que não seja possível convocar toda a militância orgânica. A Assembleia Brigadista é a instância máxima de definições políticas mais amplas da organização a respeito das concepções gerais, definição dos

aliados políticos da organização, definição de estratégia e da linha política, planejamento geral etc.

O Encontro de Comunidades de Resistência (ECR) é um evento que ocorre todos os anos, no mês que relembram a morte de Che Guevara (outubro). Nesse espaço buscam reunir todas as pessoas dos territórios em que as Brigadas Populares atuam, apoiadores diretos, simpatizantes próximos, representantes de outras organizações e movimentos de esquerda e representantes de órgãos e entidades próximas às Brigadas Populares, como as Defensorias Públicas. O objetivo é mensurar a inserção política no cenário metropolitano, construir análises de conjuntura unitária, articular lutas e bandeiras, promover um espaço de interação entre as “bases de influência”. etc.

O Círculo Brigadista é um espaço de apresentação da estrutura e do trabalho das Brigadas Populares para todas as pessoas que já manifestaram interesse em se incorporar na organização ou contribuir de alguma forma nas atividades desenvolvidas pelas Brigadas (Territoriais e Especiais) e Frentes de Trabalho³².

As organizações das Brigadas Populares é territorial. Apenas comunidades periféricas e ocupações se configuraram como Brigadas Territoriais, mas foi definido em Seminário Brigadista de dezembro de 2008, que o conceito de território não se restringe às comunidades e ocupações, ou seja, um território se refere a um local de atuação onde ocorre um planejamento e destacamento de militantes que buscam contribuir na organização daquele território e superação das suas demandas locais, com o objetivo de contribuir para a elevação do nível de consciência das pessoas, e da organização das lutas e atividades que se fazem necessárias. São uma organização que se propõe a organizar territorialmente todos os que têm que entrar na luta, absorver sua capacidade analítica e existem instrumentos organizativos que permitem isso como os círculos brigadistas.

Em Santa Catarina a história das Brigadas Populares é mais recente, embora articulada com os mesmos princípios organizativos

³² Frentes, Núcleos e Brigadas, Painéis Brigadistas, Frentes: Antiprisional, de Formação, pela Reforma Urbana.

e resulta da iniciativa de jovens universitários que atuavam no movimento estudantil e/ou em organizações partidárias. Estes jovens tiveram o desenvolvimento de sua formação política muito ligada ao ponto de vista teórico de professores de esquerda no campo das ciências econômicas e sociais que lhes apresenta a perspectiva crítica da realidade através da abordagem dos cursos ministrados e encontros de estudo no IELA – Instituto de Estudos Latino-Americanos como respaldo teórico.

Estes estudantes, então, atuavam em centros acadêmicos e num contato estreito com outros cursos como os de serviço social, economia e direito, tentaram resgatar a perspectiva teórica latino – americana que é pouco explorada na Universidade dentro da tradição dos estudos latino americanos (Mariátegui, José Martí, Simon Bolívar, Rui Mauro Marini, Florestan Fernandes, Caio Prado Jr.). Organizavam palestras, debatiam temas polêmicos e a proximidade com este debate auxilia para que encampem aquela tradição teórica.

Em 2007, esses estudantes decidem se organizar num coletivo independente e se afastar da órbita de militância e influencia em torno do Partido Socialista dos Trabalhadores Unidos – PSTU e da Juventude Avançando (pertencente à Corrente Comunista de Luis Carlos Prestes). Essa opção procurava ser coerente com a crítica muito forte ao aparelhamento, ao dogmatismo, ao vanguardismo presentes na prática dessas organizações que envolviam o conjunto dos estudantes. Com o entendimento de que fazer movimento estudantil como movimento de massa é a garantia de realizar um trabalho que avance, formaram o Coletivo 21 de Junho, nome referido na data do Manifesto de Córdoba, que inaugura o movimento estudantil latino-americano, e iniciam a trajetória que vai se desdobrar, mais tarde, nas Brigadas Populares em Florianópolis.

Ainda que a inserção desses militantes, posteriormente brigadistas, no movimento estudantil desses militantes mantivesse uma crítica à estrutura das organizações de esquerda existente e o esquerdismo presente nelas existente, o seu grupo de afinidade chegou a ter cinquenta pessoas só na Universidade Federal de Santa Catarina: e estavam nos centros acadêmicos, foram para o DCE – Diretório Central

dos Estudantes em 2009, onde ficaram três anos; participaram dos congressos da UNE.

Dentro da Universidade Federal de Santa Catarina estimularam a necessidade de enfrentar uma atuação junto à Direção de Centro; disputar com mais maturidade as eleições para a representação no interior dos órgãos da estrutura universitária como colegiados, reitoria, cursos, candidatura para reitor, enfim, disputar politicamente a universidade.

Quando da sua participação nos Congressos da UNE, esses estudantes tiveram uma dimensão ampliada do seu papel e militância, segundo depoimento do brigadista J., o que levou-os a pleitear a formação de uma organização conforme a sua crítica aos partidos, ao peso da institucionalidade na sua estratégia, e consideraram atuar junto com outros coletivos independentes em Uberlândia, Recife, Rio de Janeiro. No momento em que esse posicionamento tornou-se uma disputa mais contundente dentro da articulação de esquerda da UNE (que era pequena e se resumia a dois membros na diretoria da UNE no conjunto de vinte membros), perceberam a importância conjuntural da UNE e, para fortalecerem o peso político, perceberam que não teriam como disputar a hegemonia com uma centralidade na classe trabalhadora, sem organização, ou que fosse só estudantil.

Nessas articulações, experienciadas na relação com a UNE, estes estudantes foram construindo outra perspectiva de atuação, buscando entre as organizações (tendência ENLACE dentro do PSOL; o MORENA) que mais os identificava em princípios e teoria, um vínculo. Nessa busca se aproximaram de um pessoal no movimento estudantil que havia saído do PDT, Brizolista do Rio, organizado num coletivo denominado MORENA – Movimento Revolucionário Nacionalista que eram Círculos Bolivarianos num primeiro momento, e que faziam a discussão bolivariana e que tem referência teórica forte em Rui Mauro Marini, na teoria marxista da dependência, na teoria revolucionária latino americana e na questão do nacionalismo revolucionário, no nacionalismo popular como motor da revolução nos seus muitos exemplos históricos na América Latina. Na ocasião discutiam, também, os desafios atuais da esquerda no Brasil, com ênfase na questão do poder entendendo-o como organizador da sociedade, como capacidade organizativa da sociedade.

Esse coletivo estava em vias de fusão com outra organização de Minas Gerais que se chamava Brigadas Populares. Toda essa discussão aumentou a identificação e iniciou-se o processo de fusão com o grupo.

Vínculos e referências político-ideológicas: a sinopse do Manifesto

Os militantes das Brigadas propõem que a luta política seja numa unidade aberta por uma nova maioria política e social para o Brasil, como eixo estratégico condutor da organização de caráter nacional, popular e socialista, a partir das Brigadas Coletivo Autocrítica, Coletivo 21 de Junho (C21J) e do Movimento Revolucionário Nacionalista – círculos bolivarianos (MORENA – CB) em uma única organização para contribuir com a edificação de uma pátria soberana e socialista.

Propõem-se a pensar o presente interagindo criticamente com o passado recolhendo de forma crítica as tradições de luta e experiências históricas de larga duração dos setores nacionalistas revolucionários, comunistas e socialistas da esquerda brasileira, para contribuir com a recomposição de uma alternativa popular de enfrentamento ao capitalismo dependente e associado e ao Estado capitalista vigente no país.

A fim de qualificar os fundamentos do seu ideário, que tem como perspectiva a revolução no Brasil, as Brigadas Populares explicam seus conceitos no endereço <www.http://brigadaspopularesdobrasil.blogspot.com.br/2012/01/manifesto-das-novas-brigadas-populares.html>:

O Socialismo

É superação da irracionalidade capitalista e seus desdobramentos perversos sobre a condição de vida da classe trabalhadora e do futuro da humanidade. É uma aspiração elevada das massas populares em seu processo de emancipação. No Brasil, “não se confunde com modelos ou regras preestabelecidas, com arranjos teóricos abstratos, deslocados e alheios às experiências históricas da classe trabalhadora em cada país”. Se coloca enquanto produto da ampliação da soberania popular

e implica a construção criativa e realista de uma nova forma de poder que deve romper com doutrinarismos teóricos e subjetivismos analíticos que poluem o entendimento e a ação política. Será, portanto, obra do povo brasileiro, em sintonia com o movimento internacional dos trabalhadores e trabalhadoras, uma experiência contemporânea sem ser cópia de experiências de outras formações sociais.

A revolução brasileira é o encontro da questão social, nacional e democrática e será plena se fornecer respostas às necessidades e aspirações populares e a incorporação das maiorias sociais à vida pública.

Nacionalismo Revolucionário

Reivindicam a Nação Brasileira e defendem seu sentido sob a perspectiva revolucionária. Opõem-se ao discurso patriótico do nacionalismo burguês a favor de seus interesses econômicos, à tradição oligárquica do atual arranjo de dominação; e ao conto liberal que afirma que o mercado é o melhor eixo articulador da sociedade, que despreza qualquer iniciativa de autodeterminação dos povos.

A pátria é a afirmação da soberania popular e da autodeterminação. O povo brasileiro deve construir seu destino de forma autônoma, sem tutela. A autodeterminação como requisito para a realização verdadeira da solidariedade e união dos povos. “O nacionalismo revolucionário não faz concessões ao chauvinismo pequeno burguês, nem ao internacionalismo abstrato; se coloca como ferramenta de emancipação do povo.”

Por uma nova maioria

Definem a construção de uma “Nova Maioria em nosso país” como estratégia da Revolução Brasileira. Ou seja, formar um campo de forças sociais capazes de iniciativa na luta pela hegemonia em todas as dimensões da vida social.

Como revolucionários brasileiros que são, tomam como missão a constituição de um poder de dissuasão próprio e o rompimento do cerco

imposto pelas forças conservadoras e liberais. Para tanto, é necessário que ampliem o diálogo com os demais setores de esquerda e disputarem programaticamente o campo popular, a intelectualidade e a juventude.

A política revolucionária deve ser “arejada em suas formulações”, “flexível em suas táticas e consequente em seus objetivos” para superar os “modelos abstratos”, “subjetivistas e sectários” que propõem alternativas “fora do horizonte das grandes maiorias”.

“Nossa política dialoga com o presente, apresenta medidas concretas para o momento atual e abre caminho para tarefas futuras. Igualmente, é fundamental que as grandes massas e os setores avançados da sociedade tenham em nós uma referência teórica, política e prática de natureza realista, sensata e convicta. Portanto, nossa ortodoxia reside no método, expressando nossa capacidade de, a partir da interação com as massas, encontrar soluções objetivas, contundentes e profundamente reais.”

Unidade aberta e as duas tarefas estratégicas

Propõem a alternativa da Unidade para superar a fragmentação do campo popular e de esquerda em nosso país, devido ao que chamam de resultado da “crise teórica, política e organizativa” das últimas décadas.

As tarefas dos revolucionários hoje em termos estratégicos e simultâneos: a construção de uma organização política própria, com proposta de superação do capitalismo e de uma frente política ampla, de natureza anti-imperialista, antilatifundiária e antimonopolista que se articule em torno de um programa de libertação nacional. Para tal, de forma estratégica os Brigadistas propõem:

1. recuperar os setores revolucionários da esquerda brasileira, sua iniciativa na dinâmica da luta de classes e da disputa pelo poder no âmbito nacional. A constituição das novas Brigadas Populares pretende assim, ser uma contribuição para o entendimento contínuo do campo socialista nacional, regional e setorial.

“A vanguarda necessária [...] é aquela que trabalha de maneira

mais eficaz as possibilidades e contradições do momento presente, disputando a preferência e a referência das massas e reafirmando sua autoridade política diante das demais organizações.”

2. Constituir uma Frente Política para efetivar a unidade no âmbito de um programa mínimo e de materialização imediata, constituindo um campo de forças capaz de expressar-se como uma Nova Maioria política. “[...] o espaço das organizações revolucionárias em unidade com setores que tenham comum acordo com uma plataforma de libertação nacional”.

A Unidade proposta, segundo as BPs, é essencialmente, uma exigência da Revolução Brasileira, uma relação entre diferentes tradições políticas em um único campo de forças, amplo em sua diversidade e coeso em seus objetivos principais.

A forma de organização deve sempre atender às necessidades da luta de classes, deve ser constantemente avaliada e atualizada com o intuito de melhor responder as demandas do contexto histórico e político dentro de um caráter militante, popular e de massas.

Uma militância revolucionária, para as BPs deve ter disciplina consciente, compromisso, capacidade de iniciativa e compreensão da análise materialista, dialética e histórica da realidade. As atividades orgânicas das Brigadas tem uma dimensão pedagógica que deve ser orientar os militantes nesse sentido. Segundo o mesmo Manifesto das Brigadas de setembro de 2011:

O caráter de massas da organização revolucionária é a qualidade necessária para atuar de maneira eficaz no atual momento histórico. As condições de complexidade da disputa política, associadas à exigência de uma atuação ampla em diversos setores e dimensões da vida social conduzem os revolucionários a assumirem uma organicidade massiva, não necessariamente composta por quadros, mas por militantes de diferentes níveis de compromisso e consciência, que dentro das limitações e contradições existentes contribuem para o acúmulo de forças na disputa de hegemonia.

O caráter popular da organização decorre da análise do sujeito da revolução brasileira. Um sujeito em construção, síntese de duas condições específicas: as condições de trabalhador e de povo. Nossa linha de massas parte da percepção de que não é possível separar a classe trabalhadora da sua condição de povo na disputa política. A diferença entre classe e povo se dá em uma dimensão analítica específica, dentro de um exercício de abstração que privilegia as categorias teóricas e informa a composição e a organização da sociedade capitalista em geral. No entanto, nos níveis mais concretos de análise, considerando as formações sociais, o povo e a classe estão imbricados e importam para a construção da estratégia revolucionária, sendo um erro político separar o trabalhador da sua condição de povo. O sujeito da revolução brasileira está nas fábricas, no campo, nas periferias dos grandes centros, nos presídios e ruas. Tomá-lo em toda sua complexidade é uma necessidade irrenunciável daqueles que procuram se estabelecer como alternativa à dominação capitalista.

A forma de inserção política das BP tem como premissa o “não aparelhamento dos movimentos sociais, estudantis, sindicais etc.” que, segundo os militantes, gera um ciclo vicioso que envolve a degeneração dos movimentos e a extinção de qualquer possibilidade revolucionária por parte destas organizações. A questão que se colocam é a da radicalização da democracia, que tem como foco a superação da lógica liberal “[...] que tem prevalecido nos movimentos por meio da reorganização destes numa forma em que o dinheiro não esteja no centro da luta política e em que haja a redução drástica da diferença entre representantes e representados” (Depoimento de J., entrevistado em 6 de novembro de 2013).

Observamos que a experiência da política nos brigadistas está muito relacionada com a capacidade que tem demonstrado na inserção dos militantes em trabalhos com as populações pobres das cidades em que estão organizados. Ora atuando com práticas mais criativas e inovadoras que surgem na relação com as bases populares, ora reproduzindo métodos tradicionais de uma pedagogia política mais vanguardista, os brigadistas parecem viver uma experiência que está sendo construída dado o curto tempo de sua existência. Parecem ter

consciência de que para formar uma “tradição” na sua forma de luta requerer-se-á um acúmulo proveniente da superação da vivência intelectual nos núcleos estudantis e a uma consequente transposição para a convivência de classe, aquela que implica no compromisso profundo e efetivamente popular. Nas entrevistas os brigadistas falam de seus projetos de vida que entregam à luta – não separam suas vidas pessoais da vida militante. E mais, não atribuem à sua condição de serem jovem a forma que imprimem na militância, mas à historicidade que vivem e lhe conduz a determinadas trajetórias e escolhas. Estes jovens trazem consigo a memória histórica que os auxilia e os compromete ideologicamente com a esquerda tradicional latina americana que respeitam, porém, são capazes de absorver de forma contemporânea. Não abdicam da disciplina que caracteriza uma Brigada de Luta – práxis, ao mesmo tempo que estruturam a organização criando espaço de refletividade e estudo quer sobre os temas que envolvem o conhecimento dos território de atuação, quer sobre análises que se fazem necessárias e são mais abrangentes. A busca da dialética entre teoria e prática.

ANEL – ASSEMBLEIA NACIONAL DOS ESTUDANTES – LIVRE



A ANEL se origina na Oposição de Esquerda (OE) no interior da UNE, articulada no contexto do debate sobre o futuro da universidade brasileira, em 2009, no posicionamento de estudantes contra o projeto de Lei que institui a Reforma Universitária.

Parte do movimento estudantil era contra o projeto por tratar-se de um projeto que priorizava o ensino em detrimento da tradição universitária de interação das três instancias ensino, pesquisa e extensão, e ainda, de articular o Prouni que transfere recursos públicos para as universidades privadas priorizando o aspecto da ascendência do mercado sobre o setor educacional público.

Discordando da direção majoritária da UNE parte do movimento estudantil se organizou para combatê-la criando a Frente de Oposição de Esquerda (FOE) na UNE hoje chamada de Oposição de Esquerda (OE) e uma nova e importante dissidência acontece naquele momento por conta da postura da direção nacional, rompendo com a UNE para construir uma nova entidade, primeiramente se agrupando na Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes (Conlute), durante Encontro Nacional Contra a Reforma Universitária no Rio de Janeiro, em maio de 2004, instalada na perspectiva de ser uma “coordenação de entidades”.

O campo de forças políticas no interior do ME ficou demarcado durante a onda de greves e ocupações de reitorias por todo o país nos anos de 2007 e 2008 acontecimentos que contaram com forte participação da oposição do ME. A maioria das reitorias de universidades federais foi ocupada, mesmo contra a direção majoritária da UNE, devido à insatisfação dos estudantes com o decreto que era visto como expansão sem qualidade e quebra da autonomia universitária.

Parte do movimento estudantil em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, secundaristas e principalmente militantes universitários, que hoje fazem parte da ANEL, após o período de ocupação das reitorias em 2007, são contemporâneos do momento originário da entidade a nível nacional, dentro da perspectiva de que a luta estudantil local deve ser articulada nacionalmente porque as reformas propostas para a educação não são locais, mas nacionais, a exemplo dos projetos governamentais colocados.

Essa geração foi motivada pela experiência política formada na Jornadas de Lutas que desencadeou protestos manifestações e ocupações de reitorias em todo o país e foram contra os projetos do governo como o Reuni (Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades), questões administrativas mais pontuais em cada unidade universitária pública e também em instituições particulares, decretos de governos estaduais que feriam a autonomia universitária como o caso de maior repercussão – e duração, 51 dias – que foi o da Universidade de São Paulo-USP. Na sequência, assistiu-se a uma verdadeira onda de ocupações de reitorias. No mês seguinte, estudantes da Unesp (Uni-

versidade Estadual Paulista) e da Unicamp (Universidade de Campinas), que também seriam afetadas pelos decretos, invadiram reitorias e salas administrativas no interior do Estado de São Paulo e o “cauda contra o Reuni” impulsionou novas manifestações, também na Bahia, Espírito Santo, Pará, Rio de Janeiro e Santa Catarina e a alegação de que a UNE teve “ampla participação em todas as ocupações do ano”, foi motivo de grande controvérsia entre as lideranças estudantis.

Quem acompanhou de perto o processo de ocupação nessas unidades educacionais percebeu o fato de que a condução do movimento foi desvinculada de uma centralidade organizativa e que a localização de lideranças era imprecisa e difusa, na medida em que a prática das decisões por consenso e a convivência organizativa horizontal foi a característica marcante do movimento de então.

Nessas ocupações os estudantes tinham pautas diversas. Algumas foram apoiadas pelo grupo majoritário na UNE como as que tratavam dos temas de democracia interna e contra as fundações receberem apoio da direção da UNE. Outras ocupações de Universidades Federais contra o decreto lei que institui o Reuni em 2007 (Plano de reestruturação e expansão das universidades) não só não foram apoiadas como foram duramente criticadas pela União da Juventude Socialista – UJS, que defendiam o projeto do governo e que atuavam na direção da entidade nacional. Esta é uma das origens da falta de unidade instalada no ME nacional a partir de sua representação nacional e refletia as grandes contradições decorrentes da concepção organizativa da direção da entidade baseada numa visão centralista, verticalizada na tomada de decisões e, principalmente, na profunda ligação/dependência do governo federal. As alianças partidárias que sustentavam o governo se replicavam no mesmo tom na entidade estudantil, a despeito da presença histórica independente da UNE na vida do país. A grande crítica dos estudantes à UNE hoje, tem sido a absorção da visão pragmática e neoliberal que repercute na sua forma de organizar, influenciada pelo caráter centralizador da União da Juventude Socialista, apoiadora do governo federal e o decorrente atrelamento direto dos financiamentos que a UNE recebe do governo. Ironicamente denominam a UNE e “União do Ministério Estudantil”.

A discordância política levou à proposta de realização do Encontro Nacional de Estudantes, em Betim – MG do qual sai a proposta de Congresso Nacional de Estudantes no Rio de Janeiro para discutir uma pauta unificada e independente da UNE, cujo perfil desse CNE : era universitária na maioria, com jovens da escola pública do ensino médio vindos de diversas delegações de várias partes do país. A questão democrática foi discutida desde a sua convocação, e a forma como a delegação de Florianópolis se organiza para enviar seus delegados exemplifica a diferenciação pretendida para a formação de uma futura entidade de base: após a ocupação da reitoria da UFSC em 2007, os estudantes saíram motivados para a construção de uma chapa para o DCE mais independente, à esquerda, sem alianças com os conservadores e elegendo por curso para o CNE, também independente. O procedimento para eleição de delegados era: passavam nas salas para conversar com os alunos sobre a reforma da universidade e as pessoas iam se interessando discutindo e se engajando. Na delegação eleita havia uma vanguarda de estudantes de diversas regiões do país que assumia a luta contra a reforma universitária, organizações partidárias que mandaram seus representantes propostos a construir o Encontro, por já atuarem no movimento estudantil e estarem presentes no Encontro de Betim; estudantes independentes que estavam participando pela primeira vez de um encontro nacional, mas todos apontavam para a necessidade de uma alternativa de oposição à UNE.

Foi, portanto, decidida a criação da Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre (ANEL),³³ no CNE, congresso realizado no Rio de Janeiro em 2009, no qual participaram delegados de varias universidades públicas do país. A entidade surge, portanto, como uma alternativa crítica à UNE (União Nacional dos Estudantes), então considerada totalmente burocratizada e subordinada ao governo do então presiden-

³³ No dia 14 de junho de 2009, a Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre, a ANEL, foi fundada a partir da votação da ampla maioria dos delegadas e delegados eleitos na base das escolas e universidades para participarem do Congresso Nacional dos Estudantes. O CNE tratou de discutir, organizar e potencializar as lutas que estavam em curso e de avançar na disputa política estabelecida naquele momento acerca da melhor saída para a crise econômica que se manifestava – e ainda se manifesta – em todo o mundo, inclusive no Brasil.

te Lula da Silva. Surge, segundo seus militantes, da necessidade de reorganizar o movimento estudantil, já que a UNE e a UBES havia muito tempo não tocavam mais as lutas, estava totalmente atrelada ao governo federal recebendo, inclusive apoio financeiro significativo do Estado todos os anos. Assim, dizem, sem independência financeira e política, ela passou a defender todos os ataques do governo à educação e à juventude, não fala mais em nome dos estudantes, abandonando a sua história e tradição.

De forma independente da entidade nacional, aproximadamente 2 mil pessoas reuniram-se em plenárias nacionais, após passarem por algumas partes do país, além das iniciativas de organização nos estados discutindo a conjuntura e a crise econômica, as universidades públicas, privadas e escolas secundaristas; cultura e opressão, os rumos do movimento estudantil; criando um calendário de lutas, e fundaram a uma nova entidade para o movimento estudantil. O resultado foi um fato político que definiu que não haveria apenas a UNE falando em nome dos estudantes, e defendendo projetos alheios à participação estudantil. A nova entidade foi criada com a perspectiva de abrir a organização dos estudantes e respeitar o ritmo dos debates nas diversas entidades do movimento estudantil brasileiro.

A nova entidade passa, desde então, a ser uma alternativa independente para a articulação da luta estudantil local e nacional, acumulando a experiência dos militantes no Conlute-CSP, Central Sindical Popular, já em declínio mas para o final da década da primeira década dos anos 2000, mas que representou uma ideia organizar horizontalmente os estudantes um instrumento de luta, mas que por uma série de circunstâncias, inclusive da conjuntura relacionado à assunção do Partido dos Trabalhadores no poder, a juventude não esteve disposta a assumir esta proposta. Segundo interpretação de uma militante da ex-CSP, a maior parte do movimento estudantil não via a ruptura com a UNE como um elemento real, mas foi a partir da Frente de Luta Contras a Reforma Universitária e do Conlute, que o impulso ocorreu.

Um olhar sobre a história da entidade identifica que o convite divulgado para a primeira Assembleia Nacional da ANEL, a ser realizada entre 29 e 30 de agosto de 2009, na sede do DCE Ocupado da

USP (Butantã-SP os estudantes) a ANEL já se posiciona com relação ao Estado, o papel da juventude diante do governo e a convoca para a resistência ao novo governo. Para eles classe trabalhadora e a juventude depositaram sua esperança no projeto representado pela eleição do presidente Lula da Silva e viram logo nos primeiros meses de governo teve como projeto a reafirmação da agenda neoliberal imposta na década de 1990, cujo centro de preocupação para a educação seria a exoneração do Estado no financiamento da Educação Pública governando para “banqueiros, empresários, latifundiários, tubarões do ensino pago como os grandes beneficiados pelo governo”.

Numa crítica frontal à UNE, os estudantes responsabilizaram, na ocasião, a entidade pelo divisionismo com a assimilação do discurso neoliberal e do pragmatismo que estava levando a atuação a ficar no marco de projetos na contramão da educação pública contra outros que defendiam princípios históricos do movimento estudantil brasileiro, como a luta pela educação de fato pública, gratuita e de qualidade e de outro.

Entretanto, o debate sobre a Reforma Universitária é o marco de um processo que já vinha se desenvolvendo, mesmo durante os enfrentamentos com o governo de FHC. O processo de afastamento da UNE da classe trabalhadora foi crescente e teve sua expressão máxima na ausência desta entidade durante a forte luta contra a Reforma da Previdência, em 2003. A perda de um horizonte de luta por uma outra sociedade fica explícita na defesa intransigente de um governo que envia seu exército ao Haiti, de um governo que mantém boas relações com o imperialismo norte-americano e de um governo que durante a crise econômica, deixou clara sua disposição de salvar as grandes empresas e não o emprego dos trabalhadores” (Convite. Em <anelonline.com>; acesso em 24 jan. 2014).

A convocação da primeira assembleia já assume assim um caráter bastante afirmativo de uma nova entidade que vinha se formando no interior das lutas estudantis que seguiram privilegiando a luta direta em relação às ações institucionais. Segundo os militantes da ANEL, as Ocupações de Reitoria que ocorreram em 2007, a partir da ocupação

da Reitoria da USP, foram a marca de um novo momento para o movimento estudantil, em que parte do segmento aposta na radicalização, articulação e fortalecimento das lutas enquanto a entidade nacional esteve ausente. O Congresso Nacional dos Estudantes realizado em 2009 contou, assim, com a presença de várias entidades do movimento estudantil brasileiro, que enviaram seus representantes mobilizados para a reorganização do movimento.

A nova entidade é criada, portanto, com a perspectiva de abrir a organização dos estudantes e respeitar o ritmo dos debates nas diversas entidades do movimento estudantil brasileiro. Segue a proposta organizativa e operativa da entidade de organização da Assembleia Nacional de Estudantes – Livre, a ANEL, divulgada no convite para a Primeira Reunião Nacional de agosto:

1 – A Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre se reuniria de dois em dois meses, podendo realizar reuniões extraordinárias.

2 – A data e local da próxima reunião seriam definidas ao término da reunião onde seria aprovada também uma proposta de pauta que ficaria em aberto para adendos durante o período de um mês. As pautas da Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre seriam divulgadas 1 mês antes de suas reuniões.

3 – Todos os estudantes poderiam participar com direito a voz na Assembleia Nacional.

4 – Teriam direito a voto na Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre os delegados eleitos para representação das entidades, escolas e cursos na seguinte proporção:

Delegados de entidades gerais (DCEs, Federações e Executivas de Curso e Associações Municipais e Estaduais de Estudantes Secundaristas): 3 delegados para entidades que representassem mais que 5 mil estudantes e 2 delegados para entidades que representassem menos que 5 mil estudantes;

Delegados de entidades de base (CAs, DAs e grêmios): 2 delegados.

Delegados de coletivos e oposições: 1 delegado com a condição que a oposição ou coletivo tenha participado de uma eleição e tenha obtido no mínimo 10% dos votos;

5 – Todas as entidades deveriam realizar reuniões onde se discutiria a pauta da Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre e se elegeriam os delegados a participar da reunião. A eleição dos delegados poderia ocorrer através de assembleias, conselho de alunos representantes de turma (no caso de escolas de ensino médio), reunião de diretoria, reunião de diretoria aberta ou conselho de entidades de base, cabendo a entidade definir a forma de eleição.

6 – Para operacionalizar os trabalhos da Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre será criada uma Comissão Executiva aberta à participação de todas as entidades que se propuserem na reunião da ANEL. A Comissão Executiva Aberta se reunirá quinzenalmente, sendo suas reuniões divulgadas na Internet. Não havendo possibilidade de uma reunião presencial, realizará suas reuniões através da Internet.

7 – Definiu-se que a Comissão Executiva Aberta :

Executará as resoluções da Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre;

Auxiliará as entidades da sede da próxima reunião da Assembleia Nacional a convocar e sediar a reunião;

Responderá a acontecimentos emergenciais de acordo com as posições definidas pela Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre;

8 – Criação de um site e jornal semestral da Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre para divulgar suas campanhas e lutas do movimento estudantil. As entidades que participam ou constroem a Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre deveriam se comprometer com cotas mensais ou semestrais para financiar as atividades da Assembleia, com o objetivo de fazer valer o princípio da independência financeira do movimento estudantil.

9 – As entidades que construíram ou participaram da ANEL deveriam convocar Assembleias Estaduais ou Municipais da ANEL que funcionariam de acordo com os mesmos critérios das Assembleias Nacionais e poderiam ocorrer antes ou depois das reuniões nacionais, ou de acordo com a dinâmica das lutas em cada estado.

10 – A ANEL realizará de dois em dois anos, o Congresso Nacional dos Estudantes, fórum máximo da ANEL. Por decisão da ANEL poderá se convocar um Congresso Nacional dos Estudantes extraordinário [...] ³⁴.

Os congressos da ANEL e suas decisões

As resoluções tiradas nos dois Congressos da ANEL, realizados em 2011 e 2013, são extensas e procuram cobrir uma espectro abrangente de questões de ordem política, social, cultural e econômica do país. Inclui, com clareza, apoio a manifestações, protestos e mesmo revoluções internacionais na Europa e Oriente Médio e faz críticas contundentes ao governo do Brasil.

No 1º Congresso da ANEL realizado de 23 a 26 de junho de 2011 a nova entidade promoveu discussões temáticas cujos espaços apareceram, o conjunto das demandas que estavam presentes nas lutas que ocorreram durante e após as jornadas unitárias de 2007. Eram muitas as pautas colocadas nesses grupos e a participação de estudantes de cada região refletia a sua luta local e compreensão da nacional, como por exemplo, o sul trazia o: “Fora Ieda...”, os de ocupação de reitoria da USP com relatos. Nesse Congresso fica desenhado, grosso modo, o perfil, muita gente indo pela primeira vez nesse espaço nacional, muita gente, mas o perfil muito estudantil secundaristas, mas maioria universitária, eram pessoas de todos os tipos, muitos secundaristas que foram aproximados através da luta pelo transporte, em defesa da educação, de aproximação com professores do sindicato.

As resoluções tiradas, mostram uma preocupação detalhada de apoio às lutas da classe trabalhadora e seus direitos, e explicita a crí-

³⁴ Disponível em: <anelonline.com>. Acesso em: 15 jan. 2014.

tica ao governo por considerarem que o governo da segunda gestão do PT, de Dilma Rousseff, não será diferente do governo de Lula da Silva, e representa a continuidade e aprofundamento do projeto do governo anterior. Que com sua aparência de um governo dos trabalhadores, aprofundou as políticas neoliberais no país, surfou uma onda de crescimento econômico favorecendo as grandes empresas e bancos e com indicadores da alta da inflação, cujos reflexos diretos já estariam no preço dos alimentos e combustíveis; no ínfimo reajuste aplicado ao salário mínimo. Esta política econômica estaria presente, também, nos ataques à aposentadoria associados aos cortes no orçamento, na subordinação ao imperialismo, como a liderança das tropas da ONU no Haiti. O fato de metade das empresas brasileiras estarem nas mãos do capital estrangeiro (ex.: Petrobrás 49% e Vale 65%) e que os baixos salários e as políticas sociais não condizem com uma melhoria da qualitativa na vida do povo, já que não se combinam com aumento no investimento das áreas sociais. Para a ANEL, as políticas implementadas pelo governo de Dilma indicam para a juventude brasileira um cenário de falta de perspectivas e muitas dificuldades para estudar e trabalhar. As vagas nas universidades públicas continuam restritas à elite e as oportunidades de emprego limitadas aos estágios e terceirizações, modelos que exploram e não respeitam nenhum direito trabalhista.

No 1º Congresso, os estudantes militantes da ANEL tiraram resoluções resultantes de posições que vão desde o contra o aumento do salário dos parlamentares, até a defesa do veto ao Código Florestal, uma Reforma Agrária radical sob o controle dos trabalhadores, reforma urbana e moradia de qualidade; a retirada das Tropas Brasileiras e da ONU do Haiti; a defesa de lutas conjunturais como o movimento de ocupações, greves de categorias e a defesa do socialismo.

Desde sua fundação, a ANEL passa a defender um programa e uma concepção de educação que se referendam neste Congresso. A cada luta e campanha que desenvolvidas nas universidades e escolas defendem uma educação pública, gratuita, laica, democrática e a serviço dos trabalhadores. De que a juventude sonha com um futuro melhor, e deposita suas fichas para isso na formação e qualificação profissional, que cada vez mais jovens, desde a creche até o ensino su-

perior, tenham acesso à educação e que ela não deve ser tratada como mercadoria: seja Pública, gratuita e de qualidade, permita o acesso e permanência do jovem na escola; defendem o tripé ensino-pesquisa-extensão e a democracia e autonomia na e da Universidade pública, entre outras bandeiras mais pontuais.

Firmam a partir da conjuntura nacional, entre outras críticas, a de que é necessário fortalecer alternativas como as CSP – Centrais Sindicais Populares-Conlutas e continuar aprofundando o processo de reorganização do movimento social brasileiro uma vez que a CUT, UNE e UBES seguem fiéis ao governo: fizeram campanha pela sua eleição e já mostraram que não vão se enfrentar. Importante destacar as resoluções sobre a reorganização do Movimento Estudantil:

Para os estudantes da ANEL, desde a adesão da UNE ao projeto educacional do governo Lula, em 2003, foi cada vez mais clara a necessidade de romper com a entidade que rompeu com seu passado que impulsionava os sonhos e as lutas da juventude brasileira. Atrelada à UNE, só reforça gestos de fidelidade ao governo e de traição às lutas do povo e dos estudantes, como o que consideram “vergonhoso” apoio a José Sarney, a ocupação militar no Haiti e ao novo Enem, demonstrando que nos “momentos críticos é o governo quem pode contar com a UNE – e não os estudantes”.

Reafirmam a estratégia de não “disputar a UNE por dentro”: fora das lutas e engessada pelo controle institucional do governo, a UNE inviabiliza por inteiro que floresça um polo combativo em seu interior, e “propostas surgiram pela compreensão de que é possível e necessário que os lutadores armem as lutas em espaços que deem condições para tal. Por isso, reafirmamos a disposição da ANEL de organizar em seu interior ativistas e coletivos que também integram a esquerda da UNE”.

As resoluções tiradas, nesse sentido, foram todas na direção do fortalecimento da entidade e na reafirmação do compromisso com a unidade estudantil de oposição.

A questão financeira também foi tratada pelo foco de superar a prática de atrelamento que coloca em risco a unidade e a autonomia

da entidade, como ocorreu com a própria UNE na sua relação estreita com o governo federal. Foi proposta, então que a política financeira e de estruturação da ANEL parta de um aspecto central: garantir que a entidade tenha uma arrecadação regular e disso depender o “grosso” de sua estruturação financeira, o que implica na aproximação mais capilar da ANEL com o conjunto das entidades e estudantes que a constroem, para a contribuição financeira dessas entidades e/ou estudantes.

Todos os repasses serão contabilizados a partir de uma campanha, organizada pela CEN e CEEs, de cadastro nacional de entidades e estudantes que constroem a entidade. Será criado um caixa nacional da ANEL para financiar as iniciativas da entidade (Resolução do 1º Congresso da ANEL).

As resoluções do Congresso sobre a Concepção e Direção da ANEL resgatam quatro princípios fundamentais que a UNE abandonou: independência, classismo, ação direta e democracia. Nos anos que se seguem, após o 2º Congresso, inclusive, estes pontos serão confirmados como orientação da entidade.

Sobre a direção da ANEL as resoluções foram:

[...] A ANEL funciona a partir das Assembleias Nacional e Estaduais. Quem vota nas Assembleias Nacionais são delegados eleitos em entidades de base (DAs e grêmios) que elegem 2 e entidades gerais (DCEs e Executivas) que elegem 3 e oposições que elegem 1 delegado. Dessa forma, a ANEL fica vinculada diretamente e sob controle da base que representa.

As Assembleias Estaduais possuem autonomia para definir os critérios de votação (voto presencial ou por delegação), bem como a quantidade de delegados que irão representar as entidades e as oposições.

A Assembleia Nacional deve funcionar pelo menos 1 vez por semestre, e eleger uma Comissão Executiva Nacional que se reúne presencialmente a cada 2 meses, e nos intervalos, virtualmente. As Assembleias Estaduais devem funcionar ao menos 1 vez por semestre e eleger a Comissão

Executiva Estadual. As executivas devem funcionar através de Grupos de Trabalho e divisão de tarefas, como comunicação, finanças, combate às opressões, etc.

6) A Assembleia Nacional da ANEL, que se reúne semestralmente e é composta pelos delegados eleitos pelas entidades de base, é o fórum máximo de deliberação da entidade no período entre um congresso e o próximo. Para executar as tarefas definidas pela Assembleia Nacional será eleita uma Comissão Executiva Nacional (CEN) de estudantes. Esta Comissão estará subordinada a Assembleia Nacional, sendo seus membros eleitos por esta e podendo ter seus mandatos revogados pela decisão dos delegados da Assembleia Nacional da ANEL, permitindo um controle das entidades de base e dos estudantes que constroem a ANEL no dia-a-dia sobre a Comissão Executiva Nacional da ANEL.

7) *Os Congressos são seus fóruns máximos de deliberação e devem ser realizados a cada 2 anos, sob responsabilidade da CEN, com eleição de delegados em todo o Brasil.*

8) Essa concepção de entidade é fundamental para impedir a burocratização, o afastamento da base e o aparelhamento por qualquer organização política. É legítimo que os estudantes se organizem em partidos, mas estes não podem utilizar a entidade como um aparato seu. É preciso que o respeito às decisões democráticas dos fóruns da entidade sejam o norteador de sua política, e as executivas eleitas o condutor. Por isso a ANEL tem como princípio fundamental a democracia e a autonomia frente a todas as organizações, se propondo a defender os interesses dos estudantes livres.” (resolução do 1º Congresso da ANEL, realizado em junho de 2011). (Resoluções do 1º Congresso da Anel)

Nas resoluções sobre trabalho de base a ANEL destaca o reconhecimento da debilidade dessa prática no movimento estudantil e se propõe a contribuir para o debate: admitindo o esvaziamento das entidades de base e seu afastamento do cotidiano do conjunto dos estudantes; necessidade de romper com o preconceito com as cursos que não estão no universo da Ciências Humanas; importância da

presença dos estudantes nos órgãos colegiados como uma forma de ação direta para “desmascarar o verdadeiro sentido desses órgãos e das políticas que, através deles, o governo propõe” (resolução do 1º Congresso da ANEL).

Neste Congresso foram tiradas resoluções de ordem social e cultural como as que se referem à luta com Opressões, Combate ao Machismo a partir de exemplos de preconceito presentes no interior das universidades e escolas de ensino médio. Estupro, defesa do aborto, preocupação com a gravidez sem direitos, homofobia, racismo, opressão de gênero nos salários desiguais, ausência de direitos das mulheres levaram os estudantes da ANEL a apoiar todas as lutas, criar e incentivar campanhas e coletivos (Quilombo Raça e Classe, Movimento Mulheres em Luta na CSP-Conlutas, criar cartilha das opressões”) contra as opressões entendendo-as como parte da luta de classes, a partir da ideia de que só superando o capitalismo é possível acabar com as opressões. Segundo depoimento de militante de Santa Catarina, em entrevista, o número de estudantes que participavam dos grupos temáticos, principalmente ligados à questão de opressão, eram gigantescos, representando grande parte dos 1.500 estudantes que estavam participando do congresso, confirmando a preocupação dos jovens com as questões de ordem cultural e social e sua intrínseca relação com a política.

Também no Congresso de 2011 foram tiradas resoluções sobre o custo de vida da população, sobre o meio ambiente, sobre a saúde. Para responder com as reivindicações da maioria aprovam as reivindicações e lutas dentre as quais destacam-se: salário mínimo vital com escala móvel de reajuste; pela estatização sem indenização de todo o sistema privado de transporte coletivo, sob controle operário; a mudança do modo do sistema de transporte para a matriz ferroviária; fazer uma campanha nacional pelo passe livre nacional para desempregados e estudantes; fazer uma campanha nacional permanente contra os agrotóxicos e pela segurança alimentar; lutar pela implementação de disciplinas de educação ambiental nas escolas; pela estatização da indústria farmacêutica e contra as patentes dos medicamentos; pela inserção do debate sobre a saúde GLBTT nos GD’s tanto de saúde; cons-

trução de espaços que possam aprofundar o acúmulo sobre a discussão da luta antimanicomial sob uma ótica não reformista; fazer uma campanha nacional contra o ato médico através de debates confecção de materiais (cartilhas, jornais, panfletos), entre outras questões.

O 2º Congresso

No 2º Congresso realizado na UFJF, de 30 de maio a 2 de junho de 2013 em Juiz de Fora – Minas Gerais, muitas das questões, análises e resoluções reapareceram e se reforçam, assim como novas se acrescentam. Assim permanece o apoio e participação nas lutas dos trabalhadores e jovens da Europa, Oriente Médio, América Latina e do Norte, chamando as entidades e organizações de estudantes e da juventude a impulsionar e fortalecer a Rede Internacional de Solidariedade “Muitos Jovens, Uma Só Luta!” convocando campanhas e dias de ação unitários em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade e em apoio às distintas lutas estudantis e de juventude pelo mundo inteiro.

Numa nova análise de conjuntura procura desmistificar as ações do governo federal considerando que nos dez anos de poder, e apesar de a maioria da população acreditar que foram governos para os trabalhadores e a juventude, a realidade é que foram os banqueiros e os empresários os grandes beneficiários. Para os militantes, o Brasil segue sendo um país subordinado às grandes potências mundiais, dependente do investimento estrangeiro e das multinacionais. Está mais endividado do que nunca, mesmo com o pagamento das dívidas interna e externa religiosamente e os dez anos do PT mantiveram a privatização das riquezas e empresas do Brasil avançando a entrega da Petrobrás e do Petróleo para as grandes multinacionais. O fato de ter-se uma mulher presidente no país não significou avanços na vida das mulheres ou dos setores oprimidos, a violência contra as mulheres se encontra em níveis alarmantes, as mulheres recebem salários menores que os homens para as mesmas funções e os direitos democráticos dos oprimidos não avançam.

Algumas resoluções que se distinguem em avanço, neste 2º Con-

gresso da ANEL: a ANEL se coloca contra o Estatuto da Juventude, por considerar um grande acordo entre o governo Dilma, os empresários do entretenimento e a UNE, que ataca o direito da juventude de acesso a cultura; contra o corte da meia-entrada e o monopólio de carteirinhas da UNE, trabalhando com o Manifesto Nacional de Entidades, elaborando um abaixo assinado nacional, fazendo debates e atos por todo o país; continuar presentes na organização dos atos, passeatas e debates contra o aumento das tarifas e por transporte público de qualidade, intervindo com um programa que defenda a redução imediata das passagens, a estatização do transporte coletivo, a tarifa social e Passe Livre para estudantes, idosos e desempregados.

Esta campanha mobilizou os estudantes e resultou numa feliz coincidência no quadro da conjuntura daquele momento: a ANEL, tira nesse 2º Congresso a Campanha Passe Livre Já Brasil!” e o Congresso termina um dia antes de começar as manifestações de rua de junho de 2013 em São Paulo e em outras capitais, conhecida como as Jornadas de junho de 2013 (vide cronologia em anexo deste relatório) que levanta a bandeira dos transportes e a questão da Tarifa Zero fica em evidencia. Conta uma militante da ANEL entrevistada que muitos estudantes que participaram do Congresso, inclusive, ficaram no Rio de Janeiro para ajudar na campanha para as eleições do DCE, e participaram do início das mobilizações na cidade, outras fizeram o mesmo em São Paulo – “foi uma coincidência incrível” segundo depoimento de L. Depois de junho, o senador Renan Calheiros apresenta o projeto de Passe Livre Nacional e a Anel faz uma representação em Brasília exigindo a aprovação nacional do Passe Livre que tivesse a ver com as expectativas da juventude.

A gente não acha que inventou a roda, mas o lançamento da Campanha foi isso.... As manifestações que estavam acontecendo desde o ano de 2013 estavam acontecendo com a participação e influencia grande da Anel e essa manifestação, esse processo de luta resultou na aprovação do Passe Livre na grande Porto Alegre, que é um processo que está em curso (Depoimento de L. em 24 de janeiro de 2014).

Depois conseguiram influenciar na aprovação do Passe Livre em Natal. Vale indicar que, na ocasião, esta bandeira resultou numa divergência de apoio com o MPL – Movimento Passe Livre que inclusive conta com a participação de militantes da ANEL, por reivindicarem a Tarifa Zero, como os que estão envolvidos em Florianópolis, por exemplo, na Frente de Luta pelo Transporte Coletivo que levanta esta bandeira. A ANEL, que apresentou o projeto junto com uma vereadora lá em Natal, insiste em ir para a rua e conquistar a reivindicação argumentando que eram a favor da Tarifa Zero, mas que no momento era necessário tocar adianta a bandeira e conquista do Passe Livre por conta de toda uma luta. O MPL reconsidera sua posição com uma carta de apoio, ressaltando que era preciso caminhar para a Tarifa Zero. Esta divergência se origina da posição dos militantes da ANEL defenderem a Tarifa Zero, porém, de entenderem que ainda há um sentimento que mobiliza a juventude que tem a ver com o Passe Livre, incluindo algumas divergências com o projeto de Brasília que, acham, não especifica que tipo e como será o financiamento e que pode ser uma construção versus a ideia da municipalização, segundo a mesma militante. Para a entidade a pauta do Passe Livre é mobilizadora, por isso, a campanha. A viabilidade da luta pelo Passe Livre é mais concreta para a juventude, porque todo esse exercício das ações diretas, de ir para as ruas, lutar contra o poder público, o Estado, o seu braço armado que a polícia tem com sua linguagem da força, a juventude quando vai pra rua ela toma uma consciência diferente. Assim, aprovaram a Campanha “Contra o aumento de passagens, Passe Livre Já, Brasil!”, com o encaminhamento de confecção de materiais como adesivo e panfletos da ANEL para intervirem nas lutas contra o aumento das passagens, reivindicando a redução imediata das tarifas e a estatização do transporte coletivo, exigindo do governo federal a Implementação do Passe Livre Nacional Já e, ainda, debater com o movimento sindical, as entidades estudantis e o conjunto dos movimentos de luta pelo transporte público de qualidade a proposta de realizar uma Plenária Nacional para lançar a campanha. Em Florianópolis, a ANEL faz parte da Frente Municipal pelo Transporte Público e participa das manifestações de rua juntamente com outros coletivos, entidades e partidos.

Outros planos de luta que foram aprovados como resolução: sobre a educação, propôs-se seguir a campanha por 10% do PIB já para construir outro Projeto de Educação Pública, concretizando a confecção deste Projeto sob responsabilidade da CEN, através de um GT, expondo o programa da entidade sobre a educação. Jornada Unificada por Assistência Estudantil, com atos e manifestações locais, exigindo que o governo Dilma inclua no Orçamento Federal, investimento para o PNAES e exigindo também das reitorias, o fim da bolsa com contrapartida, o reajuste das bolsas para 1 salário mínimo, restaurantes universitários, moradias, creches e todas as garantias de permanência estudantil; extensão da “Bolsa Permanência” para todos os estudantes cotistas das universidades públicas; fim do Pronatec; criação de residências e bandejões nos IFETs Contra a expansão sem planejamento dos polos técnicos.

Sobre a realização da Copa do Mundo: para a ANEL a aprovação de sediar a Copa no Brasil implicou adaptar, ainda mais, o país para os empresários cujo único interesse é ganhar dinheiro com estes que deveriam ser os maiores espetáculos de confraternização dos povos. Que o governo brasileiro aprovou a lei geral da Copa que institui um verdadeiro estado de exceção, onde greves e protestos serão enquadrados como terrorismo com penas graves. Em nome da suposta mobilidade e revitalização urbana, o governo vem removendo famílias cuja consequência é a privatização de áreas das cidades. A construção e reforma dos estádios para a Copa segue esta mesma lógica de benefício aos empresários, lucros enormes das empreiteiras cujas obras estão sendo financiadas pelo dinheiro público. É uma verdadeira transferência de dinheiro público para os empresários. Diante disso o 2º Congresso resolveu: organize uma campanha nacional com o nome “A Copa tem que ser nossa! O povo não pode ficar de escanteio”; indicar que os militantes participem, organizem e impulsionem mobilizações contra as remoções e injustiças da Copa; construa os comitês populares da copa nos estados para engrossar a unidade de todo o movimento social na luta contra os crimes da Copa; coloquem-se contra a exploração da juventude brasileira no “voluntarismo” da Copa e contra toda legislação de exceção durante a Copa.

As lutas da ANEL

A pauta de lutas da ANEL é diversa e atinge o âmbito nacional e internacional quando desenvolvem campanhas em solidariedade aos povos em luta contra a dominação: campanha pela retirada das tropas brasileiras do Haiti; envio de representante ao Egito para prestar a solidariedade dos estudantes brasileiros à Revolução Árabe; envio de representantes ao Chile e Argentina para apoiar a luta contra a privatização da educação e por qualidade de ensino nesses países. A ANEL impulsionou a criação de um grupo para articular estudantes de vários países e realizar iniciativas políticas internacionais. Reuniram organizações estudantis de vários países e lançaram um manifesto, denunciando os ataques dos governos e exigindo seu direito ao futuro. A partir do manifesto, formaram o grupo “Muitos Jovens, Uma Só Luta” para fortalecer a solidariedade internacional e as ações unitárias de luta

No Brasil, estavam junto com os estudantes indignados com a corrupção no senado, participamos do movimento “Fora Sarney”; presentes nas mobilizações contra o aumento das tarifas de transporte e, segundo o portal da Assembleia, lançaram a campanha nacional “Passe Livre Já Brasil”.

Em 2011, de forma unitária com outras entidades sindicais e a Central Sindical e Popular – Conlutas, encaminharam um Plebiscito Nacional em defesa de 10% do PIB para a educação pública já; realizaram a campanha pela expansão com qualidade das universidades federais, que estão sendo totalmente sucateadas por meio das metas do Reuni. Na luta pela democratização do acesso às universidades estiveram presentes na luta contra o novo Enem e pelo livre acesso, sob a argumentação de que com o novo Enem a concorrência é ainda mais agressiva e desigual, o projeto assim como o Reuni avança na precarização das universidades e promove a falsa ideia de democratização no acesso. Estiveram presentes nas lutas contra o aumento de mensalidades e pela estatização das universidades pagas, pois a educação é direito, não pode ser tratada como mercadoria. Na luta contra as opressões, lançaram uma campanha nacional pela aprovação do projeto de lei que criminaliza a homofobia (PLC 122), realizaram “beijaços” contra a homofobia e lançaram uma

cartilha de formação e discussão sobre as mobilizações que movimento LGBTTT vem travando na defesa de seus direitos.

A ANEL está presente na construção das lutas dos trabalhadores e apoia as suas mobilizações e greves por todo Brasil. Um marco importante da unidade do movimento estudantil com os trabalhadores foi a sua participação no 1º Congresso da Central Sindical e Popular Conlutas entidade a qual são filiados pelo princípio da defesa da aliança entre trabalhadores e estudantes.

Ajudaram a construir aquela que foi considerada a maior greve unificada da educação nos últimos anos, organizando Comandos Locais e o Comando Nacional de Greve Estudantil. A greve conquistou muitas reivindicações como a abertura de bandejões, aumento no valor de bolsas permanência, reforma de prédios etc.

As concepções que orientam a entidade

Segundo os documentos disponíveis on-line sobre as concepções que orientam a ANEL, a tarefa central da entidade foi resgatar os princípios e bandeiras que a UNE deixou de lado quando se aliou ao governo. Seus posicionamentos e todas as suas campanhas políticas relacionam-se diretamente com os princípios, que defendem. São eles:

- *Independência política dos governos federal e estadual* para defenderem os interesses comuns dos estudantes e da maioria da sociedade.

- *Independência financeira*

Mantêm a entidade através de nossas campanhas financeiras, não aceitam dinheiro dos governos nem de empresários para produção de materiais, preparação de assembleias e congressos e demais atividades da entidade.

- *Democracia com o controle dos estudantes*

Nos fóruns da ANEL todos têm liberdade de expressar suas opiniões e decidir os rumos da entidade. Segundo a entidade isso é o que garante que reflita em seus fóruns as reais demandas estu-

dantis. Após os debates, todas as propostas vão ao plenário e são votadas pelos delegados eleitos em suas escolas e universidades. Assim, quem controla e dirige a entidade são os estudantes que constroem a ANEL no dia a dia.

- *Ação direta*

Apostam na mobilização dos estudantes para conseguir suas reivindicações. Definem a ação direta como mobilização, manifestações, passeatas, paralisações, ocupações, como formas de pressão sobre as autoridades. “Nossa principal arma é a nossa capacidade de organizar e mobilizar os estudantes”.

- *Luta contra as opressões*

Luta todo dia, contra o machismo, o racismo e a homofobia!. A ANEL se propõe presente em defesa dos direitos das mulheres que sofrem com machismo, dependência financeira e ainda sofrem com a violência doméstica. Se colocam contra a herança do passado de escravidão e sofrimento, e um presente de descaso dos governantes e racismo; defendem os LGBTTs que são vítimas da frequentes da intolerância que mata e humilha, pelo combate à homofobia. Estão na luta por creches para as jovens estudantes, na defesa das cotas raciais e na luta pela aprovação da PLC 122, que criminaliza a homofobia.

- *Unidade com a Classe trabalhadora*

A ANEL desde a sua fundação é filiada à CSP-Conlutas, Central que surgiu da necessidade de reorganizar o movimento sindical, mas ela também o movimento popular, de luta contra as opressões e o movimento estudantil. Estão presentes nas lutas da entidade em defesa dos trabalhadores

- *Internacionalismo*

Considera que a juventude está protagonizando as principais mobilizações no mundo, na Revolução Árabe, na luta contra a privatização da educação no Chile, nas ocupações das praças na Espanha e em Wall Street. Esse é o poder que afirmam ter de tomar a história nas mãos e mudar o mundo.

A ANEL e os partidos políticos

A presença de militantes do PSTU é um elemento absorvido como parte do processo de criar uma entidade que identifique seus membros pelos princípios que orientam suas concepções de movimento estudantil. Este é um aspecto que, percebemos, relacionam interesses tanto por parte da entidade quanto dos partidos que dela participam. A ANEL compreende que a sua construção, sob fundamentos de uma democracia participativa sintetiza as mais diversas polemicas e divergências políticas, deve ser um exercício de tolerância que se apoia numa estrutura criada para isso:

[...] por exemplo, o que a maioria das pessoas que estão discutindo decidirem, o que decidirem é preciso ser aplicado. Agora a ANEL tem um caráter diferente: daí é uma análise política nossa, não existem cargos, não existe um presidente na ANEL e as pessoas ficam um pouco confusas com isso. A gente tem uma coordenação, tem uma executiva tirada dela que toca os trabalhos e a gente tem, agora na segunda semana de março, uma Assembleia a Nacional da ANEL, tipo minicongresso (Depoimento de militante ANEL/PSTU, janeiro de 2014).

O próprio perfil da militância da entidade já define esta forma de conduzir o processo decisório e o convívio da entidade:

Os militantes constroem estes fatos e há uma tendência de dizer que a ANEL é um aparelho do PSTU, também, o Conlutas – CSP, agora tem de tudo na ANEL, tem todos os tipos de pessoas e organizações, muitas organizações, grupos independentes, pessoas individuais reivindicando-se independentes e o debate acontece nesse contexto. É um fato que grande parte das posições que são colocadas pelos mecanismos democráticos estabelecidos nesses espaços tem uma influência, ou são propostas de militantes do PSTU, debatidas. Parece assim... aparelhamento, mas a gente constrói a ANEL (Depoimento de militante ANEL/PSTU, janeiro de 2014).

É coerente que os militantes partidários na ANEL falem da sua participação na entidade como “construir a ANEL. Talvez não seja possível separar o “joio do trigo” nestas circunstâncias em que participar, é criar com, ou seja, o PSTU é um dos mentores aceitos e legitimados como criador e gestor da oposição na UNE. A orientação política que militantes organizados em partidos devem ter de participarem de espaços como UNE e ANEL

A gente faz um chamamento permanente para que todas as organizações, como as que são do PSOL, como a juventude prestista, como as Brigadas Populares, e todos os que estão na UNE venham para a ANEL... o tempo inteiro, e a gente tem conseguido isso nacionalmente; varias organizações menores que façam este movimento nacional, e organizações independentes, que não são partido são organizações políticas que a gente constrói em conjunto como a Liga Estudantil Revolucionária, LER, no Rio Grande do Sul tem vários. O tempo todo para que a gente construa uma entidade que tenha dentro dela as mais diversas polemicas e divergências... agora que tem alguns princípios (Depoimento de L. em 24 de janeiro de 2014).

Nesse sentido, o próprio partido presente na ANEL se legitima e enfrenta a crítica de aparelhamento dado que, na realidade, a presença partidária sob o molde centralizador e atrelado, através da juventude do Partido Comunista do Brasil, aliado e parte do governo federal, a UJS – União da Juventude Socialista, esta envolvida diretamente nas questões dos financiamentos que recebem do governo.

Segundo militantes, a horizontalidade na estrutura de funcionamento da entidade, o fato de não haverem cargos, a entidade não ter presidente, parece que afasta um setor que não vem para a ANEL, embora este seja um ponto contraditório no campo de disputa política entre ANEL e UNE quando alguns setores desta ultima se colocam na disputa da entidade. L. explica com propriedade esta situação:

[...] há muita disputa... setores do PSOL... não entendemos porque não vem à esquerda... propõem a UNE Vermelha,

mas tentam um chamamento o tempo inteiro para que venha para a ANEL”. (...) “Hoje pode-se dizer que a grande maioria da militância do PSTU está na ANEL, mas a gente tem notado que a ANEL tem saído, em lugares sem a presença do PSTU, lugares pequenos que não querem ser UNE e querem tocar a entidade a partir dos princípios e resoluções. Ela não se sustenta, pois, apenas com os militantes do PSTU, caminha para isso. Está maior que isso. Ao mesmo tempo não é verdade que os Congressos refletiam, na posição majoritária, as posições do PSTU: 1500 delegados não são a juventude do PSTU.... são muito mais que isso! (Depoimento de L. em 24 de janeiro de 2014).

Os militantes da ANEL entendem que a esquerda tem uma tradição de disputa de ideias que precisa ser resgatada e que está na tradição, inclusive, de setores da esquerda que é lutadora, mas que permanece na UNE e que não consegue ser hegemônico a ponto de levar lutas e processos em a direção a uma atuação estudantil mais radical, não consegue levá-los “para a rua”. Se concentram na disputa do aparato e se perdem na luta de conteúdo.

A ANEL começa a crescer com os eventos de junho, contra o aumento das passagens....ela tem aparecido em muitos espaços dando uma projeção muito grande e isso leva a disputa e quem não sai da maioria da UNE não está disposto a largar, a continuar recebendo dinheiro do governo....e defendendo o gov e a reforma, os projetos... A disputa das ideias é saudável (Depoimento de L. em 24 de janeiro de 2014).

Para L., que também é militante do PSTU-SC, a disputa de ideias levou em muitas épocas a discussões acaloradas dentro do quadro da ideias marxistas e aos avanços da própria teoria e entender isso como um problema conduz a uma compreensão despolitizada, do papel de uma entidade nacional como a ANEL.

A ANEL está presente em quase todos os estados da Federação. No Sul do país está presente nos municípios de Criciúma e Florianópolis.

lis no Estado de Santa Catarina; em Maringá, Londrina e Curitiba no Estado do Paraná e nos municípios de Passo Fundo, Santa Maria, Porto Alegre e na Grande Porto Alegre no Estado do Rio Grande do Sul.

Não se articulam como sul, são ainda principiantes na organização estadual. Como não tem estrutura enfrentam dificuldades e por isso se reúnem muito pela internet. Em 2013 fizeram um encontro estadual em Florianópolis, no início do mês de novembro quando compareceram representantes de Florianópolis, Criciúma, São José, Blumenau local que está procurando construir a ANEL. Neste encontro participaram, também, representantes do Movimento Passe Livre, do Coletivo Somos Pagu com a finalidade de construírem uma pauta unificada para lutar no Estado. Não tem estrutura muito concreta e quando se reúnem quando é possível. Nacionalmente aconteceu vários encontros estaduais e em SC, sendo que na 2ª semana de março de 2014, vai acontecer a Assel – Assembleia Nacional no Estado de São Paulo, ocasião onde pretendem organizar uma comitiva com Criciúma e demais cidades interessadas. Espera-se umas 500 pessoas nesse evento.

A ANEL e as jornadas de junho de 2013

Foi grande a participação da ANEL nas manifestações, protestos de rua que resultaram nas Jornadas de Luta de Junho de 2013, já discutidas, anteriormente, neste relatório. Entrevistas, depoimentos, palestra, participação mesas redondas, deram adquiriu projeção à entidade e emparelhou-se com a presença de jovens de outras organizações, coletivos, entidades que foram importantes naquele momento. Eram convidados a atuar como líderes, mas geralmente recusavam o rótulo e usaram, em alto e bom tom o seu direito à liberdade de pensamento e de dizerem o que pensam, ou melhor, o que os seus coletivos pensam. Reforçaram o eles mesmos pensam do seu papel social como jovens: de que mobilização da juventude é um termômetro, um fenômeno mais estrutural do que se passa no país, de questionamento de tudo que está acontecendo e da dinâmica da política econômica aplicada pelo governo. Se lembrarmos de Melluci, são a caixa de ressonância da realidade (Melluci, 1997).

Foi neste sentido que representantes da ANEL avaliaram politicamente aquele momento, numa entrevista coletiva com outros movimentos que participaram das Jornadas de Luta em 2013, à revista *Caros Amigos*³⁵. Nas críticas e análises de conjuntura do país evidenciaram as posições da entidade que tem como pauta as questões urbanas e consideraram que o principal elemento desde o princípio dessa mobilização foi a combinação entre a situação de completo abandono dos serviços públicos com a preparação do país para um evento do porte da Copa do Mundo, a contradição entre o volume gasto com as obras e a qualidade dos serviços públicos na saúde, educação, transportes como catalisadores do processo. Destacaram que a UNE, a CUT e outras organizações tradicionais do movimento que deveriam integrar este processo passarem a representar os interesses do governo.

Segundo Arielli, militante da Anel entrevistada, a internet cumpriu um papel fundamental de disseminação da informação, conseguiu fazer a comunicação massiva de pessoas para marcar locais dos atos, denunciar ação da PM etc. Possibilitou chegar onde não se chegaria num momento anterior, e lembrou que mesmo eficiente este meios contemporâneos de comunicação não isentam a responsabilidade do movimento chegar estar presente nas ruas, nas escolas, nos bairros porque nem todos acessam a rede.

A crítica ao governo, mais uma vez esteve presente mostrando o papel que seu braço armado teve durante as manifestações, a exemplo do governo do estado de São Paulo que só adota a política de abordar os movimentos sociais com truculência, postura de tentar acabar com o questionamento social com a força com a cumplicidade do governo municipal e federal.

O uso da força nacional para reprimir as manifestações foi igual àquela que reprime os operários em greve”. Chamou a atenção o discurso da presidente dizendo que representava tanto a população que estava nas ruas quanto aquela que não

³⁵ “A tarefa é fortalecer as lutas sociais: jovens que organizaram os atos pelo passe livre falam sobre as maiores manifestações vistas no país”, em *Caros Amigos*, n. 196, p. 32-36, 7 jul. 2013, .

estava. Entretanto aquela que não estava apoiando é uma elite que queria o fim das manifestações (...). A resposta que a presidente deu com a reforma política, na realidade responde ao fato de que a maioria das pessoas não se sente representada pelas instancias políticas, mas também, tem um questionamento em relação à representatividade tradicional o do movimento. O movimento social precisa entender que o caminho é o da mobilização junto com independência política e financeira em relação ao governo (Arielli, em entrevista à revista *Caros Amigos*, 2013, p. 34).

Os objetivos e princípios da ANEL, foram lembrado quando argumentado que há necessidade do movimento estudantil se reorganizar sob nova bases, já que as formas tradicionais não são mais representativas:

[...] o movimento de junho tem a responsabilidade de permanecer nas ruas e não ter medo das mobilizações que desencadearam. Seguir se manifestando, disputando as pautas e os métodos de organização [...] A ANEL busca ser um espaço em que as pessoas possam se reunir e buscar novamente caminho da luta, o caminho da independente da economia e política em relação aos governos e retomar a luta a lado dos trabalhadores.

A análise de outra militante completa a visão do papel da juventude que parece ser comum entre a militância: a de que não se pensam como jovens, mas como aqueles que vivem um momento histórico como o de junho 2013 que os influencia. Ou seja: o que ocorreu foi algo histórico, algo recorrente quando pessoas entram num processo de luta e aumentam a consciência das coisas, conforme a visão marximiana. E ainda, depois de junho toma-se consciência muito maior das coisas, hoje as pessoas estão mais críticas por uma questão histórica que faz com que a consciência das pessoas avance, quando as pessoas estão percebendo mais as coisas, as pessoas estão discutindo mais política estão se expondo de modo mais crítico “[...] se isso vai resultar num novo junho a gente não sabe, mas que a consciência dos trabalhadores,

da juventude, o povo que foi pra rua mudou depois de junho” (Depoimento de L. em 24 de janeiro de 2014).

A militância política numa entidade que supere o desgaste histórico que foi sofrendo o movimento estudantil nos últimos anos, tem sido uma alternativa para o engajamento político de jovens. A ANEL foi criada nesta perspectiva e sua atuação tem resgatado a presença crítica do movimento estudantil que desde o seu início, através de sua entidade maior, a UNE – União Nacional dos Estudantes, teve como pauta as grandes questões nacionais. Lutou contra as formas autoritárias de poder do Estado, na escola na família, na sociedade, enfim, direito à participação igualitária, nas mais variadas instâncias sociais visando combater a discriminação e o domínio de classe. O caráter dessas lutas encontrou sua síntese nos anos de luta contra a ditadura militar e formou uma tradição histórica junto aos estudantes.

A perda dessa experiência pode levar a riscos de concretização de mudanças profundas sofridas pela universidade pública brasileira, hoje subsumida numa visão instrumental do ensino e da pesquisa, e por entidades estudantis cooptadas pela mesma lógica, não fossem os grandes esforços que essa nova geração de jovens tem feito para re-fundar o movimento estudantil independente e crítico.



LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE

O Levante Popular ganhou notoriedade entre os grupos juvenis ao realizar, no ano de 2012, os “escrachos” contra criminosos da ditadura” – uma forma de apoiar a criação da Comissão da Verdade (Lei n. 12.528, de 2011, do Congresso Nacional, que cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República)

encarregada de investigar os crimes cometidos no último período de ditadura militar no Brasil. O Levante organizou uma série de eventos inspirados nos escrachos argentinos, como, por exemplo, sinalizando a localização onde vivem pessoas acusadas de ligação com as práticas de tortura na ditadura.

Os *escraches* contribuíram, de certa forma, para alterar a percepção comum sobre a falta de conhecimento histórico da população brasileira, principalmente os mais jovens. A adesão de centenas de jovens aos escrachos revelou que uma parcela destes jovens, além de saber sobre o período da ditadura militar, não aceita a ausência completa, até aqui, de punição aos representantes do estado encarregados das práticas de tortura contra presos políticos.

A formação do Levante³⁶ ocorre em meados da década passada e está diretamente ligada ao partido Consulta Popular³⁷, a Via Cam-

³⁶ Em entrevista publicada no sítio do portal *Carta Maior*, o membro do Levante Lucio Centeno comenta a formação do movimento: “Nenhum de nós aqui iniciou essa construção do Levante. Ela foi fruto de um trabalho de mobilização e da iniciativa que alguns companheiros tiveram no final de 2005, quando movimentos ligados à Via Campesina, incentivados pela Consulta Popular, identificaram que era necessário naquele momento fortalecer o processo de organização da juventude, em especial da juventude urbana. No campo já havia um processo relativo de organização com os movimentos da Via, mas muito pouco no meio urbano. A partir dessa leitura, alguns companheiros assumiram a tarefa de construir o que viria a ser o Levante Popular da Juventude. E o Levante nasce com a característica de ser uma ferramenta da juventude e não apenas de um segmento desse setor. Desde o início, se tinha a leitura da necessidade de se organizar não apenas os jovens estudantes universitários, mas também os jovens das periferias urbanas e, principalmente, articular essa juventude que não tinha um referencial de organização como tinha a juventude camponesa, organizada em torno da Via. O Levante nasce, então, com essa característica de aglutinar diferentes segmentos da juventude a partir de diferentes meios de inserção”. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Levante-Popular-da-Juventude-quer-renovar-praticas-da-esquerda%0D%0A/4/26268>>. Acesso em: 5 fev. 2014.

³⁷ De acordo com a página do Consulta Popular na internet (consultada em 11/02/14), surgiram em 1997, impulsionados pelos movimentos sociais, especialmente o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Nos setores populares e movimentos sociais que não perderam o seu horizonte de esperança, iniciou-se um novo processo de retomada do trabalho de base, da formação e das lutas de massas, recusando-se a se adaptar a uma lógica que transformou a política na “arte do possível”. Isso permitiu que não fossem absorvidos pela lógica eleitoral que hegemonizou o pensa-

pesina e ao Movimento dos Trabalhadores sem Terra. Na descrição dos militantes, o Levante seria uma forma urbana para fomentar uma alternativa de movimento social para os jovens na prática de socialismo. Em entrevista concedida para a pesquisa, a militante do Levante Hexplica a relação entre o Levante e a Consulta Popular (para alguns críticos o levante seria uma ferramenta do partido):

Não definiria (o Levante) como um braço (do Consulta Popular), definiria como um movimento social, claro tem influências de uma análise que é do mesmo campo, tem militantes que fazem parte da Consulta Popular no Brasil todo, e o CP foi fundamental pra esse processo que começaram o trabalho de base na perspectiva de nacionalização do Levante, mas há um esforço da frente grande pra que seja de fato um movimento social o que ainda é muito novo mas que seja um movimento social massivo e suprapartidário, inclusive a gente conversa com muitos militantes de outros partidos daqui que se aproximam e querem contribuir também, é que esse é um processo bastante incipiente e difícil (militante H. em entrevista concedida no dia 22 julho de 2013).

A militante H. reforça o caráter eminentemente juvenil do Levante, o que ficou visível durante os citados escrachos: “Com certeza podemos dizer que o pessoal do Levante Popular é principalmente juvenil. Nossa coordenação nacional tem todos seus integrantes com menos de 30 anos, menos de 27 anos” (militante H. em entrevista concedida no dia 22 julho de 2013).

Estrutura organizativa

O Levante tem uma estrutura nacional federativa, com representação nos estados (em todos os estados, segundo H.), cerca de quarenta pessoas fazem parte dessa coordenação nacional. Além disso, existe um grupo menor – uma coordenação executiva – que se reúne com

mento de esquerda e unificou centenas de militantes pela defesa de uma alternativa popular para o Brasil em contraposição ao Neoliberalismo.

mais frequência e tem como tarefa as políticas formuladas pelas coordenações de cada estado. Nos Estados, como no Paraná e Rio Grande do Sul, a organização funciona na forma de células.

Que são o grupo menor e que se organiza territorialmente ou com universidades ou por grupos de afinidades como o Hip Hop esses são nossos grupos de base que chamamos de células e dentro dos espaços temos coordenações estaduais que são escolhidas dentro dos acampamentos estaduais que acontecem, a gente está ainda definindo aprimorando esse modelo, mas a princípio acontecem anualmente nos acampamentos estaduais e reuni o máximo de jovens possível e aí tira uma coordenação estadual. A partir do trabalho de base das células onde a gente tem trabalho organizado do Levante as células são do Levante e aí onde a gente não tem essas células organizadas a gente tenta fazer contato com outros movimentos sociais que estão próximos a juventude do MST, mas existe jovens que acabam se interessando através de oficinas, a gente procura algum outro espaço que a gente se encontra, aí a gente vai tentando mobilizar esses contatos mesmo que não sejam... pra participar desses acampamentos. O acampamento é nosso grande momento de apresentação, agitação, propaganda da luta, é um momento que os jovens conhecem o Levante pela primeira vez e daí se estabelece um vínculo que vai sendo trabalhado no trabalho de base (militante H. em entrevista concedida no dia 22 julho de 2013).

O funcionamento da estrutura do Levante e sua forma de seleção dos militantes lembra a tradição da formação de partidos políticos tradicionais. H lembra que a origem e a ligação do Levante com o Consulta Popular e também o acompanhamento junto ao Centro de Formação de Movimentos Rurais de São Paulo construíram esse modelo orgânico de organização que, em vários pontos, se assemelham à estrutura partidária, “a gente está em um processo de tentar construir uma estrutura que dê conta desse movimento social da juventude que ainda está em construção, tentando aprimorar a todo momento. Mas claro, a gente se inspira em muitos movimentos que a gente já conhe-

ce, na metodologia que a gente conhece” (militante H. em entrevista concedida no dia 22 julho de 2013).

Além do Consulta Popular, H. fala da aproximação com outros partidos do campo de esquerda, como correntes do Partido dos Trabalhadores. Tais articulações funcionam no sentido de fomentar uma aliança política dentro de um projeto socialista. Em decorrência dessa articulação recentemente o Levante recebeu um prêmio da presidente da República relativo à “luta pela memória e verdade”, principalmente pelos escrachos promovidos contra acusados de crimes no período da ditadura. Sobre a relação com o Governo Federal e os partidos da base governista, H. salienta:

Essa aliança que temos com as correntes do PT se dá muito mais a nível dos movimentos estudantis principalmente, pelas universidades, então a gente tem como alianças prioritárias nesse campo, agora em relação a luta pela memória, verdade e justiça, é uma luta que começou por conta dos escrachos em 2012 e a gente começou a ser conhecido por conta dessa pauta, sendo uma referência para vários grupos, varias entidades de organizações que constroem na verdade memória e justiça e não necessariamente com o PT, ou esses grupos que citei, enfim o reconhecimento que tivemos através desse premio foi por essa luta, e ter construído e funcionado esse debate na sociedade que rendeu uma serie de vitorias em relação aos direitos humanos e a relação que a gente tem com o Governo Federal é uma relação nem de base governista, porque a gente não disputa eleição, porque somos de um movimento social e também somos parte da oposição de esquerda, não quero vinculação com o pessoal, nem com o PSDB, mas a gente faz uma analise que é de um movimento social....pressionar o governo quando tem que pressionar e de apoiar medidas que são progressistas infelizmente não são tantas, mais a gente apoia quando existe (militante H. em entrevista concedida no dia 22 julho de 2013).

A organização da juventude em torno de um projeto político aparece com destaque nas intervenções públicas do Levante, tanto em seu

sítio na internet, quanto em blogs ligados ao grupo e depoimentos de seus participantes, como H:

Acho que o objetivo central do Levante é conseguir organizar os jovens...para contribuir construir um projeto popular para o Brasil, a gente tem até essa dificuldade de construção de uma bandeira, que geralmente os movimentos sociais se organizam em torno uma bandeira muitas vezes econômica e a gente tem dificuldade de identificar uma única bandeira com uma juventude que é tão diversa, já que a gente não organiza só um movimento juvenil, então a gente tem uma série de bandeiras de direitos sociais pra juventude que a gente luta, mas a gente tem uma referencia histórica que é desse campo político que luta por um projeto popular do Brasil (militante H. em entrevista concedida no dia 22 julho de 2013).

Com os princípios da formação socioeconômica, o Levante objetiva uma “ruptura social bastante grande”, criando condições para uma tradição socialista. Pelo conteúdo exposto no sítio eletrônico do grupo:

O Levante Popular da Juventude é uma organização de jovens militantes voltada para a luta de massas em busca da transformação da sociedade. SOMOS A JUVENTUDE DO PROJETO POPULAR, e nos propomos a ser o fermento na massa jovem brasileira. Somos um grupo de jovens que não baixam a cabeça para as injustiças e desigualdades. A nossa proposta é organizar a juventude onde quer que ela esteja. Deste modo, nos organizamos a partir de três campos de atuação:

- 1) no meio estudantil secundarista e universitário;
- 2) nas periferias dos centros urbanos e
- 3) nos setores camponeses.

Nesta última frente de atuação também articulamos a juventude dos movimentos sociais, em especial da Via Campesina. Portanto, o Levante é composto hoje por jovens exclusivamente do movimento, bem como jovens que constroem outros movimentos sociais que acreditam no projeto popular.

Nosso principal objetivo é multiplicar grupos de jovens em diferentes territórios e setores sociais, fazendo experiências de organização, agitação e mobilização. Também queremos ir em busca de força motriz da Revolução Brasileira, ou seja, ter inserção social em diferentes categorias do povo que possam vir a levantar-se no novo período, que virá, de ascenso das lutas. Enxergamos um mundo dividido entre aqueles que exploram e oprimem e aqueles que trabalham e que têm o fruto de seu trabalho roubado. Esse é o sistema capitalista-patriarcal-racista, que cria uma relação de dominação entre culturas e povos, destrói o meio ambiente, oprime e explora as mulheres, assassina a juventude negra, silencia gays e lésbicas e tolhe, cotidianamente, todos os nossos sonhos. Entendemos que só com o povo unido, metendo a mão junto, é possível construir o novo mundo que sonhamos. Para isso é preciso apresentar um projeto de nação diferente, que derrube o projeto das classes dominantes onde uma pequena parte da população explora e domina a maior parte. A construção do Projeto Popular para o Brasil nada mais é do que a conquista das reivindicações históricas que sempre nos foram negadas pelos poderosos de nosso país, como educação, saúde, transporte, cultura, esporte e lazer que sejam realmente públicos e de qualidade bem como o trabalho decente que possa dar ao jovem a oportunidade de ter uma vida digna. A solução de tais problemas, que atingem a grande maioria da população, só virá a partir da reorganização radical da nossa sociedade, ou seja, devemos fazer uma revolução.

Nosso movimento se baseia num tripé:

1. Organização (acúmulo de forças);
2. Formação (práxis* transformadora);
3. Lutas (atacar o sistema).

*Práxis = teoria + prática

O Levante organiza a juventude para fazer denúncias à sociedade por meio de ações de Agitação e Propaganda (agitprop), ou seja, várias técnicas de comunicação e expressão da juventude com o povo, como músicas, grafismo (grafite), dança,

teatro, fanzines, faixas, adesivos, murais, gritos de luta, etc. O conceito clássico de movimento social se relaciona à existência de uma ou mais bandeiras de luta que unifiquem os sujeitos envolvidos, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por exemplo, lutam pela reforma agrária popular, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) lutam contra a forma injusta de construção das hidrelétricas, etc., ou seja, faz parte do grupo quem se identifica com sua pauta reivindicatória e se engaja por essas conquistas. O diferencial do Levante é que não elegemos bandeiras prioritárias, mas nos colocamos ao lado das mobilizações que reivindicam melhores condições de vida para a juventude brasileira. Num contexto onde falta quase tudo na vida cotidiana do jovem, nosso método é mostrar que sem a organização coletiva e luta nenhuma conquista verdadeira é possível. A perspectiva que o Levante oferece é a possibilidade de estar organizado/a coletivamente para viver e para lutar. Fora da organização as ações isoladas de um indivíduo, por mais justas que sejam, não tem sucesso. Portanto, o que o Levante possibilita às pessoas é o reconhecimento da sua condição de sujeitos e a construção de possibilidades para que estes recuperem a sua capacidade de intervenção política.

Entre em contato com o Levante nos estados para começar o trabalho na sua cidade. O importante é estarmos sempre em movimento, organizando a juventude do povo brasileiro, acumulando forças para a construção do Projeto Popular.

“SE ELES NÃO NOS DEIXAM SONHAR, NÃO OS DEIXAREMOS DORMIR.”

SOMOS O LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE

O Levante atua junto aos movimentos da Via Campesina e movimentos urbanos como o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), com a intenção de construir a organização popular em comunidades, vilas, escolas, assentamentos e acampamentos do Rio Grande do Sul.” – blog do levante popular.

Nesta última frente de atuação também articulamos a juventude dos movimentos sociais, em especial da Via Campesina.

Portanto, o Levante é composto hoje por jovens exclusivamente do movimento, bem como jovens que constroem outros movimentos sociais que acreditam no projeto popular.

Nosso principal objetivo é multiplicar grupos de jovens em diferentes territórios e setores sociais, fazendo experiências de organização, agitação e mobilização. Também queremos ir em busca de força motriz da Revolução Brasileira, ou seja, ter inserção social em diferentes categorias do povo que possam vir a levantar-se no novo período, que virá, de ascenso das lutas.

O Levante organiza a juventude para fazer denúncias à sociedade por meio de ações de Agitação e Propaganda (agitprop), ou seja, várias técnicas de comunicação e expressão da juventude com o povo, como músicas, grafismo (grafite), dança, teatro, fanzines, faixas, adesivos, murais, gritos de luta, etc.

O conceito clássico de movimento social se relaciona à existência de uma ou mais bandeiras de luta que unifiquem os sujeitos envolvidos, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por exemplo, luta pela reforma agrária popular, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) luta contra a forma injusta de construção das hidrelétricas, etc., ou seja, faz parte do grupo quem se identifica com sua pauta reivindicatória e se engaja por essas conquistas. O diferencial do Levante é que não elegemos bandeiras prioritárias, mas nos colocamos ao lado das mobilizações que reivindicam melhores condições de vida para a juventude brasileira. Num contexto onde falta quase tudo na vida cotidiana do jovem, nosso método é mostrar que sem a organização coletiva e luta nenhuma conquista verdadeira é possível.

A perspectiva que o Levante oferece é a possibilidade de estar organizado/a coletivamente para viver e para lutar. Fora da organização as ações isoladas de um indivíduo, por mais justas que sejam, não tem sucesso. Portanto, o que o Levante possibilita às pessoas é o reconhecimento da sua condição de sujeitos e a construção de possibilidades para que estes recuperem a sua capacidade de intervenção política.³⁸

³⁸ Disponível em: <<http://levante.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 7 out. 2013.

Os “escrachos” como forma de ação política

A realização dos escrachos tornou-se uma característica marcante na ação do Levante. Para detalhar melhor como se dá essa posição do grupo, recorreremos à entrevista concedida ao portal da internet *Carta Maior*³⁹, em 2012, em Porto Alegre, pelos militantes do Levante Lucio Centeno, Janaita Hartmann e Lauro Almeida Duvoisin, que além dos *escraches* esclarecem alguns pontos sobre o funcionamento e objetivos do Levante.

A ideia é que a juventude pode ser o setor dinâmico para voltar a impulsionar a luta. Daí a decisão de não segmentar a juventude como uma categoria no sentido econômico-corporativo, e fazer com que ela irradie sua força e sua prática para outros setores da sociedade, seja da classe trabalhadora urbana, do meio camponês ou do meio popular urbano. O objetivo é que ela forme novas referências e novos militantes para que o movimento cresça em todas essas frentes. A gente fala muitas vezes que o Levante não nasceu para dar conta de uma demanda específica, mas para buscar qual é a pauta capaz de levantar a juventude. E como o Lúcio afirmou, o Levante também se insere em uma estratégia que é maior do que ele, que é a construção, pelo campo da esquerda popular, de um projeto para o Brasil. Temos clareza que esse projeto não será construído só pela juventude. O Levante é uma parte de todo esse movimento. Sua tarefa é organizar a juventude por demandas específicas e por um projeto político maior, procurando também formar militantes para todas as outras frentes que compõem essa estratégia.

Esse é outro aspecto diferencial do Levante na medida em que ele não tem uma bandeira econômica setorial definida. O MST, por exemplo, tem claramente um horizonte que é a construção de uma reforma agrária popular. Já o Levante, por aglutinar diferentes setores da

³⁹ Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Levante-Popular-da-Juventude-quer-renovar-praticas-da-esquerda%0D%0A/4/26268>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

juventude e, principalmente, por ter uma perspectiva de luta política por um projeto de sociedade, e não só por demandas específicas, desenvolve um conjunto de lutas a partir daquilo que entendemos como um projeto popular para o Brasil. Então, embora não tenhamos uma bandeira claramente definida, pretendemos fortalecer e contribuir para a construção de um conjunto de bandeiras que apontam para esse projeto popular para o Brasil, para o fortalecimento de um projeto democrático e popular, que passa pela reforma agrária, pela descentralização dos meios de comunicação, pela garantia dos direitos básicos de educação, saúde, moradia, transporte.⁴⁰

As jornadas de junho de 2013

Sobre as jornadas de junho, para H. o levante – e outros grupos com que mantém contato – ainda estão para fazer a análise de todos os acontecimentos, desdobramentos e a forma de participação do grupo.

A gente ainda tá construindo uma análise porque as esquerdas ficaram um pouco perdidas nesse momento, mas nossa leitura sempre foi que o processo de transformação de grande porte em qualquer sociedade se dá através de movimentos massivos, a gente sempre esperou isso. Então todas as contradições que esse processo gerou, todas as disputas foram geradas não tiram (o fato) de que massas foram pras ruas e que grande parte delas era a juventude, então a gente não podia se retirar desse processo de maneira alguma, quando construiu as mobilizações no que foi possível, somando [com] as assembleias populares, as frentes unidas do transporte, as organizações que tentaram mais ou menos organizar esses atos... e [o Levante] tentou participar dessa construção. Onde não foi possível, (o Levante atuou também) somando da mesma forma nas ruas levando nossa agitação, participando nesse processo enquanto juventude organizada da mesma forma tentando criar referência pra

⁴⁰ Disponível em: <www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Levante-Popular-da-Juventude-quer-renovar-praticas-da-esquerda%0D%0A/4/26268> Acesso em: 10 nov. 2013.

esses jovens que foram pras ruas muitas vezes pela primeira vez que além de não terem nenhum referencial organizativo ainda tinham uma repulsa (aos movimentos sociais) (militante H. em entrevista concedida em 22 de julho de 2013).

H. ressalta a importância da bandeira e da unidade em torno do transporte, mesmo que o “MPL não seja tão organizado no Paraná”. Por isso talvez as manifestações em Curitiba não tenham sido tão marcantes como em outras cidades (incluindo Florianópolis e Porto Alegre, as outras capitais dos estados do Sul do Brasil, que registraram manifestações descritas como “históricas”).

Não foi tão grande aqui não, foi principalmente durante uma semana logo depois que houve repressão em SP desembocou em outros em três ou quatro grandes mobilizações de rua, 10 mil a 15 mil pessoas. Aqui a passagem aumentou logo no início do ano e se construiu uma frente de luta pelo transporte de Curitiba, que tava se organizando desde o início do ano, não foi só uma mobilização a partir de SP, já existia alguma coisa, mas claro é bastante pequeno e quando a mobilização estourou quem puxou isso foi essa frente de luta (militante H. em entrevista concedida em 22 de julho de 2013).

BLACK BLOCS



*Nossa Pátria é o mundo inteiro,
nossa Lei é a Liberdade*
Pietro Gori⁴¹

A atuação dos “blocos negros” no Brasil não se dá propriamente na Região Sul (campo de observação desta pesquisa), mesmo que participem – até agora discretamente – em eventos de protesto nesses

⁴¹ Página do BB RJ no Facebook, acesso em 4 de fevereiro de 2014.

estados. Mas como grupo de origem identificada com o anarquismo na Europa, suas ações ao longo das últimas décadas – incluindo os grandes protestos (e confrontos) contra a globalização capitalista nos anos 1990 – têm tido algum tipo de repercussão nas formas de ação direta de diversos coletivos que partilham da inspiração anarquista, ainda que com relações completamente distintas sobre as formas de agir e se expressar politicamente nos grandes atos, como por exemplo no uso da violência.

A presença dos Black Blocs neste relatório se justifica pela participação dos seus militantes em manifestações que ocorreram recentemente no Brasil, gerando uma forte repercussão na grande mídia pelos seus atos nas cidades de São Paulo e, principalmente, no Rio de Janeiro, onde se concentra a maior parte dos seus adeptos, influenciando, direta e indiretamente, as ações (e repercussões) dos militantes dos grupos de jovens pesquisados na Região Sul. Contudo, pela maneira de constituição desses jovens identificados como Black Blocs, sua negação em constituir grupos permanentes com uma estrutura formalmente definida, ainda que exista alguma organização, mas definindo-se como uma “tática de ação” formada e orientada para determinado fim específico, portanto limitada ao tempo de determinados eventos, seria difícil empregar os mesmos referenciais analíticos dos demais grupos pesquisados. Percorrer a história dos blocos negros e tratar de sua ação no Brasil é, dessa forma, uma maneira de apreender um pouco mais sobre a ação dos jovens que formaram a imensa massa de tomou as ruas brasileiras em meados de 2013.

Como dito, mais do que um grupo ou coletivo, o que se denomina Black Bloc pode ser descrito pelos próprios participantes como uma tática. A tática Black Bloc teve início muito antes dos protestos que os tornaram globalmente conhecidos nos final dos anos 1990 contra a Organização Mundial do Comércio (OMC), na cidade de Seattle (EUA). Os primeiros jovens identificados com o que seria o Black Bloc surgiram na então Alemanha (Occidental), no início dos anos 1980, em meio ao movimento autonomista – movimento de inspiração no autonomismo operário italiano dos anos 1970 e com forte repercussão nos países europeus.

Na Alemanha Ocidental, o movimento autonomista surgiu no fim dos anos 1970, quando grupos começaram a organizar ações diretas contra a construção de usinas nucleares no interior do país por meio da criação de acampamentos nos terrenos onde as centrais seriam erguidas. O mais famoso deles foi a República Livre de Wendland, um acampamento criado em maio de 1980 na cidade de Gorleben, na região de Wendland, no norte da Alemanha, onde estava prevista a construção de uma usina nuclear. Enquanto os acampamentos antinucleares surgiam no interior da Alemanha Ocidental, em grandes cidades, como Berlim e Hamburgo, grupos de jovens e excluídos começaram a ocupar imóveis vazios e transformá-los em moradias coletivas e centros sociais autônomos. Assim nasceram os primeiros squats alemães, inspirados pela experiência de grupos que já faziam isso havia anos na Holanda e na Inglaterra. A mobilização contra a construção de usinas nucleares no interior e as ocupações urbanas nas grandes cidades se tornaram os dois pilares do movimento autonomista alemão.⁴²

Com o avanço dos *squats* na Alemanha, o governo iniciou uma ofensiva policial contra esses acampamentos. Como reação a essa manobra do Estado e às prisões e repressão nos acampamentos, os alemães se organizaram para resistir e proteger os espaços de autonomia, nascendo aí a tática Black Bloc. Nas manifestações em comemoração ao Primeiro de Maio de 1980, na cidade de Frankfurt, militantes autonomistas utilizaram no desfile capacetes e roupas pretas, sendo batizados pela imprensa de “SchwarzerBlock”, o Bloco Negro – e foi esse tipo de visual que se expandiu pelas manifestações no restante da Europa, chegando à América do Norte, até então sem tanta repercussão na imprensa, o que mudaria muito a partir de Seattle.

A década de 1990 foi a era de ouro das marcas globais, quando os logos das grandes empresas se transformaram na

⁴² Texto *Black Blocs: A origem da tática que causa polêmica na esquerda*, do historiador Bruno Fiuza, que reúne informações de fanzines e publicado no site Viomundo: <www.viomundo.com.br/politica/black-blocs-a-origem-da-tatica-que-cause-polemica-na-esquerda.html>. Acesso em: 17 jan. 2014.

verdadeira língua franca da globalização. Nesse contexto, o ataque a uma loja do McDonald's ou da Gap tinha um efeito simbólico importante, de mostrar que aqueles ícones não eram tão poderosos e onipresentes assim, de que por trás da fachada divertida e amigável da publicidade corporativa havia um mundo de exploração e violência materializado naqueles logos. Ou seja: o blackbloc de Seattle inaugurou uma dimensão de violência simbólica que marcaria profundamente a tática a partir de então. Foi nesse contexto que a tática chegou ao Brasil. Os acontecimentos de Seattle levaram grupos de militantes brasileiros a se articular em coletivos para construir no país o movimento de resistência mundial à globalização neoliberal. Assim surgiram os núcleos brasileiros da Ação Global dos Povos, uma rede de movimentos sociais surgida em 1998 que criou os Dias de Ação Global, articulações mundiais para organizar protestos simultâneos em várias partes do planeta contra as reuniões das instituições internacionais que sustentavam a globalização neoliberal. O primeiro Dia de Ação Global que contou com ações no Brasil foi 26 de setembro de 2000, marcado contra a reunião do FMI em Praga. Neste dia, em São Paulo, um grupo de manifestantes atacou o prédio da Bovespa, o que gerou confronto entre policiais e ativistas. Na época, o incidente não ganhou destaque na imprensa e o termo "blackbloc" não foi mencionado, mas a lógica da ação desses militantes, em sua maioria ligados ao movimento anarcopunk de São Paulo, seguia a lógica da tática blackbloc.⁴³

Em São Paulo, ainda no ano de 2000, manifestantes, com tática semelhante à que os Blocs usavam pelo mundo, atacaram uma loja do McDonald's na Avenida Paulista, mas ainda não eram identificados pelo nome Black Bloc pela imprensa nacional. Em 2001, o nome Black Bloc ganhou mais projeção com a reunião do Grupo dos Oito países [mais ricos] (G8), na cidade de Gênova (Itália). O Dia de Ação Global, marcado para 20 de julho de 2001, foi a maior mobilização dos protestos "antiglobalização" até então, com mais de 300 mil pes-

⁴³ Disponível em: <www.viomundo.com.br/politica/black-blocs-a-origem-da-tatica-que-causa-polemica-na-esquerda.html>. Acesso em: 17 jan. 2014.

soas ocupando as ruas de Gênova. A repressão aos manifestantes também atingiu seu pico, com milhares de policiais fortemente equipados tentando conter os manifestantes, o que provocou, entre as centenas de jovens e policiais agredidos e feridos, a morte com um tiro na cabeça do jovem Carlo Giuliani, integrante de um dos grupos Black Blocs que atuaram em Gênova.

Com os atentados de setembro de 2001 nos Estados Unidos e o refluxo dos grandes protestos pelo mundo, as ações dos Black Blocs foram deixadas de lado pela imprensa até, no caso específico brasileiro, as convocações pelo Movimento Passe Livre contra os aumentos das tarifas de transporte público em junho de 2013.

UMA BREVE HISTÓRIA

1980: O termo Black Bloc (SchwarzerBlock) é usado pela primeira vez pela polícia alemã, como forma de identificar grupos de esquerda na época denominados “autônomos, ou autonomistas”, que lutavam contra a repressão policial aos *squats* (ocupações).

1986: Fundada, em Hamburgo (Alemanha), a liga autonomista Black Bloc 1500, para defender o Hafenstrasse Squat.

1987: Anarquistas vestidos com roupas pretas protestam em Berlim Ocidental, por ocasião da presença de Ronald Reagan, então presidente dos EUA, na cidade.

1988: Em Berlim Ocidental, o Black Bloc confronta-se com a polícia durante uma manifestação contra a reunião do Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

1992: Em São Francisco (EUA), na ocasião do 500º aniversário da descoberta da América por Cristóvão Colombo, o Black Bloc manifesta-se contra o genocídio de povos nativos das Américas.

1999: Seattle contra a Organização Mundial do Comércio (OMC). Estima-se em 500 o número de integrantes do Black Bloc que destruíram o centro econômico da cidade.

2000: Em Washington, durante reunião do FMI e Banco Mundial, cerca de mil blackblockers anticapitalistas saíram às ruas e enfrentaram a polícia.

2000: Em Praga (República Tcheca), forma-se um dos maiores Black Blocs de que se tem notícia, durante a reunião do FMI. Cerca de 3 mil anarquistas lutam contra a polícia tcheca.

2001: Quebec (Canadá). Membros do Black Bloc são acusados de agredir um policial durante uma marcha pela paz nas ruas de Quebec. Após esse evento, a população local e vários manifestantes de esquerda distanciaram-se da tática Black Bloc e de seus métodos extremos.

2001: A cidade de Gênova (Itália), ao mesmo tempo, recebeu a cúpula do G8 e realizou o Fórum Social de Gênova, com um grande número de blackblockers, além de aproximadamente 200 mil ativistas. A ação ficou marcada pela violenta morte do jovem Carlo Giuliani, de 23 anos.

2007: Em Heiligendamm (Alemanha), reunião do G8 foi alvo de uma ação com a participação de cerca de 5 mil blackblockers.

2010: Toronto (Canadá), na reunião do G20. Nesse confronto, mais de 500 manifestantes foram presos e dezenas de outros ativistas foram parar em hospitais com inúmeras fraturas.

2013: Cairo (Egito). O Black Bloc aparece com forte atuação nos protestos da Praça Tahir, no combate e resistência ao exército do então presidente Hosni Mubarak.

2013: Rio de Janeiro e São Paulo. Nos chamados levantes de junho que tomaram as ruas das cidades brasileiras, membros do Black Bloc ganharam visibilidade com atos abertamente hostis contra o patrimônio (principalmente quebrando a fachada de grandes instituições bancárias e contra a polícia militar que reprimia as manifestações).

Fonte: Artigo “A Tática Black Bloc”, de Jairo Costa (*Revista Mortal*, 2010).

Os Black Blocs e as manifestações de junho

O BALANCÊ, BALANCÊ...
ESCUTE O QUE VOU TE DIZER.
EIKE BASTISTA VAI SE f#*&@*
E LEVE O CABRAL COM VOCÊ!
????\o/ \ô/ \ô/
Black Bloc RJ

Descrição (BB RJ):

Black Bloc é o nome dado a uma estratégia de manifestação e protesto anarquista, na qual grupos de afinidade mascarados e vestidos de negro se reúnem com objetivo de protestar em manifestações antiglobalização e/ou anticapitalistas, conferências de representacionistas entre outras ocasiões, utilizando a propaganda pela ação para questionar o sistema vigente.

As roupas e máscaras negras que dão nome à estratégia são usadas para dificultar ou mesmo impedir qualquer tipo de identificação pelas autoridades, também com a finalidade de parecer uma única massa imensa, promovendo solidariedade entre seus participantes e criando uma clara presença revolucionária.

Black Blocs se diferenciam de outros grupos anticapitalistas por rotineiramente se utilizarem da destruição da propriedade para trazer atenção para sua oposição contra corporações multinacionais e aos apoios e às vantagens recebidas dos governos ocidentais por essas companhias. Um exemplo desta atividade é a destruição das fachadas de lojas e escritórios como McDonald's, Starbucks, Fidelity Investments e outros locais relacionados às corporações no centro de Seattle, durante as manifestações contra a Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio de 1999.

Informação Geral

Existe um entendimento, principalmente entre os noticiários das mídias comerciais de massa, que o "blackbloc" é uma organização internacional de algum tipo. No entanto,

não mais que uma tática utilizada por grupos de manifestantes sem muitas conexões. Existem vários grupos blackbloc dentro de uma única manifestação, com diferentes formas e táticas.⁴⁴

Nas manifestações de junho, inicialmente não se notavam jovens vestidos de negro e máscaras no rosto, ao estilo Black Bloc. Até o dia 13 de junho, quando, na cidade de São Paulo, a intensidade da repressão aos manifestantes pela Polícia Militar e a brutalidade das imagens que circularam pelo país, com jovens e jornalistas espancados, com hematomas e sangue pelo rosto e corpo, alterou de certa maneira os rumos das manifestações, provocando (o que foi confirmado em muitos depoimentos) a adesão de muitas pessoas de diversas tendências políticas na manifestação seguinte, no dia 17 de junho. Entre essas adesões, muitos jovens inspirados nas táticas de ação dos Black Blocs começaram a ganhar destaque, inicialmente em São Paulo e, depois, com mais força no Rio de Janeiro.

Com seu visual característico, roupas e máscaras negras, combinado à disposição de enfrentamentos violentos com a Polícia Militar⁴⁵, além dos atos de destruição da “propriedade privada” do que consideram “símbolos” ou “alvos capitalistas”, os adeptos da tática Black Bloc ganharam rapidamente um grande destaque na cobertura da imprensa brasileira. Com a diminuição dos protestos após o anúncio da redução das tarifas em diversas cidades, incluindo São Paulo e Rio de Janeiro, coube aos manifestantes do Rio manterem uma intensa agenda de manifestações, muitas em confronto direto com as autoridades públicas, principalmente o governador Sérgio Cabral.

Os protestos no Rio no pós-junho tiveram, via de regra, jovens do Black Bloc nas linhas de frente, o que catapultou os Blocs ao protago-

⁴⁴ Página do Black Bloc RJ no Facebook: <<https://www.facebook.com/BlackBlocRJ/info>>. Acesso em: 24 out. 2013.

⁴⁵ O comportamento da PM em São Paulo contra os jovens que protestavam contra o aumento de tarifas foi tão desproporcionalmente agressivo que acabou gerando uma solidariedade aos manifestantes até entre a classe média conservadora, que por hábito não nutre simpatias por movimentos “de esquerda”. Isso ajuda a entender a forte presença de jovens “conservadores” nas manifestações seguintes.

nismo desse novo imaginário do jovem rebelde (e violento) ou, mais precisamente, na confusa imagem dos Black Blocs que parte da mídia corporativa divulgava na sua cobertura diária e capas das principais revistas semanais.

Devido ao atual ciclo de protestos de rua, o Black Bloc entrou no centro do debate político nacional. Parte das análises e opiniões classifica as suas ações como “vandalismo” ou “violência gratuita”, e também são recorrentes as críticas ao anonimato produzido pelas máscaras ou panos cobrindo a face dos adeptos. Mas o Black Bloc não é uma organização ou entidade. Leo Vinicius, autor do livro *Urgência das ruas – Black Bloc, Reclaim the Streets e os Dias de Ação Global*, da Conrad (sob o pseudônimo Ned Ludd), define-o como uma forma de agir, orientada por procedimentos e táticas, que podem ser usados para defesa ou ataque em uma manifestação pública (texto de Paulo Cezar Monteiro para a revista *Forum*, n. 125, 2013).

Sobre a relação do Black Bloc com o anarquismo, Leo Vinicius diz que:

É preciso deixar claro que a noção de que toda ação Black Bloc é feita por anarquistas e que todos anarquistas fazem Black Bloc é falsa. A história do Black Bloc tem uma ligação com o anarquismo, mas outras correntes como os autonomistas, comunistas e mesmo independentes também participavam. Nunca foi algo exclusivo do anarquismo. Na prática, o Black Bloc, por se tratar de uma estratégia de operação, pode ser utilizado até por movimentos da direita (texto de Paulo Cezar Monteiro para a revista *Forum*, n. 125, 2013).

Nas “ações diretas”, atacam bens particulares por considerarem, para Vinicius, que

a propriedade privada – principalmente a propriedade privada corporativa – é em si própria muito mais violenta do que qualquer ação que possa ser tomada contra ela. Que-

brar vitrines de lojas, por exemplo, teria como função destruir feitiços criados pela ideologia capitalista. Esses feitiços seriam meios de embalar o esquecimento de todas as violências cometidas “em nome do direito de propriedade privada” e de “todo o potencial de uma sociedade sem ela [as vitrines] (texto de Paulo Cezar Monteiro para a revista *Forum*, n. 125, 2013).

O grito “Sem violência! Sem violência!” passou a fazer parte das manifestações, a princípio direcionado aos policiais, mas também era uma forma de crítica dos manifestantes aos grupos como o Black Bloc e para intimidar atos que parte dos manifestantes tachava de vandalismo.

No “Manual de Ação Direta” – disponibilizado na internet por grupos anarquistas, como o Black Bloc –, a desobediência civil é definida como “a não aceitação de uma regra, lei ou decisão imposta, que não faça sentido e para não se curvar a quem a impõe. É este o princípio da desobediência civil, violenta ou não”⁴⁶. A violência, ou ações que podem ser consideradas atos violentos, pelo manual, é tratada como uma forma de reação à violência sofrida, à opressão que “eles fazem conosco todos os dias é uma violência, a desobediência violenta é uma reação a isso e, portanto, não é gratuita, como eles tentam fazer parecer” (texto de Paulo Cezar Monteiro para a revista *Forum*, n. 125, 2013).

Em entrevista à revista *Carta Capital*, Roberto, participante do Black Bloc, trata da tensão entre movimentos sociais e as práticas dos Blocs:

As ações diretas não invalidam o diálogo por vias institucionais. Quando atacamos uma agência bancária, por exemplo, não somos loucos ou ingênuos de acreditar que estamos ajudando a falir um banco. Mas nós estamos sim ajudando a tornar evidente o clima de instabilidade política e a insanidade da nossa sociedade capitalista. As táticas Black Bloc são uma demonstração do poder que já existe nas mãos da população, e esse poder é normalmente desconsiderado

⁴⁶ Disponível em: <www.arteeanarquia.xpg.com.br/manual_acao_direta.htm>. Acesso em: 7 mar. 2013.

pela simples existência das chamadas “vias institucionais”. Quando atuamos com ação direta, queremos também chamar atenção a isso, a essa multiplicidade de caminhos para atender às reivindicações sociais e à ineficiência de se utilizar apenas um, especialmente um que é viciado pelo próprio sistema onde está inserido. Queremos demonstrar que política também se faz com as próprias mãos. Não queremos afirmar que as ações diretas nas ruas podem trazer mais mudanças que esses processos, mas sim que as ações diretas nas ruas podem trazer mudanças a esses processos. É mais pressão, mais autonomia (*Carta Capital*, 2013).

Apesar de alguma simpatia inicial no campo da esquerda, notadamente pelas ações de enfrentamento das tropas de choque do Estado que reprimiam violentamente as manifestações, as táticas dos Black Blocs passaram a sofrer pesadas críticas de parte da liderança dos movimentos sociais, partidos, jornalistas e intelectuais do campo de esquerda.

O cientista político Marcio Sales Saraiva expos, em texto publicado na internet e divulgado em diversos blogs, os pontos de divergência do que identifica como esquerda e práticas ou ações dos Black Blocs:

1. Até agora não apresentaram nenhum projeto de poder popular. Simplesmente adotam uma violência quase romântica – pois não são guerrilheiros organizados em torno de um programa revolucionário – com paus, pedras, coquetéis, fogos de artifícios e marretas.
2. As imagens de destruição, lixos queimados e rostos escondidos que os Black Bloc apresentam mais assustam a população em geral do que ganham a adesão das massas.
3. Os Black Bloc não somente atuam na defesa dos movimentos sociais – o que é positivo – mas acabam provocando os policiais, criando o clima propício para a ação repressiva. Como eles não tem número suficiente nem organização para enfrentar os aparatos repressivos, o saldo final é de frustração e aparente vitória da polícia que, para o senso comum, começa a se transformar em “heróis da ordem”.

4. A visão antipolítica dos Black Bloc pode favorecer um clima fascista que generaliza todos os políticos eleitos e todos os partidos políticos como “instrumentos do capital”. Com essa generalização simplista, cria-se um clima favorável para ideias do tipo “fim do Congresso Nacional” e regimes de força, bem ao contrário do anarquismo clássico que prega uma ideologia de fim do Estado e autogoverno popular.

5. Incentivar ações contra a polícia e focar nisso é não perceber que os aparatos repressivos são do Estado. O Estado é repressor, policiais são usados para isso. A despeito da mediocridade do argumento de que “estamos apenas cumprindo ordens”, ele encerra algo de verdadeiro. A PM não é o alvo, e sim o Estado, seus gestores.

6. Sem um projeto ético-político objetivo que dê um sentido mais amplo para suas ações, os Black Bloc acabam se resumindo em movimento jovem de indignação, revolta e ódio, sem nenhum processamento político possível. Afinal, queimar lixos não contribui para nenhuma revolução, em sentido marxista.⁴⁷

O jornalista e cartunista Gilberto Maringoni, tradicional apoiador das esquerdas, refuta qualquer simpatia aos Blocos:

Qual o programa dito radical dos Black Blocs? Nenhum, pois os Black Blocs não são radicais. Fazem ações epidérmicas, levianas e superficiais. Radical quer dizer ir à raiz das questões. Qual a radicalidade de se juntar meia dúzia de garotos hidrófobos e depredar a fachada de um banco? Em que isso penaliza o sistema financeiro? Baixar em um ponto as taxas de juros é algo muito mais eficiente e danoso à especulação do que as travessuras de meninos e meninas pretensamente rebeldes que cobrem os rostos para parecerem malvados ou misteriosos. Aliás, qual a finalidade de máscaras e rostos ocultos, além do desejo infantil de um dia ser

⁴⁷ Texto: “Sem querer, Black Bloc ajuda a direita antidemocrática”. Disponível em: <www.viomundo.com.br/denuncias/marcio-saraiva-sem-querer-black-bloc-ajuda-direita-antidemocratica.html>. Acesso em: 10 nov. 2013.

Batman, Zorro ou National Kid e sair por aí saltando sobre prédios e vivendo aventuras espetaculares? De se ter uma identidade secreta, na qual de dia enfrenta-se uma vidinha besta e à noite, na calada, devolve-se anonimamente à sociedade o mal que se esconde nos corações humanos, como dizia o Sombra em voz gutural? O pior é que as peripécias dos blocos de blaques isolam os protestos da população que a eles poderia aderir e reduz o ímpeto das mobilizações à ideia de baderna pura e simples. Que acaba sendo complementar à violência policial. Ambas se justificam e se explicam. Trotsky tem um texto admirável chamado “Porque os marxistas se opõem ao terrorismo individual”, escrito em 1911 e que está no link do pé da página. Ali, o revolucionário russo opõe a consequente manifestação coletiva a ações estrepitosas de poucos indivíduos tomados de fúria aleatória. O seguinte trecho tem a precisão de um compasso: Para nós o terror individual é inadmissível precisamente porque apequena o papel das massas em sua própria consciência, as faz aceitar sua impotência e volta seus olhos e esperanças para o grande vingador e libertador que algum dia virá cumprir sua missão. E mais adiante, completa: Nos opomos aos atentados terroristas porque a vingança individual não nos satisfaz. Os Black Blocs têm uma ação deletéria. Acabam justificando a violência policial para um grande número de potenciais participantes de mobilizações de protesto. Exacerbam o reacionarismo existente na sociedade e transformam movimentos sociais em sinônimo de vandalismo. Animam pit bulls existentes nos aparelhos de segurança, como o boçal que atende pelo nome de capitão Bruno, da tropa de choque de Brasília. Os Black Blocs não organizam nada, não querem nada. E podem fazer com que manifestações maciças virem nada (*Carta Capital*, 2013).

Convém notar, na crítica comum da “falta de programa” feita aos Blocs, uma cobrança dos críticos de um projeto típico das instituições e movimentos tradicionais, algo que o Black Bloc não é e não se propõe a ser. Em síntese, se num primeiro momento o Black Bloc foi visto como uma novidade que chegava para incorporar uma nova forma de

ação direta nos protestos, na medida em que a sua atuação entra em conjunção com os demais movimentos/organizações e coletivos, serve como escudo de proteção aos manifestantes frente à agressão da Polícia Militar. Em um segundo momento, a ação dos Blocs e sua ligação com atos considerados violentos acabaram por gerar um grande desconforto entre parte dos participantes dos grandes protestos, mesmo de grupos e movimentos de esquerda.

A reflexão sobre os Black Blocs tem sido absorvida pelo debate da violência social, pois envolve uma concepção de realidade muito distinta da compreensão dos mecanismos aceitos para fortalecimento da ordem democrática. Para os Blocs, a violência é uma tática pautada pela desobediência civil, ou seja, que não aceita a ordem institucional pelo que representa de injustiça social, e portanto ela deve ser destruída, ainda que seja através da destruição de seus símbolos.

Tem-se aceitado a política de confronto sob determinados limites, mesmo que se admita que tanto no convívio social cotidiano como nas manifestações políticas recentes a violência tem se configurado como um fato social, como condição inerente a qualquer formação social, em maior ou menor grau, como monopólio do poder constituído que a instrumentaliza para promover a proteção de uma dada ordem ou uma força que se opõe e tenta romper com a vontade daqueles que promovem essa mesma ordem (Aróstegui, 1996 apud Sanchez, 1999).

A violência é uma relação social que não pode ser entendida em si, precisa ser contextualizada no conjunto de uma compreensão das estruturas de poder de uma sociedade. Portanto, não se trata de entendê-la como comportamento político parcial, unilateral, porque ao combater-se uma ação violenta que contém a denúncia social e a perspectiva de mudanças com a crítica do seu caráter destrutivo da ordem social, faz-se o contraponto da manutenção dessa mesma ordem.

No Brasil contemporâneo, o processo de visibilização da violência equivale de certo modo a sua criminalização por sua comparação genérica com o crime, como estratégia. E o seu aparecimento sob essa forma depende de condições históricas prévias, a saber, a necessidade do controle da massa da população, na sua maioria jovens que estavam

contestando a ordem social e foram para o confronto de rua. Segundo Dominguez (1999), na Europa as ações e campanhas contra a propriedade não sofreram condenação por parte dos movimentos da esquerda libertária, mas sim quando produziram as primeiras mortes – polícia e militantes – durante os roubos de bancos ou sequestros; então a crítica à violência cresceu entre os próprios movimentos. Nossa avaliação é que o mesmo tende a ocorrer aqui no Brasil.

ANÁLISE CONCLUSIVA

A além da juventude de seus militantes, há muitos pontos semelhantes nas organizações pesquisadas, assim como divergências marcantes. Entre as proximidades, podemos listar a insatisfação com os caminhos políticos permitidos pelas instituições democráticas e, em contrapartida, a procura por opções diferentes para orientar suas formas de atuação nesse cenário. As formas encontradas para essa atuação, ainda que possam ser descritas como uma renovação ou um novo fôlego para se pensar e agir politicamente, recuperam, na verdade, teorias que historicamente têm nutrido a formação de movimentos anarquistas libertários e socialistas, com ênfase nos anarquistas e autonomistas, com sua resistência contra o poder do Estado e as estruturas autoritárias de poder e pelas práticas alternativas horizontais de participação e decisão.

Frases como “[...] caminhar em direção contrária às estruturas atuais de poder, que são falhas e massacrantes. Pensar em uma nova maneira de atuação política”¹ são recorrentes nos depoimentos coletados nas entrevistas com os jovens militantes aqui pesquisados. A crítica ao modelo político em vigor, aos partidos e à forma representativa de democracia parlamentar aparece com força nos discursos dos jovens ouvidos em todas as etapas da investigação. A representação e as instâncias da política institucional são tidas como inadequadas em um sentido bem objetivo: por sua verticalidade, se distanciam (partidos, políticos e instituições) e não conseguem responder à tarefa urgente de lidar com as demandas da população, notadamente as grandes necessidades que marcam um país socialmente injusto como o Brasil.

¹ Resposta de um participante do MPL no IV Encontro Nacional do MPL, em novembro de 2013, Brasília, sobre a importância da sua experiência no movimento.

Apesar de ter um PIB entre os dez maiores do mundo, relatórios como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que avaliam condições de renda, saúde e educação da população em *ranking* global, colocam historicamente o Brasil, nesses quesitos, entre os países mais pobres do planeta, evidenciando a grave concentração de riqueza.

Moradia, alimentação, transporte, saúde e educação são, constitucionalmente, direitos de todo cidadão brasileiro. Por constar da Constituição Federal, tais direitos deveriam receber as garantias do Estado, no entanto, para os jovens organizados, nada poderia estar mais distante – e essa distância entre o papel das instituições políticas e a garantia dos direitos básicos da população é citada como motivação para a organização e ação em grupos que querem agir para modificar tal cenário: “Ser ativo em ações comunitárias que são um bem comum, mas que vão contra o sistema político implementado”².

Isso não implica a exclusão por completo dos atores da política tradicional. Alguns dos grupos, como o próprio MPL, movimento de luta pela Tarifa Zero, não se recusaram a sentar em mesas de negociações com representantes do poder público e como constatamos, partidos políticos são aceitos na composição de alguns dos grupos pesquisados. Mas mesmo nesses casos, os coletivos partilham o diagnóstico de que a organização na base, da população, e a ação direta são respostas mais contundentes para denunciar os problemas sociais. Os que aceitam contato próximo com partidos políticos reforçam que é nessa luta – pelo poder popular – que a aproximação é bem-vinda e deve ser mantida, evitando assim, em princípio, relegar o coletivo ao papel de uma instância ou “braço” auxiliar do partido em seus projetos eleitorais – o que chamam de “ideologização” do grupo pelo partido.

Dessa forma, com ou sem participação de partidos, os coletivos se organizam em frentes, brigadas de trabalho construindo os movimentos sociais, participam de ocupações por terra e moradia, oferecem e ministram cursos de formação para educação política da população

² Resposta de um participante do MPL no IV Encontro Nacional do MPL, em novembro de 2013, Brasília, sobre a questão da importância do MPL na sua vida.

em escolas, acampamentos e bairros periféricos das cidades, fazem manifestações que ocupam ruas, constroem políticos e ganham espaço na mídia como forma de alcançar determinado objetivo, caso específico do “escracho” e das manifestações de luta pela Tarifa Zero.

A estrutura interna e o modo de organização desses grupos procuram, como dito, em maior ou menor medida, seguir os preceitos das teorias que fundamentaram historicamente algumas organizações da esquerda, principalmente aquelas de tendência ou inspiração libertária: a horizontalidade nos processos decisórios e a ação direta como forma de agir. São princípios, para pessoas desses grupos, que faltam não apenas na política institucional, como nos próprios partidos de esquerda.

A estrutura se forma como suporte às práticas que entendem como ação direta – os projetos de intervenção de cada grupo na luta pelo seu objetivo. Para o MPL-Tarifa Zero, é o direito à cidade que orienta suas formas de ação, que se originaram da luta pelo Passe Livre estudantil, uma luta iniciada junto aos estudantes amadurecendo para a atual pauta da Tarifa Zero no transporte público para todo usuário, repercutindo assim na forma de pensar a mobilidade urbana. Ou seja, o direito à cidade leva a outros direitos sociais – ter acesso à cultura e ao lazer, além do uso necessário no dia a dia do trabalhador, sem, contudo, perder essa perspectiva, obrigando uma revisão de toda matriz atualmente em vigor de ruas, estradas e incentivos fiscais destinados prioritariamente a veículos particulares em detrimento do transporte público.

A questão urbana está na pauta de coletivos como as Brigadas Populares e o Bandeira Negra pela articulação da sua prática política na questão dos direitos à moradia, portanto as formas de ocupação de terrenos e prédios são parte de sua tática de ação direta na luta pelo poder e soberania popular. Tais princípios tornam-se assim questões programáticas desses grupos, moldam sua organização e os conduzem a manter formas de ação direta com esse fim, o que ao mesmo tempo os identifica com os demais movimentos/coletivos/organizações aqui estudados quando colocam como suas as perspectivas dos explorados em oposição aos exploradores.

A “democracia direta”, para esses jovens organizados, é forma de assegurar a horizontalidade nos processos internos de discussão política e deliberações dos grupos. A horizontalidade é dos temas que permitem diferentes abordagens e evidencia diferenças entre os coletivos. De modo geral, o modelo tomado como ideal é a decisão, sempre que possível, em assembleias. Ou seja, uma orientação coletiva na formação e definição de encaminhamentos e formas de agir, um processo sempre em construção e que dê voz ativa por igual a todos os participantes. Contudo, para a maior parte dos grupos – por diferentes razões, como a questão das distâncias territoriais, por exemplo –, funções de representação fazem-se necessárias.

Componente do que pode ser entendido como horizontalidade, o trabalho sempre próximo às bases de atuação de cada coletivo serve ao crescimento e fortalecimento de cada organização, mas também é visto como fundamental na relação de cada coletivo com uma camada da população, uma garantia da intervenção democrática que leva em consideração o *ethos* da população, ou seja, não sobrepondo o ideário do seu coletivo sobre a população com quem estão comprometidos.

No caso específico da Anel, a base são os estudantes, notadamente os que procuram participação política fora da esfera da União Nacional dos Estudantes (UNE). Outros grupos, mesmo contando com participação estudantil, não têm essa base como limite, sendo compostos por jovens oriundos de sindicatos, de partidos, de movimentos de luta por terra, por moradia.

O modelo de estrutura organizativa que pode ser considerado comum aos grupos é o federativo, com uma esfera de representação nacional (por exemplo, uma executiva nacional, comissões temáticas ou grupos de trabalho) e representações nos estados encarregadas de executar o trabalho rotineiro junto às bases de atuação. A exceção a esse modelo fica por conta do coletivo Bandeira Negra, até o momento restrito territorialmente ao estado de Santa Catarina, mas mantendo relações com organizações como a Federação Anarquista Organizada (FAO) e a Federação Anarquista Uruguaia (FAU).

Como consequência da opção pelo que entendem como “demo-

cracia direta”, os militantes dos grupos são cobrados pela participação ativa, seja nas reuniões internas, nos processos de assembleia, representações ou comissões, seja nas formas de ação direta que constam da atuação de cada coletivo. Para exemplificar, os coletivos Bandeira Negra e Brigadas Populares somente consideram militantes pessoas que fazem parte das rotinas de trabalho nas frentes ou brigadas que envolvem as ações sociais. Não é possível ser membro das Brigadas ou da Bandeira sem essa atividade. Não se pode afirmar que a prática – a ação – tem primazia sobre as discussões teóricas, mas pode-se dizer que, para esses grupos, discussão teórica sem uma prática que permita sua materialização nas suas formas de ação direta faz pouco sentido. As ações diretas entendidas como forma de intervenção direta e como forma de manifestação política no contraponto à democracia representativa são colocadas como garantia da proposta de participação e consulta de base.

A estrutura do MPL é composta por coletivos autônomos de cada cidade que aderem à Federação se alinhando nacionalmente através dos fóruns de discussões e grupos de trabalho (GT) – que são compostos por representantes de cada MPL. Os GTs correspondem aos temas de trabalho, como Tecnologia e Comunicação, por exemplo.

Algo que pode ser dito que vale para o MPL, e em alguma medida para os demais, são as exigências e compromissos das atividades assumidas na militância que acabam criando a necessidade de um comprometimento a ser cobrado pelos demais militantes. Essa cobrança é necessária pela simples razão da interdependência entre as tarefas das comissões e GTs, ou seja, não apenas uma cobrança protocolar, mas necessária para evitar que o não cumprimento de alguma tarefa assumida desarticule todo o processo.

Ainda sobre as formas de “democracia direta” que se adotam nos grupos, no caso do Levante Popular são realizados acampamentos periódicos como uma das principais formas de integração e discussão política entre os participantes. Nesses acampamentos, normalmente de abrangência estadual (mas com encontros nacionais também), os que participam decidem sobre o processo através das assembleias.

Quando o processo de decisão se dá por representação, como em comissões, assembleias estaduais/nacionais ou em reuniões de uma executiva nacional, há uma aposta do coletivo na clareza dos objetivos discutidos anteriormente em grupos amplos nas instâncias locais – assim, quem vota, quem recebe esse poder de voto, sabe que deve respeitar os princípios das discussões coletivas que o colocaram nessa posição de eleitor em um colegiado representativo.

Os jovens agem assim coerentes com a tradição de organizações de esquerda, onde é necessário ao grupo um permanente comprometimento dos militantes delegados para responsabilidade com determinadas tarefas, para que o grupo/coletivo tenha, em última instância, o controle sobre os militantes que se encontram em posição de autoridade delegada – é o coletivo que tem a última palavra.

Reforçando a questão das decisões horizontais, a difusão de informações a todos os participantes do coletivo (o máximo possível), no caso específico do MPL, com diversos canais internos de comunicação, é dada como fundamental a fim de assegurar o embasamento das questões discutidas pelos GTs com os debatedores, recebendo o mesmo nível e qualidade de informações, impedindo aí que poucos militantes monopolizem as informações mais importantes. A constante troca de informação entre os militantes nos seus diversos canais internos de comunicação tem ainda o papel de contrapor as informações difundidas nos meios de comunicação tradicionais, identificados, via de regra, com interesses contrários às demandas populares.

A despeito das desconfianças que canais da internet geram sobre constantes denúncias de vigilância pelos governos, principalmente dos serviços de segurança dos Estados Unidos, listas de e-mails, websites, blogs e até mesmo serviços com todo controle corporativo, como Facebook e Twitter, são canais importantes para alimentar os militantes dos grupos com boa quantidade de informações. Com as devidas ressalvas e cuidados, os participantes têm no uso desses canais um razoável acúmulo de conhecimento, o que tem permitido a essas organizações desenvolver canais de comunicação internos pela internet, sabendo-se o que pode ou não ser posto ou discutido a fundo nesse ambiente e, no limite, criando alternativas técnicas para melhor garantia política.

As opções todas aqui trazidas dos coletivos, as escolhas e orientações, tentam dar conta da tarefa complexa embutida sob o rótulo “democracia direta”, o que não elimina da equação todas as dificuldades, disputas, cisões, que decorrem historicamente de processos de construção coletiva. Em síntese, o que pode ser observado nos encontros e reuniões é que em muitas das etapas decisórias, às vezes por excesso de cuidados, perde-se muito mais tempo com questões que envolvem as formas dessas decisões do que com as discussões dos conteúdos propriamente.

A questão da independência política e financeira é apontada como vital aos coletivos, contudo, pelas diferentes formas de relação de cada coletivo com instituições, como partidos políticos, pode tomar cores diferentes, desde formas mais rigorosas de garantia de distância entre o grupo e entidades do poder público ou partidos, até assumir abertamente sua colaboração e afinidade com partidos do campo da esquerda, como a Anel com o PSTU e o Levante com a Consulta Popular e correntes do PT, considerando salutar fomentar o debate na sua composição.

Essa questão gerou forte repercussão nos eventos de junho, quando em determinado momento uma parte da massa de manifestantes – identificados pelos grupos pesquisados como “conservadores/coxinhas³” – passou a gritar “Sem partidos!” nas manifestações, o que incluía gestos de aberta hostilidade e até violência contra manifestantes ligados a bandeiras de esquerda, como explicitamente o PT, mas também PSTU, PSOL e movimentos sociais, como MST, além de organizações como a CUT. Esse fato provocou a retirada do MPL de São Paulo (que havia chamado as primeiras manifestações) das atividades de convocação (e responsabilidade) para as manifestações seguintes (após 20 de junho e a volta atrás do governo sobre o aumento das tarifas). Na nota divulgada então, o MPL se diz “apartidário”, nunca “antipartidário”, lembrando a importância que partidos e organizações

³ O estereótipo do manifestante assim denominado parece ter origem na gíria paulistana utilizada para adjetivar pessoas “certinhas”, convencionais e conservadoras, adeptas do consumo, do “ter” para se diferenciar dos outros com um comportamento despolitizado.

do campo de esquerda tiveram e ainda têm na história do MPL. Em certa medida, essa nota sintetiza a relação aqui apontada entre as organizações, a independência e a proximidade com partidos políticos.

Em Florianópolis (SC), a partir das agressões sofridas por manifestantes vinculados a partidos ou movimentos de esquerda, alguns grupos formaram um “Bloco Autônomo Tarifa Zero” (BATZ) – especificamente o Bandeira Negra, o Coletivo das Vadias e inorganizados – com o objetivo pontual de evitar a agressão aos participantes nessas grandes manifestações de junho. O bloco atuou pontualmente nesse período, desdobrando-se depois em outros coletivos ou assimilados por estes.

Ao mesmo tempo que trazem à tona novas perspectivas na forma de agir politicamente, percebe-se nas pautas dos grupos muitas das causas históricas que mobilizaram nas décadas passadas as lutas do movimento estudantil e outros movimentos sociais: as questões da desigualdade social, o machismo, as condições do ensino público, o transporte público, a moradia urbana e a terra no campo, entre outras.

A Anel tem como questão uma “retomada” da representação estudantil em contraponto à UNE, alegando que esta, por seus vínculos partidários (PC do B) com o atual governo federal, não mais é capaz de representar os estudantes nos limites da independência do poder público. O Levante Popular tem um ponto de pauta que deu visibilidade ao grupo com a questão da luta pela Memória Histórica, apoiando a constituição da Comissão Nacional da Verdade através da Lei 12.528/11 aprovada no Congresso Nacional e criada no âmbito da Casa Civil da presidência da República. A lei propugna a reparação histórica pelos crimes cometidos pelo Estado no período da última ditadura militar brasileira, que até o presente jamais foram objeto de qualquer punição. O grupo tem promovido atos semelhantes e inspirados nos “escrachos” da Argentina, onde constrangem publicamente pessoas acusadas de crimes, como a prática de tortura, durante a ditadura. Mas a pauta do Levante não se resume aos escrachos, com a origem do grupo vinculada aos movimentos rurais e luta do Movimento Sem Terra (MST).

O coletivo Bandeira Negra e as Brigadas Populares têm um caráter fortemente classista em suas pautas, com vínculo direto com mo-

vimentos de trabalhadores e lutas por moradia. Como já dissemos, isso tem repercussão nas formas como estão estruturados organizativamente e nas escolhas dos “métodos” de atuação. A participação nas frentes e brigadas de trabalho vinculadas às questões das necessidades populares acaba orientando a estrutura de formação dos coletivos e a própria noção de militância e participação política.

Portanto, podemos destacar como ponto central nessas cinco organizações um apoio aos projetos que lidam diretamente com problemas identificados com a questão popular. As formas de resolução desses problemas – “escrachos”, manifestos de rua, ocupações –, ou seja, o que chamam de ação direta, são construídas dentro da orientação de respeitar esses projetos populares (moradia, transporte, educação, justiça) ou, em outros termos, dar conta das questões de classe.

Ocupar e incentivar as lutas populares é como um processo de construção de hegemonia política para as Brigadas Populares. No caso do Bandeira Negra, tais iniciativas, como frentes de trabalho, se constituem também como parte da atividade de divulgação das ideias e práticas anarquistas.

Por sua atuação no campo específico da esquerda e seus muitos pontos comuns de pauta, os grupos acabam por desenvolver alguma interação, formas de aliança e trabalhos conjuntos – o que ficou claro, por exemplo, na formação da Frente pelo Transporte Público na cidade de Florianópolis, com reuniões periódicas (semanais e, muitas vezes, mais de uma vez por semana) envolvendo participantes ligados a praticamente todos os grupos pesquisados trabalhando na pauta do transporte público. Nesse sentido, coerentes com suas críticas à política institucional, dentro do conceito de ação direta, não podem ser apenas formais, ou “de gabinete”. Devem resultar em cooperação e comprometimento com as pautas que movem a ação dos grupos em questão.

Portanto, com pautas comuns, são coletivos e ações que se entrecruzam e compõem espaços diversificados e mútuos – membros do MPL podem pertencer também ao Bandeira, militantes da Anel ou do Levante podem participar das manifestações pela Tarifa Zero, pauta central do MPL. Em uma mesma ocupação participam (não sem

conflitos) as Brigadas, o Bandeira e o MPL. Se os coletivos chamam para si a participação exclusiva em algumas situações de mobilização, enfrentam uma pequena margem de independência no campo de luta comum, pois estão envolvidos em questões que demandam solidariedade e companheirismo. Ou seja, precisam estar preparados para o convívio por serem pequenas organizações que, além das afinidades do mesmo campo de luta, têm a necessidade de envolvimento maiores para qualquer mudança concreta, ainda que com diferenças nas suas matrizes de filiação: o coletivo Brigadas Populares afinado ao Bolívarismo, o Coletivo Bandeira Negra ao anarquismo especificista, o Levante à Consulta Popular e um “projeto popular” e socialista, assim como a Anel, que prevê um projeto popular nos moldes socialistas. O MPL acaba funcionando, de certa forma, como uma amálgama de diferentes correntes no foco da Tarifa Zero no transporte público.

Como consequência do apoio e organização desses grupos ao “projeto popular”, o antagonista é o próprio modelo capitalista. No limite, no caso do MPL e dos outros movimentos compostos na maioria por jovens, estamos falando de uma geração que foi convencida a aceitar a inevitabilidade do capitalismo como um sistema econômico único que, sob a forma de democracia representativa, faria suas vidas mudar para melhor. A isto, ao pensamento único, esses jovens – que contestam – conseguem escapar. O que não é pouca coisa em uma cultura tão homogênea e massificada na defesa do consumo como definidor de quem é ou não cidadão pleno.

Os coletivos compartilham a ideia de que existe um poder que estaria na capacidade de potencializar sua condição transitória e que é também a fonte de sua autonomia. São jovens capazes, por essa condição juvenil e visão crítica do que aí está, de fazer o impensável: pensar fora da lógica capitalista, pensar na construção de uma sociedade e, especificamente, da cidade fora do modelo pronto, rompendo com a desigualdade inerente e sempre aceita até aqui, ou seja, recuperando o paradigma da luta de classes. Apontam para a recuperação da própria linguagem histórica de crítica ao instrumentalismo a que a política se diluiu quando a palavra toma um sentido de expressão da realidade e não a forma de desviar dela. Aproximam-se, assim, da discussão con-

temporânea de que mesmo sob o imperativo da acumulação do mundo capitalista devemos ter a convicção de que ter uma grande ideia não é nem ridículo nem criminoso (Badiou, 2012: 40).

As ações e a repercussão das manifestações destes grupos acabam recuperando parte da própria linguagem típica da esquerda, *experiência abandonada* mesmo pelos que julgam defende-la. Usar as palavras, criticá-las, dar a elas um novo sentido, porque os problemas continuam a existir da mesma forma, pelas mesmas causas.

A *experiência de ousar* dizer e agir para que as coisas mudem desmistifica a louvação da experiência como virtude, como nos diz Benjamin (2009). Mostra que a experiência serve, também, como forma de preservação do passado e os mesmos mecanismos que historicamente produziram e sustentam formas de opressão. A capacidade de renovação de ideias da juventude, quando atrelada obstinadamente e submissa à experiência, é drasticamente reduzida, quando não anulada por completo, provocando um sujeito – de qualquer idade – conformado ao papel de repetidor dos velhos ensinamentos, no típico conservadorismo.

Como vimos anteriormente, a experiência diz respeito à constituição do indivíduo e que hoje se vê, cada vez de forma mais aprofundada, distanciada da consciência crítica. As ações desses jovens contestadores e suas organizações políticas caminham na contramão desse processo e recuperam o ideal formativo que faltou na educação da sua geração. Nas entrevistas aparecem como foi a formação educativa desses militantes na infância. A maioria esteve próxima do esclarecimento crítico, mas nem sempre. Circunstâncias os aproximaram da política e eles souberam, nos grupos de pertencimento, potencializar o pensamento como prática contestadora. Menos mau para a sua geração, esperança para aquela sociedade que tem responsabilidade histórica sobre a educação política.

A apatia é a doença social que neutraliza a condição de autonomia e vetoa o espírito da juventude, resultando na constituição do vazio de um homem adulto (Benjamin, 2009). Não por acaso, por trás das pretensas manifestações e teorias do “protagonismo juvenil”, co-

mo aponta Souza (2009), percebe-se justamente a valorização ideológica da juventude passiva, adaptada aos locais alocados ao seu pretenso protagonismo na estrutura pensada e construída pelas gerações anteriores. O “novo” nesse “protagonismo” mede apenas a capacidade desses jovens de mostrar sucesso na aceitação do que lhes é permitido, dentro das normas, das regras do capital, ficando evidente a diferença entre esse “protagonismo” domesticado e as táticas de ação direta dos jovens contestadores.

É nesse sentido que a experiência se torna uma máscara, porque ela encobre a relação social que produz no sujeito o conhecimento sobre as coisas, aquilo que os “velhos” consideram como vivência que é a própria relação do indivíduo com o mundo, que se reproduz na interação com o outro e que o faz de forma cumulativa, enquanto produz a própria subjetividade.

As ações diretas são, dessa forma, modos de imprimir identidade à contestação das “verdades imutáveis” do capitalismo, reverter as expectativas das leis do mercado e seus agentes econômicos de precificar tudo, o transporte, a moradia, o ensino. Participar de ocupações e levantar a bandeira da Tarifa Zero é contestar algo ideologicamente tão enraizado nos processos formativos (escola, família, igreja, trabalho, meios de comunicação) – a obrigação de pagar para ter algo e a queda ao rótulo da contravenção aos que fogem do modelo da propriedade privada. Ao afirmar isso, estamos concordando com Badiou (2012: 39) quando nos identifica como contemporâneos de 1968 do ponto de vista da política, porque tal como naquele momento *nós temos o mesmo problema*: lá como aqui a figura clássica da política de emancipação era inoperante.

É preciso relacionar, ainda, as ações políticas dessas organizações estudadas na dimensão das relações conjunturais do país nos últimos anos, para resgatar a historicidade que auxilia na distinção de aspectos mais gerais que explicam o fenômeno tendencialmente.

Vive-se no Brasil uma condição conjuntural que passa por uma transição do momento pós-ditadura militar para a efetivação de uma democracia representativa. Ou seja, de um momento em que as instituições estavam amordaçadas pelo regime militar de exceção para

outro, o da sua refuncionalização; os canais de representação estavam restritos (dois partidos) e os poderes autônomos como o legislativo, o judiciário, na prática, subordinados ao poder executivo militar.

A luta pela democracia e fim da ditadura militar, que se sucedeu em meados dos anos 1980, em tese se propunha a rever ou retomar o alargamento cortado pelo golpe militar fazendo das instituições os canais de participação e do Estado a esfera da regulação na economia e na política. A transição, entendida como momento que deveria apontar para uma ruptura institucional de fato com os resquícios autoritários, ocorreu sob a condição de uma mudança pelo alto, apesar das manifestações populares que estavam represadas durante o regime militar. Uma mudança, se nos referenciarmos pelo que foi consagrado na Constituição de 1988 com a sua promulgação, que não conseguiu instalar o seu ideário democrático: instituições substantivamente representativas, como o judiciário (ministros nomeados pelo executivo) sem autonomia de um poder independente e o legislativo perfilado, composto pluralmente, mas subordinado a decisões orçamentárias do executivo, como numa indústria do processo eleitoral, na formação das maiorias, garantidas pelas forças políticas conservadoras hoje aliadas às forças políticas demandadas pelo movimento democrático.

O resultado: as instâncias de mediação política na transição democrática já nasceram esgotadas e o *transformismo* não superou a profunda desigualdade social que marca a vida social no país. Logo, a permanente manifestação das demandas sociais, das mais elementares, aceitas na Constituição de 88 como direitos sociais, não atendidas e a combinação das crises econômicas na recomposição com fração das classes dominantes do poder institucional distanciam as instituições do que seriam seus fins.

As insurgências sociais de rua, principalmente aquelas que partem dos jovens, ora espontâneas, ora organizadas como as que ocorreram em junho de 2013, vêm se sucedendo continuamente em 2014. Ao postularem autonomia, horizontalidade no processo de constituição, direcionamento e organização de suas intervenções, podem ser entendidas, a nosso ver, como uma oposição, na sua forma, a uma democracia não concluída, com a sua forma institucional de representação. E, o que é

mais importante atentar, há nessas categorias desdobramentos de outra, antagonicamente principal às categorias do poder: a ação direta.

Essa é uma interpretação da pesquisadora, lembrando que para esses jovens militantes nascidos no final dos anos 1980 e 1990 nem o regime democrático em vigor, nem partidos de esquerda no poder, como resposta de luta popular contra o Estado autoritário se constituem como novidade, ou uma conquista, já que muitos cresceram sob essa condição. Ou seja, não absorveram a experiência do período obscuro do fechamento para a liberdade que sensibilizou toda uma geração de luta, simplesmente porque não a viveram. Questionar o que aí está não implica a culpa de abalar uma conquista, mas de cobrar-lhe a promessa a que veio.

O que se coloca em questão, portanto, são os limites de uma democracia que se apresenta como autoritarismo continuado, confirmando esse dado conjuntural os fatos que expõem o que há de tendencial como manifestação desses movimentos juvenis. As mediações instituídas, dado o seu esgotamento, estão antagonizadas pelas ações diretas, o que é tendencial no Brasil hoje porque não são ações específicas desses movimentos analisados; não foram criadas por eles, mas adotadas por eles como resposta política. E por sua pertinência e adequação conjuntural, assimiladas inclusive por uma parte significativa da população brasileira manifestante, conforme exaustivamente noticiado pelos noticiários diários.

Em outras palavras, a ação direta é um fato tendencial como política real, não exclusiva, programática porque ao contrário do que pensa e simplifica o senso comum, ela está presente no Brasil de forma generalizada. São incontáveis os movimentos e manifestações diárias que optam pelas barricadas, pelas assembleias de rua, pela fustigação da polícia, pela depredação de sedes de órgãos públicos e policiais, lojas comerciais de luxo, agências bancárias, embora com repertório nem sempre organizado como o dos movimentos estudados. Blocos de ação saem às ruas com fins de proteger os que protestam e protestar através do quebra-quebra.

O vandalismo, como rotulou a imprensa corporativista, a anarquia, objeto de repressão e tentativas de enquadramento dessas mani-

festações, na verdade traduziram outra realidade – despolitização e anacronismo das instituições políticas que se protegem na atuação do seu braço armado. A força sobre o agir político refletido (Adorno, 1995). É como se as instituições da pluralidade democrática, paradoxalmente, estivessem formadas, ou preparadas apenas para a participação da concordância, respaldada por instituições educativas que direcionam o aprendizado das novas gerações na perspectiva da adaptação social, conforme discussão teórica anterior (Benjamin, 2009; Silva, 2001).

As ações insurgentes dos jovens nas ruas são os indicadores da sua capacidade de resposta humana para o silêncio institucional instalado que age diante das demandas populares como cegos num tiroteio, preocupados em resolver os problemas na sua aparência. Em outras palavras, não respondem, não conseguem mobilizar a máquina do Estado na direção da população e suas expectativas democráticas, não por outra coisa, senão por impossibilidade de os fins institucionais se atualizarem diante do chamado da realidade que exige deles uma mudança real.

“Revolução”, “virar o jogo”, “por outra sociedade”, “está tudo errado”... ideias que não são um jogo de palavras para os jovens pesquisados, mas uma expectativa represada de que as “coisas possam mudar”, sob a (des)ilusão de que o sejam a partir do que está instituído, do que herdaram como uma memória social que não está ao seu alcance mudar (Mannheim, 1982). Portanto, ocupar as ruas se converte em contraponto possível e desestabilizante da ordem que precisa ser abalada. E para isso, para essa política como resposta humana, eles não pedem licença!

Posto assim, também não se pode generalizar o anacronismo ou limites das instituições de um lado, e as manifestações de ação direta de outro, como formas binárias, o bem e o mal. Com o esgotamento das instituições representativas, preparadas para a concorrência, conformação e legitimação, a ação direta, também, pode ser interpretada como tática de confronto e desestabilização por parte de grupos ou interesses com motivos autoritários ou mesmo fascistas. E possivelmente confundindo discursos, por vezes antagônicos, nos confrontos de rua, como pôde ser observado em muitos momentos nas manifestações em todo o Brasil no ano de 2013.

Mas é fato que a política apenas para a conformação alimenta continuamente o confronto e o que poderá prevalecer como tendência é um processo histórico não previsível, exatamente porque o confronto é que tem aberto caminhos. Raras vezes avançaram no atendimento às demandas sociais sem a precedência das manifestações/ocupações de ruas cerceadas, reprimidas, administradas e finalmente reconhecidas, quando é o caso.

A imersão na militância dos coletivos/movimentos/organizações estudados nos confirma que suas ações estão voltadas para superar a desrazão, bem orquestrada, da vida moderna capitalista. É fato que eles estão sendo responsáveis, de forma prática, pela volta das ideias de um passado recente que contém a defesa do socialismo, do anarquismo, a luta pela soberania nacional, a revolução pelo poder popular; a ocupação da propriedade privada como direito, escapando do pensamento único de que o Brasil é a *bola da vez do desenvolvimento social* promovido pelo que há de melhor a ser aproveitado no capitalismo etc.

Com seus movimentos ousados, os jovens contestadores trouxeram à tona quanto a vida funcional das pessoas na cidade é movida integradamente, quanto um simples equipamento urbano, por exemplo, facilita ou prejudica a realização de interesses e necessidades de cada cidadão e quanto é preciso localizar na crítica das novas gerações a perspectiva do futuro da sociedade.

As motivações que movem a ação dessa juventude são de ordem imaterial, e também material. Escolha e necessidade se refletem no militante como projeto de vida. A literatura que discute os movimentos contemporâneos dos jovens tem feito a reflexão de que em se tratando de um projeto de sociedade, é importante que esperemos desses movimentos a criação de uma “durabilidade” da sua força política, ou seja, serem capazes de se expandir no espaço e no tempo para que contribuam para mudar a sociedade de uma forma, também, duradoura. Ou seja, para exercitarem o seu poder constituinte, para serem efetivos e terem efeitos permanentes, precisam encontrar maneiras de organizar suas diferentes partes e criar meios de cooperação. E é preciso que se aprimorem em termos organizativos, conforme o ponto de vista de Michael Hardt (2013) quando analisa o fenômeno das multidões que

ocuparam as ruas em diferentes partes do mundo nestes últimos tempos: “Os movimentos precisam provar, em outras palavras, que uma subjetividade política plural e democrática pode transformar radicalmente o processo político e criar novas relações sociais”.

No momento, ainda é prematuro identificarmos o projeto de sociedade presente nas diferentes propostas de ação, a exemplo do que observamos nesta pesquisa. Certamente, para os jovens presentes nesta investigação, o futuro não está na proteção ao capital, com seu poder de transformar pessoas numa mera mão de obra dispensável e o transporte, juntamente com outras condições de vida e acesso à cultura, nas mais lucrativas mercadorias. Segundo as palavras de um manifestante francês da revolta juvenil de 2005/2006 em Paris, os jovens queriam uma lei “não para proteger o capital, mas a juventude”.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. **Cenas juvenis**. São Paulo: Scritta, 1994.

ADORNO, Theodor. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz & Terra, 1995.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento, elementos do antissemitismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

AGENDA JUVENTUDE BRASIL. **Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros 2013**. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude. Disponível em: <www.juventude.gov.br/noticias/arquivos/pesquisa-atualizada-16-01.2013>. Acesso em: 12 out. 2013.

AGUITON, Christophe. **O mundo nos pertence**. São Paulo: Viramundo, 2002.

ALBUQUERQUE, J. A. G. **Movimento estudantil e consciência social na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977a.

_____. G. Movimento estudantil e classe média no Brasil: estudo comparativo. In: ALBUQUERQUE, J. A. G. (Org.) **Classes médias e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977b.

ANDRADE, Marcela; MAHEIRIE, Kátia. Passe Livre Já: participação política e constituição do sujeito. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 11, n. 22, 2011.

ANDRADE, Elaine Nunes. Hip-Hop: movimento negro juvenil. In: _____. (Org.) **Rap e educação, rap é educação**. São Paulo: Selo Negro, 1999.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

_____. **O que é política?** Fragmentos das obras póstumas compiladas por Ursula Ludz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BADIOU, Alain **A hipótese comunista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. Razonamiento altamente especulativo sobre el concepto de democracia. In: _____. **Abrégé de métapolitique**, Paris: Seuil, 1998. Disponível em: <www.elortiba.org/pdf/Badiou_Razonamiento_sobre_el_concepto_de_Democracia.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2013.

BAKHTIN, Mikhail. Apresentação do problema. In: _____. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**. Brasília: Ed. UnB, 1987.

BENJAMIN, Walter. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. São Paulo: Editora 34, Duas Cidades, 2011.

CAIAFFA, Janice. **Movimento punk na cidade: a invasão dos bandos sub**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

CARDOSO, Irene. Memória de 68: terror e interdição do passado. **Tempo Social**, São Paulo, v. 2, n. 2, 1990.

_____. O discurso da universidade. **Tempo Social**, São Paulo, v. 11, n. 1, maio 1998.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

COLLINS, Randall. "Social movements and the focus of emotional attention". In: GOODWIN, J.; JASPER, J.; POLLETTA, Fr. **Passionate politics: emotions and social movements**. Chicago, Illinois: The University of Chicago Press, 2001.

COSTA, Márcia Regina da. **Os carecas do subúrbio: caminhos de um nomadismo moderno**. Petrópolis: Vozes, 1993.

DIÓGENES, Gloria. **Cartografia da violência e da cultura**. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, Editora Annablume, 1998.

DOWNING, John D. H. **Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. São Paulo: Senac, 2002.

ESPINDULA, Brenda (Org.). **Protagonismo da juventude brasileira: teoria e memória**. São Paulo: Instituto Arte Cidadania, Centro de Estudos e Memória da Juventude, 2009.

FEATHERSTONE, Mike **O desmanche da cultura: globalização,**

pós-modernismo e identidade. São Paulo: Studio Nobel, Sesc, 1997.

FORACCHI, Marialice M. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Edusp, 1972.

FUX, Mariana. Palestra proferida. **IV ENMPL**, Brasília, 13 a 17 de novembro, 2013.

GAMA, Yuri Kierling. **Por uma vida sem catracas**: uma análise dos vínculos e relações entre a juventude contestadora contemporânea e a cidade. Trabalho de Conclusão de Curso – Departamento de Sociologia e Ciência Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

GIOVANNI, Julia Ruiz Di. **Seattle, Praga, Gênova**: política antiglobalização pela experiência de rua. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GROPPO, Luis Antonio. **Juventude**: ensaios sobre a sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

GUIMARÃES, Maria Eduardo Araujo. Rap: transpondo as fronteiras da periferia. In: ANDRADE, Elaine Nunes (Org.) **Rap e educação, rap é educação**. São Paulo: Selo Negro, 1999.

HARDT, Michael. “**Protestos recusam representação política por uma ‘democracia real’**”, diz professor dos EUA. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/poder/2013/07/1305450-protestos-recusam-representacao-politica-por-uma-democracia-real-diz-professor-dos-eua.shtml>. Acesso em: 12 out. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicais2010/SIS_2010.pdf>. Acesso em: out. 2013.

_____. **Censo populacional 2010**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: out. 2013.

INÁCIO, Ana Elise Cardoso. **Jovens em movimento**: um estudo sobre o Movimento Passe Livre em Florianópolis. Dissertação (Mestrado)

– Faculdade de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

HORKHEIMER, Max. **O eclipse da razão**. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976.

KEIL, Ivete Manetzer. Dos jovens contestadores aos jovens de hoje: uma nova forma de participação na pólis. In: BARQUERO, Marcelo. **Democracia, juventude e capital social no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

KLEIN, Naomi **Sem logo: a tirania das marcas em um planeta vendido**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LIBERATO, Leo Vinicius Maia. **A guerra da tarifa: uma visão dentro do Movimento Passe Livre em Floripa**, São Paulo: Faísca, 2005.

_____. **Expressões contemporâneas de rebeldia: poder e fazer da juventude autonomista**. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

LOURAU, René. Instituído, instituyente, contrainstitucional. In: Ferrer, Christian (Comp.) **El lenguaje libertario: antología del pensamiento anarquista contemporáneo**. La Plata: Terramar, 2005.

LOUREIRO, Isabel. Epílogo. In: _____. **Rosa Luxemburg: os dilemas da ação revolucionária**. São Paulo: Unesp, 2003.

LOWY, Michel. Juventude e internacionalismo. **II Acampamento da Juventude**, Porto Alegre, 2001. Palestra.

LUCAS, João I. P. **Orçamento participativo, capital social e antipolítica: um estudo de caso em Caxias do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

LÜCHMANN, Lígia; SOUSA, Janice Tirelli Ponte. Geração, democracia e globalização: faces e interfaces dos movimentos sociais no Brasil contemporâneo. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XXVI, n. 84, nov. 2005.

MAAR, Leo Wolfgang. **O que é política**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

_____. Adorno, semiformação e educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 83, ago. 2003.

MADEIRA, Felícia R. A roda-viva do mercado. **Tempo & Presença**, ano 11, n. 240, 1989.

MADEIRA, Felícia; BERCOVITCH, Alicia. Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 58, ago. 1986.

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, Marialice (Org.) **Mannheim: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1982.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.

MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento estudantil e ditadura militar**. Campinas: Papyrus, 1987.

_____. **A rebelião estudantil: México, França, Brasil: 1968**. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

_____. **1968**. São Paulo: Cortez, 1998.

MARTINS, Luciano. A “Geração AI-5”: um ensaio sobre autoritarismo e alienação”. In: _____. **“Geração AI-5” e Maio de 68: duas manifestações intransitivas**. Rio de Janeiro: Argumento, 2004.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5-6, maio/dez. 1997.

_____. **Acción colectiva, vida cotidiana y democracia**. México, DF: Edt. El Colegio de México, 1999.

MERGIER, Anne Marie. **El movimiento globalifóbico, imparable**. 2001. Disponível em: <www.midiaindependente.org>. Acesso em: 10 jan. 2002.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. **Juventude e movimento estudantil:** o “velho” e o “novo” na militância. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

_____. Movimento estudantil brasileiro: práticas militantes na ótica dos novos movimentos sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 66, out. 2003.

_____. **Identidade, cultura e política:** os movimentos estudantis na contemporaneidade. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

NEGRI, Antonio **O poder constituinte:** ensaio sobre as alternativas da modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

NEGT, Oskar; KLUGE, Alexander. **O que há de político na política.** São Paulo: Unesp, 1999.

OLIVEIRA, Igor Thiago Moreira. **Uma “praia” nas Alterosas, uma “antena parabólica” ativista:** configurações contemporâneas da contestação social de jovens em Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5-6, maio/dez. 1997.

PIMENTEL, Spensy. Hip-hop como utopia. In: ANDRADE, Elaine Nunes (Org.) **Rap e educação, rap é educação.** São Paulo: Selo Negro, 1999.

PROJETO JUVENTUDE. **Documento final para discussão, complementação e ajustes.** São Paulo: Instituto Cidadania, 2004.

PRUDENCIO, Kelly. **Mídia ativista:** a comunicação dos movimentos por justiça global na internet. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento:** política e filosofia. São Paulo: Ed. 34, 1996.

_____. **A partilha do sensível:** estética e política. São Paulo: EXO – Experimental, 2009.

RIBEIRO NETO, Artur. Um laço que não une mais. **Desvios**, São Paulo, n. 4, jul. 1985.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Unesp, 2010.

SANFELICE, José Luís **Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64**. São Paulo/Campinas: Cortez/Autores Associados, 1986.

SANTOS, Carlos André dos. **Ações coletivas na Idade Mídia: um estudo de caso sobre as atividades do Centro de Mídia Independente no Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

_____. **A rebeldia por trás das lentes: participação política juvenil no Centro de Mídia Independente no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

SARAIVA, Adriana. **Movimentos em movimento: uma visão comparativa de dois movimentos sociais juvenis no Brasil e Estados Unidos**. Tese (Doutorado) – Centro de Pesquisa e Pós-graduação sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília, 2010

SILVA, Franklin Leopoldo e. A perda da experiência da formação na universidade contemporânea. **Tempo Social**, São Paulo, v. 13, n. 1, 2001.

SILVA, Maria Aparecida da. Prometo Rappers: uma iniciativa pioneira e vitoriosa de interlocução entre uma organização de mulheres negras e a juventude no Brasil. In: ANDRADE, Elaine Nunes (Org.). **Rap e educação, rap é educação**. São Paulo: Selo Negro, 1999.

SILVA, Valéria. Ações coletivas juvenis na atualidade moderna brasileira: uma análise do Movimento contra o Aumento da Tarifa do Ônibus em Florianópolis – SC. In: SIMPÓSIO SOBRE A JUVENTUDE BRASILEIRA (JUBRA), Rio de Janeiro, 20 a 22 out. 2004.

_____. Ações coletivas juvenis na atualidade moderna brasileira: uma análise do Movimento Contra o Aumento da Tarifa do Ônibus em Florianópolis – SC. In: GROPPPO, Luís Antônio; ZAIDAN FILHO,

Michel; MACHADO, Otávio Luiz (Org.) **Movimentos juvenis na contemporaneidade**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. LÜCHMANN, Lígia Globalização, democracia, exclusão e geração: faces e interfaces dos movimentos sociais no Brasil contemporâneo. In: RESEARCH COMMITTEE 47 ON SOCIAL CLASSES AND SOCIAL MOVEMENTS OF THE INTERNATIONAL SOCIOLOGICAL ASSOCIATION, Paris, mimeo, 2004.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de; DURAND, Olga. Experiências educativas da juventude: entre a escola e os grupos culturais. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, n. 20, jul./dez. 2002.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. **Reinvenções da utopia**: a militância política de jovens dos anos 90. São Paulo: Hacker, Fapesp, 2002.

_____. Insurgências juvenis e as novas narrativas políticas contra o instituído. **Cadernos de Pesquisa**, Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da UFSC, Florianópolis, jul. 2002.

_____. Juventude, contestação e a política de pernas para o ar: o Movimento Passe Livre de Florianópolis. In: XXIV CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA (ALAS), Porto Alegre, jul. 2005.

_____. **Ações coletivas juvenis, formação política e processos culturais**. Relatório de Pesquisa (Edital Universal 2004/04, Processo 481562/04-4), 2008.

SOUZA, Regina Magalhães de; ARCARO, Nicolau Tadeu. O Banco Mundial e o investimento na juventude brasileira. **Psicologia Política**, v. 8, n. 16, 2008.

SOUZA, Regina Magalhães de. **O discurso do protagonismo juvenil**. São Paulo: Paulus, 2008.

_____. O conceito de protagonismo juvenil. In: ESPINDULA, Brenda (Org.) **Protagonismo da juventude brasileira**: teoria e memória. São Paulo: Instituto Arte Cidadania, Centro de Estudos e Memória da Juventude, 2009.

SPOSITO, Marília P. São Paulo, sociabilidade juvenil e a rua: novos

conflitos e ação coletiva na cidade. **Tempo Social**, São Paulo, v. 5, n. 1-2, 1994.

_____. (Org.) **O estado da arte sobre a juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009. V. 1.

TARROW, Sidney. Building transnational coalitions. In: _____. **The new transnational activism** Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

TELLA, Marco Aurélio Paz. Rap, memória e identidade. In: ANDRADE, Elaine Nunes (Org.) **Rap e educação, rap é educação** (São Paulo: Selo Negro, 1999).

THIOLLENT, Michel J-M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1981.

TOURAINÉ, Alain. Juventud y democracia en Chile”. **Última Década**, Viña del Mar, Chile, n. 8, mar. 1998. Disponível em: <<http://www.cidpa.cl>>. Acesso em: 23 jan. 2013.

VAINER, Carlos Quando a cidade vai às ruas. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.

VINCENT, Andrew. **Ideologias políticas modernas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

ZALUAR, Alba. Globalização do crime e os limites da explicação local. In: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos. **Cidadania e violência**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1997.

SITES DOS GRUPOS DE JOVENS ATIVISTAS ESTUDADOS

Movimento Passe Livre

MPL-São Paulo – <http://saopaulo.mpl.org.br/>

MPL-Floripa – [www.http://mplfloripa.org.br](http://mplfloripa.org.br)

Tarifa Zero – www.tarifa.zero.org

Brigadas Populares

<http://brigadaspopulares.blogspot.com.br/>

Assembleia Nacional de Estudantes – Livre (ANEL)

<http://anelonline.com/>

Coletivo Anarquista Bandeira Negra

<http://www.cabn.libertar.org/>

Black Bloc RJ

<https://www.facebook.com/BlackBlocRJ>

Levante Popular da Juventude

<http://levante.org.br/>

LISTA DE SIGLAS

ABIN – Agência Brasileira de Inteligência
AGP – Ação Global dos Povos
ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
ANEL – Assembleia Nacional dos Estudantes Livres
ASSEL – Associação dos Empregados da Eletrosul
ATTAC – Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio ao Cidadão
BATZ – Bloco Autônomo Tarifa Zero
BBloc – Black Bloc
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BMU – Banco Mundial
BPs – Brigadas Populares
C21J – Coletivo 21 de Junho
CABN – Coletivo Anarquista Bandeira Negra
CAs – Centros Acadêmicos
CCJC – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
CCS – Centro Social de Cultura
CDH – Centro dos Direitos Humanos
CEN – Comissão Executiva Nacional de Estudantes
CGA – Convergência de Grupos Autônomos
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
CMI – Centro de Mídia Independente
CNE – Congresso Nacional dos Estudantes
Conlutas – Coordenação Nacional da Luta Sindical
Conlute – Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes
CPCs – Centros Populares de Cultura
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CSP – Central Sindical Popular
CTZ-SSA – Coletivo Tarifa Zero de São Salvador

CUCA – Centro Urbano de Cultura, Ciência, Arte e Esporte
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DAs – Diretórios Acadêmicos
DCE – Diretório Central dos Estudantes
ECR – Encontro de Comunidades de Resistência
EIV – SC Estágio Interdisciplinar de Vivência – Santa Catarina
ENE – Encontro Nacional dos Estudantes
Enem – Exame Nacional do Ensino Médio
ENLACE – Reagrupamento oriundo de diferentes coletivos
militantes: Tendência Liberdade e Revolução do Partido Socialismo e
Liberdade – PSOL, Movimento de Unidade Socialista e Dissidências
da Democracia Socialista, da Articulação de Esquerda e do Fórum
Socialista do PT
EZLN – Exército Zapatista de Libertação Nacional
FAG – Federação Anarquista Gaúcha
FARJ – Federação Anarquista do Rio de Janeiro
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FLTP – Frente de Luta pelo Transporte Público
FMI – Fundo Monetário Internacional
FOE – Frente de Oposição de Esquerda
FSM – Fórum Social Mundial
G20 – Genova 20
G8 – Grupo dos Oito
GEIPA – Grupo de Estudos das Ideias e Práticas Anarquistas
GT – Grupo de Trabalho
IELA – Instituto de Estudos Latino-Americanos
IFET – Instituições Federais de Educação Tecnológica
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IV ENMPL – IV Encontro Nacional do Movimento Passe Livre
JR – Juventude e Revolução
JRI – Juventude e Revolução Independente
LGBTT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais,

Transgêneros e Simpatizantes

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

ME – Movimento Estudantil

MJG – Movimentos por Justiça Global

MORENA – Movimento Revolucionário Nacionalista

MPL – Movimento Passe Livre

MRTS – Movimento Rural dos Trabalhadores Sem Terra

MST – Movimento dos Sem Terra

MTD – Movimento dos Trabalhadores Desempregados

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

NEJUC – Núcleo de Estudos da Juventude Contemporânea

NTU – Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos

OE – Oposição de Esquerda

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONGs – Organizações Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

OT – O Trabalho

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PGC – Primeiro Grupo Catarinense

PIB – Produto Interno Bruto

PLC – Programa de Lei Complementar

PNAES – Plano Nacional de Assistência Estudantil

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PSDB – Partido Social-Democrata Brasileiro

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT – Partido dos Trabalhadores

Reuni – Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades

SINASEFE – Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional

SINDESC – Sindicato dos Trabalhadores da Saúde

SINTESP – Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho

SINTRATURB – Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Urbanos

TICEN – Terminal Integrado Centro

TICs – Tecnologias de Informação e Comunicação

TZ – Tarifa Zero

UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UJS – União da Juventude Socialista

UMES – União Municipal dos Estudantes Secundaristas

UNE – União Nacional dos Estudantes

ANEXOS

ANEXO I

PANORAMA DE INDICADORES DA POPULAÇÃO JOVEM BRASILEIRA

Quando se fala aqui de jovem ou juventude, convém trazer à tona alguns dados a fim de delimitar um quadro geral – um panorama – da população jovem no Brasil. Neste quadro, conforme os limites da pesquisa definidos na Região Sul do país optamos, sempre que possível, por mostrar quadros comparativos com os estados desta região.

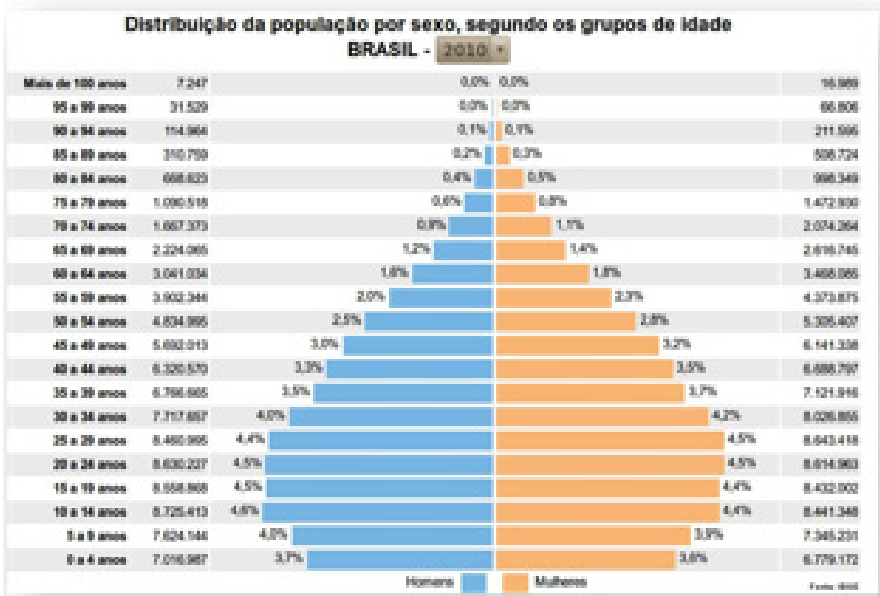
Como fontes de referência, podemos destacar o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com seus dados censitários (Censo 2010) e da amostragem de domicílios (PNAD). O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) juntamente com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) realiza estudos de mapeamento das questões demográficas e sociais que constituem importantes referências nestes dados coletados, assim como o Mapa da Violência, publicação anual, sob coordenação do sociólogo Julio Jacobo Waiselfiz e divulgado pela UNESCO, que produz uma série histórica com ênfase na relação entre os jovens e a violência no Brasil.

A Secretaria Nacional da Juventude publicou a Agenda da Juventude 2013, compilando alguns dados produzidos por institutos de pesquisa e inserindo uma pesquisa de amostragem de jovens sobre participação e importância da política (em sua percepção). Tais dados constam do final deste breve panorama que, longe de se propor um mapeamento dos jovens, procura tornar visíveis determinadas características desta parte da população brasileira conforme os temas de interesse dos grupos pesquisados.

População

Pelo último levantamento censitário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, são 51 milhões de jovens, entre 15 e 29 anos, no país. Cabe ressaltar uma divergência entre a faixa considerada “jovem”, com determinados institutos de pesquisa e a Secretaria Nacional da Juventude considerando essa faixa variando dos 15 aos 29 anos, enquanto outros, como o IBGE, consideram jovem a faixa de 15 a 24 anos, exigindo, quando possível, uma adaptação para a faixa comumente aceita em pesquisas sociológicas sobre a juventude, entre 15 e 29 anos. Esse alargamento da faixa juvenil vem sendo, pouco a pouco, incorporado aos institutos que realizam pesquisas com índices de referência histórica.

Gráfico 1 – Pirâmide etária do Brasil por sexo (2010)



Fonte: IBGE, Censo 2010.

Como referência, em termos globais, em 2010, 26% da população mundial era da faixa etária jovem (neste caso o dado compreende a faixa

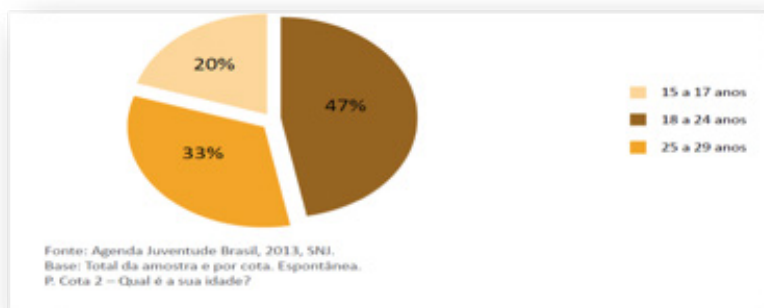
entre 15 a 29 anos); em metade dos países a porcentagem de jovens era inferior a 27% e, na outra metade, mais de 27% da população total era jovem. Em 70% dos países, a juventude representa de 20% a 30% da população total. Segundo o Censo de 2010, há no Brasil 51,3 milhões jovens de 15 a 29 anos, correspondente a 25% da população total.

Pelo censo de 2010 do IBGE, fica clara a importância da camada jovem na composição da população brasileira, mesmo com dados apontando para o envelhecimento. Ainda somos um país majoritariamente composto por jovens, com a maior parte da população na faixa entre 10 e 29 anos.

Para contextualizar as dimensões territoriais, o território brasileiro tem 8 515 692,27 km², divididos em 27 Unidades da Federação e 5.565 municípios, que possuem cerca de 67,4 milhões de domicílios. Proporcionalmente, os estados do Sul – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – correspondem a 7% do território total do Brasil. Segundo os resultados do Censo, a população do Brasil alcançou a marca de 190.732.694 habitantes, um crescimento de 12,3% em comparação à população encontrada pelo Censo 2000.

Entrando especificamente nos aspectos da população jovem, entre os 51 milhões de habitantes na faixa entre 15 e 29 anos de idade, percentualmente, a divisão por subgrupos etários (15 a 17 anos, 18 a 24 e 25 a 29) se dá conforme o gráfico a seguir.

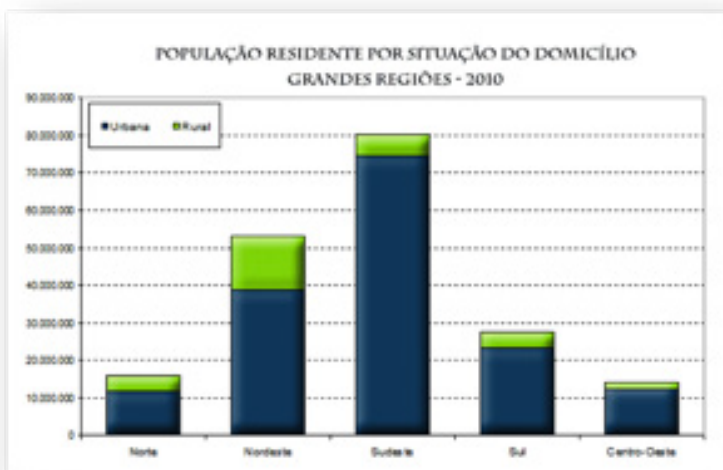
Gráfico 2 – Distribuição dos jovens por faixa de idade



Fonte: SNJ – Relatório Agenda Juventude 2013.

No que diz respeito ao meio rural brasileiro, os dados imediatamente após as décadas de 1960 e 1970 revelavam que um grande contingente populacional havia imigrado para as cidades e, tornando o país majoritariamente urbano, fato que aumentou progressivamente nas décadas seguintes. Atualmente o quadro geral, conforme Censo de 2010, mostra a seguinte composição:

Gráfico 3 – População total por região do Brasil (2010)



Fonte: IBGE, Censo 2010¹.

Nesse cenário, os jovens entre 15 a 29 anos estão distribuídos desta forma, de acordo com o Censo 2010:

¹ Em IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira: 2010, p. 149.

Tabela 1 – Juventude urbana e rural

Onde vivem os jovens (15-29)	
Percentual	Local
88,4	Cidade
15,2	Campo

Fonte: SNJ – Relatório Agenda Juventude 2013.

Ainda que haja uma tendência de envelhecimento do conjunto da população brasileira, somente no campo apresentam-se taxas de crescimento negativas para os mais jovens, ao passo que para as cidades o crescimento desses grupos etários manteve-se nas últimas décadas.

Tabela 2 – Taxa de envelhecimento

Lugar	% (2010)
Brasil	7,36
Paraná	7,53
Rio Grande do Sul	9,26
Santa Catarina	6,89

Fonte: PNUD, 2013.

Mesmo com parte grande da população considerada jovem, esse dado mostra também o envelhecimento da população nas últimas décadas, com o aumento do percentual de idosos avançando sobre o total da população – além de dados que confirmam o aumento na expectativa de vida dos brasileiros. Embora a população brasileira esteja envelhecendo, com redução sistemática, em termos relativos, dos seg-

mentos etários mais jovens, o Brasil ainda deve ser considerado um país essencialmente jovem.

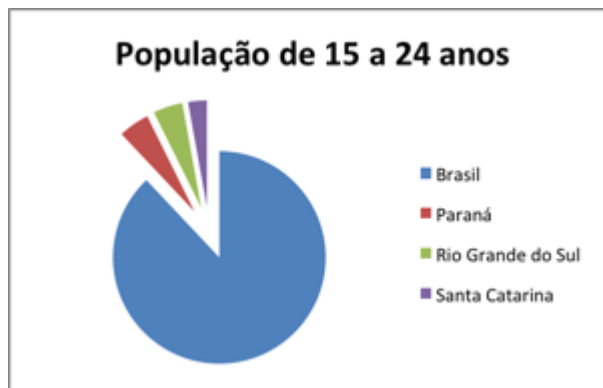
No Sul do Brasil a distribuição da população de 15 a 24 anos se dá da seguinte forma:

Tabela 3 – Jovens por estado na Região Sul (2010)

Lugar	População de 15 a 24 anos
Brasil	34.150.830
Paraná	1.825.425
Rio Grande do Sul	1.737.438
Santa Catarina	1.104.137

Fonte: PNUD – IBGE – Censo 2010.

Gráfico 4 – Jovens. Brasil e estados do Sul (2010)



Fonte: IBGE – Censo 2010.

A distribuição entre homens e mulheres no segmento juvenil brasileiro é equilibrada, tal como indicado no Censo de 2010. No Brasil há uma relação de 96,0 homens para cada 100 mulheres, ou seja, há um excedente de 3 941 819 mulheres em relação ao número total de homens. A Região Norte é a única que apresenta em sua composição populacional o número de homens superior ao de mulheres.

Tabela 4 – Pirâmide etária por gênero (2010)

Lugar	População total	População masculina de 10 a 14 anos	População masculina de 15 a 19 anos	População masculina de 20 a 24 anos	População masculina de 25 a 29 anos	População feminina de 15 a 19 anos	População feminina de 20 a 24 anos	População feminina de 25 a 29 anos
Brasil	190.732.694	8.725.413	8.558.868	8.630.227	8.460.995	8.432.002	8.614.963	8.643.418
Paraná	10.444.526	463.552	469.762	451.739	436.675	458.869	449.593	443.557
Rio Grande do Sul	10.693.929	438.629	442.405	437.737	445.502	433.332	433.169	448.497
Santa Catarina	6.248.436	264.941	276.177	287.316	286.179	269.009	278.342	280.304

Fonte: PNUD 2013.

Educação

Os dados referentes à educação e à escolaridade revelam que, apesar de avanços em relação aos dados de censos anteriores, jovens e adultos ainda mostram números altos indicando a não conclusão de etapas básicas do ensino. Um número grande de brasileiros, 54,5 milhões (49,25%), com 25 anos ou mais, não tem o ensino fundamental completo, segundo dados do Censo 2010.

- 16 milhões (14,65%) de pessoas com 25 anos ou mais concluíram o fundamental, mas não chegaram ao fim do ensino médio.

Nessa faixa etária, 35,8% da população concluiu, ao menos, o ensino médio – 11,26% têm nível superior completo.

- Um quarto da população entre 20 e 24 anos não concluiu o ensino fundamental;
- 22,57% (3,9 milhões de habitantes) dos brasileiros entre 20 e 24 anos não concluíram o ensino médio.

Entre os jovens de 18 a 24 anos, 36,5% haviam abandonado o estudo antes de completar o ensino médio em 2010. Desses, a maioria (52,9%) deixou a escola antes de terminar o ensino fundamental, enquanto 21,2% abandonou o estudo logo após ingressar no ensino médio.

Tabela 5 – Número de crianças e jovens (até 17 anos) em idade escolar – Brasil, Região Sul e Santa Catarina (2010)

Idade escolar	0 a 3 anos	4 a 6 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos	Total 4 a 17 anos
Santa Catarina	320.798	255.727	785.788	326.188	1.367.703
Região Sul	1.392.362	1.122.270	3.468.685	1.423.767	6.014.722
Brasil	10.925.893	8.696.672	26.309.730	10.357.874	45.364.276

Fonte: PNUD 2013.

Tabela 6 – Jovens e adultos conforme grau de instrução (Brasil, 2010)

Grau de instrução	20 a 24 anos	25 anos ou mais
Sem instrução e fundamental incompleto	25,37%	49,25%
Fundamental completo e médio incompleto	22,57%	14,65%
Médio completo e superior incompleto	45,82%	24,56%
Superior completo	5,46%	11,27%
Não determinado	0,77%	0,27%

Fonte: PNUD 2013.

De acordo com dados do Censo 2010 divulgados pelo IBGE em 2013, o brasileiro:

- com mais de 15 anos estudou em média durante 7,7 anos.
- acima dos 10 anos de idade tem um tempo médio de estudo de 7,3 anos.
- entre 20 e 24 anos tem 9,8 anos de estudo, em média.
- entre 25 e 29 anos tem 9,7 anos de estudo, em média.

Da mesma forma, apesar de avanços, os índices de analfabetismo permanecem em patamar alto, lembrando um índice ideal próximo do zero ou, no máximo, 1%.

Tabela 7 – Índice de analfabetismo (%) – Brasil e estados do Sul (2010)

Analfabetismo	Taxa de analfabetismo (11 a 14 anos)	Taxa de analfabetismo (15 anos ou mais)
Brasil	3,24	9,61
Paraná	1,14	6,28
Rio Grande do Sul	1,29	4,52
Santa Catarina	1,05	4,13

Fonte: PNUD 2013.

Tabela 8 – Percentual no ensino fundamental por faixa etária (2010)

Percentual no ensino fundamental	% de 4 a 5 anos no fundamental	% de 15 a 17 anos no fundamental	% de 18 a 24 anos no fundamental
Brasil	17,30	27,11	3,41
Paraná	17,76	19,19	1,78
Rio Grande do Sul	6,48	24,81	2,13
Santa Catarina	8,11	16,93	1,26

Fonte: PNUD 2013.

Tabela 9 – Escolaridade (2010) – Parte 1

Lugar	% de 18 anos ou mais com fundamental completo	Expectativa de anos de estudo	% dos ocupados com fundamental completo – 18 anos ou mais
Brasil	54,92	9,54	62,29
Paraná	55,53	10,43	63,07
Rio Grande do Sul	56,29	10,00	62,95
Santa Catarina	58,87	10,24	65,84

Fonte: PNUD 2013.

Tabela 10 – Escolaridade (2010) – Parte 2

Lugar	% de 15 a 17 anos com fundam. compl.	% de 16 a 18 anos com fundam. compl.	% de 18 a 24 anos com fundam. compl.	% de 25 anos ou mais com fundam. compl.	% de 18 a 20 anos com médio compl.	% de 18 a 24 anos com médio compl.	% de 18 anos ou mais com médio compl.	% de 19 a 21 anos com médio compl.	% de 25 anos ou mais com superior compl.	% de 25 anos ou mais com médio compl.
Brasil	57,24	66,38	74,24	50,75	41,01	47,47	37,89	47,33	11,27	35,83
Paraná	65,58	72,3	78,56	50,85	48,05	52,81	38,52	52,79	12,75	35,62
Rio Grande do Sul	61,13	70,55	79,25	52,14	43,79	50,42	37,73	49,92	11,28	35,43
Santa Catarina	69,19	77,57	83,4	53,78	51,8	56,65	40,41	56,52	12,53	37,03

Fonte: PNUD 2013.

Tabela 11 – Percentual de alunos em atraso (2010)

Atraso	% de 6 a 14 anos no fundamental sem atraso	% de 6 a 14 anos no fundamental com 1 ano de atraso	% de 6 a 14 anos no fundamental com 2 anos ou mais de atraso	% de 15 a 17 anos no médio sem atraso
Brasil	65,63	18,47	15,90	72,80
Paraná	73,96	13,69	12,35	80,70
Rio Grande do Sul	69,05	18,25	12,70	72,59
Santa Catarina	74,79	14,48	10,73	81,24

Fonte: PNUD 2013.

Tabela 12 – Percentual atendimento escolar por faixa etária (2010)

Lugar	% de 0 a 3 anos na escola	% de 5 a 6 anos na escola	% de 4 a 5 anos na escola	% de 4 a 6 anos na escola	% de 6 anos na escola	% de 6 a 14 anos na escola	% de 6 a 17 anos na escola	% de 11 a 14 anos na escola	% de 15 a 17 anos na escola	% de 18 a 24 anos na escola	% de 25 a 29 anos na escola
Brasil	23,55	91,12	80,1	85,05	94,98	96,69	93,19	96,14	83,32	30,64	14,31
Paraná	26,21	90,35	73,13	81,03	97,03	97,55	92,98	96,66	80,67	30,46	13,69
Rio Gde. do Sul	22,66	79,9	58,69	69,55	90,93	97,24	93,36	97,41	82,76	31,17	15,63
Santa Catarina	34,52	91,17	80,06	85,23	95,52	97,82	93	97,31	80,18	29,16	14,05

Fonte: PNUD 2013.

Emprego e renda

Os índices que tratam do emprego em geral têm mostrado números positivos na última década, com diminuição gradativa nas taxas de desemprego, resultado do aquecimento na economia brasileira observado na segunda metade da década passada. Contudo, tal crescimento não se mantém no início desta década. Ainda que os índices de desemprego não tenham mostrado crescimento, o desaquecimento da economia é fator importante na avaliação dos jovens, tão diretamente afetados pela necessidade de encontrar e manter um trabalho.

Tabela 13 – PEA – População Economicamente Ativa (2010)

Lugar	10 anos ou mais	10 a 14 anos	15 a 17 anos	18 anos ou mais
Brasil	93841042	1293199	3082987	89464856
Paraná	5602720	77239	217986	5307494
Rio Grande do Sul	5831829	67457	194857	5569515
Santa Catarina	3550964	45143	142653	3363169

Fonte: PNUD 2013.

Tabela 14 – Taxa atividade/desocupação jovens (2010)

Lugar	Taxa de atividade - 15 a 17 anos	Taxa de atividade - 18 anos ou mais	Taxa de atividade - 18 a 24 anos	Taxa de atividade - 25 a 29 anos	Taxa de desocupação - 15 a 17 anos	Taxa de desocupação - 18 anos ou mais	Taxa de desocupação - 18 a 24 anos	Taxa de desocupação - 25 a 29 anos
Brasil	29,78	66,54	68,05	78,23	24,19	7,29	15,07	8,77
Paraná	38,5	70,89	75,77	83,98	20,27	4,52	9,81	5,29
Rio Grande do Sul	36,69	70,19	76,51	85	19,16	4,56	9,87	5,86
Santa Catarina	43,66	73,78	82,03	87,66	15,95	3,4	6,95	3,81

Fonte: PNUD 2013.

Tabela 15 – Rendimento (2010)

Lugar	Rendimento médio dos ocupados - 18 anos ou mais	% dos ocupados sem rendimento - 18 anos ou mais	% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m. - 18 anos ou mais	% dos ocupados com rendimento de até 2 s.m. - 18 anos ou mais	% dos ocupados com rendimento de até 3 s.m. - 18 anos ou mais	% dos ocupados com rendimento de até 5 s.m. - 18 anos ou mais	Índice de <u>Theil-L</u> dos rendimentos do trabalho - 18 anos ou mais
Brasil	1.296,19	5,58	21,91	69,56	81,67	90,4	0,51
Paraná	1.368,35	3,98	17,21	65,68	79,86	89,98	0,44
Rio Grande do Sul	1.332,67	5,04	18,13	66,43	80,41	90,27	0,44
Santa Catarina	1.400,93	3,87	12,63	61,34	78,49	90,19	0,36

Fonte: PNUD 2013.

O trabalho, o desemprego, a precarização, as formas de ocupação e baixos salários são dos motivos que dificultam a mobilidade entre classes sociais e a distribuição mais equitativa das riquezas produzidas no país. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Brasil tem o terceiro pior índice de desigualdade no mundo. Os dados estão no primeiro relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) sobre América Latina e Caribe². Entre os 15 países com maior diferença de renda entre ricos e pobres, dez estão na América Latina e Caribe. Na região, o Brasil empata com Equador e só perde para Bolívia e Haiti em relação à pior distribuição de renda. As mulheres e as populações indígena e afrodescendente são as mais prejudicadas pela desigualdade social na região.

Segundo o relatório, “a maior dificuldade na América Latina é impedir que desigualdade social persista no decorrer de novas gerações”³.

² Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/Tags.aspx?tag=america-latina-e-caribe>>. Acesso em: out. 2013.

³ Idem.

- Cerca de 58% da população brasileira mantém o mesmo status social de pobreza entre duas gerações;
- O Brasil tem hoje cerca de 30 milhões de pessoas que ainda sobrevivem com menos de R\$ 140 ao mês.

Tabela 16 – Vulnerabilidade – Parte 1

Lugar	% de pessoas em domicílios em que ninguém tem fundamental completo	% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza	% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundam. completo e em ocupação informal	% de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e em que ninguém tem fundam. completo
Brasil	24,92	11,61	35,24	13,46
Paraná	23,39	6,35	31,55	8,57
Rio Grande do Sul	24,00	6,03	30,80	8,03
Santa Catarina	20,31	3,75	26,87	5,29

Fonte: PNUD 2013

Tabela 17 – Vulnerabilidade – Parte 2

Lugar	% de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e dependentes de idosos	% de pessoas vulneráveis à pobreza e que gastam mais de uma hora até o trabalho
Brasil	2,42	1,42
Paraná	1,31	0,68
Rio Grande do Sul	1,18	0,48
Santa Catarina	0,76	0,21

Fonte: PNUD 2013.

Tabela 18 – Índice de Desenvolvimento Humano (2010)

Lugar	IDHM	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
Brasil	0,727	0,739	0,816	0,637
Paraná	0,749	0,757	0,83	0,668
Rio Grande do Sul	0,746	0,769	0,84	0,642
Santa Catarina	0,774	0,773	0,86	0,697

Fonte: PNUD 2013.

Violência

Os dados seguintes enfatizam a importância de se levar em conta a questão da violência quando se define questões de políticas voltadas aos jovens. Os homicídios são hoje a principal causa de morte de jovens de 15 a 24 anos no Brasil e atingem especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. Dados do SIM/DATASUS do Ministério da Saúde mostram que mais da metade dos 52.198 mortos por homicídios em 2011 no Brasil eram jovens (27.471, equivalente a 52,63%), dos quais 71,44% negros (pretos e pardos) e 93,03% do sexo masculino. Dados revelados pelo Mapa da Violência 2013⁴ mostram que:

- a taxa de homicídios da população total, que em 1996 era de 24,8 por 100 mil habitantes, cresceu para 27,1 em 2011;
- a taxa de homicídios juvenis, que era de 42,4 por 100 mil jovens em 1996, foi para 53,4;
- a taxa de homicídios jovens do país – em 2011: 53,4 por 100 mil jovens – praticamente duplica a taxa total do país, que nesse ano foi de 27,1. Isso, na média nacional;
- de cada três mortos por arma de fogo, dois estão na faixa dos 15 a 29 anos; os jovens representam 67,1% dos mortos por arma de fogo.

⁴ Disponível em <http://www.mapadaviolencia.org.br/>. Acesso em: out. 2013.

Tabela 19 – Número de homicídios na população jovem por UF e região. Brasil 2001/2011

UF/REGIÃO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Δ%
Acre	90	68	56	51	42	61	37	44	48	50	47	-6,0
Amapá	90	94	104	91	95	90	86	94	74	115	86	-4,4
Amazonas	201	218	255	211	245	299	290	319	348	420	531	164,2
Pará	361	423	521	546	733	746	830	1.086	1.161	1.323	1.199	232,1
Rondônia	150	174	151	184	158	163	134	137	157	146	119	-20,7
Roraima	40	51	33	33	22	35	35	15	36	37	26	-35,0
Tocantins	60	57	61	65	57	78	61	83	76	101	98	63,3
Norte	952	1.085	1.181	1.181	1.352	1.472	1.473	1.778	1.900	2.192	2.106	121,2
Alagoas	356	386	431	456	491	694	763	772	760	907	950	182,7
Bahia	591	685	874	854	1.107	1.291	1.405	2.004	2.369	2.408	2.197	271,7
Ceará	442	480	495	551	614	647	735	776	835	1.049	1.105	150,0
Maranhão	208	194	259	252	322	337	394	455	496	505	480	130,8
Paraíba	198	231	216	232	271	296	318	368	485	551	621	213,6
Pernambuco	1.938	1.759	1.808	1.743	1.810	1.807	1.832	1.776	1.554	1.345	1.302	-32,8
Piauí	94	126	113	134	147	168	126	125	148	127	140	48,9
Rio Grande do Norte	99	99	137	116	165	147	211	281	309	316	409	313,1
Sergipe	195	212	180	147	156	219	188	185	207	216	231	18,5
Nordeste	4.101	4.172	4.513	4.485	5.083	5.606	5.972	6.742	7.163	7.424	7.435	81,3
Espírito Santo	558	681	639	645	645	671	684	754	809	736	729	30,6
Minas Gerais	872	1.120	1.550	1.743	1.715	1.635	1.807	1.477	1.405	1.354	1.548	77,5
Rio de Janeiro	2.746	3.184	2.983	2.812	2.704	2.652	2.310	1.933	1.661	1.753	1.505	-45,2
São Paulo	6.242	5.991	5.707	4.295	3.036	2.621	1.846	1.747	1.646	1.520	1.423	-77,2
Sudeste	10.418	10.976	10.879	9.495	8.100	7.579	6.447	5.911	5.521	5.363	5.295	-50,0
Paraná	690	849	947	1.144	1.202	1.204	1.261	1.388	1.426	1.329	1.186	71,9
Rio Grande do Sul	604	664	626	716	697	641	751	737	683	620	628	4,0
Santa Catarina	159	177	218	201	220	230	229	276	271	261	250	79,9
Sul	1.433	1.690	1.791	2.061	2.119	2.075	2.241	2.401	2.380	2.210	2.064	44,0
Distrito Federal	369	356	407	374	331	303	342	366	411	356	384	4,1
Goiás	396	438	440	529	532	534	520	613	578	710	761	92,2
Mato Grosso	289	280	276	252	269	298	249	267	307	298	290	0,3
Mato Grosso do Sul	177	210	244	222	208	206	231	243	250	191	191	7,9
Centro-Oeste	1.731	1.284	1.367	1.377	1.340	1.341	1.342	1.489	1.546	1.555	1.626	32,1
BRASIL	18.135	19.207	19.731	18.599	17.994	18.073	17.475	18.321	18.510	18.744	18.436	1,7

Fonte: SIM/SVS/MS – Mapa da Violência 2013.

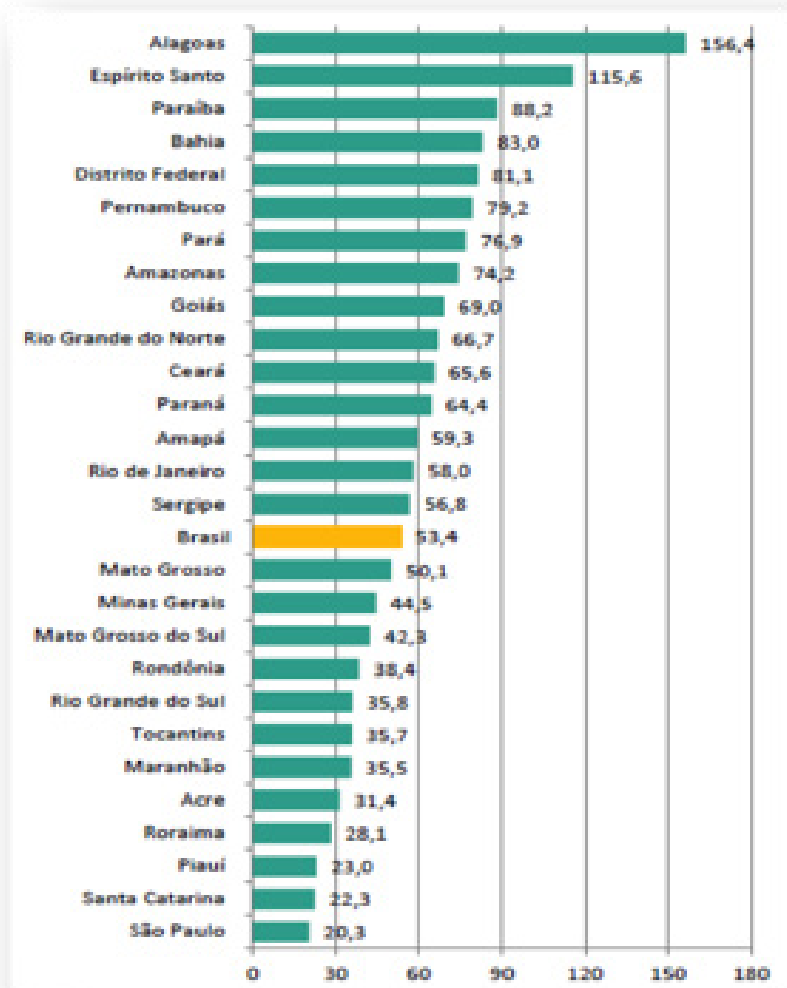
**Tabela 20 – Taxas de homicídios de jovens (por 100 mil)
por UF e Região. Brasil 2001/2011**

UF/REGIÃO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Δ%
Acre	39,3	52,3	42,1	37,5	28,3	40,1	25,3	31,7	34,5	33,9	31,4	-20,2
Amapá	80,6	81,2	86,8	73,4	71,3	65,2	63,2	72,5	56,4	81,1	59,3	-26,4
Amazonas	31,2	33,1	37,9	30,6	34,1	40,6	40,7	46,0	49,9	59,6	74,2	138,0
Pará	26,0	29,9	36,2	37,3	48,0	47,9	54,3	71,3	76,1	86,1	76,9	195,9
Rondônia	50,0	57,0	48,6	58,3	48,2	48,9	41,2	45,5	52,6	47,5	38,4	-23,2
Roraima	55,0	68,2	42,8	41,6	26,0	40,2	41,2	38,1	43,1	40,8	28,1	-48,9
Tocantins	23,5	21,9	22,9	24,0	20,1	26,9	21,6	31,7	29,3	37,2	35,7	51,9
Norte	32,8	36,7	39,1	38,3	42,0	44,7	45,8	56,8	60,6	68,5	64,9	97,6
Alagoas	54,8	62,2	68,8	72,0	75,8	106,0	122,9	125,3	124,9	150,4	156,4	185,6
Bahia	20,2	23,2	29,3	28,4	36,1	41,7	49,3	70,7	85,7	91,5	83,0	311,8
Ceará	28,9	31,0	31,5	34,6	37,4	38,9	43,1	45,5	49,1	62,8	65,6	126,7
Maranhão	16,3	15,0	19,8	19,1	23,7	24,5	28,6	33,6	37,2	37,7	35,5	117,1
Paraíba	27,6	32,0	29,7	31,7	36,4	39,5	43,2	49,8	66,6	78,8	88,2	219,4
Pernambuco	116,1	104,4	106,3	101,5	103,2	101,9	108,8	106,1	94,1	82,5	79,2	-31,8
Piauí	15,0	19,9	17,7	20,8	22,4	25,3	19,4	19,5	23,6	21,1	23,0	53,9
Rio Grande do Norte	17,2	16,9	23,1	19,4	26,8	23,6	34,0	46,0	51,2	52,1	66,7	289,0
Sergipe	50,1	53,7	44,9	36,1	37,1	51,2	46,0	47,2	53,6	53,6	56,8	13,2
Nordeste	39,7	40,0	42,8	42,1	46,6	50,8	56,1	63,8	68,8	72,9	72,4	82,3
Espírito Santo	86,3	103,7	95,9	95,4	92,5	94,4	103,9	120,0	131,0	117,8	115,6	34,0
Minas Gerais	24,2	30,7	42,0	46,7	44,8	42,2	44,5	41,6	40,0	39,2	44,5	83,9
Rio de Janeiro	103,7	118,9	110,2	102,8	96,6	93,6	91,1	76,9	66,5	68,1	58,0	-44,0
São Paulo	85,6	81,0	76,0	56,4	38,7	32,9	25,7	25,3	24,2	21,9	20,3	-76,2
Sudeste	73,4	76,3	74,7	64,4	53,4	49,3	46,1	43,5	41,1	39,5	38,0	-48,2
Paraná	37,4	45,5	50,1	59,9	61,4	60,7	66,2	73,3	75,5	72,6	64,4	72,3
Rio Grande do Sul	32,7	35,6	33,3	37,7	35,9	32,6	39,7	40,4	37,8	35,5	35,8	9,4
Santa Catarina	13,5	16,9	20,5	18,6	19,8	20,3	20,8	25,4	25,1	23,5	22,3	65,3
Sul	30,3	35,4	37,0	42,1	42,2	40,8	45,7	50,0	49,8	47,1	43,7	44,2
Distrito Federal	78,6	74,1	83,0	74,8	63,4	56,8	74,9	77,2	86,0	76,3	81,1	3,1
Goiás	37,8	41,0	40,4	47,7	46,1	45,4	48,1	57,7	54,5	65,3	69,0	82,8
Mato Grosso	54,0	51,4	49,8	44,7	45,9	49,8	43,9	47,0	54,1	52,2	50,1	-7,2
Mato Grosso do Sul	42,2	49,4	56,6	50,8	46,2	45,1	52,4	55,9	57,8	42,8	42,5	0,3
Centro-Oeste	49,8	51,0	53,3	52,8	49,4	48,5	52,7	58,6	60,9	60,5	62,4	25,3
BRASIL	52,4	54,8	55,5	51,7	48,6	48,1	49,5	52,9	54,0	54,7	53,4	1,9
Taxa Não Jovem	21,6	21,8	22,2	20,8	20,1	20,8	19,6	20,5	20,9	21,5	21,4	-1,1
Vitimização Anual %	242,2	250,7	250,7	248,4	241,7	231,1	252,1	257,8	257,8	254,7	249,6	3,1

Fonte: SIM/SVS/MS – Mapa da Violência 2013.

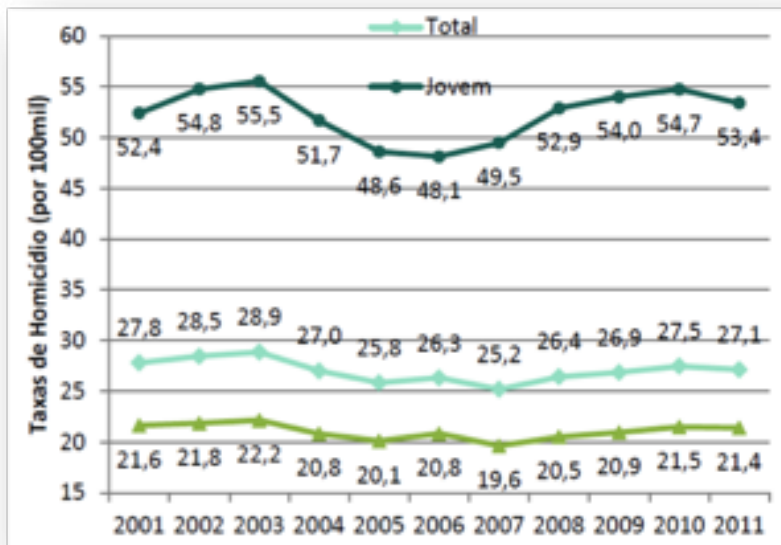
O gráfico reproduzido a seguir, sobre as taxas de homicídios envolvendo a população jovem, mostra os estados da Região Sul em posição intermediária (no caso do Paraná) e no final da lista (Rio Grande do Sul e Santa Catarina).

Gráfico 5 – UF segundo taxas de homicídios juvenis a cada 100 mil habitantes em 2011



Fonte: SIM/SVS/MS – Mapa da Violência 2013.

Gráfico 6 – Evolução das taxas de homicídios (por 100 mil) na população total, jovem e não jovem. Brasil, 2001/2011

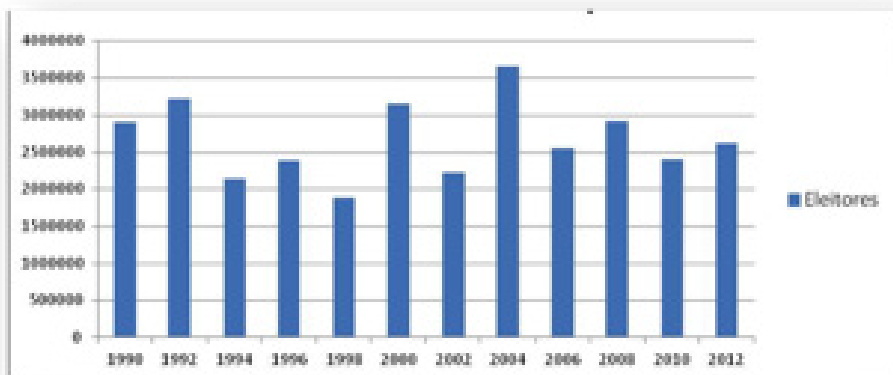


Fonte: SIM/SVS/MS – Mapa da Violência 2013.

Participação eleitoral

É frequente, no senso comum, a reprodução de afirmações no sentido de que o “jovem não se interessa por política”. Em uma tentativa qualificar a percepção dos mais jovens da “importância da política”, a Secretaria Nacional da Juventude mobilizou em 2013 pesquisadores para uma pesquisa qualitativa sobre o tema. Antes, porém, alguns dados sobre o número de jovens aptos a votar no Brasil.

Gráfico 7 – Jovens de 16 e 17 anos aptos a votar



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

O gráfico seguinte se refere à pesquisa de amostragem da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ).

Gráfico 8 – Título de eleitor por idade



Fonte: SNJ – Relatório Agenda Juventude 2013.

De acordo com a amostragem da pesquisa da SNJ, no que se refere a essa questão, a variável renda produz diferenças: 91% dos jovens de renda alta possuem título de eleitor ante 83% dos de renda média e 78% dos pertencentes a estratos de baixa renda.

Como, no Brasil, o título eleitoral não é obrigatório para os jovens de 16 e 17 anos, a procura pelo título nesta faixa mostra ao menos algum interesse em participação na vida política institucional.

No estado de Santa Catarina obtivemos junto ao Tribunal Regional Eleitoral o total de eleitores na faixa jovem.

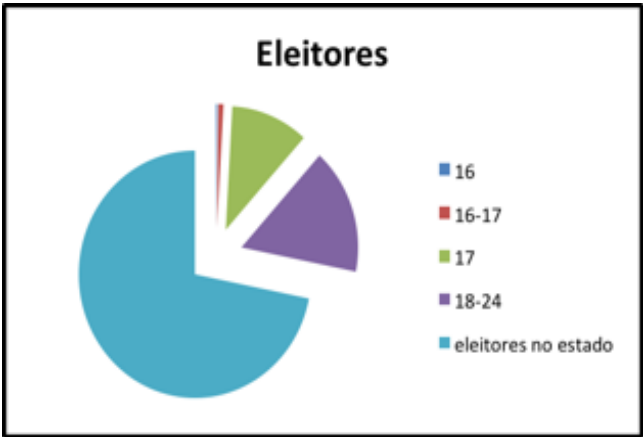
Tabela 21 – Número de jovens aptos a votar em Santa Catarina

Faixa Etária	16 anos	16-17	17	18-24
Eleitores	12.405	46.796	709.501	1.087.683

Fonte: TRE-SC.

- Universo total de eleitores em Santa Catarina: 4.737.823.

Gráfico 9 – Eleitores jovens por faixa etária



Fonte: TRE-SC.

A pesquisa realizada para a Agenda Juventude 2013 é estatisticamente representativa do universo da população entre 15 e 29 anos, residente no território brasileiro, valendo-se de uma amostra composta por 3.300 entrevistas, distribuídas em 187 municípios, estratificados por localização geográfica (capital e interior, áreas urbanas e rurais) e em tercis de porte (municípios pequenos, médios e grandes), contemplando as 27 Unidades da Federação. A pesquisa de campo foi realizada entre abril e maio de 2013.⁵ A Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião da Juventude Brasileira 2013, organizada pela Secretaria Nacional de Juventude, em parceria com a Unesco, aponta a “percepção do grau de importância da política”: 54% dos jovens consideram “muito importante”.

Tabela 22

Percepção de grau de importância da política	
Muito importante	54%
Mais ou menos importante	29%
Nada importante	16%
Não sabe	1%

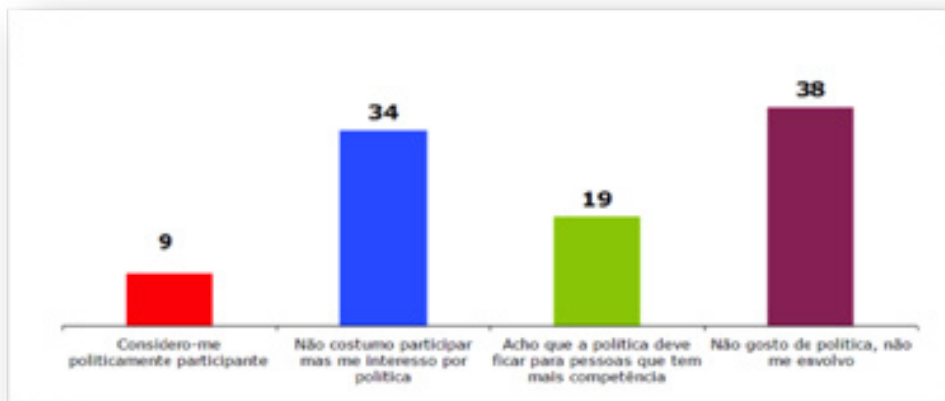
Fonte: SNJ – Relatório Agenda Juventude 2013.

Quanto à participação política, a maioria dos entrevistados respondeu:

- “não gosto de política, não me envolvo” (38%);
- “não costumo participar, mas me interesso por política” (34%);
- “acho que a política deve ficar para pessoas que têm mais competência” (19%),
- “considero-me politicamente participante” (9%).

⁵ Conforme SNJ – Secretaria Nacional da Juventude.

Gráfico 10 – Qual das seguintes frases se aproxima mais da relação que você tem com a política?



Fonte: SNJ – Agenda Juventude 2013.

Gráfico 11 – Capacidade de o jovem mudar o mundo



Fonte: SNJ – Relatório Agenda Juventude 2013.

Gráfico 12 – Ações que podem melhorar o mundo

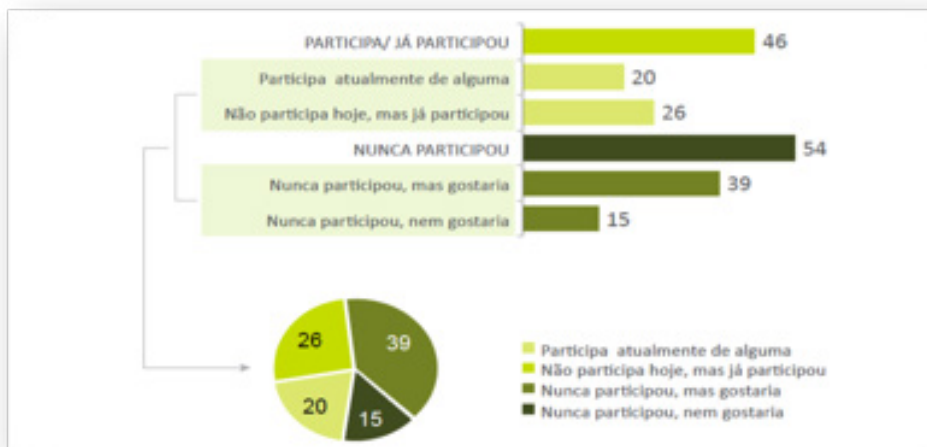
Formas de atuação que podem melhorar as coisas no Brasil



Fonte: SNJ – Agenda Juventude 2013.

- A atuação em associações que se organizam por alguma causa foi o ponto considerado mais importante entre as “formas de atuação que podem ajudar a mudar ou a melhorar as coisas no Brasil”.

Gráfico 13 – Histórico e desejo de participação



Fonte: SNJ – Relatório Agenda Juventude 2013.

Gráfico 14 – Participação em associações e entidades

Fonte: SNJ – Relatório Agenda Juventude 2013.

ANEXO II

CRONOLOGIA DOS PROTESTOS NAS JORNADAS DE RUA DE 2013

Parte 1

Quando o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores, juntamente com o governador do estado, Geraldo Alckmin, do PSDB, assinaram o aumento das tarifas de ônibus, trem e metrô em 20 centavos, no dia 2 de junho de 2013, o mundo político brasileiro vivia um raro período de calmaria. Em um ano sem eleição, as pesquisas eleitorais mostravam que a presidenta da República, Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, navegava por elevados índices de aprovação, favorita, portanto, à disputa eleitoral para seu cargo em 2014. Geraldo Alckmin também gozava de confortáveis índices de aprovação e, cenário previsto, teria um caminho tranquilo se escolhesse uma nova reeleição ao Palácio dos Bandeirantes.

No Rio de Janeiro, o governador Sérgio Cabral, do PMDB, reeleito em 2010 com 60% dos votos válidos e bons níveis de aprovação, dava como certo seu projeto político de garantir o nome escolhido para sucedê-lo no Palácio da Guanabara. Em resumo, nomes importantes dos mais importantes partidos políticos do Brasil, PT, PSDB e PMDB, à parte sua disputa de poder no plano nacional, na presidência da república e nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, gozavam de relativa paz em suas respectivas ambições.

Pouco mais de trinta dias depois, Dilma Rousseff, Sergio Cabral e Geraldo Alckmin, eram apontados como três dos mais impopulares

políticos brasileiros. Dilma viu sua popularidade nas pesquisas despencar de taxas próximas a 60% para algo em torno de 30%. A onda de protestos contra o aumento das tarifas do transporte público em diversas cidades brasileiras não nasceu grande de uma hora para a outra. Tudo começou com pequenas manifestações, ainda no início do ano, que ganharam vulto à medida que a repressão policial também aumentava. Antes dos aumentos de junho em São Paulo, outras cidades do país já haviam passado pela experiência da resposta da população nas ruas contra aumentos abusivos nos preços das tarifas de transporte público.

25 de março

Porto Alegre

A primeira grande manifestação contra aumento de tarifas foi nas ruas da capital do estado do Rio Grande do sul. As avenidas Ipiranga e Bento Gonçalves foram ocupadas e houve confusão entre ativistas e a polícia. O aumento de R\$ 0,20 foi questionado pelo Ministério Público, que pedia revisão do cálculo do reajuste. *(Fonte: Portal Terra)*

27 de março

Porto Alegre

Novo protesto na capital gaúcha, desta vez os confrontos com a Polícia Militar deixaram uma pessoa ferida durante a manifestação em frente à prefeitura. Cerca de 300 manifestantes estavam no local. Janelas foram quebradas e a polícia reagiu com bombas de efeito moral e gás lacrimogênio. *(Fonte: Portal Terra)*

4 de abril

Porto Alegre

O protesto dá lugar à comemoração: os ativistas festejam a decisão do Tribunal de Justiça, que, em liminar, suspendeu o aumento da passagem. O sistema de bilhetagem, que já cobrava R\$ 3,05, teve que voltar aos R\$ 2,85. Cerca de 5 mil pessoas participaram do ato em frente à prefeitura.

15 de maio

Natal

O primeiro protesto do movimento contra o aumento de 20 centavos na tarifa de ônibus terminou com confrontos entre a Polícia Militar e os manifestantes. Foram balas de borracha disparadas, bombas de gás lacrimogênio atiradas, spray de pimenta borrifado, pedras arremessadas, além de pessoas feridas e presas (veja o vídeo ao lado). Entre as 17h e 19h30, o protesto ocorreu em clima de tranquilidade. Os relatos mostram um cenário de guerra por volta das 19h15. A cena se repetiu mais a frente, entre as 20h e 21h, quando o grupo chegou à passarela da BR-101, mesmo local de onde saiu o movimento. Novos disparos de bala de borracha foram efetuados pelo Pelotão de Choque da Polícia Militar. Com escudos, os policiais avançaram pela BR-101, como mostram os vídeos feitos pelo G1 na rodovia federal e por um cinegrafista amador no primeiro confronto.

De um lado, os integrantes do movimento acusaram a PM de iniciar o tumulto. “Ficou claro que naquele momento o objetivo da operação era nos espancar”, relata o estudante de História João Carlos de Melo Silva, 19 anos, atingido por uma bala de borracha na panturrilha. Já Glícia Alves, 20 anos, estudante de Psicologia, conta que ficou desnorreada. “De repente o pessoal recuou, eu abaixei e quando levantei meus olhos ardiam”, explica. Os estudantes disse-

ram que os próprios integrantes do movimento socorreram os feridos após a intervenção policial. Do outro lado, os policiais informaram que a confusão começou após pedras vindas de onde estavam os manifestantes. “Uma equipe da Rocam (Ronda Ostensiva com Apoio de Motocicletas) estava atendendo a um cidadão que havia sido atingido por uma pedra. Nesse momento, os policiais também foram atingidos por pedradas. Como já havia uma ordem judicial para a PM usar a força em caso de violência, agimos dentro da legalidade”, explicou o subcomandante de Policiamento Metropolitano, tenente-coronel Alarico Azevedo. *(Fonte: G1)*

16 de maio

Natal

Debaixo de muita chuva, militantes ocuparam e interditaram uma das principais vias da capital do Rio Grande do Norte. O protesto ocorreu logo após o aumento de R\$ 2,20 para R\$ 2,40 no valor da passagem de ônibus – novamente 20 centavos. Com o ato público e a possibilidade de novos atos com maior adesão de manifestantes, o prefeito, Carlos Eduardo Alves (PDT), reduziu a tarifa para R\$ 2,30. *(Fonte: Revista Forum)*

21 de maio

Goiânia

Os protestos ocorreram após a passagem aumentar de R\$ 2,70 para R\$ 3,00 na capital goiana – até então o maior aumento entre as capitais. Aproximadamente 300 pessoas foram até a Praça Cívica. Durante a manifestação houve conflitos com a Polícia Militar no Terminal Padre Pelágio.

28 de maio

Goiânia

Os goianos voltaram a se manifestar contra o aumento da passagem. Os manifestantes se reuniram na Praça Universitária e seguiram marchando até a Praça da Bíblia, onde a Polícia Militar já os aguardava. O número de manifestantes foi relativamente maior do que uma semana antes, cerca de mil pessoas protestaram e 14 ativistas foram presos.

2 de junho

Haddad e Alckmin assinam o aumento de 20 centavos nas tarifas de ônibus e trens no transporte público de São Paulo, passando de R\$ 3 para R\$ 3,20. Várias cidades haviam tentando aumentar em vinte centavos suas tarifas de transporte público, um estranho cálculo em comum para realidades e dimensões tão distintas. O valor, 20 centavos, tornaria um dos motes dos primeiros atos de protestos, com diversos colunistas da grande imprensa apontando para os exageros das manifestações desencadeadas pelos aumentos “apenas por 20 centavos”, demonstrando total descolamento da situação de grande parte da população que se locomove pelo transporte público além de desconhecimento (ou descaso) com a questão da mobilidade nas grandes cidades inchadas por veículos. No dia seguinte ao anúncio do aumento em São Paulo o Movimento do Passe Livre local convocou uma manifestação de protesto, o que se seguiu e a proporção dos protestos entraram para história política do país.

“TARIFA ZERO”

Um dos fundadores do MPL, Marcelo Pomar, explica aqui, em entrevista ao jornal Brasil de Fato, um pouco da origem e importância do movimento, bem como o projeto colocado nas ruas juntamente com os protestos contra aumento nas tarifas: o Tarifa Zero. A cidade de Florianópolis, capital de Santa Catarina, aparece com destaque na fala de Pomar pois é uma das cidades que primeiro se rebelaram, ainda na primeira metade da década passada, contra aumentos de tarifa no transporte público.

Diz Pomar: “Havia também um conjunto de questões que considero objetivas e que estão ligadas à questão material do problema do transporte no Brasil. Uma questão estrutural mesmo. Nós tivemos de 1994 até 2004 um período de 10 anos de relativo controle inflacionário, de estabilidade da moeda, por conta do Plano Real. E, no entanto, em Florianópolis, as tarifas de ônibus aumentaram em um valor de quase 250% nesse período, ao passo que você não tem nenhuma categoria de trabalhador que recebeu qualquer tipo de aumento salarial similar a isso. Em Florianópolis, em especial, esses aumentos foram muito significativos. Outro agravante foi que, em 2003, criaram um sistema integrado de transportes que mudou radicalmente a forma pela qual as pessoas se deslocavam na cidade e isso causou muita revolta, muita indignação. No final de maio de 2004, a prefeita de Florianópolis, que à época era a Ângela Amim, do PP, decidiu dar um aumento no preço da passagem de 28%, um reajuste bastante alto. Então aquilo criou todas as condições para que nós tivéssemos uma onda muito forte de manifestação.”

Em 2004, em Florianópolis, explode essa manifestação grande que tem uma vitória expressiva que foi a redução dos

preços das tarifas. E a gente começa a pensar o seguinte: ‘Olha, como é que a gente se conecta com outros jovens do Brasil que estão nessa luta? Que veem no que a gente fez aqui uma referência, e que tem mais ou menos proximidade política com o que nós estamos pensando?’ Era uma forma de pensar em organização propriamente. Até porque como nós não tínhamos mais esse vínculo com organizações estabelecidas, como a Juventude Revolução ou a Juventude do PT, nós achávamos que era necessário ter uma organização própria que fizesse um movimento social de característica urbana e que discutisse a questão do transporte coletivo, em especial a do passe livre. Daí surgiu a ideia de fundar o MPL. Uma organização que juntasse essas várias lutas do Brasil em torno do transporte, sobretudo em relação ao passe livre.

Com o tempo o MPL para de discutir passe livre dos estudantes, ou a reivindicação pequena, menor, e começa a entender o contexto do direito à cidade. O Tarifa Zero passa a ser o entendimento de que a cidade, por concentrar as grandes conquistas tecnológicas, científicas, culturais da humanidade, precisa ser então democratizada. E a democratização ao acesso à cidade passa necessariamente pela garantia do acesso e da chegada aos equipamentos públicos e privados que na cidade estão espalhados. O fato do Tarifa Zero passar a ser tratado pela mídia não mais como algo caricatural, mas como um projeto sério, não se deu pela vontade dos jornais. Acho que as pessoas já partem do princípio de que o ônibus tem que ser pago, que assim que funciona. Tem uma reflexão que acho importante a gente fazer, e sempre que faço isso com alunos meus e com pessoas que converso sobre esse tema ajuda a quebrar esse tema. Primeiro que o transporte público coletivo é um serviço público essencial, assim como é a iluminação pública, as coletas de lixo, a saúde, a educação. Ele é no entanto o único serviço público essencial que é pago no momento de sua utilização.

O que não ocorre na cabeça de ninguém é que, a cada poste de luz que você passasse em São Paulo, você tivesse que botar uma moedinha de 5 centavos para ele iluminar os seus próximos

30 metros. Ou que alguém que vai retirar o lixo na sua casa chegue lá com uma balança de precisão e uma tabela dizendo que vai retirar o lixo a R\$ 3,30, pesa o seu lixo, tira o caixa, cobra de você. Todos esses serviços que são públicos e essenciais são cobrados de maneira indireta. Então, o que estamos dizendo não é que a tarifa é gratuita, obviamente. O que estamos dizendo é que quem deve pagar o custo do transporte? Essa é a discussão que está por trás. Não estamos dizendo que o transporte não terá mais custo. Ele continua tendo custos de insumos, da força de trabalho e de uma série de coisas. Mas quem deve pagar o custo da tarifa? O custo da tarifa deve ser pago pelos setores da sociedade que verdadeiramente se beneficiam do fluxo regular de mercadorias, de força de trabalho. Ou seja, os setores mais ricos, os setores produtivos, justamente aqueles setores que começam a gritar quanto tem mobilização do transporte, quanto tem paralisação do transporte coletivo. Essa discussão de fundo é a que estamos tentando avançar nesse momento. Porque a política de subsídio simplesmente não resolve o problema de fundo. A política de subsídio arrefece os ânimos. Você diminui o custo da tarifa, mas você mantém a margem de lucro dos empresários e não discute o que está por trás. Que é uma concepção do transporte público não como serviço público essencial, não como direito essencial, mas como mercadoria, como um elemento de manutenção ou de produção de lucro para determinados grupos que controlam a exploração desse serviço.

(Fonte: Brasil de Fato)

Parte 2

3 de junho

São Paulo

Um dia após o aumento da passagem de ônibus, trem e metrô de São Paulo, de R\$ 3 para R\$ 3,20, o Movimento Passe Livre (MPL) organizou o primeiro ato na cidade. O protesto ocorreu às 7h, na Estrada do M'Boi Mirim, zona sul da capital paulista. Uma das faixas da via foi ocupada pelos ativistas. *(Fonte: Revista Forum)*

Rio de Janeiro

Na frente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), manifestantes se reuniram para protestar contra o aumento da passagem de ônibus, que havia subido de R\$ 2,75 para R\$ 2,95, no dia 1º de junho. A Avenida Rio Branco, uma das principais da cidade, foi ocupada pelos ativistas.

6 de junho

São Paulo

Com a repercussão do aumento da tarifa, a manifestação foi ampliada – este é o primeiro dos grandes atos de junho – e migrou para a região central. Aproximadamente 5 mil pessoas estavam na frente do Teatro Municipal. Nesse ato, houve o primeiro confronto com a Polícia Militar e 15 manifestantes foram presos. *(Fonte: Revista Forum)*

7 de junho

São Paulo

2 mil pessoas foram às ruas e os manifestantes fecharam uma das mais importantes vias de São Paulo, a Marginal Pinheiros.

11 de junho

São Paulo

O protesto reuniu 5 mil pessoas e a marcha, que durou seis horas, começou na Praça dos Ciclistas, na Avenida Paulista. Havia um acordo para que a manifestação se encerrasse dentro do Terminal Parque Dom Pedro, porém a PM não permitiu o acesso ao local e a confusão começou. Muitos civis se feriram e um policial foi agredido por manifestantes. O ato, mesmo depois de ser dispersado, seguiu para a Avenida Paulista. Vinte militantes foram detidos. Em Paris, o prefeito, Fernando Haddad (PT), e o governador, Geraldo Alckmin (PS-DB), criticaram a postura dos manifestantes. (*Fonte: Revista Forum*)

13 de junho

São Paulo

O dia foi marcado pela truculência policial contra manifestantes e a imprensa. Sete repórteres foram atingidos por bala de borracha e mais de 200 militantes foram presos. Toda pessoa que estivesse portando vinagre era detida. O produto é utilizado para atenuar os efeitos do gás lacrimogênio. A manifestação começou no Teatro Municipal, por volta das 17h, e seguiu pelo centro, com diversos ataques da PM aos manifestantes. Alguns militantes conseguiram alcançar a Avenida Paulista, onde o ato foi encerrado.

Diversas agências de notícias relataram múltiplos casos de arbitrariedades cometidos pela PM na região central ao longo da tarde e início da noite de quinta-feira. Mais de 230 foram detidos em SP

Uma unidade da Tropa de Choque atravessava a Avenida Paulista, em São Paulo, por volta das 20h, quando uma moça negra usando camiseta branca com uma cruz preta fez um apelo da calçada, perto da esquina com a Rua da Consolação, onde se encontravam pelo menos outras 20 pessoas: “Por favor, não machuquem os meninos, eles não fizeram nada contra vocês”. Um policial retardatário ouviu o apelo e respondeu. “Então toma, sua hipócrita filha da p...”, e atirou uma bomba de gás lacrimogênio.

O efeito da fumaça atingiu todos que estavam na calçada. Uma senhora aparentando ter mais de 60 anos passou mal e foi carregada pelos colegas para dentro de um prédio. Os outros saíram correndo. A maioria era composta por trabalhadores que ficaram presos na Paulista depois do trabalho sem conseguir voltar para suas casas.

As estações de Metrô da principal avenida da cidade fecharam os portões. Os seguranças escolhiam quem podia entrar pela cara e pelas roupas. O comércio fechou as portas por orientação da Polícia Militar, que impediu o tráfego de pessoas em vários pontos e os barrados no metrô se aglomeravam nas calçadas.

Algumas vezes os trabalhadores eram confundidos com grupos de manifestantes e viravam alvos das balas de borracha, bombas de efeito moral e gás. Pessoas choravam, tentavam se esconder e andavam com os braços erguidos para evitar a violência policial.

Um homem também negro, com camiseta de listras horizontais, foi detido violentamente depois de reclamar da falta de diálogo do governador Geraldo Alckmin (PSDB) no Largo do Patriarca, ainda antes do início da marcha. O auxiliar de escritório Valdemir de Souza, 21 anos, levou um tapa na orelha de um PM na calçada da rua da Consolação. “Tira essa máscara e mostra a cara seu filho da p...”, gritava o policial enquanto o espancava. Souza não estava mascarado. Ele colocou a camiseta preta no rosto para evitar os efeitos do gás lacrimogênio e nem sequer participava do protesto. “Acabei de sair do trabalho e estou tentando voltar para casa. Nem sei porque apanhei”, disse ele.

Daniel Klein, professor de Economia da PUC-SP, e outras duas pessoas foram detidos simplesmente por gravarem a ação da PM com seus tablets e celulares na Praça Roosevelt. Cinco pessoas (ao menos) foram levadas pela PM por chamarem os policiais de fascistas. “O único jeito de não ser preso hoje é andar com as mãos para cima e calado”, disse o advogado Estevão da Cunha. Ele recebeu uma reprimenda e quase foi preso por gritar “violência não”. (*Fonte: Agências de notícias e Portal IG*)

COPA DAS CONFEDERAÇÕES

Em um grande evento esportivo, considerado pela Fifa o principal teste para as cidades brasileiras antes da Copa do Mundo no Brasil, em 2014, muitos brasileiros viram a chance de protestar contra as gigantescas obras – principalmente estádios de futebol – financiados com verba pública, num país com situação precária em serviços básicos de saúde e educação. O desperdício de dinheiro “do povo” ganhava visibilidade, com o início do torneio e a presença de jornalistas de várias partes do mundo cobrindo as suas seleções de futebol, a onda de protestos que já “contaminava” as ruas brasileiras adentrou ao que seria “zona segura” do supostamente sagrado futebol. A esperança de dirigentes esportivos e políticos de que a “religião nacional”, o futebol, ficasse à margem das reivindicações dos manifestantes ruiu rapidamente – e as cidades que sediaram os jogos do torneio viram grandes manifestações... e repressão proporcional.

15 de junho

Brasília

No dia da abertura da Copa das Confederações, 8 mil pessoas foram às ruas de Brasília, cidade que sediou o primeiro jogo. A concentração foi na Av. Eixo Monumental, de onde marcharam para o estádio Mané Garrincha. Antes da partida, houve confronto com a PM, que terminou com 27 manifestantes feridos e outros 24 presos.

17 de junho

Neste dia em diante as manifestações tomara enormes proporções e passaram a fazer parte da rotina das grandes cidades (mas não apenas das grandes) pelo Brasil – em cada uma delas os eventos e o volume de participantes era descrito comumente como histórico.

São Paulo

A manifestação entrou para a história da cidade. A Polícia Militar estimou a presença de 65 mil no ato. Porém, o MPL e setores da imprensa calcularam que o público tenha passado dos 100 mil. A marcha, que partiu do Largo da Batata, se dividiu em três grupos: o primeiro seguiu pela Avenida Faria Lima; o segundo ocupou a Avenida Paulista e o último caminhou para Marginal Pinheiros, de onde seguiu para o Palácio dos Bandeirantes. (*Fonte: Revista Forum*)

Rio de Janeiro

Outra passeata de Cem Mil (referência ao protesto famoso contra a ditadura militar) – Cem mil manifestantes. A Alerj (Assembleia Legislativa) quase foi ocupada. Houve manifestação, ainda, em Campos de Goytacazes, Três Rios e Niterói.

Depoimento: Carolina Ferro – Historiadora

A concentração na Candelária estava marcada para as 17 horas, mas meus amigos e eu saímos do trabalho por volta de 17:30h. Caminhamos pela rua Uruguaiana, paralela a Rio Branco por onde passaria a manifestação. No caminho, vimos inúmeros policiais municipais ajudando pessoas a encontrar o protesto e vários manifestantes preocupados em comprar máscaras para se proteger do gás lacrimogênio. Foi bonito ver as pessoas caminhando de branco, mas foi feio vê-las carregando lenços no rosto encharcados de vinagre. Ao chegar à Avenida Presidente Vargas, nos juntamos à multidão que portava faixas contra o aumento da passagem, mas também a favor de outras melhorias para a população, principalmente na saúde e na educação.

Era visível que o movimento não era por 20 centavos, mas por 20 X 20 motivos de insatisfação de uma população que vem sendo negligenciada por muitos anos pelo poder público. Ao chegar à famosa Avenida Rio Branco, muitos rostos se encheram de lágrimas. Foi belo ver que além dos muitos jovens que gritavam com todas as forças, havia idosos, cadeirantes, homens e mulheres de roupas sociais e artistas. De fato é um movimento do povo na maior amplitude da palavra. Do alto dos arranha-céus do centro financeiro, cultural e comercial da cidade, trabalhadores acompanhavam a passeata piscando suas luzes, abanando panos brancos e jogando papel picado. Voltamos mais cedo e, como bons historiadores, fomos ver as notícias. Vimos fotos de mais de 100 mil pessoas caminhando por justiça, mas também algumas com dezenas de indivíduos que se exaltaram demais em frente à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. A tristeza tomou conta da alegria. “Não queremos violência”, era o que dizia um dos gritos dos manifestantes. E com certeza não é o que quer a maioria. Queremos paz, mas queremos paz com voz, sem medo.

(Fonte dos depoimentos: *Revista de História*)

Depois de um começo de manifestação pacífico, a polícia e os manifestantes entraram em confronto na noite desta segunda-feira durante os protestos contra o aumento da passagem no Rio de Janeiro. O enfrentamento aconteceu em frente à Assembleia do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), que recebeu forte policiamento para evitar pichações. Os manifestantes fizeram fogueiras nas imediações do prédio e atearam fogo em dois carros, um no estacionamento funcional da Assembleia Legislativa e outro atrás da Alerj. Pelo menos 15 focos de incêndio foram contados pela reportagem do Terra. No fim da noite, um grupo de manifestantes conseguiu invadir o prédio da Alerj, quebrou janelas, ateou fogo na porta e tirou cadeiras de dentro do edifício.

Dezenas de PMs e funcionários ficaram presos dentro da Alerj, cercada por manifestantes. Eles negociaram com os que protestavam para sair com os policiais que ficaram feridos durante a invasão. Oficialmente, cinco estão machucados, mas havia informações de que até 20 PMs estariam feridos. Por volta das 23h15, a Tropa de Choque chegou ao local e usou bombas de gás lacrimogênio. Às 23h45, os policiais deixaram a Alerj.

Funcionários dizem que havia mais de 100 pessoas dentro do prédio. “Ficamos numa sala no segundo andar, presos. Eles jogavam muitas pedras do lado de fora. Está tudo arreventado, janelas, portas. Algumas pessoas entraram em pânico. Tinham três PMs feridos com a gente. Nunca imaginei que pudesse acontecer isso. Eles quebraram tudo, é uma pena”, disse o supervisor dos ascensoristas, Robert Rodrigues. Um dos PMs feridos foi identificado como sargento Washington, que está machucado no olho, vítima de um rojão. Outros policiais foram atingidos por pedradas. Durante a confusão, PMs deram tiros de fuzil para o alto para tentar dispersar a multidão. Policiais à paisana estavam do lado de fora, circulando entre os manifestantes. Um deles foi até um orelhão e dizia para um interlocutor. “É melhor chamar mais gente, porque vai dar merda”.

Numa das portas laterais, os manifestantes tinham contato com os PMs que estavam dentro do prédio. Muitos hostilizavam os policiais, e diziam que iriam invadir a Alerj. Outros seguiam jogando pedras no edifício e em prédios próximos.

No início do confronto, policiais militares tentaram dispersar os manifestantes que se aproximaram da Alerj, e estes reagiram com fogos de artifício e jogando pedras. A polícia então usou balas de borracha, gás lacrimogênio e spray de pimenta. Houve tumulto e correria na região da Assembleia, e alguns manifestantes quebraram vidraças de lojas e agências bancárias, enquanto outros picharam as pilastras do Palácio Tiradentes, sede do Legislativo estadual.

Uma pessoa foi detida, acusada de invadir um carro oficial da Assembleia. O manifestante foi levado para a 5ª Delegacia de Polícia. Os manifestantes começaram a chegar ao local por volta das 19h50. A polícia montou dois cordões de isolamento com a ajuda de grades para impedir que os ativistas tivessem acesso à escadaria do prédio. O objetivo era evitar que as pichações ao prédio registradas nos protestos de quinta-feira se repetissem. Segundo a Polícia Militar, a tropa de choque foi chamada após uma tentativa de arrombamento. A polícia tentou impedir a entrada dos manifestantes com balas de borracha, e muitas pessoas tentam fugir do local.

Do lado de fora, o cenário era de caos, com carros e orelhões destruídos e incendiados. Várias agências bancárias foram depredadas. Na rua da Assembleia, o cenário era de destruição. Além dos vidros quebrados, as agências foram pichadas pelos manifestantes. Algumas lojas do centro começaram a ser saqueadas. Boa parte dos manifestantes se concentrou na Cinelândia e toma as escadarias e sacadas do Teatro Municipal, Câmara dos Vereadores e Biblioteca Nacional. Os ativistas seguiam com gritos de ordem contra Paes e Cabral, enquanto parte do grupo se dirigia à Alerj.

Mais cedo, o protesto que acontece na capital fluminense recebeu como apoio uma chuva de papel picado, que foi jogado do alto de prédios na esquina das avenidas Rio Branco e Presidente Vargas. Comandante do 5º Batalhão da Polícia Militar, Coronel Camargo estimou que o protesto conta com um público entre 40 mil e 50 mil pessoas. Segundo ele, nenhuma ocorrência foi registrada até o momento, apenas uma briga entre manifestantes que não precisou de intervenção policial. Ao todo, 150 PMs atuam durante a passeata.

Os manifestantes, que tomaram praticamente toda a via até a Cinelândia, gritavam: “vem pra rua, vem, vocês também”. Com instrumentos de percussão, usados pela primeira vez nessa onda de protestos no Rio de Janeiro, muitos manifestantes se posicionaram contra o prefeito, Eduardo Paes, o governador, Sérgio Cabral, além da presidente da República, Dilma Rousseff. “Olê, olê, olê, se a passagem não baixar, o Rio, o Rio, o Rio vai parar”, cantam ainda.

Nos prédios comerciais da Avenida Rio Branco, pessoas acenaram das sacadas e piscaram as luzes dos escritórios em apoio ao ato. Muitos ainda desceram e aderiram ao protesto, como o contador Marcio Bastos, 46 anos. “É bonito ver o povo na rua de novo por uma causa legítima. Chego a me emocionar”, relatou Bastos, ao contar que participou das passeatas do Movimento Diretas Já, em 1984. “Vejo o jovem recuperando um engajamento perdido. O Brasil precisava sair da inércia”, acrescentou o contador.

Ao longo do percurso, que teve início às 17h, muitas pessoas foram se juntando aos manifestantes. Na Avenida Presidente Vargas, que está fechada no sentido zona sul, vários grupos desembarcaram da estação de metrô Uruguaiana para seguirem com o protesto. Grande parte do comércio na avenida Rio Branco e em ruas no entorno teve as atividades encerradas ou funciona com as portas parcialmente abertas. Vendedor da Drogaria Nações, na rua do Rosário, Mauricio Tolentino contou que os donos do estabelecimento orientaram para que os funcionários fiquem atentos a qualquer indício de confusão. “Teve gente que teve prejuízo com o quebra-quebra da semana passada. Mas, por enquanto, está tudo normal”, afirmou. Ainda na Avenida Rio Branco, que continua totalmente interditada, ativistas pedem para que os simpatizantes do movimento que se encontram no alto de prédios pisquem as luzes como forma de adesão. Eles foram prontamente atendidos por, pelo menos, dez estabelecimentos. “Quem apoia pisca a luz”, cantam os manifestantes. (*Fonte: G1*)

Curitiba

Os 10 mil manifestantes partiram da Boca Maldita pedindo que o valor da passagem de ônibus fosse reduzido de R\$ 2,85 para R\$ 2,60. No Paraná, outras cidades se organizaram: Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu e Ponta Grossa.

Cerca de 10 mil pessoas, segundo a Polícia Militar, se reuniram para um protesto na Boca Maldita, no Centro de Curitiba, nesta segunda-feira (17). O grupo reivindica, entre outras coisas, a redução da tarifa de ônibus na cidade. Eles pedem que o valor seja reduzido dos atuais R\$ 2,85 para R\$ 2,60 de segunda a sábado e de R\$ 1,50 para R\$ 1, aos domingos. O grupo partiu da Boca Maldita em direção à Praça Santos Andrade, onde ficam o prédio histórico da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e o Teatro Guaíra. O grupo foi acompanhado pela Polícia Militar (PM) e pela Guarda Municipal.

O protesto, assim como em várias outras cidades do Brasil, foi organizado pelas redes sociais. Na internet, quase 30 mil pessoas chegaram a confirmar a participação no movimento. Após a chegada à Praça Santos Andrade, uma parte do grupo decidiu continuar a manifestação e seguir até o Centro Cívico, onde ficam a prefeitura e o Palácio Iguaçu, sede do governo paranaense. Em nenhum momento houve conflitos com a polícia ou atos de vandalismo. O estudante Lucas de Souza, que participa do protesto, diz que a luta do grupo se estende também aos que não compareceram. “Estamos aqui para lutar contra todas as malfeitorias que estão sendo feitas, a todo o povo, inclusive para quem não está aqui”, afirma.

“Tem muita coisa que a gente quer protestar e tiramos proveito agora para falar isso. É o gasto da Copa das Confederações, a tarifa de ônibus alta, a falta de infraestrutura para o povo. O Brasil acordou”, diz a atriz Thais Flessaka, que também está na manifestação. Thaisa Vieira, que também é estudante, diz que não está no protesto só pela questão da tarifa de ônibus. “Não é só o aumento da passagem, até porque eu sei que não é viável uma tarifa sem custo. Desde o ano passado, que eu venho em protestos por outros motivos. Agora, venho gritar contra a corrupção generalizada do nosso país”.

O protesto em Curitiba também é contra a violência da Polícia Militar nas manifestações em São Paulo. Na quinta-feira (13), vários manifestantes foram reprimidos com bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha.

Como em Curitiba, as imagens de violência da Polícia Militar contra jovens e contra jornalistas, no Rio e em São Paulo, contribuiu, por diversos testemunhos, para que pessoas aderissem aos protestos nas suas cidades. (*Fonte: Gazeta do Povo*)

Fortaleza

Foram 5 mil pessoas pedindo melhorias no transporte público e contra os investimentos na Copa do Mundo 2014.

Brasília

Dez mil pessoas, com pautas diversas, foram às ruas. Passava das 21h quando algumas centenas de manifestantes conseguiram ocupar a marquise do Congresso Nacional.

Belo Horizonte

Muitos confrontos com a polícia marcaram a manifestação mineira, que reuniu 20 mil pessoas. O ato partiu da Praça Sete, na região central, e seguiu até o Mineirão, um trajeto de dez quilômetros. Outras cidades em Minas Gerais registraram protestos: Viçosa, Juiz Fora e Poços de Caldas.

Porto Alegre

O mote principal da manifestação na capital gaúcha foi o aumento da passagem, porém outras pautas apareceram entre os manifestantes, como a corrupção e os investimentos na Copa do Mundo 2014.

18 de junho

São Paulo

No Conselho da Cidade, o prefeito Fernando Haddad sinalizou, pela primeira vez, alterar o valor da passagem. Durante a manifestação, que reuniu 50 mil paulistanos, houve tumulto e uma tentativa de ocupar o prédio da prefeitura. São registrados os primeiros bloqueios de rodovias que são utilizadas como saída da capital.

Florianópolis

A ocupação das pontes

Pela primeira vez na história dos movimentos sociais de Florianópolis, manifestantes ocuparam pacificamente as pontes Pedro Ivo e Colombo Salles, que ligam a Ilha ao Continente. Em 2004, manifestantes fecharam a ponte, mas sob resistência da polícia e não chegaram a caminhar sobre ela e ocupá-la completamente e pacificamente como nesta terça-feira.

Um dos momentos mais impactantes foi quando as pontes estavam tomadas por manifestantes e lá longe se via um mar de gente chegando, caminhando pelo Elevado Rita Maria para se juntar ao grupo. Mais de 15 mil pessoas, de acordo com a Polícia Militar e 20 mil, segundo a Guarda Municipal participaram da manifestação na capital, nesta terça-feira.

Pessoas de skate e bicicleta foram os primeiros a chegar nas pontes. A Polícia Militar recebeu ordem para permitir a ocupação, atitude elogiada por muitos participantes. O resultado foi um protesto tranquilo, sem ocorrências policiais. Nenhum tiro de bala de borracha foi disparado.

– Tomamos a ponte! Tomamos a ponte! – gritavam estudantes em êxtase, carregando cartazes e bandeiras do Brasil.

Em alguns momentos sentavam no chão, em outros apitavam, pulavam e gritavam “não é ladainha, a tarifa está mais cara que a

tainha”, entre outras palavras de ordem. Muitos se abraçavam e comemoravam. Em diversos momentos batucaram nos *guard-rails* produzindo um som metálico que tomou conta do espaço.

O trânsito nos dois sentidos ficou parado por cerca de uma hora quando as pontes foram desocupadas. Na cabeceira da Colombo Salles, policiais militares da cavalaria e do canil ficaram de prontidão, mas não foram acionados. Os cães nem saíram das viaturas e os cavalos ficaram parados. Na dispersão, um pequeno grupo de estudantes foi fazer cafuné nos animais. O Batalhão de Choque também só acompanhou o movimento, que foi pacífico. Quando alguém tentava causar tumulto era vaiado pelo próprio grupo que gritava: sem violência, sem violência!

A manifestação começou às 18h no Terminal de Integração do Centro (Ticen), seguiu pela Praça Tancredo Neves, onde fica a Assembleia Legislativa, pela Avenida Mauro Ramos e Avenida Beira-mar Norte, onde as pessoas sentaram no chão fechando a avenida. Na frente da Assembleia, os manifestantes também sentaram no asfalto e cantaram o Hino Nacional. Representante da AL foi vaiada.

Por volta das 17h, as ruas do Centro da capital catarinense já aglomeravam dezenas de pessoas, desde crianças até idosos. Outras cidades como Balneário Camboriú, no Litoral, e Chapecó, no Oeste, também realizaram protestos. Às 20h25, os manifestantes caminhavam da Avenida Beira-Mar Norte e as pontes de saída e entrada na Ilha de Santa Catarina estavam fechadas.

Em pouco mais de 30 minutos, as proximidades do Terminal do Centro (Ticen), onde ocorre a concentração, estavam lotadas. Às 18h30, o grupo fez uma passeata para protestar em frente à Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc). Durante a caminhada, a Polícia Militar fez a escolta e acompanhou os manifestantes. Já na Alesc, os policiais fizeram um cordão de isolamento para evitar a entrada. A caminhada continuou em direção à Avenida Mauro Ramos. Entre as reivindicações estão o aumento das tarifas de transporte público, os custos da Copa do Mundo, problemas no serviço público, corrupção, entre outras. Os catarinenses confeccionaram cartazes, criticando a corrupção, a Copa do Mundo, pedindo educação e cidadania. (*Fonte: RBS*)

Juazeiro do Norte

Na cidade cearense, 10 mil manifestantes cercaram o prefeito do município, que sacava dinheiro em uma agência bancária. Foram seis horas de cerco ao mandatário. (*Fonte: Revista Forum*)

19 de junho

São Paulo

Após duas semanas de manifestações, Fernando Haddad e Geraldo Alckmin revogam o aumento da passagem, mantendo o valor anterior, de R\$ 3. Apesar do anúncio, protestos são mantidos na Grande São Paulo.

Fortaleza

O estádio Arena Castelão, onde Brasil e México se enfrentariam pela Copa das Confederações, era o alvo dos 30 mil manifestantes. Foi preciso a intervenção da Força Nacional com a Polícia Militar para que a multidão fosse controlada. (*Fonte: Revista Forum*)

20 de junho

São Paulo

O MPL decide manter o ato marcado para o dia, como forma de comemorar a revogação do aumento. Pelo menos 100 mil pessoas saíram às ruas, e a manifestação ficou marcada pelo confronto entre militantes de partidos e pessoas que se diziam antipartidos.

A manifestação foi dividida em dois grupos, com o primeiro seguindo para a Avenida 23 de Maio e o segundo caminhou até a prefeitura. Rodovias foram ocupadas e tiveram o trânsito interrompido.

Brasília

Uma multidão de 25 mil pessoas conseguiu furar uma barreira policial, entrou no espelho d'água e foi contida com bombas de gás quando tentava ocupar a cobertura do Congresso Nacional.

Rio de Janeiro

Partindo da Candelária, 300 mil pessoas participaram da manifestação, que foi duramente reprimida pela Polícia Militar. Ao menos 62 manifestantes foram levados ao hospital Souza Aguiar.

22 de junho

Belo Horizonte

Ao todo, 32 pessoas foram presas após mais uma manifestação na capital mineira. Eram 60 mil pessoas nas ruas, que partiram da Praça Sete e seguiram até as proximidades do estádio do Mineirão, quando foram interrompidas pela Polícia Militar.

Salvador

Enquanto Brasil e Itália se preparavam para o duelo que aconteceu no estádio da Fonte Nova, 2,5 mil pessoas protestavam a caminho do local do jogo. Houve confronto com a PM.

24 de junho

São Luís

Cerca de 2 mil manifestantes se concentraram em frente à Assembleia Legislativa do Maranhão. Durante a manifestação, as pessoas se dividiram em relação as reivindicações do ato.

Goiânia

Manifestantes ocuparam a rodovia BR-153 e quebraram dois carros da TV Anhanguera, afiliada da Rede Globo na região.

26 de junho

Belo Horizonte

Douglas Henrique Oliveira, de 21 anos, morreu após cair do viaduto José Alencar durante a manifestação que reuniu 50 mil pessoas na capital mineira. *(Fonte: Revista Forum)*

28 de junho

Fortaleza

O estádio Arena Castelão, mais uma vez, foi o destino escolhido pelos manifestantes na capital cearense. Enquanto Espanha e Itália duelavam pela Copa das Confederações, 5 mil pessoas enfrentavam a PM, na tentativa de furar o bloqueio estipulado pela Fifa, e 92 pessoas foram presas. *(Fonte: Revista Forum)*

29 de junho

Belo Horizonte

Insatisfeitos com a redução de 5 centavos no valor da passagem, 300 manifestantes ocuparam a Câmara de Vereadores da capital mineira.

Parte 3

Para o sociólogo Ricardo Antunes, as manifestações que começaram em junho e continuam hoje tiveram uma cara multiforme. Elas têm motivações, modos e formas de ser diferentes. Começaram no dia 6 de junho com 2 mil pessoas, ligadas ao Movimento Passe Livre, depois foram se ampliando, até atingirem manifestações multitudinárias, com dezenas e centenas de milhares de pessoas, chegando, no momento de auge, a mais de 2 milhões de manifestantes no conjunto do país. Depois, entramos em julho, com manifestações mais localizadas. Mas quase todo dia ainda temos expressões das mobilizações de junho.

É preciso entender, continua Antunes, a causalidade desse movimento, passando por três ou quatro pontos que me parecem centrais. O primeiro é uma causalidade interna, motivada, digamos, pela percepção de que o projeto que vem se desenvolvendo no Brasil desde a década de 90 (com FHC, depois levemente alterado, mas não substantivamente, pelos governos Lula e Dilma), voltado ao desenvolvimento capitalista financeirizado e mundializado, sedimentado em privatizações, superávit primário e desregulamentação dos capitais, portanto, tendo os fluxos de capitais como *modus operandi*, causou, ou vem causando, profundo mal-estar social.

E podemos dizer que tal processo de desenvolvimento chegou à sua exaustão. A população não suporta mais o transporte privatizado, a saúde precarizada, degradada e também privatizada, o ensino público profundamente degradado, abandonado e privatizado. Uma tragédia, porque o ensino público básico é degradado e abandonado, ou privatizado. À exceção das escolas da elite, o ensino privatizado é caro e de má qualidade. Naturalmente, isso só não vale para as escolas das classes médias e altas das grandes capitais.

Iniciamos uma fase de fim da letargia. Aconteceu e aí entra o segundo elemento, numa conjuntura muito específica: a explosão das manifestações foi marcada pela Copa das Confederações, quando a população percebeu que estádios de primeiro mundo o Brasil faz; enquanto isso, já no entorno dos estádios, a população é excluída. Todos vimos

durante a “Copa das Rebeliões” que os pobres e negros não estavam presentes. Estavam vendo os jogos nos estádios as classes médias e abastadas. Os que construíram o país nestas últimas duas décadas ficaram excluídos. Até mesmo do entorno do estádio, já que o comércio oficial do entorno expulsou a população que poderia explorá-lo, os camelôs, os ‘bicos’, aquele pequeno comércio que, para muitas pessoas, é a sobrevivência, a fim de se colocar somente aquilo que a Fifa impunha. A população percebeu que há uma simbiose complexa entre Fifa, interesses transnacionais e governo. E as prejudicadas, quem sofreu e vem sofrendo com tal processo, são as camadas populares. Isso fez com que houvesse, a cada jogo, uma ou muitas manifestações, muitas rebeliões, com muita conflagração, onde a população mostrava seu completo e cabal desconforto. Tudo fica evidente ao se ver que, ao menos desde que acompanho futebol, desde anos 60, não houve comemoração do título. Após a vitória contra a Espanha, não houve festejo, pois a insatisfação popular estava no limite. (*Fonte: Correio da Cidadania*)

RIO DE JANEIRO

Até o momento, outubro, os protestos continuam com alguma intensidade no Rio de Janeiro, marcado por atos de ocupação aos prédios públicos, vigílias nas residências do governador e prefeito, além de manifestações ao estilo zombeteiro derivada da cultura argentina de protesto. Pesa também a reação arrogante e autoritária do governador do estado Sergio Cabral aos primeiros protestos. Cabral estava no centro de várias denúncias de parcerias com empreiteiras que conseguiam ótimos negócios (para as empreiteiras, péssimas para o patrimônio público) no seu governo, incluindo a privatização (concessão) do mais simbólico estádio de futebol do país, o Maracanã. É avaliação quase unânime entre os analistas de política da mídia tradicional que Cabral é político que saiu do mês de junho como o principal derrotado pelas manifestações, somando-se as diversas medidas de repressão e falta de diálogo com todos os setores da sociedade que reivindicavam algo nas manifestações, o Rio continua, após, junho, o principal alvo de grandes atos de protesto.

O casamento da Dona Baratinha

Do calçadão da Avenida Atlântica era possível ver os salões do hotel Copacabana Palace transformados em um misto de palácio tropical e indiano, com arranjos de flores multicoloridas sobre mesas espelhadas e painéis reproduzindo trabalhos de artistas da missão francesa, como Debret e Rugendas.

Lá dentro, o clima era tenso entre os cerca de mil convidados do casamento de Beatriz Barata e Francisco Feitosa Filho – ela, neta de Jacob Barata, conhecido como “rei dos ônibus” do Rio; ele, filho de Francisco Feitosa, grande empresário do setor de transportes do Ceará.

A tensão começara mais cedo, quando Beatriz teve que descer da Mercedes que a levara à igreja sob a proteção de policiais militares. Depois da cerimônia, convidados e manifestantes seguiram para a festa no hotel.

“Ficamos todos muito assustados, constrangidos por estarmos ali e com medo do que poderia acontecer”, contou à Folha uma convidada. “Todos se olhavam como se fossemos Marias Antonietas prontas para a degola.” No calçadão da avenida Atlântica, manifestantes gritavam “Ox, ox, ox, tá cheia de botox” para as convidadas que chegavam à festa ou ousavam se aproximar da varanda do hotel para ver o que acontecia lá embaixo. Na dúvida de quem era o noivo, qualquer jovem engravatado que aparecia na sacada era saudado com “Há, há, há, vai brochar”.

Beatriz Barata planejava seu casamento grandioso havia mais de dois anos. Nessa época, quando ainda era noiva de Renato Amorim, executivo de uma multinacional de recrutamento de pessoal, ela reservou quase 800 metros quadrados dos principais salões do hotel: o Nobre, o Golden Room e outros três, frontais, que se ligam à varanda do Copacabana Palace.

Guardou também um espaço na concorrida agenda da igreja Nossa Senhora do Carmo, no centro da cidade, e na do decorador

Antonio Neves da Rocha. O namoro com Amorim terminou, Feitosa apareceu e os planos foram mantidos. Profissionais do ramo de cerimônias de luxo ouvidos pela Folha calculam que o casamento tenha custado em torno de R\$ 3 milhões. O serviço de bufê do hotel, por exemplo, custa cerca de R\$ 250 por pessoa. Inclui coquetel, frios, jantar com entrada e saladas, sobremesas e bebidas não alcoólicas.

Uma decoração como aquela, segundo profissionais, não custa menos de R\$ 500 mil. A noite teve ainda show do cantor Laito, cujo cachê para eventos do tipo gira em torno de R\$ 80 mil.

A festa de Beatriz, que nas redes sociais ficou conhecida como “o casamento da dona Baratinha”, terminou mal. “O que assistimos foi o baile da Ilha Fiscal do nosso século. Houve uma grande reação popular a uma situação de ostentação, e a partir de agora as pessoas vão pensar mais antes de fazer uma festa desse tamanho”, disse a colunista social Hildegard Angel, que escreveu sobre a festa em seu blog.

(Fonte: Folha de S.Paulo)

BLACK BLOC

“Os ativistas Black Bloc não são manifestantes, eles não estão lá para protestar. Eles estão lá para promover uma intervenção direta contra os mecanismos de opressão, suas ações são concebidas para causar danos às instituições opressivas.” É dessa forma que a estratégia de ação do grupo que vem ganhando notoriedade devido às manifestações no País é definida por um vídeo, divulgado pela página do Facebook “Black Bloc Brasil”, que explica parte das motivações e forma de pensar dos seus adeptos.

Ação, ou estratégia de luta, pode ser reconhecida em grupos de pessoas vestidas de preto, com máscaras ou faixas cobrindo os rostos. Durante os

protestos, eles andam sempre juntos e, usualmente, atacam de maneira agressiva bancos, grandes corporações ou qualquer outro símbolo das instituições. Eles afirmam não temer o confronto com a polícia e defendem a destruição de "alvos capitalistas". Conheça a história e a forma de luta que se popularizou com o movimento antiglobalização e ganha destaque no Brasil "capitalistas e opressoras", além de, caso julguem necessário, resistirem ou contra-atacarem intervenções policiais.

Devido ao atual ciclo de protestos de rua, o Black Bloc entrou no centro do debate político nacional. Parte das análises e opiniões classifica as suas ações como "vandalismo" ou "violência gratuita", e também são recorrentes as críticas ao anonimato produzido pelas máscaras ou panos cobrindo a face dos adeptos. Mas o Black Bloc não é uma organização ou entidade. Leo Vinicius, autor do livro *Urgência das ruas – Black Bloc, Reclaim the Streets e os Dias de Ação Global*, da Conrad (sob o pseudônimo Ned Ludd), a define o como uma forma de agir, orientada por procedimentos e táticas, que podem ser usados para defesa ou ataque em uma manifestação pública.

Zuleide Silva (nome fictício), anarquista e adepta do Black Bloc no Ceará, frisa que eles têm como alvo as "instituições corporativas" e tentam defender os manifestantes fora do alcance das ações repressoras da polícia. "Fazemos o que os manifestantes não têm coragem de fazer. Botamos nossa cara a tapa por todo mundo", afirma. O jornalista e estudioso de movimentos anarquistas, Jairo Costa, no artigo "A tática Black Bloc", publicado na revista *Mortal*, lembra que o Black Bloc surgiu na Alemanha, na década de 1980, como uma forma utilizada por autonomistas e anarquistas para defenderem os squats (ocupações) e as universidades de ações da polícia e ataques de grupos nazistas e fascistas. "O Black Bloc foi resultado da busca emergencial por novas táticas de combate urbano contra as forças policiais e grupos nazifascistas. Diferentemente do que muitos pensam, o Black Bloc não é um tipo de organização anarquista, ONG libertária ou coisa parecida, é uma ação de guerrilha urbana", contextualiza Costa.

De acordo com um dos "documentos informativos" disponíveis na página do Facebook, alguns dos elementos que os caracterizam são

a horizontalidade interna, a ausência de lideranças, a autonomia para decidir onde e como agir, além da solidariedade entre os integrantes. Atualmente, há registros, por exemplo, de forças de ação Black Bloc nas recentes manifestações e levantes populares no Egito.

Para Leo Vinicius, é um "pouco surpreendente" que essa estratégia de manifestação urbana, bastante difundida ao redor do mundo, tenha demorado a chegar por aqui. "Essa forma de agir em protestos e manifestações ganhou muito destaque dentro dos movimentos antiglobalização, na virada da década de 1990 para 2000. Não é uma forma de ação política realmente nova". No Brasil, existem páginas do movimento de quase todas as capitais e grandes cidades, a maior parte delas criadas durante o período de proliferação dos protestos. A maior é a Black Bloc Brasil, com quase 35 mil seguidores, seguida pela Black Bloc-RJ, com quase 20 mil membros.

A respeito da relação com o anarquismo, Vinicius faz uma ressalva. É preciso deixar claro que a noção de que "toda ação Black Bloc é feita por anarquistas e que todos anarquistas fazem Black Bloc" é falsa. "A história do Black Bloc tem uma ligação com o anarquismo, mas outras correntes como os autonomistas, comunistas e mesmo independentes também participavam. Nunca foi algo exclusivo do anarquismo. Na prática, o Black Bloc, por se tratar de uma estratégia de operação, pode ser utilizado até por movimentos da direita", explica o escritor.

Com o passar do tempo, segundo Jairo Costa, as táticas Black Bloc passaram a ser reconhecidas como um meio de expressar a ira anticapitalista. Ele explica que geralmente as ações são planejadas para acontecer durante grandes manifestações de movimentos de esquerda. O estudioso destaca como um dos momentos mais significativos da história Black Bloc a chamada "Batalha de Seattle", em 1999, contra uma rodada de negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC). Em 30 de novembro daquele ano, após uma tarde de confrontos com as forças policiais, uma frente móvel de black blockers conseguiu quebrar o isolamento criado entre os manifestantes e o centro comercial da cidade. Após vencer o cerco policial, os manifestantes promoveram a destruição de várias propriedades, limusines e viaturas policiais, e fizeram várias

pichações com a mensagem "Zona Autônoma Temporária". Estimativas apontam prejuízos de 10 milhões de dólares, além de centenas de feridos e 68 prisões.

Para Costa, um dos episódios mais impactantes – e duros – da história Black Bloc foi o assassinato de Carlo Giuliani, jovem anarquista de 23 anos, durante a realização simultânea do Fórum Social de Gênova e a reunião do G8 (Grupo dos oito países mais ricos), na Itália, em julho de 2001. Ele lembra que, após vários confrontos violentos – alguns deles vencidos pelos manifestantes, que chegaram a provocar a fuga dos policiais, que deixaram carros blindados para trás –, ocorreu o episódio que levou à morte de Giuliani.

"Ele partiu para cima de um carro de polícia tentando atirar nele um extintor de incêndio. Muitos fotógrafos estavam por lá e seus registros falam por si. Ao se aproximar do carro, Giuliani é atingido por dois tiros, um na cabeça. E, numa cena macabra, o carro da polícia dá marcha a ré e atropela-o várias vezes", narra. Os assassinos de Carlo Giuliani não foram condenados. Dois anos após o fato, a Justiça italiana considerou que a ação policial se deu como "reação legítima" ao comportamento do militante.

Entre as formas de ação direta do Black Bloc destacam-se os ataques aos chamados "alvos simbólicos do capital", que incluem joalherias, lanchonetes norte-americanas ou ainda a depredação de instituições oficiais e empresas multinacionais. Costa explica que essas ações "não têm como objetivo atingir pessoas, mas bens de capital".

Zuleide justifica a destruição praticada contra multinacionais ou outros símbolos capitalistas, porque elas seriam mecanismo de "exploração e exclusão das pessoas". "Queremos que esses meios que oprimem e desrespeitam um ser humano se explodam, vão embora, morram. Trabalhar dez horas por dia para não ganhar nada, isso é o que nos enfurece. Por isso, nossas ações diretas a eles, porque queremos causar prejuízos, para que percebam que há pessoas que rejeitam aquilo e que lutam pela população", explica.

Ela reconhece que essas ações diretas podem deixá-los "mal vistos" na sociedade, já que há pessoas que pensam: "Droga, não vou poder mais comer no ***** porque destruíram tudo". Porém, Zuleide afirma que o

trabalhador, explorado por essas corporações, "adoraria fazer o que nós fazemos", mas, por ter família para sustentar e contas a pagar, não faz. "Esse é mais um dos motivos que nos fazem do jeito que somos", pontua.

Vinicius explica que, nas "ações diretas", os black blockers atacam bens particulares por considerarem que "a propriedade privada – principalmente a propriedade privada corporativa – é em si própria muito mais violenta do que qualquer ação que possa ser tomada contra ela". Quebrar vitrines de lojas, por exemplo, teria como função destruir "feitiços" criados pela ideologia capitalista. Esses "feitiços" seriam meios de "embalar o esquecimento" de todas as violências cometidas "em nome do direito de propriedade privada" e de "todo o potencial de uma sociedade sem ela [as vitrines]".

(Fonte Revista Forum)

17 de outubro

Em sua capa, o jornal carioca *O Globo* revela o que pensa dos que protestam pela educação no estado do Rio de Janeiro:

**"Crime e castigo – lei mais dura leva 70
vândalos para presídios. Presos em protesto
são enquadrados por crime organizado, que
é inafiançável".**

Uma breve história

1980: O termo Black Bloc (Schwarzer Block) é usado pela primeira vez pela polícia alemã, como forma de identificar grupos de esquerda na época denominados “autônomos, ou autonomistas”, que lutavam contra a repressão policial aos squats (ocupações).

1986: Fundada, em Hamburgo (Alemanha), a liga autonomista Black Bloc 1500, para defender o Hafenstrasse Squat.

1987: Anarquistas vestidos com roupas pretas protestam em Berlim Ocidental, por ocasião da presença de Ronald Reagan, então presidente dos EUA, na cidade.

1988: Em Berlim Ocidental, o Black Bloc confronta-se com a polícia durante uma manifestação contra a reunião do Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

1992: Em São Francisco (EUA), na ocasião do 500º aniversário da descoberta da América por Cristóvão Colombo, o Black Bloc manifesta-se contra o genocídio de povos nativos das Américas.

1999: Seattle contra a Organização Mundial do Comércio (OMC). Estima-se em 500 o número de integrantes do Black Bloc que destruíram o centro econômico da cidade.

2000: Em Washington, durante reunião do FMI e Banco Mundial, cerca de mil black blockers anticapitalistas saíram às ruas e enfrentaram a polícia.

2000: Em Praga (República Tcheca), forma-se um dos maiores Black Blocs que se tem notícia, durante a reunião do FMI. Cerca de 3 mil anarquistas lutam contra a polícia tcheca.

2001: Quebec (Canadá). Membros do Black Bloc são acusados de agredir um policial durante uma marcha pela paz nas ruas de Quebec. Após esse evento, a população local e vários manifestantes de esquerda distanciaram-se da tática Black Bloc e de seus métodos extremos.

2001: A cidade de Gênova (Itália), ao mesmo tempo, recebeu a cúpula do G8 e realizou o Fórum Social de Gênova, com um grande número de Black blockers, além de aproximadamente de 200 mil ativistas. A ação ficou marcada pela violenta morte do jovem Carlo Giuliani, de 23 anos.

2007: Em Heiligendamm (Alemanha), reunião do G8 foi alvo de uma ação com a participação de cerca de 5 mil blackblockers. Mobilização Black Bloc de cerca de 5.000 pessoas

2010: Toronto (Canadá), na reunião do G20. Neste confronto, mais de 500 manifestantes foram presos e dezenas de outros ativistas foram parar em hospitais com inúmeras fraturas.

2013: Cairo (Egito). O Black Bloc aparece com forte atuação nos protestos da Praça Tahir, no combate e resistência ao exército do então presidente Hosni Mubarak.

Fonte: Artigo “A Tática Black Bloc”, escrito por Jairo Costa, na Revista *Mortal*, 2010.

20 centavos?

Voltando aos temas que moveram os protestos no Brasil, a questão do transporte, reconhecida sua importância e sua função “estopim”, acabou por catalisar uma série de insatisfações que, à esquerda e à direita, permeavam as classes e frações de classes, incluindo aí as respectivas categorias da juventude.

O filósofo Paulo Arantes assim tratou o assunto:

Olha, é o abc materialista (me desculpem, sou da velha guarda): a centralidade do transporte afeta a circulação, ponto. Afeta a força de trabalho se deslocando ao local em que será explorada. Agora, é a primeira vez desde o fim da ditadura em que estradas são bloqueadas sem nenhuma repressão policial. Eu ficaria com a pulga atrás da orelha – olha, será que está sendo consentido? Bloquear estradas em um momento de colapso de infraestrutura, com a safra bloqueada nos portos superlotados, é coisa da maior gravidade, prestem atenção. Basta lembrar do caso da França 3 anos atrás, bloqueio de refinarias de petróleo, ou dos piqueteiros argentinos há 15 anos, para pensar a repercussão. Mas não tenho conselho estratégico, nem é esse meu papel. Não posso incitar nada neste momento em que sabemos o que é a polícia militar, o que significa a administração armada da vida social... Essa democracia da chacina não é feita à revelia da sociedade, mas com seu consentimento. A sociedade é um horror, ela está despertando, mas não sabemos os fantasmas que foram cultivados ao longo desses vinte anos. Podem aparecer coisas horrorosas, como pode aparecer também uma chama libertária, que eu confio que apareça.⁶

⁶ Transcrição adaptada da intervenção de Paulo Arantes na aula pública convocada pelo Movimento Passe Livre em 27 de junho de 2013. Disponível em: <blogdaboitempo.com.br/category/colaboracoes-especiais/paulo-arantes/>. Acesso em: 8 out. 2013.

REDUÇÃO \$

CIDADES QUE, COM OS PROTESTOS, REDUZIRAM AS TARIFAS

SÃO PAULO: R\$ 3,20 PARA R\$ 3

PORTO ALEGRE: R\$ 2,85 PARA R\$ 2,80

CUIABÁ: R\$ 2,95 PARA R\$ 2,85

VITÓRIA: R\$ 2,45 PARA R\$ 2,40

MANAUS: R\$ 3 PARA R\$ 2,90

RECIFE: REDUÇÃO DE 10 CENTAVOS NAS DIVERSAS MODALIDADES DE TARIFA (SÃO VÁRIAS, POR “ANÉIS”, A MAIS CARA É A ANEL B, QUE PASSA DE R\$ 3,45 PARA R\$ 3,35)

JOÃO PESSOA: R\$ 2,30 PARA R\$ 2,20

NATAL: R\$ 2,40 PARA R\$ 2,30

PELOTAS: R\$ 2,75 PARA R\$ 2,60

RIO DE JANEIRO: R\$ 2,95 PARA R\$ 2,75

REFERÊNCIAS

- Agência Estado*: <http://institucional.ae.com.br/>
- Brasil de Fato*: <http://www.brasildefato.com.br/>
- Carta Capital*: <http://www.cartacapital.com.br/>
- Causa Brasil*: <http://www.causabrasil.com.br/>
- Correio da Cidadania*: <http://www.correiocidadania.com.br/>
- Diário do Centro do Mundo*: <http://www.diariodocentrodomundo.com.br/>
- Folha de S.Paulo*: <http://www.folha.uol.com.br/>
- G1*: <http://g1.globo.com/>
- Grupo RBS*: <http://www.clicrbs.com.br/rs/>
- Luis Nassif*: <http://jornalggm.com.br/luisnassif/>
- Marxismo 21*: <http://marxismo21.org/junho-2013-2/>
- Portal IG*: <http://www.ig.com.br/>
- Portal Terra*: <http://noticias.terra.com.br/infograficos/protesto-tarifa/>
- Revista Época*: <http://epoca.globo.com/>
- Revista Forum*: <http://revistaforum.com.br/blog/2013/09/uma-cronologia-das-manifestacoes/>
- Revista Piauí*: <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-85>
- Revista Veja*: <http://veja.abril.com.br/?gclid=COqzjNPBjLoCFRKg4AodH14AwQ>
- UOL*: <http://www.uol.com.br/>

EDITORIA EM DEBATE

Muito do que se produz na universidade não é publicado por falta de oportunidades editoriais, quer nas editoras comerciais, quer nas editoras universitárias, cuja limitação orçamentária não permite acompanhar a demanda existente. As consequências dessa carência são várias, mas, principalmente, a dificuldade de acesso aos novos conhecimentos por parte de estudantes, pesquisadores e leitores em geral. De outro lado, há prejuízo também para os autores, ante a tendência de se pontuar a produção intelectual conforme as publicações.

Constata-se, ainda, a velocidade crescente e em escala cada vez maior da utilização de recursos informacionais, que permitem a divulgação e a democratização do acesso às publicações. Dentre outras formas, destacam-se os *e-books*, artigos *full text*, base de dados, diretórios e documentos em formato eletrônico, inovações amplamente utilizadas para consulta às referências científicas e como ferramentas formativas e facilitadoras nas atividades de ensino e extensão.

Os documentos impressos, tanto os periódicos como os livros, continuam sendo produzidos e continuarão em vigência, conforme opinam os estudiosos do assunto. Entretanto, as inovações técnicas assinaladas podem contribuir de forma complementar e, mais ainda, oferecer mais facilidade de acesso, barateamento de custos e outros recursos instrumentais que a obra impressa não permite, como a interatividade e a elaboração de conteúdos inter e transdisciplinares.

Portanto, é necessário que os laboratórios e núcleos de pesquisa e ensino, que agregam professores, técnicos educacionais e alunos na produção de conhecimentos, possam, de forma convergente, suprir suas demandas de publicação como forma de extensão universitária, por meio de edições eletrônicas com custos reduzidos e em divulgação aberta e gratuita em redes de computadores. Essas características, sem dúvida, possibilitam à universidade pública cumprir de forma mais eficaz suas funções sociais.

Dessa perspectiva, a editoração na universidade pode ser descentralizada, permitindo que várias iniciativas realizem essa convergência com autonomia e responsabilidade acadêmica, editando livros e periódicos de divulgação científica conforme as peculiaridades de cada área de conhecimento no que diz respeito à sua forma e conteúdo.

Por meio dos esforços do Laboratório de Sociologia do Trabalho (Lastro), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que conta com a participação de professores, técnicos e estudantes de graduação e de pós-graduação, a Editoria Em Debate nasce com o objetivo de desenvolver e aplicar recursos de publicação eletrônica para revistas, cadernos, coleções e livros que possibilitem o acesso irrestrito e gratuito dos trabalhos de autoria dos membros dos núcleos, laboratórios e linhas de pesquisa da UFSC e de outras instituições, conveniadas ou não, sob a orientação de uma Comissão Editorial.

Os editores

Coordenador

Ricardo Gaspar Müller

Conselho editorial

Adir Valdemar Garcia	José Carlos Mendonça
Ary César Minella	Laura Senna Ferreira
Fernando Ponte de Sousa	Maria Soledad Etcheverry Orchard
Iraldo Alberto Alves Matias	Michel Goulart da Silva
Jacques Mick	Paulo Sergio Tumolo
Janice Tirelli Ponte de Sousa	Valcionir Corrêa

Outros lançamentos de 2015

**Pedagogia histórico-crítica
e sua estratégia política –
fundamentos e limites**
Neide Galvão Favaro

**O espírito dos donos –
empreendedorismo como projeto
de adaptação da juventude**
Camila Souza Betoni

**Finanças solidárias e a luta
contra-hegemônica –
um estudo de caso**
Luciana Raimundo

**Terrorismo de Estado –
a tortura como uma das
formas de sua expressão**
Sabrina Schultz

**Leituras do mundo do trabalho –
um olhar sociológico**
*Laura Senna Ferreira e
Maria Soledad Etcheverry Orchard (org.)*

**Gênero, educação e sociologia –
uma proposta de trabalho didático
para o Ensino Médio**
Luisa Bonetti Scirea

**Ontologia e crítica
do tempo presente**
*Patricia Laura Torriglia, Ricardo
Gaspar Müller, Ricardo Lara
e Vidalcir Ortigara (org.)*

Janice Tirelli Ponte de Sousa. Professora associada ao Departamento de Sociologia e Ciência Política e ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutora pela Universidade de São Paulo (USP) e pós-doutora pela Universidade Complutense de Madri. Membro do Núcleo de Estudos da Educação e Juventude Contemporânea da UFSC (Nejuc). Autora do livro *Reinvenções da utopia: a militância política de jovens nos anos 90* e coordenadora, com Luís Antonio Groppo, do livro *Dilemas e contestações das juventudes no Brasil e no mundo*. Organizadora de periódicos sobre o tema da juventude e autora de diversos artigos em periódicos especializados sobre o tema. E-mail: esquilo28@yahoo.com.br.

Janice Tirelli Ponte de Sousa (coord.)

A EXPERIÊNCIA CONTEMPORÂNEA DA POLÍTICA ENTRE JOVENS BRASILEIROS

Este livro analisa a sociabilidade política de jovens presentes em organizações independentes e de resistência social originada na rebeldia anticapitalista. Esses movimentos juvenis correm ao largo das relações político-institucionais e são parte do campo de luta que se confronta com o poder do Estado. No geral, são contra o governo e agem sob uma agenda que não se limita a acompanhar a lógica da *realpolitik*, que estabelece política, social e juridicamente como deve agir uma oposição política.

Nessa juventude e em seus coletivos buscaram-se subsídios para a compreensão da experiência da política entre os jovens brasileiros e dos desdobramentos das relações coletivas além dos marcos das instituições normativas modernas, ou seja, nas ações políticas que adquirem um sentido singular, mas não menos comprometido como instrumento de uma coletividade. Tomou-se como referência a Sociologia Crítica, com o propósito de olhar a sociedade da perspectiva de jovens como sujeitos centrais diante das relações sociais mais amplas e identificar as especificidades da categoria social a que pertencem enquanto grupo social, os sentidos de sua preocupação em relação ao mundo adulto e do tempo histórico.



CLACSO

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-68267-20-2



9 788568 267202



EDITORIA
EM DEBATE

www.editoriaemdebate.ufsc.br